



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



CURSO DE AGRONOMIA

PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO

Cruz Alta - RS

2019

Reitora – UNICRUZ

Prof^a. Patrícia Dall Agnoll Bianchi

Pró-Reitora de Graduação

Prof^a. Solange Billig Garcez

Pró-Reitor de Administração

Prof. Carlos Eduardo Tavares

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Prof. Diego Pascoal Golle

Diretor do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias

Prof. Regis Augusto Norbert Deuschle

Coordenador do Curso de Agronomia

Prof. José Luiz Tragnago

Núcleo Docente Estruturante

Jackson Ernani Fiorin

João Fernando Zamberlan

José Luiz Tragnago

Maria Christina Schettert Moraes

Maurício Paulo Pasini

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.1 Contexto Geográfico, Histórico, Econômico e Social da Região	10
1.2 Contexto Científico-Cultural e Educacional da Região	15
1.3 Contexto Histórico da Universidade	17
1.4 Missão e Valores Institucionais	22
1.5 Contexto de Inserção do Curso na Região	24
1.6 Contexto de Inserção do Curso na Instituição	26
2 FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CURSO	28
2.1 Bases teórico-conceituais	28
2.1.1 Fundamentos e Princípios Filosóficos	28
2.1.2 Fundamentos e princípios teórico-metodológicos	30
2.2 Bases teórico-instrumentais	34
2.2.1 Objetivos do Curso	34
2.2.1.1 Objetivo Geral	35
2.2.1.2 Objetivos Específicos	35
3 PERFIL PROFISSIONAL	37
3.1 Perfil do Curso	37
3.2 Perfil do egresso	38
3.3 O Mundo do Trabalho, o Profissional e seus saberes	38
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	41
4.1 Dinamização e intencionalidade curricular	41
4.2 Representação gráfica do perfil de formação	46
4.3 Estrutura do Curso	47
4.4 Grade Curricular	47
4.4 Habilidades, competências e conhecimentos que integram os componentes curriculares	56
4.5 Ementário	57
4.6 Metodologias utilizadas nos processos de Ensino e Aprendizagem	57
4.7 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	58
4.8 Estágios curriculares e sua relação com a formação profissional do egresso	59
4.9 Atividades Complementares	60
4.10 Trabalho de Conclusão de Curso	62
4.11 Integralização do curso e flexibilização da oferta do currículo	64
4.12 Número de vagas	66
4.13 Atividades e Cenários de Prática Profissional	67
4.14 Inovações Consideradas Significativas	72
4.14.1 Desenvolvimento de materiais pedagógicos	72
4.14.2 Incorporação de avanços tecnológicos	73
4.14.2.1 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)	73
4.14.2.2 Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)	74
4.14.3 Núcleo Comum	78

4.14.4 Seminário Integrador Interdisciplinar	79
4.14.5 Componentes Curriculares Optativos e Eletivos	79
4.14.6 Atividades de Monitoria	79
4.14.7 Acadêmico Apoiador	80
4.14.8 Laboratório de Ideias.....	80
4.14.9 Laboratório Sorge Lebens	81
4.14.10 Núcleo de Estatística Aplicada da UNICRUZ	82
4.14.11 Núcleo de Conexões Artístico e Culturais	82
4.14.12 Temáticas Transversais	83
4.14.13 Programa a Extensão que Queremos – PEQ.....	84
4.14.14 Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares	86
4.14.15 Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas.....	87
4.14.16 Programa para Melhoria do Ensino nos cursos de Graduação (PROEN)	89
4.14.17 Grupo de Estudos em Metodologias Ativas, Inventivas e Ensino Híbrido	89
4.14.18 Laboratório de Metodologias Ativas	90
5. RELAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO PDI	91
5.1 Políticas de Ensino.....	91
5.2 Políticas de Pesquisa	92
5.2.1 Grupos e Linhas de Pesquisa do Curso	93
5.3 Políticas de Extensão	94
5.4 Políticas de Pós-Graduação.....	96
5.5 Políticas de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias	96
5.6 Políticas de Internacionalização	97
5.7 Políticas de Responsabilidade Social do Curso	98
5.8 Política de Acessibilidade.....	99
5.8.1 Plano de Acessibilidade Institucional	103
5.9 Política de direitos humanos	104
5.9.1 Núcleo de Pró-Ação em Direitos Humanos	104
5.9.1.1 Fórum Permanente de Direitos Humanos	105
5.9.2 Programa Universidade Aberta a Terceira Idade	106
5.10 Política de Meio ambiente	107
5.11 Política Institucional de Memória e Patrimônio Cultural	110
6 GESTÃO ACADÊMICA	115
6.1 Coordenação de curso	115
6.2 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	118
6.2.1 Plano de ação da Coordenação de curso	118
6.3 Colegiado do Curso.....	119
6.4 Núcleo Docente Estruturante	121
6.4.1 Plano de ação do NDE	121
6.5 Recursos Humanos.....	122

6.5.1	Corpo Docente do Curso.....	122
6.5.1.1	Titulação e regime de trabalho	122
6.5.1.2	Critérios de seleção e contratação do Docente do Curso	122
6.5.1.2.1	Plano de Carreira do Corpo Docente	124
6.5.1.3	Programas Institucionais de Formação Pedagógica para o Corpo Docente	124
6.5.1.3.1	Programa de Formação para Docência no Ensino Superior	125
6.5.1.3.2	Programa Institucional de Capacitação Docente.....	127
6.5.1.3.3	Políticas Institucionais de Estímulo à Produção Docente.....	128
6.5.1.3.3.1	Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica	128
6.5.1.3.3.2	Revistas Institucionais	129
6.5.2	Corpo técnico-Administrativo que atua no Curso	131
6.5.2.1	Situação funcional do corpo técnico-funcional	131
6.5.2.2	Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Funcional	132
6.5.2.3	Plano de Carreira do Corpo Técnico-Funcional	132
7	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	134
7.1	Programa de Avaliação Institucional	134
7.1.1	Comissão Própria de Avaliação – CPA	135
7.1.2	Comissão de Avaliação Institucional - CAI	136
7.2	Processo de Auto avaliação Institucional	136
7.3	Formas de participação do Curso no processo de auto avaliação	141
7.4	Qualificação dos Processos do curso a partir dos resultados das avaliações.....	141
7.5	Análise e Divulgação dos Resultados	142
7.6	Relatórios de autoavaliação	143
8	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E APOIO AOS DISCENTES	145
8.1	Formas de Acesso dos Candidatos ao curso	145
8.2	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	145
8.2.1	PROUNI	146
8.2.2	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior.....	146
8.2.2.1	PROENEM	147
8.2.3	Programa de Bolsas Institucionais	147
8.2.4	Universidade para Associados – SICREDI/UPA	148
8.2.5	Bolsa de Iniciação Científica e de Extensão.....	148
8.3	Descontos e Convênios Reembolsáveis	149
8.4	Financiamentos	149
8.4.1	Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.....	149
8.4.2	Fundação APLUB de Crédito Educativo – FUNDAPLUB.....	149
8.4.3	Crédito Universitário - CrediUni.....	150
8.5	Sistema de Registro Acadêmico	150

8.6 Estímulo à Permanência	152
8.6.1 Programa de Nivelamento.....	152
8.6.2 Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor – NAEP	153
8.6.2.1 Atendimento Psicopedagógico	155
8.6.3 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ – NAIU.....	156
8.6.4 Programa de Mobilidade Acadêmica da Graduação	157
8.7 Organização estudantil.....	157
8.8 Espaços de Apoio Acadêmico.....	158
8.8.1 Secretaria Acadêmica	158
8.8.2 Secretaria dos Centros de Ensino.....	158
8.8.3 Salas de Atendimento aos Discentes.....	158
8.8.4 Setor de Gestão de Permanência	159
8.8.5 Espaços de Convivência	159
8.8.6 NAEP.....	159
8.8.7 NAIU.....	160
8.8.8 Núcleo de Conexões Artístico Culturais – NUCART	160
8.8.9 Núcleo do Projeto RONDON	161
8.8.10 Biblioteca.....	161
8.9 Política Institucional de ação e estímulo à produção discente	162
8.10 Perfil Profissional do Egresso.....	163
8.10.1 Acompanhamento dos Egressos.....	164
9. ESTRUTURA INSTITUCIONAL QUE ASSEGURA A DINÂMICA DO PROJETO ..	166
9.1 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas.....	166
9.1.1 Assessoria Pedagógica	166
9.1.2 Núcleo de Legislação	166
9.1.3 Rede de Comunicação	167
9.1.4 Convênios Institucionais que têm relação com o Curso	167
9.1.5 Apoio Financeiro	168
9.2 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas	172
9.2.1 Salas de aula.....	172
9.2.2 Sala de Professores	172
9.2.3 Sala de Professores em Regime de Tempo Integral.....	172
9.2.4 Sala de Direção de Centro e Secretárias Pedagógicas	173
9.2.5 Sala de Coordenação de Curso	173
9.3 Espaços para Atendimento aos Discentes	173
9.3.1 Secretaria de Centro de Ensino	173
9.3.2 Secretaria Acadêmica	174
9.3.3 Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor.....	174
9.3.4 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ – NAIU.....	174

9.3.5 Núcleo de Educação à Distância - NEAD.....	175
9.3.6 Setor de Gestão de Permanência	175
9.3.7 Sala de Atendimento ao Discente	176
9.4 Auditórios	176
9.5 Biblioteca.....	176
9.5.1 Distribuição do Acervo Geral.....	181
9.5.2 Periódicos Especializados.....	187
9.5.3 Bibliografia Básica e Complementar	187
9.5.3.1 Relatório de Adequação da Bibliografia	187
9.5.4 Repositório Institucional	188
9.6 Biblioteca Virtual/Digital.....	189
ANEXOS	190
ANEXO I – REGULAMENTO ATIVIDADES COMPLEMENTARES	191
ANEXO II – EMENTÁRIO.....	198
ANEXO III – REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	335
ANEXO IV – REGULAMENTO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO.....	349
ANEXO V – REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	356
ANEXO VI - PLANO DE AÇÃO COORDENADOR	367
ANEXO VII – REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	370
ANEXO VIII – CORPO DOCENTE.....	374
ANEXO IX – PLANO DE CARREIRA.....	377

APRESENTAÇÃO

A educação é o principal e único caminho para mudar posturas e desencadear novas maneiras de olhar o mundo à sua volta. Na Educação do Ensino Superior, muitos desafios se colocam, exigindo compromisso com a comunidade onde está inserida através de ações educacionais que garantam a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão promovidas pela Instituição.

Neste sentido, a Universidade de Cruz Alta, enquanto Instituição comunitária, comprometida com a comunidade local e regional, através do Curso de Graduação em Agronomia, busca a formação dentro do princípio da cidadania e da formação consciente e ética de seus profissionais.

Instituição de caráter comunitário, a UNICRUZ se preocupa com a realidade na qual está inserida, que possui a atividade agropecuária como alavanca fundamental para a sua economia, baseada na produção agrícola, leiteira e de carnes (suína, bovina, aves e caprinos). Procura formar profissionais capazes de promover o desenvolvimento da região, contribuindo efetivamente através da participação dos egressos do seu Curso de Agronomia, que buscam o aumento da produtividade aliada à preservação do meio ambiente.

A UNICRUZ busca, assim, oferecer uma formação acadêmica que permita o exercício a profissão de forma independente, autônoma e criativa, a fim de que o discente seja capaz de identificar problemas, aplicar saberes técnicos, científicos, humanísticos, profissionais e transformá-los em soluções para elevar a dignidade humana, social e ambiental, no contexto dos valores coletivamente assumidos.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Agronomia procura contemplar ações que garantam a qualidade do Curso e a formação qualificada de seus profissionais, de modo a contribuir para a solidificação e crescimento do setor primário em níveis regional, estadual e nacional.

Este documento pretende constituir-se como referencial para o processo educacional que se desenvolve no Curso de Agronomia, norteando seu desenvolvimento curricular, fundamentado na LDC e na legislação profissional emanada do Conselho

Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), assegurando a qualificação para o desempenho profissional de seus egressos.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Contexto Geográfico, Histórico, Econômico e Social da Região

A Universidade de Cruz Alta está inserida, predominantemente, na região do Alto Jacuí, embora os acadêmicos sejam também provenientes de municípios de outras regiões, tendo sob sua coordenação técnico-científica o Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí (Corede Alto Jacuí), que é um dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A base desse conselho fundamenta-se nos valores: participação social; responsabilidade social e ambiental; ética e transparência nas ações e comprometimento com o desenvolvimento regional.

De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2010 o Corede possuía uma população estimada de 155.264 habitantes, com 84% em áreas urbanas e 16% em áreas rurais em uma área total de 6.893,8 km². O município mais populoso é Cruz Alta, com 62.821 habitantes, seguido por Não-Me-Toque, Salto do Jacuí e Ibirubá, com populações entre 10 e 20 mil habitantes. Os outros dez municípios (Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Fortaleza dos Valos, Lagoa dos Três Cantos, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera) são de pequeno porte, apresentando populações abaixo de 10 mil habitantes.

Em 2012, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do Corede Alto Jacuí foi de 0,768, pouco superior ao estadual, posicionando-se em sexto lugar no ranking dos 28 Coredes. Convém observar que, no Rio Grande do Sul, nenhum município está na faixa de baixo desenvolvimento.

O Produto Interno Bruto (PIB), em 2012, foi de aproximadamente R\$ 5,1 bilhões, o que representava 1,9% do total do Estado. O município de Cruz Alta mostrou o maior PIB do Corede em 2012, com aproximadamente R\$ 2,1 bilhões, seguido por Ibirubá, com R\$ 829 milhões e Não-Me-Toque, com R\$ 673 milhões. Lagoa dos Três Cantos possuía o menor PIB, com R\$ 45 milhões. Já o PIB per capita em 2012 era de R\$ 33.258,00, colocando-o na segunda posição dentre os 28 Coredes do Estado. Os municípios de Ibirubá e Não-Me-Toque apresentavam os maiores valores de PIB per capita com R\$

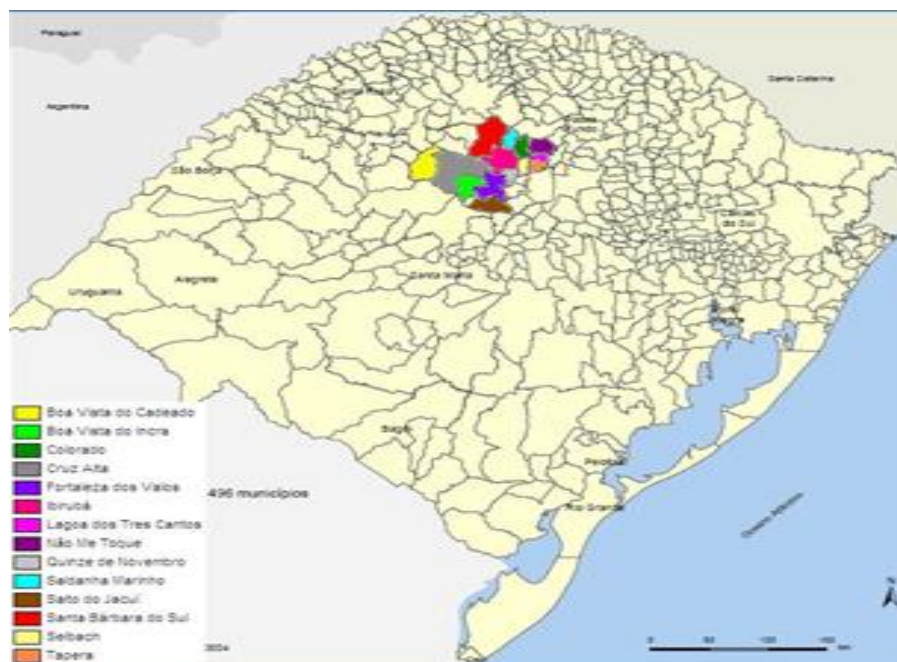
42.706,00 e R\$ 41.647,00, respectivamente. O município de Salto do Jacuí apresentava o menor valor, com R\$ 16.158,00.

A região apresenta várias potencialidades, dentre as quais estão as relacionadas aos aspectos geográficos. O clima com a presença das quatro estações, os solos de boa fertilidade e o relevo suave permitem que a agricultura de grãos para exportação seja a maior atividade econômica da região. A dinâmica desse setor orienta o desenvolvimento econômico da região.

Essa atividade tem atraído indústrias do setor metalomecânico e de transformação de matérias-primas agrícolas; soja e leite são as principais. Outra potencialidade prospectada pela sua comunidade é o setor de serviços, agricultura, agropecuária e o turismo rural.

Os quatorze municípios estão agrupados em microrregiões (Figura 1), nas quais o trabalho da Unicruz, como gestora técnica do Corede, tem diagnosticado, não só as potencialidades, como também os gargalos a serem desobstruídos para que a macrorregião atinja um estágio satisfatório de desenvolvimento.

Figura 1 - Localização dos Municípios no Corede Alto Jacuí.



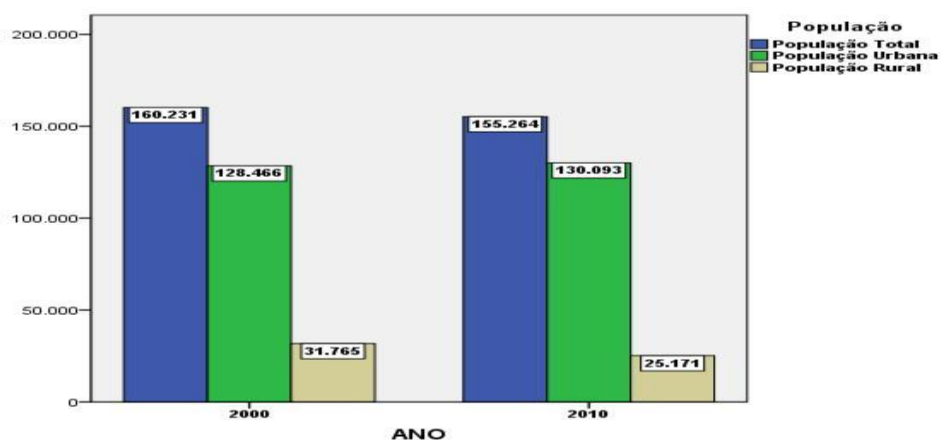
Fonte: PDI (2018-2022).

Dentre esses, os de maior relevância são: falta de planejamento ambiental que envolva solução regional para destinação dos resíduos sólidos e de escoamento sanitário; diminuição da população rural; falta de logística adequada para circulação da produção agrícola e metal mecânico; falta de profissionais capacitados para alguns setores; baixa participação da população em processos deliberativos de interesse regional; fragilidade nos processos de gestão; relação desigual entre custo da produção e preços praticados pelos mercados.

Essa caracterização da região de inserção, em especial os gargalos, orienta a atuação da Universidade comunitária, que tem como compromisso social o desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

Na figura 2, observa-se a distribuição da população residente urbana, rural e total (por número de habitantes) do Corede Alto Jacuí referente aos censos demográficos de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2010, a população urbana do Corede Alto Jacuí correspondia a 130.093 habitantes (83,8% da população total), indicando um acréscimo de 1.627 habitantes em 10 anos (em relação ao censo do ano 2000) e um percentual de crescimento de 1,27% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de 0,13% a.a.).

Figura 2 – Gráfico da população residente urbana, rural e total (por número de habitantes) do Corede Alto Jacuí para os Anos de 2000 e 2010.



Fonte: Dados brutos: IBGE e FEE. Extraído do PDI (2018-2022).

A população rural, em 2010, era de 25.171 habitantes (16,2% da população total), contabilizando 6.594 habitantes a menos do que em 2000 e um percentual negativo de crescimento de -20,76% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -2,3% a.a.).

Entre 2000 a 2010, a população total do Corede Alto Jacuí teve sua população reduzida de 160.231 habitantes para 155.264 habitantes, representando um percentual negativo de crescimento de -3,1% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -0,31% a.a.).

A figura 3 mostra as pirâmides etárias da população do Corede Alto Jacuí para os anos de 2000 e 2010. Nota-se que a pirâmide etária de 2000 apresenta uma base extremamente larga e um topo extremamente estreito. A maior concentração da população estava na faixa etária de 15 a 19 anos, totalizando cerca de 9,47% da população total, enquanto que a menor concentração da população estava na faixa etária de 75 a 79 anos, aproximadamente 1,43% da população total.

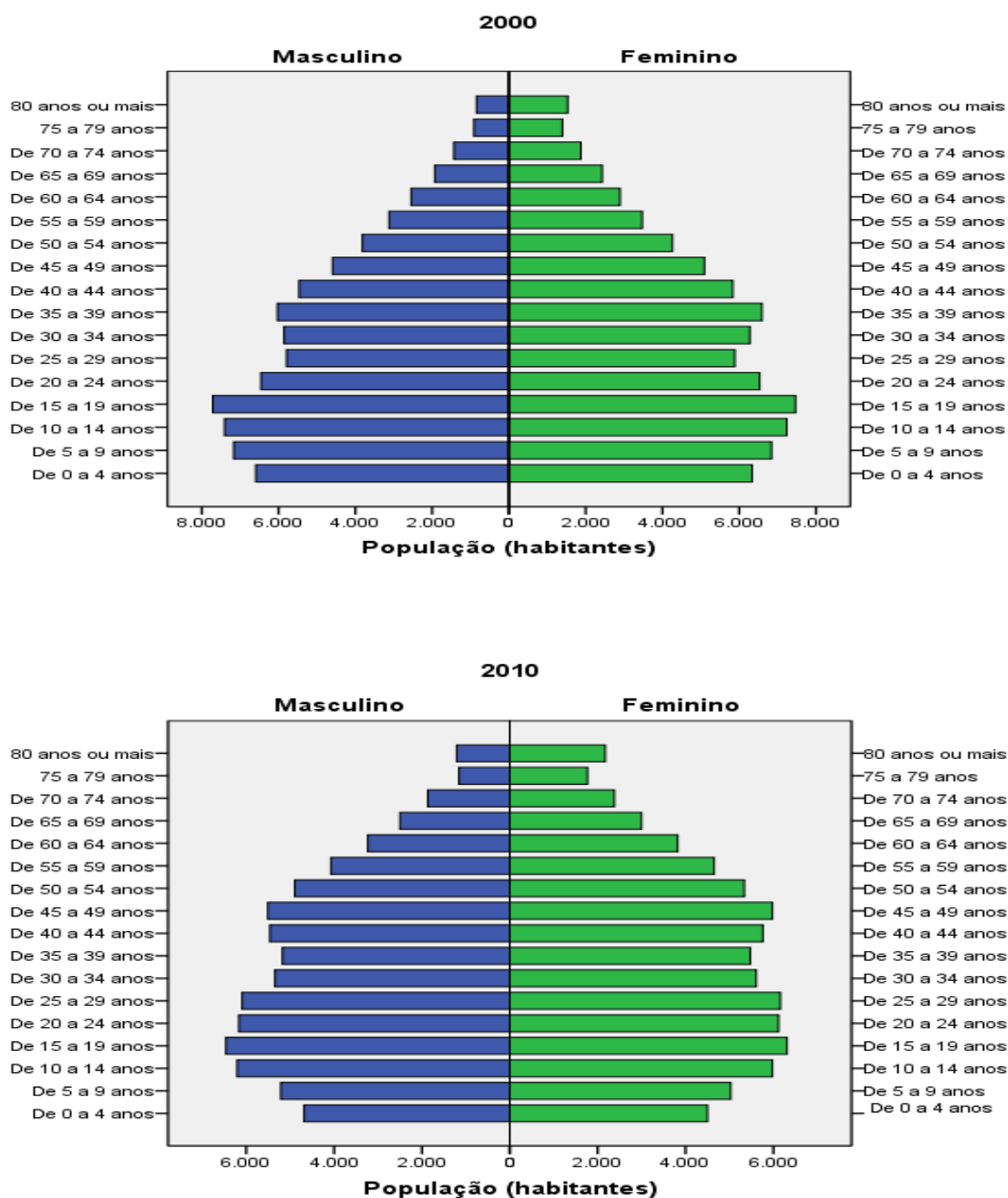
Em 2010, a forma da pirâmide etária mostra sinais de mudança, na distribuição populacional. Sua primeira barra referente a faixa etária de 0 a 4 anos é mais estreita, enquanto que seu topo é ligeiramente mais largo. A maior concentração da população continua sendo na faixa etária de 15 a 19 anos (aproximadamente 7,97% da população total), mas com um percentual negativo de crescimento de -15,85% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -1,71% a.a.) em relação a 2000. A menor concentração da população continua sendo na faixa etária de 75 a 79 anos (aproximadamente 1,88% da população total), mas com um percentual de crescimento de 21,43% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de 2,44% a.a.) em relação a 2000.

Outro aspecto importante para as projeções da Universidade é o fato de que, entre 2000 a 2010, a população nas faixas etárias de 0 a 14 anos e de 15 a 44 anos obtiveram percentuais negativos de crescimento de -24% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -2,7% a.a.) e -7,6% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de -0,8% a.a.), respectivamente. Enquanto que a faixa etária de maiores de 45 anos obteve um percentual de crescimento significativo de 27,11% (ou uma taxa média geométrica de crescimento de 2,43% a.a.).

Entre 2000 a 2010, a população masculina continuou sendo maior que a feminina, na faixa etária de 0 a 14 anos, mesmo que esta diferença tenha apresentado uma

redução de 20,93%. Na faixa etária de 15 a 44 anos, a população feminina foi maior que a masculina, porém esta diferença obteve uma forte diminuição de 41,47%. Enquanto que na faixa etária de maiores de 45 anos, a população feminina se sobressaiu, e esta diferença obteve um aumento significativo de 24,81%.

Figura 3 – Pirâmides etárias da população do Corede Alto Jacuí para os anos de 2000 e 2010



Fonte: Dados brutos: IBGE e FEE. Extraído do PDI (2018-2022).

Com base nestas análises, a Universidade busca estratégias para oferta de cursos que atinjam a população jovem desta região, mas, em função dos dados apresentados, a Universidade também oferece a possibilidade de estudos para populações adultas ou com mais idade.

1.2 Contexto Científico-Cultural e Educacional da Região

A Universidade de Cruz Alta, além da missão e dos valores, reforça a sua função social e o seu papel como instituição comunitária com os princípios da ética, da estética das relações sociais, do comprometimento com o bem coletivo, da aprendizagem interdisciplinar, da formação continuada, da flexibilização curricular e de uma avaliação que seja capaz de explicitar os problemas e os méritos das ações institucionais e possibilitar a tomada de decisão de forma planejada e alinhada com as mudanças que afetam o contexto da IES. Desta forma, integra o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) instância articuladora de projetos coletivos, construtores de alternativas de soluções aos problemas estruturais comuns às universidades consorciadas. O sentido da Universidade Comunitária, no contexto do ensino superior no Brasil, explicita-se pela relevância do seu papel social de Instituição nesse modelo, abrangendo diversas comunidades e trilhando um caminho que busca a qualificação cada vez maior de seu trabalho, já que tem consolidada sua inserção, de forma participativa, na sua região de abrangência.

A UNICRUZ também integra o Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí (COREDE Alto Jacuí), desde 1991 e do Polo de Modernização Tecnológica, a partir de 1994. Nesse espaço, atua como gestora científica, cuja participação se dá através da focalização em ações de pesquisa, gestão, ensino e extensão, contribuindo com diversas ações e procurando diagnosticar os interesses fundamentais da Região em termos de educação, pesquisa científica e tecnológica, saúde, agricultura, agroindústria, indústria, comunicação, ecologia, transporte entre outros. Apesar de sua região de abrangência atingir quatorze municípios, a Universidade amplia sua ação, uma vez que contempla estudantes e professores de outras regiões e estados da federação.

Localiza-se num contexto educacional singular, atuando como pólo irradiador de transformações nas áreas da cultura, da economia e da vida social, especialmente na região do Alto Jacuí. A região possui, também, número expressivo de clientela escolar atendida em escolas de educação básica, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação de jovens e adultos é estimulada através de oportunidades educacionais apropriadas, tais como o acesso gratuito a estudos supletivos (NEEJA de Cruz Alta), ou participação em exames promovidos pelo poder público estadual. A educação profissional é oferecida em escolas públicas e particulares da região aos alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental e médio. Os alunos portadores de necessidades especiais merecem, também, oportunidades de atendimento através de escolas e centros de educação especial. Assim, o contexto educacional da região atende às necessidades sociais caracterizadas nos três níveis de ensino, buscando, através de novas propostas curriculares, corresponderem aos avanços da ciência e da tecnologia.

As manifestações artístico-culturais da região relacionam-se, fortemente, ao seu contexto histórico. Nos últimos anos, essas manifestações vêm presas à história do povoamento, evidenciando as diferentes etnias que formam a população regional. A UNICRUZ vem dando assessoria, participa e/ou apoia à organização e manifestações culturais próprios de cada etnia. Nesse contexto, o homem regional encontra suporte para constituir as singularidades que têm permitido o seu reconhecimento como cidadão que atingiu um padrão elevado no sentido ético-político.

As oportunidades oferecidas e as conquistas alcançadas que inferem nas ciências em suas diversas aplicações, destacam a região como pólo centralizador de recursos que promovem o desenvolvimento do homem em todas as suas dimensões. A visão filosófica do humano na formação profissional perpassa todo o trabalho educacional da Universidade e define o rumo das suas ações, cuja concretização pretende acrescentar, à realidade social, recursos que participem com eficácia dos movimentos de mudança ou transformação.

As linhas básicas que sustentam as ações pedagógicas da Universidade constituem-se em diretrizes na construção das propostas pedagógicas, efetivando a articulação das diferentes áreas de conhecimento na oferta de cursos para a formação

de indivíduos. É neste contexto que o Curso de Agronomia vem contribuir, qualificando profissionais em ensino, pesquisa e extensão para a melhoria do sistema primário em toda a sua plenitude, envolvendo conhecimentos relativos ao campo profissional e ao agronegócio conforme as habilitações estabelecidas nas DCN's do curso.

1.3 Contexto Histórico da Universidade

A Universidade de Cruz Alta está inserida no contexto histórico da Região Noroeste do Estado, desde a década de 1947. Primeiro sob a forma da Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio “Cruz Alta”. A Associação iniciou suas ações como mantenedora do Curso Técnico em Contabilidade. Em 1958, a entidade passou a denominar-se Associação dos Professores de Cruz Alta - APROCRUZ, constituída por Faculdades Isoladas. A primeira criada foi a Faculdade de Ciências Econômicas, (1958) e, na sequência, vieram a de Direito (1968), a de Filosofia, Ciências e Letras (1969) e a de Educação Física (1972). A transformação dessas faculdades Isoladas em uma Universidade resultou da mobilização da comunidade regional. A primeira conquista foi a da Lei 7.676, de 6 de outubro de 1988, que autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta. Por razões que ainda hoje não são claras para a comunidade, no mesmo ano é instituída, através do Decreto 97.000, de 21 de outubro de 1988, a Universidade de Cruz Alta sob a forma de Fundação Universidade de Cruz Alta, mas com personalidade jurídica de direito privado. A seguir, foram desencadeadas ações necessárias para a efetiva instalação da universidade que foi reconhecida pela Portaria do MEC nº 1704, de 03 de dezembro de 1993, como uma Instituição de Ensino Superior, de natureza comunitária, sem fins lucrativos. A partir desse ano, houve acelerada criação de novos cursos e atualmente integra o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG e o Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí – COREDE Alto Jacuí.

Em 2005, houve a destituição da Reitoria, através da operação TOGA. No dia 07 de novembro de 2005, os então administradores foram afastados das funções a pedido do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e deferido pelo Poder Judiciário, sob suspeição e indícios de gestão temerária, conforme autos do Processo nº

1.050005014-6. Na sequência, foi nomeado um Administrador Judicial pelo mesmo poder. No momento da intervenção, a Instituição encontrava-se em situação caótica: endividamento fiscal, a maior soma correspondente a Imposto de Renda retido e não recolhido aos cofres públicos; dívidas com fornecedores até mesmo de energia elétrica e telefonia; salários atrasados; dívida bancária muito significativa; falta de regularidade fiscal até mesmo na esfera municipal; a maioria dos cursos sem renovação de reconhecimento e um enorme passivo trabalhista. No período de novembro de 2005 a abril de 2008, tempo da gestão judicial, buscou-se resolver as questões da dívida, através de parcelamentos, estruturação da dívida trabalhista e implementação de medidas que viessem permitir a obtenção de regularidade fiscal. Os dezessete cursos com reconhecimento por renovar, ou até mesmo dois sem reconhecimento, foram avaliados por comissões externas do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação e Cultura – INEP/MEC. Nesse período, fez-se também a reestruturação estatutária e a preparação para a retomada da gestão universitária, de forma democrática, legitimada por eleição com colégio eleitoral composto por todos os segmentos da comunidade acadêmica. Mobilizou-se essa comunidade para definir os rumos da Universidade. Acadêmicos, funcionários, professores e representantes da comunidade externa participaram das discussões que levaram aos novos estatutos, ao Projeto Pedagógico Institucional - PPI e ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2008-2012. Esses processos culminaram com a separação da gestão da mantenedora e da mantida. A posse dos gestores das duas instituições ocorreu em 11 de abril de 2008.

A Fundação Universidade de Cruz Alta, mantenedora, é regida pelo Estatuto próprio, aprovado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (Procuradoria das Fundações) Portaria 322/2007, de 26 de novembro de 2007 e reformulado, conforme aprovação do mesmo órgão, Portaria nº 265/2010 – PF, de 17 de novembro de 2010. A nova estrutura da Instituição, definida também pelo Estatuto da Universidade, aprovado pela portaria do MEC nº 914, de 01 de novembro de 2007, publicada pelo DOU de 05 de novembro de 2007 e pelo Regimento aprovado pela Assembleia Geral da Universidade, em 17 de novembro de 2009, encontra-se totalmente implantada.

A instituição, nesse período, estava estruturada em quatro centros, os quais congregavam cursos por afinidades, consideradas as grandes áreas do conhecimento (Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Sociais e Aplicadas; Centro de Ciências Humanas e Comunicação e Centro de Ciências Agrárias, Exatas e da Terra). Em março de 2009, a instituição passou por avaliação externa, conforme processo e-MEC nº 20077098. Os resultados apontaram para fragilidades decorrentes do período crítico vivenciado. Os anos de 2008 a 2013 permitiram avanços na reorganização institucional. Em novembro de 2011, a instituição passou por nova avaliação externa-processo e-MEC 2001103941, que resultou em avaliação satisfatória para credenciamento da mesma, conforme a Portaria 711, de 08 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União, seção 1, de 09 de agosto de 2013.

Em 2012, houve uma nova atualização do Estatuto da Universidade de Cruz Alta, sendo alterada a estrutura institucional, passando a ser constituída por dois Centros de Ensino, sendo eles: Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS). Desde 2006, a Instituição trabalha com o foco de consolidar-se como Universidade e, nesse sentido, fortaleceu as bases necessárias para a constituição da pós-graduação *Stricto Sensu*. Observou-se que, para contribuir efetivamente com o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico e inovador, a pós-graduação da Universidade de Cruz Alta deveria se constituir com olhar permanente à interdisciplinaridade, bem como às áreas correlatas à interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os grupos desenvolveram um longo e articulado trabalho para a constituição de propostas *Stricto Sensu*. Portanto, essa linha histórica da busca pela verticalização institucional nestes últimos anos pode ser assim resumida: em 2012, foi aprovado na área interdisciplinar da CAPES o Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural (MPDR), o qual iniciou suas atividades em 2013. No ano de 2013, dois programas acadêmicos foram aprovados, os quais iniciaram suas atividades em 2014: o Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) e o Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS). No ano de 2017, todos os cursos passaram pela primeira avaliação quadrienal da CAPES. O MPDR e o PPGAIS mantiveram o conceito 3. O PPGPSDS ampliou seu conceito para 4. No ano de 2014,

com base no direcionamento presente no PDI, grupos docentes relataram à reitoria a possibilidade e a demanda por um curso acadêmico, com foco interdisciplinar na área de Ciências Ambientais, capaz de contribuir com a produção animal e vegetal nos contextos dos ambientes produtivos, mantendo o olhar permanente à sustentabilidade. Assim, com a expedição da portaria 26/2014, criou-se uma Comissão responsável por direcionar uma nova proposta *Stricto Sensu*. O grupo iniciou o trabalho ainda no ano de 2014, sendo que submeteu à Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Vegetal e Animal (PPGCiências) no ano de 2015. A proposta foi avaliada e teve vários aspectos considerados positivos, contudo, não foi recomendada na ocasião. Com base na avaliação, o Grupo reestruturou a proposta e encaminhou no ano de 2016 uma nova APCN, atendendo às questões presentes na avaliação. A proposta mudou sua denominação para Produção e Ambiente (PPGPA) e foi submetida à Área de Ciências Ambientais. A proposta não foi recomendada, entrando o grupo com recurso ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) e, posteriormente, recurso direto à presidência da CAPES. Paralelamente, em razão do atraso no retorno dos recursos, submeteu-se novamente a APCN no ano de 2017, a qual se encontra em avaliação.

No ano de 2016, o PPGPSDS, submeteu para a APCN a sua proposição de Doutorado. A análise evidenciou diversos aspectos positivos: crescimento e desenvolvimento das ações do curso, interdisciplinaridade, incremento da produção acadêmica e formação de recursos humanos. Contudo, não foi aprovada, especialmente pelo fato do programa ter conceito 3. Houve interposição de recursos ao CTC-ES e à presidência, pois os docentes observaram que, mesmo não possuindo conceito 3, o curso possuía todas as condições necessárias para elevação de conceito na avaliação quadrienal. Entretanto, a solicitação foi indeferida. Em face do exposto, foi reencaminhada a APCN no ano de 2017, após o resultado da avaliação quadrienal onde o Programa ampliou seu conceito para 4. Atualmente está em fase de análise.

A partir de uma demanda instituída pela Universidade de Cruz Alta, com o COMUNG, iniciou-se um movimento junto ao Governo Federal com o objetivo de obter uma solução para as dívidas fiscais que as Universidades Comunitárias apresentavam. Esse movimento culminou com a aprovação da Lei No 12.688, de 18 de julho de 2012,

a qual instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES). Através dessa legislação, foi possível a UNICRUZ obter a regularidade fiscal, a partir do pagamento de suas dívidas, com bolsas de estudo. Em 2013, o governo federal sancionou a Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, a qual estabeleceu uma terceira modalidade de Universidade no sistema de ensino superior brasileiro: as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Assim, em 19 de dezembro de 2014, através da Portaria nº 784, publicada no D.O.U. 22/12/2014, a Universidade de Cruz Alta é qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES).

A partir do ano de 2014 a Universidade de Cruz Alta passou a organizar, juntamente com sua comunidade acadêmica um encontro anual para organização do Planejamento Estratégico, onde Fundação e Reitoria definiram cinco objetivos estratégicos. Estes objetivos serão balizadores para que os setores e cursos de graduação e pós-graduação definam suas metas e indicadores. Desde o primeiro encontro de planejamento estratégico os objetivos giram em torno da melhoria dos processos institucionais no sentido de alcançar a excelência acadêmica e tornar-se Universidade referência na região. O que se observa neste período é que estes objetivos vêm sendo alcançados já que o número de alunos ampliou de 2000 (em 2013) para mais de 3.000 no ano de 2017, embora haja flutuação nestes indicadores em razão das incertezas nas políticas educacionais, como o caso do FIES, esse número tem se mantido em 2018.

A atualização permanente do PDI contempla o processo de redimensionamento e de garantia de continuidade da instituição. Fundamentados nas características político-sócio-econômicas da região de inserção, nos relatórios das avaliações internas e externas, na própria dinâmica institucional e também nas políticas governamentais que criam mais condições para sanar dificuldades estruturais, além de estar encaminhando o crescimento vertical, trabalhou-se no sentido de colocar a Universidade de Cruz Alta como referência, também, nas áreas de Engenharias e Tecnológicas. Atualmente um dos grandes desafios da Universidade é a busca pelo credenciamento para a oferta de ensino à distância, com o objetivo de se colocar frente aos paradigmas atuais da educação mundial e, de se alinhar com as novas políticas da educação federal,

preconizadas pelo INEP, MEC e CAPES. Todavia, a UNICRUZ está se preparando para a oferta de um ensino que não seja totalmente EaD mas que possa articular de forma parcial um ensino presencial e a distância, que vem se configurando como um ensino híbrido, que mescla momentos presenciais e à distância, pautado por metodologias ativas e inventivas.

Outra preocupação institucional é a busca constante pela inovação, tanto nos processos de gestão como nos processos acadêmicos, com a implantação de novas tecnologias e espaços para que os acadêmicos possam vivenciar esses processos em sua formação, sendo um dos maiores exemplos dessa concretização na IES a implantação da agência de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia, a START, no ano de 2016.

1.4 Missão e Valores Institucionais

A Universidade de Cruz Alta tem como missão “*a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável*”. Assim, tem o ensino como sua atividade preponderante, entretanto o ensino universitário acontece na inter-relação com a pesquisa e a extensão. O crescimento e a consolidação da pesquisa, nos últimos anos na instituição, qualifica docentes e discentes e, desta forma, se produz um ensino qualificado, cujos fundamentos e resultados se alicerçam e se concretizam na pesquisa e na extensão.

Ao definirmos produção como missão institucional, considera-se pesquisa, em especial a aplicada, como o ideal para a construção de novos conhecimentos e tecnologias, porém remete também ao aspecto pedagógico da reelaboração dos conhecimentos acumulados historicamente pelo universo das diferentes ciências ou disciplinas. Por menor que possa ser essa produção ela ocorrerá e será objeto a ser socializado não só entre os pares da academia, mas como um bem social do qual a comunidade de inserção da Universidade poderá se beneficiar.

A socialização diz respeito a essa distribuição que tanto se dá pela publicização dos resultados do trabalho acadêmico, feito através de diferentes meios, entre os pares, quanto pela apropriação que a sociedade faz desse conhecimento produzido, transformando-o em desenvolvimento humano, social, cultural, econômico e ambiental. A qualificação dessa produção resulta da capacidade de buscar no conhecimento acumulado pressupostos teórico-metodológicos capazes de permitirem, no próprio espaço das ciências e tecnologias, avanços e até mesmo rupturas que levem à produção de conhecimento capaz de possibilitar o desenvolvimento sustentável demandado como condição para a cidadania ampla. A base humanística se presentifica no trabalho institucional focado no alcance dos objetivos e princípios estatutários. A humanidade almejada se caracteriza pela vivência e difusão da ética, da liberdade, da igualdade, da democracia, da solidariedade, do respeito ao outro e as diferenças e da mesma forma a consideração ao meio ambiente.

A educação para a sustentabilidade busca contribuir na tomada de decisões do cidadão. Nesse processo, a qualificação acontece de forma democrática e consciente, tanto no campo individual como no campo coletivo, tornando a academia propulsora ativa no estabelecimento de relações entre os conhecimentos vividos e os estudados, gerando um caminho real e significativo no processo de aprender.

Desta forma, o fazer universitário tem como finalidade mais ampla contribuir com a humanidade para o desenvolvimento que, inicialmente, envolve a transformação da realidade no que diz respeito ao crescimento propiciador da universalização do acesso aos bens sociais sejam eles econômicos, culturais, educacionais ou ambientais. O ensino, a pesquisa e a extensão materializam valores, princípios e objetivos que conduzem a consecução desse compromisso social.

O perfil do egresso da UNICRUZ carregará na capacidade crítica, ética e solidária a formação propiciada, considerando o conhecimento acumulado sustentado por diferentes correntes teórico-políticas e reelaborado no contato com a realidade social, proporcionado pela pesquisa e pela extensão; os processos pedagógicos qualificados pela metodologia crítico-reflexiva; a vivência universitária pautada pela liberdade, responsabilidade e pela gestão democrática, colegiada e transparente. A ética e a solidariedade também decorrem do fazer universitário assim sustentado. A qualificação

dos processos, coerente com os princípios e objetivos institucionais expressos no seu estatuto, é que garante que esses valores sejam incorporados pela nossa comunidade acadêmica.

Assim, a Universidade de Cruz Alta se compromete com a educação do ensino superior da sua região por meio da produção de conhecimento científico e tecnológico qualificado, pautada nos seguintes valores: Compromisso Social; Democracia; Educação; Ética; Inovação e Desenvolvimento; Justiça; Liberdade; Respeito às diversidades; e, Responsabilidade Social.

1.5 Contexto de Inserção do Curso na Região

Conforme descrição do histórico da região na qual se insere a Universidade de Cruz Alta percebe-se principalmente a necessidade de mão-de-obra qualificada em diversos setores das diferentes áreas profissionais. Neste contexto, o Curso de Agronomia se estabeleceu para suprir a demanda de profissionais da área agrônoma na região do Alto Jacuí.

No intuito de se adequar às novas Diretrizes Curriculares editadas pelo Ministério da Educação em 2006, o Curso de Agronomia desta IES, a partir de 2008 passou por uma reestruturação de base para que o egresso tivesse competência e conhecimento para uma formação generalista.

O Projeto Pedagógico do Curso se constitui em um documento de referência no processo de educação, com função articuladora, identificadora, retro alimentadora e ética, reunindo as diretrizes, as características e as estratégias do Curso, enfatizando a atividade do profissional comprometido com o desenvolvimento regional, por meio de ações articuladas e interdisciplinares, respeitando à flora e a fauna, promovendo a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, através do uso tecnológico integrado e sustentável do ambiente, visando à melhoria da qualidade de vida da população na região de atuação da UNICRUZ.

O egresso do Curso de Agronomia terá condições de desempenhar suas atividades profissionais em assistência técnica (privada, pública e cooperativa), gerenciamento agropecuário, agricultura (grandes culturas e culturas alternativas),

pecuária de corte e de leite, piscicultura, fruticultura, apicultura, plantas medicinais, olericultura, ovinocultura, silvicultura, extensão rural (pública e privada), projetos/prestação de serviços, topografia, engenharia rural, paisagismo e floricultura, docência (terceiro grau, segundo grau e escolas técnicas), pesquisa (privada, autarquias e públicas), gerenciamento de jardins botânicos, indústria de fertilizantes, indústria de óleo vegetais, indústrias de produtos químicos e de laticínios, elaboração de projetos de preservação do meio ambiente, assessorias, em conformidade com a Lei 5194/66 e Resoluções 218/73, 1010/05 e 1073/16 do sistema CONFEA/CREA.

O profissional também terá condições de avaliar a repercussão da sua intervenção com o processo produtivo, a pessoa humana e a sociedade, contribuindo na melhora da qualidade de vida e no bem-estar da população, valorizando a potencialidade desta para poderem impulsionar o desenvolvimento da região nos seus respectivos setores de atuação.

Nesse sentido, a inserção do Curso na região abrange significativa parcela da demanda social, cujos interesses vêm sendo atendidos através da oferta de qualificação profissional por meio do fomento sócio-cultural-educacional. O Curso de Agronomia, conforme estatuto da IES, está integrado ao Centro de Ciências da Saúde em Agrárias, juntamente com nove cursos de Graduação e um Tecnólogo.

Dentre estratégias de divulgação do curso na região, há o desenvolvimento de ações em escolas de ensino médio, locais e regionais, a Feira das Profissões realizada anualmente, a participação em Dias de Campo e a apresentação de pesquisas desenvolvidas no curso durante a EXPODIRETO.

Ainda, o curso possui a Fazenda Escola, onde os acadêmicos desenvolvem projetos de pesquisa de seus TCC's ou pesquisa em convênio com empresas ligadas ao setor, as quais possuem convênio com o Curso de Agronomia. Estes trabalhos são apresentados em dias de campo – inverno e verão – dos quais participam, além dos acadêmicos e familiares, profissionais e produtores da região

Por fim, o curso de Agronomia possui também como estratégia de divulgação a página institucional (<https://home.unicruz.edu.br/curso/agronomia/>)

1.6 Contexto de Inserção do Curso na Instituição

O Curso de Agronomia foi autorizado a funcionar pelo Dec. 97.000/88 D.O. em 24/10/88, reconhecido pela Portaria no 1704/93 – 003/12/93, D.O. 06/12/93, com renovação pela Portaria no 142/05 de 14/01/05, D.O. 17/01/05 e posteriormente pela Portaria nº 775/08 de 07/11/08, D.O e pela Portaria Nº 1, de 06 de janeiro de 2012, nos termos do disposto no 69-B da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação. A última renovação ocorreu em 30/12/14, pela Portaria nº 822/14, publicada no DOU de 02/01/15.

Criado em 1988 e implantado em 1990, o curso de agronomia já lançou no mercado quarenta turmas de profissionais (de 1994 a 2019/1). Na sua base curricular inclui disciplinas em consonância com as Diretrizes Curriculares propostas pelo MEC para o curso de Engenharia Agrônômica ou Agronomia, conforme Resolução nº 1, de 02 de fevereiro de 2006, que buscam proporcionar uma formação dinâmica, com ampliação das bases do conhecimento. A Resolução no. 30/2011 do Conselho Universitário – CONSUN aprovou a readequação da base curricular para 2012, que contempla 72 disciplinas distribuídas em 266 créditos. O Curso reserva 480 horas para o estágio curricular supervisionado, 3990 horas de aula e 200 horas para as atividades complementares, o que integraliza um total de 4190 horas.

Em 2013 o Curso passou por nova readequação, quando foram inseridas disciplinas em atendimento às exigências do MEC. Em 2014, buscando atender uma demanda reprimida de acadêmicos, o CONSUN aprovou a oferta do Curso de Agronomia noturno, sendo mantida a base de 2013, com adequação das disciplinas para 11 semestres, com aulas práticas a campo concentradas nos finais de semana. A partir de 2015, o Curso voltou a ser ofertado também na forma diurna, objetivando a inserção de acadêmicos que necessitam dessa opção.

Atualmente o Curso de Agronomia possui nota 4,0 na avaliação do ENADE e na avaliação geral dos cursos. Está estruturado em uma base noturna (2018) e uma base diurna (2018), totalizando 150 ingressantes, da seguinte forma: no vestibular de verão 90 vagas para o noturno e 30 vagas para o diurno. No vestibular de inverno 30 vagas para a

base noturna. O tempo máximo para a integralização das bases corresponde a oito anos, com tempo mínimo de quatro anos.

Em atendimento às Diretrizes Curriculares, o curso oferece as disciplinas de libras, inglês instrumental e espanhol como disciplinas optativas, além de outras componentes da formação específica, de livre escolha dos acadêmicos.

Na busca da solidificação do seu profissional, o curso procurou, ao longo do tempo, firmar convênios com instituições de pesquisa, tanto públicas quanto privadas, sistema cooperativo da região, EMATER/RS, propriedades rurais, entre outros. Além disso, as ações do curso junto às Pró Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão buscam consolidar as condições institucionais, materiais e humanas para a implementação de núcleos que integrem as ciências agrárias e da saúde.

Atualmente o curso participa do programa de internacionalização, com acadêmicos realizando de intercâmbio/estágios com produtores dos Estados Unidos e com Universidades da Alemanha e Portugal. O curso mantém ativo esse programa e procura intensificá-lo nos próximos.

2 FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Agronomia da UNICRUZ fundamenta-se com base no perfil do egresso que deseja formar. Portanto, que este seja um profissional qualificado para o exercício das Ciências Agronômicas, através de uma perspectiva humanística, crítica e reflexiva. Esses profissionais deverão ser capazes de reconhecer e intervir sobre os problemas/situações associadas às diferentes áreas de atuação do engenheiro agrônomo, sendo capacitados a atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, agindo como promotores da produção de alimentos de forma sustentável. Através disso, tem por objetivo, o preparo do indivíduo com base numa sólida formação geral-profissional, pautada por princípios ético/políticos e técnico/científicos, voltados para a complexidade das relações e das demandas humanas e sociais.

2.1 Bases teórico-conceituais

Tendo como base fundamentadora os princípios da Universidade de Cruz Alta, enquanto instituição impulsionadora do desenvolvimento da comunidade, o Curso de Agronomia centraliza a ação formadora no homem, entendido como um ser de relações em busca de sua completude. A Universidade procura investir na área da agropecuária com a oferta do Curso de Agronomia, cujo profissional se destaca no contexto social como um dos agentes de transformação da realidade que configura a necessidade de assegurar condições à vida.

2.1.1 Fundamentos e Princípios Filosóficos

a) Ser humano: compreendido como sujeito histórico e social, que se constitui e se transforma, (inter)subjetivamente, através das interações com os outros seres e com o meio em que vive. É também sujeito político, cidadão capaz de buscar a autonomia e a autorrealização, a participação responsável e crítica nas esferas socioeconômica, política, ambiental e cultural.

b) Sociedade: embora a sociedade esteja organizada pelo modo de produção capitalista, geradora de considerável avanço científico e tecnológico, bem como de desigualdade, de competitividade e seletividade, a Universidade de Cruz Alta possibilita a produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico, mas também humanístico, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, estéticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

c) Educação: entendida neste contexto como processo social, cultural, dinâmico, complexo, intencional e espontâneo, que pode e deve possibilitar a constituição de sujeitos humanizados, para, a partir da educação, contribuir para o desenvolvimento humano.

d) Conhecimento: construção resultante do movimento sócio histórico, onde o já acumulado é ponto de partida para o novo que pode corroborar e acrescentar novos dados ao já existente, produzindo rupturas e/ou inovações em cada campo da ciência ou das tecnologias. Aliado a isso, a Universidade por meio da ecologia de saberes valoriza a cultura popular por meio do conhecimento acumulado das culturas populares, da comunidade local e regional.

e) Ciência e produção do conhecimento: a Universidade é espaço de produção e disseminação de conhecimento científico, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos, pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica da atuação docente e discente, bem como pela responsabilidade social inerente a esse processo de produção. O conhecimento produzido na Universidade e por ela socializado emerge da pesquisa e visa à solução aos problemas estudados. A busca pelo conhecimento científico, tecnológico e pela inovação em cada campo da ciência é de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico sustentável permeando o ensino, a pesquisa e a extensão, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

f) Desenvolvimento: concebido como global que se relaciona aos avanços do sujeito, na sua constituição, mas como efeito reflexo do desenvolvimento do seu entorno; a concepção mais adequada é a de desenvolvimento sustentável, em consonância com a missão institucional e que, além do econômico, social e ambiental, incorpora o cultural e o ético e estético.

g) Ética: na confluência dos inúmeros princípios, está a ética como postura do humano

frente aos seus pares e à natureza; as atitudes de cada membro da comunidade acadêmica traduzem a observância à impessoalidade, à moralidade, à publicidade, ao respeito ao meio ambiente, à dignidade das pessoas e seus direitos fundamentais.

h) Estudante: sujeito sócio histórico capaz de (re)elaborar, construir, produzir e sistematizar conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, e do estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, crítico, ético e solidário, visando à inserção em diferentes setores e ao exercício de uma profissão. Capaz de compreender o mundo que o cerca, pela busca na resolução de questões provocadas ou existentes neste contexto.

i) Professor: aquele que é capaz de trabalhar com a diversidade de alunos e que tem como foco a aprendizagem, mediada pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. Comprometido com a sua formação continuada e permanente, sendo ela científica, pedagógica e humanística, e pela reflexão constante de sua *práxis*. Tem participação na produção e sistematização do saber e é capaz de utilizar as novas metodologias e tecnologias.

j) Inovação e Empreendedorismo: conjunto de práticas capazes de transformar ideias e conceitos em atitudes e propósitos de mudanças de forma criativa, inovadora com otimização de recursos. A arte de fazer acontecer projetos pessoais e organizacionais com capacidade de gerar e distribuir riqueza, ao mesmo tempo em que agrega benefícios à sociedade, de forma construtiva, ética e responsável. A partir disso, vislumbra a oportunidade de mudança com a garantia do desenvolvimento humano e social de forma sustentável.

2.1.2 Fundamentos e princípios teórico-metodológicos

Os princípios já apresentados determinam a adoção de concepções relativas aos principais elementos implicados na prática pedagógica, os quais materializam a linha básica da ação institucional, no que diz respeito ao ensino, a pesquisa e a extensão. Vejamos:

a) Currículo: um currículo que tenha como pressuposto o fazer humano, uma cultura e prática social que deve impregnar as situações de produção de conhecimento, com

respeito ao “outro”, integrando histórias de vida enquanto construtor de identidades; comprometido com as habilidades e competências necessárias ao exercício profissional dos egressos, pensado e atualizado, de acordo com as demandas de cada área. Um currículo integrado, contextualizado na história, na política e articulado de forma interdisciplinar com as necessidades elencadas pela sociedade.

b) Interdisciplinaridade: a Universidade de Cruz Alta traça seu caminho, a partir da interdisciplinaridade como meio de superação de conhecimentos lineares e fragmentados, possibilitando ao sujeito uma postura crítica na compreensão da realidade, constitutiva do meio em que se encontra inserido. A interdisciplinaridade é concebida como um processo que permeia todos os princípios institucionais. Acredita-se que essa configuração favorece a construção de projetos inovadores e a integração dos saberes, no exercício permanente do diálogo entre os componentes curriculares e as áreas do conhecimento, bem como na formação integral do cidadão.

c) Aula: espaço interativo de debates, questionamentos, argumentações e tomada de posições entre sujeitos que, fundamentados em princípios éticos e através da linguagem enquanto meio, produzem conhecimento. Os sujeitos da aula são tanto os professores, com os conhecimentos construídos no âmbito da ciência que praticam, quanto os estudantes com os saberes e conhecimentos que trazem para a aula; seus aspectos metodológicos substituem a ênfase no ensino pela ênfase na aprendizagem. A aula é concebida como espaço e tempo de aprendizagens/ensinagens capazes de transcendência para todos. Reunindo características diversas enquanto mobilidade acadêmica, considerando tempos e contextos, a aula reflete dimensões regional, nacional e internacional tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão, possibilitando a interação em diferentes âmbitos, tais como culturais e conhecimentos da humanidade;

d) Planejamento: são os pilares sobre os quais se assentam, não só a prática pedagógica, mas todos os processos decorrentes dela, planejados como trabalho coletivo que permite pensar a *práxis* que surge da realidade e que à mesma retorna em ações transformadas. É concebido como mapas traçados previamente à prática pedagógica, embasados em um conhecimento preliminar do contexto, do grupo de estudantes e da ciência;

e) Pesquisa: na prática pedagógica, é fundamentado por uma perspectiva teórica, ética e socialmente responsável que organiza a relação dos sujeitos com os conhecimentos, em bases dialógicas. A atividade ensino coloca-se como nascedouro do questionamento que provoca a atividade pesquisa, o problema que gera a pergunta e encaminha a investigação como procedimento, mas também como espaço de socialização, reelaboração e apropriação de conhecimentos produzidos;

f) Extensão: oportuniza a ampliação do conhecimento, articulando-se à pesquisa, favorecendo a consolidação do ensino acadêmico. Assim, ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as peculiaridades próprias de cada um, revestem-se de características que se complementam entre si, garantindo o êxito do processo educativo e da indissociabilidade na Universidade;

g) Avaliação: constitui-se na leitura permanente e prospectiva do contexto institucional, dos processos, sejam eles de gestão ou pedagógicos, com o objetivo de verificar o que ainda é possível produzir em termos de melhoria da gestão e da produção do conhecimento. Nesse sentido, não interessa descobrir somente o que já foi feito, ou o que os estudantes já sabem, mas o que ainda deve ser feito e o que ainda podem conhecer. Caracteriza-se como contínua e dialógica, implicando interação entre os sujeitos na dinamização da Missão da UNICRUZ e no domínio dos saberes necessários ao exercício profissional. Acontece sempre que são envidados esforços pedagógicos, seja no espaço-tempo da aula, seja nas esferas pedagógicas informais no âmbito da instituição. A avaliação é contextual, dinâmica e coerente com os objetivos dos projetos pedagógicos dos cursos. É processo, enquanto articula ensino, pesquisa e extensão, guardando íntima relação com as áreas de conhecimentos que permitem perceber as dimensões qualitativas e quantitativas, como expressões do vivido, do estudado e do aprendido;

h) Práxis Pedagógica: a aula, o conhecimento, a avaliação, a pesquisa e a extensão, tendo a linguagem como meio de veiculação, caracterizam a *práxis* pedagógica e são indissociáveis, não se entendendo um dos elementos sem os demais. Tal processo, objetiva a formação do profissional reflexivo, cuja prática consiste na reflexão, na ação/reflexão/ação, num contínuo movimento educativo dialético;

i) Excelência do fazer universitário: a busca da excelência é um processo que compromete a comunidade acadêmica. Envolve o repensar contínuo de todas as ações institucionais. A excelência institucional é priorizada, não apenas para atender às regulamentações oficiais do ensino superior, mas também como referência à identidade institucional, que se consolida como uma instituição referência, na comunidade local e regional. Os aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos definem as concepções dos processos de ensino e aprendizagem. Tudo isso se apresenta como condição básica para a definição das diretrizes, políticas e metas que são priorizadas pela Instituição.

j) Acessibilidade Plena: a partir da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva (2008), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva, na escola e na sociedade. Em consonância com essa definição, com a missão e as políticas institucionais e a legislação específica, a Universidade oferece apoio a pessoas com deficiência, viabilizando sua permanência pela facilitação do acesso, sejam elas estudantes, professores ou colaboradores. A ação institucional envolve o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas dependências, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, para ser considerada acessibilidade plena precisa atender as dimensões da acessibilidade arquitetônica, das comunicações e digital, a pedagógica e a atitudinal.

k) Metodologias Ativas e Inventivas – De um modo geral podemos dizer que as metodologias ativas são práticas educacionais inovadoras que atendem as DCNs. Nas metodologias ativas o foco deixa de ser o ensino e passa ser a aprendizagem do aluno, exigindo portanto, um aluno capaz de gerenciar seu processo de formação. As metodologias ativas são muito usadas na Educação à Distância, mas também podem ser utilizadas em aulas presenciais. Mas o maior desafio atualmente é que os alunos sejam inventivos e empreendedores e não apenas meros executores de tarefas. Essa transformação de postura é que inclui o conceito de metodologias inventivas. Assim, se

permite que os processos de ensino e aprendizagem contemporâneos sejam realizados em espaços-tempos diferenciados.

I) Espaços-tempo em educação – com a incorporação das tecnologias dos mundos virtuais na educação, o processo formativo atualmente exige que as instituições de ensino superior repensem seus espaços de ensino e aprendizagem, não mais restritos à uma sala de aula. Com isso surgem novas possibilidades de ofertar os processos de ensino aprendizagem, seja de modo presencial, semipresencial (híbridos) ou totalmente à distância. Um grande aliado é o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, que propicia maior autonomia tanto do professor na sua capacidade de criação de metodologias alternativas, quanto do aluno que também se torna protagonista no processo ensino-aprendizagem. Esses novos espaços tempos de aprendizagem permitem, especialmente ao aluno, desenvolver sua criatividade, inventividade inovação e empreender novas ideias. Schlemmer (2002 apud BACKES; 2007, p. 131) “entende que o conceito de presença se modifica e adquire um novo significado quando utilizamos as tecnologias digitais que possibilitam a flexibilização de tempo e espaço em processos educacionais.”

Os aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos definem as concepções dos processos de ensino e aprendizagem. Tudo isso se apresenta como condição básica para a definição das diretrizes, políticas e metas que são priorizadas pela Instituição.

2.2 Bases teórico-instrumentais

2.2.1 Objetivos do Curso

Diante das constantes mudanças sociais e do conhecimento científico, a educação dos profissionais da área agronômica exige das instituições formadoras um perfil profissional que inclua visão sistêmica, capacidade de comunicação e negociação, habilidades para gerenciar serviços, hábito de autoaprendizagem e um olhar bem mais preparado para lidar com a complexidade e a incerteza.

A fim de promover a formação de um profissional generalista na área agronômica, o conhecimento teórico adquirido deve ter um enfoque interdisciplinar e inter-relacionado

com os saberes práticos. A articulação entre teoria e prática é implementada e estimulada precocemente em atividades tais como: semanas acadêmicas, práticas em laboratórios, estágios curriculares e extracurriculares, monitorias, trabalhos de pesquisa e extensão (Fazenda Escola), viagem de estudo e momentos de atualização.

2.2.1.1 Objetivo Geral

Os objetivos do Curso simbolizam as relações da Instituição com o conjunto de determinações sociais que regulam o trabalho universitário

- Preparar profissionais de nível superior, com formação científica sólida e abrangente, capazes de promover, orientar e administrar a utilização de fatores de produção, tendo em vista a racionalização da produção agropecuária de forma sustentável e em harmonia com o ecossistema.
- Formar engenheiros agrônomos com domínio de conhecimento e instrumentalização de métodos, técnicas e processos adequados à solução de problemas de desenvolvimento quali e quantitativo dos produtos agro-silvi-pastoris inseridos na realidade regional.

2.2.1.2 Objetivos Específicos

- Capacitar o profissional para exercer sua profissão com competência, sabendo discernir sobre as reais necessidades do setor primário e como deverá intervir para solucionar a situação.
- Construir um saber embasado nos avanços e rupturas que constituem as ciências próprias aos campos do conhecimento do acadêmico de Agronomia.
- Criar e manter espaço permanente de (re)elaboração, proporcionando a divulgação da inter-relação construída na teoria e prática.

A aplicabilidade e observância de tais objetivos poderão ser vistos em diferentes momentos no transcorrer do Curso, com atividades contínuas de ensino, pesquisa e extensão continuada, das quais participam os acadêmicos.

Dentro dessa perspectiva, destacam-se algumas disciplinas que demonstram a integração entre ensino, pesquisa e extensão: Metodologia Científica, Experimentação Agrícola e Pesquisa, Sociologia Rural, Extensão Rural e Estágio Prático Profissionalizante.

Assim, com estas disciplinas, a comunidade acadêmica da UNICRUZ, mais especificamente do Curso de Agronomia, busca a inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão.

3 PERFIL PROFISSIONAL

Os princípios que norteiam a proposta pedagógica do Curso de Agronomia apontam para os valores a serem resguardados na formação do profissional da área. A relação entre o perfil do profissional e o currículo pleno estabelece-se, a partir dos objetivos do Curso.

3.1 Perfil do Curso

A Universidade de Cruz Alta, ao estabelecer o perfil do profissional que pretende formar, considerou a necessidade de analisar os diferentes aspectos da natureza do indivíduo enquanto profissional, capaz de exercer com competência e responsabilidade a função social que corresponda ao que dele se espera. Nesse aspecto, atributos de natureza humana, social e profissional, constituirão as referências básicas no perfil do engenheiro agrônomo, contemplando os requisitos necessários do exercício profissional, conforme Resolução Nº 01, de 02 de fevereiro de 2006:

- a) Projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;
- b) Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;
- c) Atuar na organização e planejamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;
- d) Produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;
- e) Participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas no agronegócio;

- f) Exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;
- g) Enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

3.2 Perfil do egresso

A definição dos princípios norteadores do Curso de Agronomia apontou para a identidade do profissional transformador que se deseja formar, materializado nesta proposta.

O engenheiro agrônomo egresso do Curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta deverá ser eclético, crítico, criativo e comprometido com a comunidade onde está inserido.

O conhecimento construído ao longo do Curso o capacita a atuar como agente de vanguarda e transformador da realidade, através da geração e adequação de tecnologias que promovam a produção agropecuária com a preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida do homem.

Procura-se lançar no mercado um profissional com formação eclética e humanística, atualizado e inserido na realidade social, cultural e política do País, estando comprometido com a produção economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

3.3 O Mundo do Trabalho, o Profissional e seus saberes

Objetivando a formação de indivíduos críticos e participativos, os saberes docentes na Universidade de Cruz alta privilegiam ações educacionais pautadas no princípio do diálogo.

Tais saberes interagem num sistema educacional concreto, capaz de fazer parte da realidade e influenciá-la produtivamente. Através de uma prática interdisciplinar em

sintonia com o tempo espaço, as ações docentes são contextualizadas favorecendo a abertura para o novo. Nesse processo dialético dialógico, a voz do educador interage com uma multiplicidade de vozes nos diferentes espaços nos quais transita, possibilitando a construção de novas formas de conhecimento, subjetividade e identidade profissional. A formação interdisciplinar possibilita, aos discentes e docentes, o estabelecimento de relações e vínculos de confluência, a transgressão de fronteiras e resultam na desfragmentação dos saberes num processo rico em possibilidades de troca e construção.

Os graduados no Curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta deverão apresentar condições de análise da realidade de mercado de trabalho, em suas variáveis locais e regionais, bem como em aspectos do contexto estadual, nacional e global, objetivando o conhecimento da dinâmica do setor agropecuário frente a padrões atuais de produtividade adequada ao meio ambiente, com a racionalização de recursos e o gerenciamento de empresas rurais.

A profissão de engenheiro agrônomo reveste-se de um caráter social extremamente relevante, onde se verificam aspectos relacionados à sua responsabilidade com a produção de alimentos e à economia.

Considerando o crescente envolvimento do país com a produção primária, quando as fronteiras produtivas estão em contínuo processo de expansão, sendo responsável por cerca de 50% do Produto Interno Bruto, o profissional graduado na área, recém-egresso da Universidade, deve integrar-se ao mercado de trabalho comprometido com esta realidade. Seu conhecimento deve atingir a amplitude que vai desde a Bolsa de Chicago até a aquisição de insumos pelo produtor e o gerenciamento da propriedade deste.

Na atualidade, as informações que estão relacionadas ao mercado de trabalho para o engenheiro agrônomo, apontam o sistema cooperativo, empresas privadas de insumos e a iniciativa privada como fontes empregadoras no contexto nacional, estando a região Centro-Oeste com ótimo mercado de trabalho. Porém, em nível de RS se tem verificado uma boa procura por profissionais, principalmente pelo sistema cooperativo e por empresas privadas de insumos. Praticamente todos os Engenheiros Agrônomos

formados pelo Curso de Agronomia da UNICRUZ, que disputam vagas, têm sido absorvidos pelo mercado de trabalho.

]Tem sido observado, nos últimos anos, que a marca do engenheiro agrônomo formado pela UNICRUZ vem sendo reconhecida regionalmente, o que mostra que as ações do Curso articuladas às diretrizes curriculares estão no caminho certo.

O engenheiro agrônomo também pode desenvolver atividades autônomas em campos de conhecimento específico. A administração de uma empresa familiar também se constitui em uma “fonte empregadora”, sendo que uma grande percentagem dos profissionais egressos do Curso é absorvida neste setor.

No contexto regional de abrangência do Curso, destaca-se a empresa rural familiar, importante espaço de aproveitamento para o trabalho do profissional em Agronomia, principalmente aquele atrelado a órgãos extensionistas, como EMATER. A capacitação de docentes na área expande as condições de mercado na região, através da conscientização da importância social do engenheiro agrônomo como agente fomentador da economia, com preservação do meio ambiente.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 Dinamização e intencionalidade curricular

A flexibilização da oferta do currículo dos Cursos de graduação da UNICRUZ é baseada na construção dos saberes necessários para o exercício das profissões, sendo alicerçada não somente nas atividades de sala de aula, mas também, fortalecidas por outras vivências experimentadas pelos estudantes durante os anos de contato com a educação formal e que contemplam as demandas da sociedade, do processo de conhecimento e de uma formação crítica e cidadã dos profissionais. Essa concepção de flexibilidade e valorização de diversas formas de aquisição e desenvolvimento de habilidades e competências está previsto na oferta de todos os cursos de graduação da UNICRUZ através das Atividades Complementares, que seguem o disposto no Regulamento Institucional de Atividades Complementares e no Regulamento específico do curso de Agronomia (Anexo I), contemplando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O curso de Agronomia está estruturado de forma a atender as novas orientações curriculares, conforme Resolução Nº 1, de 2 de fevereiro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995 (Pareceres CNE/CES nº 776/97, 583/2001 e 67/2003 e CNE/CES nº 306/2004, que preveem a formação de um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor científico e intelectual.

O currículo da atual base curricular 2018 Diurno e Noturno (readequação), apresentam sua estrutura organizada nos seguintes núcleos:

1. Núcleo de formação geral: Constitui a primeira etapa, sendo formado pelos conteúdos interdisciplinares fundamentais.
2. Núcleo de concentração: Constitui a segunda etapa, sendo formado pelos conteúdos (inter) relacionados

3. Núcleo especializado: Constitui a terceira etapa, sendo formado pelos conteúdos de aplicação em áreas específicas.
4. Núcleo livre: Constitui a quarta etapa, sendo formado pelos conteúdos de complementação por opção do aluno.

Os conteúdos dos núcleos estão relacionados com todo o processo de produção de alimento, de forma sustentável, formando um profissional consciente da importância da permanente atualização técnico-científica. Os conteúdos dos núcleos contemplam:

- I - Ciências Exatas
- II - Ciências Biológicas
- III - Ciências Humanas e Sociais
- IV - Ciências Agrônomicas

A maioria das disciplinas do núcleo de formação geral e algumas do núcleo de concentração e livre são ofertadas pela IES como disciplinas de Núcleo Comum. Este núcleo é constituído por disciplinas que são comuns aos cursos das mais diversas áreas do ensino superior, sendo esta uma estratégia adotada pela Universidade, visando à integração entre os cursos e propiciando a interdisciplinaridade dos conteúdos desenvolvidos. Também se verifica que estas disciplinas de núcleo comum são uma forma de viabilizar e oportunizar a flexibilização para que o acadêmico possa agregar mais componentes curriculares ao seu horário. Dessa forma, é facultada ao estudante, a possibilidade de cursar os componentes curriculares do referido Núcleo Comum na continuidade de seu curso superior, quando, por uma razão ou outra de ordem pessoal, resolver trocar de curso.

As disciplinas do núcleo comum estão organizadas em três eixos: formação geral, formação básica e formação específica. As de formação geral e de formação específica podem ser trabalhadas através de núcleos comuns.

As disciplinas de formação geral são agrupadas considerando os dois Centros de Ensino, com isso objetiva garantir ao acadêmico a integração entre os cursos, a flexibilização dos horários. Inclui as disciplinas: Metodologia da Pesquisa e Produção Textual.

As disciplinas de formação básica são organizadas em cada Centro de acordo com a proximidade das áreas e do enfoque da disciplina no seu respectivo Curso.

As especificidades de cada curso são asseguradas num núcleo individual que, aliado aos núcleos gerais e básicos, complementam a formação do acadêmico.

Com isso procura-se flexibilizar horários já que o estudante dispõe de opções para escolha da classe de uma mesma disciplina; há também maior socialização entre os acadêmicos, o que permite produtiva troca de saberes. A aula assim se constitui em oportunidade real de interação entre sujeitos. Eles são tanto os professores, com os conhecimentos produzidos no âmbito da ciência que praticam quanto os estudantes com os saberes e conhecimentos que trazem para a aula.

A vivência de práticas interdisciplinares no curso está presente no cotidiano da ação pedagógica docente e discente. As situações de aprendizagem requerem um sujeito ativo na busca de (inter) relações com o conhecimento agrônomo. A atitude interdisciplinar dos sujeitos envolvidos é que promove a busca de soluções aos problemas e situações da vivência dos futuros profissionais. Para isso o Curso de Agronomia, utiliza-se de diferentes ferramentas inovadoras como o Dia de Campo, Seminário Integrador e Interdisciplinar, o Ciclo de Extensão Multidisciplinar do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias, Semana Acadêmica, o Seminário Interinstitucional de Pesquisa e Extensão, entre outros.

O desenvolvimento das disciplinas e respectivos conteúdos acontecem de forma a integrar os núcleos de formação e os consequentes conteúdos de cada núcleo. Por sua vez as estratégias de atuação docente e discente perpassam pelos núcleos e culminam com processo de avaliação entre as disciplinas do semestre, ou seja, a solução das situações-problemas apresentadas, encontram suporte numa ação interdisciplinar.

A consolidação da formação acadêmica pode acontecer por meio de disciplinas optativas, com conteúdos específicos orientados para a especialização em determinadas áreas do saber agrônomo, possibilitando a flexibilização do conhecimento. Desta forma, acadêmicos de uma mesma turma poderão obter, junto ao CREA, atribuições diferenciadas, o que concorda com o estabelecido na Res. 1073/16 do CONFEA.

Os projetos de pesquisa também contribuem para a formação multidisciplinar dos acadêmicos, uma vez que em toda a ação de pesquisa existe a participação direta de acadêmicos, quer seja como bolsistas quer seja como voluntários. A interdisciplinaridade se dá em função da diversidade de áreas do conhecimento envolvidas nos projetos

implantados, os quais contemplam desde a pesquisa básica até pesquisa aplicada, esta desenvolvida para resolver problemas regionais pontuais ou contribuir para estudos de regionalização ou indicação de novas tecnologias. Nesse sentido, projetos envolvendo diferentes áreas do conhecimento e cursos de diferentes centros, proporcionam a troca de experiências entre docentes e acadêmicos, resultando na ampliação das bases de conhecimento.

Este mesmo processo ocorre em relação aos projetos de extensão, embora em menor escala. O Curso de Agronomia tem desenvolvido trabalhos de extensão em nível regional, com a participação de docentes e acadêmicos, trabalhando temas específicos, elencados pela comunidade, como combate aos mosquitos, por exemplo. Estas palestras e oficinas atingem a população em geral e mais especificamente alunos do ensino fundamental.

Estimulando a extensão a universidade conta com o Núcleo de Conexões Artístico-Culturais/NUCART, que tem como principal objetivo congregar diferentes atividades culturais, concebidas e vivenciadas pela comunidade acadêmica. Através da arte e da cultura busca contribuir para a transformação social, pois entende-se que o NUCART pode ser um canal de diálogo entre os saberes desenvolvidos e construídos na Universidade e os diferentes agentes e instâncias com os quais a Instituição interage na região. Ao contribuir com o fomento artístico-cultural, a Universidade desempenha um papel preponderante e reafirma sua importância como vetor cultural regional.

Sob a ótica da interdisciplinaridade, o NUCART vem promovendo e organizando encontros, palestras, debates, seminários, exposições, instalações, encenações, lançamento de livros, leituras dramatizadas, sessões de cinema, pinturas murais temáticas no âmbito da Universidade, danças, apresentações artísticas, performances musicais, corporais, poéticas, enfim, expressões culturais variadas, sendo que estas atividades têm um ponto em comum: a construção do conhecimento e da cidadania. Neste espaço transita o Curso de Agronomia enquanto mais um desafio para uma Universidade contemporânea e inclusiva, como a UNICRUZ.

Desta maneira acredita-se estar contribuindo para a concretização do princípio que preconiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Universidade e, conseqüentemente, para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da

região. Para atingir esta finalidade, o NUCART atua no sentido de conceber, planejar e executar ações que venham contribuir na trajetória da Universidade, inserindo seus acadêmicos e egressos, professores e funcionários enquanto sujeitos da proposta e concretiza uma realidade que confere à Universidade de Cruz Alta o selo de polo irradiador de cultura e arte, aberto e integrado à comunidade.

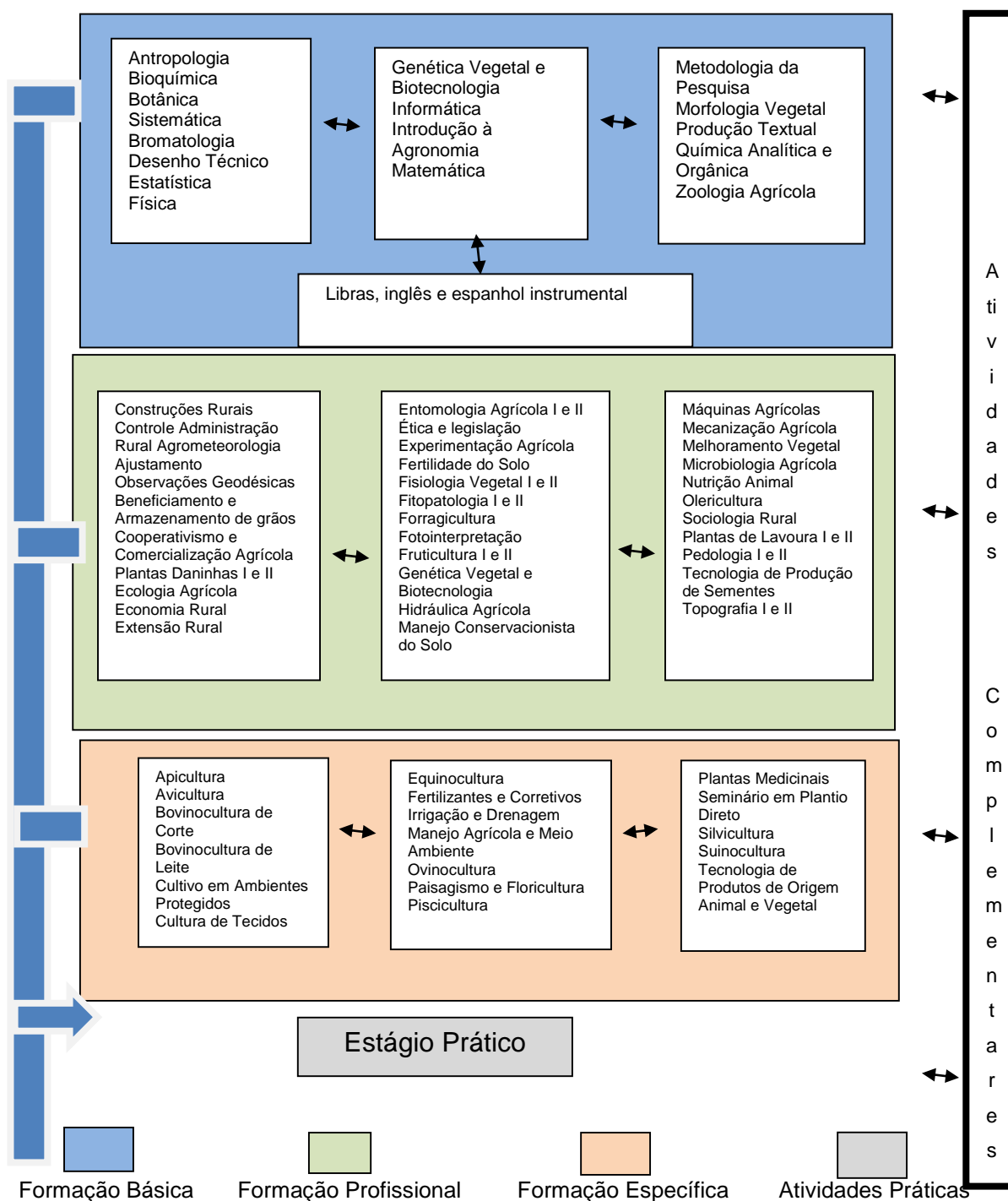
A interação dos acadêmicos com essa diversidade de público, desenvolve neles o espírito comunitário, ensinando-o a trabalhar com as diferentes camadas da população e preparando-o para a vida.

O Curso possui, ainda, uma Área Experimental (50 ha) onde a Fazenda escola está inserida, ambos em implantação e consolidação. Os projetos de pesquisa dos docentes do Curso de Agronomia e de empresas privadas estão sendo implantados na Área Experimental, sempre com a participação de acadêmicos bolsistas e voluntários.

O Curso de Agronomia possui um docente tutor para cada turma e disponibilizou para cada uma um lote de 18 m x 30 m, para que os acadêmicos desenvolvam a atividade que melhor lhes aprouver.

4.2 Representação gráfica do perfil de formação

Ressalta-se que, para o aluno alcançar as competências e habilidades gerais e específicas durante a graduação, os conteúdos e disciplinas devem estar inter-relacionados, permitindo uma sólida formação profissional, conforme demonstrado na figura:



4.3 Estrutura do Curso

O curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta reestruturou em 2018/1 (Consun) a sua Grade Curricular (2013/1 - Diurno e 2015/1 - Noturno) com intuito de atender as demandas do mercado de trabalho. Atendendo às Diretrizes Curriculares para os cursos de Agronomia, conforme Resolução CNE/CES nº 1 de 02 de fevereiro de 2006 foram incluídas as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), fato que vem a contribuir para a formação de um profissional pesquisador, demanda crescente dentro da área de trabalho do agrônomo.

4.4 Grade Curricular

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Pró-Reitoria de Graduação
Centro de Ciências Agrárias, Exatas e da Terra
Curso de Agronomia
Portaria nº 136 – 01/03/2018 D.O.U.: 02/03/2018

Readequação Grade Curricular do Curso de Agronomia Noturno – 2018

	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
1º	Desenho Técnico		04	60
	Introdução à Agronomia		02	30
	Matemática		04	60
	Morfologia Vegetal		04	60
	Produção Textual		02	30
	Química Analítica e Orgânica		04	60
	Informática		02	30
	Zoologia Agrícola		02	30
	TOTAL		24	360

2º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Botânica Sistemática	Morfologia Vegetal	04	60
	Física		02	30
	Antropologia		02	30
	Bioquímica para Agronomia		04	60
	Metodologia da Pesquisa		02	30
	Estatística para Agronomia		02	30
	Genética Vegetal e Biotecnologia		04	60
	Agrometeorologia		04	60
	TOTAL		24	360
3º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Topografia I		04	60
	Pedologia I		04	60
	Máquinas Agrícolas		04	60
	Fisiologia Vegetal I		04	60
	Bromatologia para Agronomia		04	60
	Entomologia Agrícola I		04	60
		TOTAL		24
4º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Sociologia para Agronomia		04	60
	Pedologia II		04	60
	Fisiologia Vegetal II		04	60
	Microbiologia Agrícola		04	60
	Nutrição Animal		04	60
	Topografia II	Topografia I	04	60
		TOTAL		24
5º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Entomologia Agrícola II		04	60
	Fertilidade do Solo		04	60
	Fitopatologia I		04	60
	Fotointerpretação	Topografia II	03	45
	Ecologia Agrícola		03	45
	Controle de Plantas Daninhas		04	60
	Mecanização Agrícola		02	30
	TOTAL		24	360

6º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Melhoramento Vegetal		04	60
	Experimentação Agrícola e Pesquisa		04	60
	Economia Rural		04	60
	Avicultura para Agronomia		02	30
	Controle de Plantas Daninhas II		02	30
	Fitopatologia II		04	60
	Forragicultura para Agronomia		04	60
	TOTAL		24	360
7º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Silvicultura		04	60
	Beneficiamento e Armazenamento de Grãos		02	30
	Manejo Conservacionista Solo		04	60
	Bovinocultura de Corte para Agronomia		03	45
	Bovinocultura de Leite para Agronomia		03	45
	Ovinocultura para Agronomia		02	30
	Fruticultura I		02	30
	Hidráulica Agrícola		04	60
	TOTAL		24	360
8º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Tecnologia Produtos de Origem Vegetal		03	45
	Suinocultura para Agronomia		03	45
	Fruticultura II		04	60
	Paisagismo e Floricultura		04	60
	Ajustamento de Observações Geodésicas	Topologia II, Matemática	04	60
	Olericultura		04	60
		TOTAL		22

	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
9º	Construções Rurais	Desenho Técnico	04	60
	Legislação e Ética Profissional		04	60
	Irrigação e Drenagem		04	60
	Plantas de Lavoura I		04	60
	Tecnologia de Produtos de Origem Animal para Agronomia		03	45
	Cooperativismo e Comercialização Agrícola		02	30
	Optativa I		04	60
	TOTAL		25	375
	<hr/>			
	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
10º	Administração Rural		04	60
	Extensão Rural para Agronomia		04	60
	Plantas de Lavoura II		04	60
	Tecnologia e Produção de Sementes		04	60
	Trabalho de Conclusão de Curso I		02	30
	Manejo Agrícola e Meio Ambiente	Ecologia Agrícola	04	60
	Optativa II		02	30
	TOTAL		24	360
<hr/>				
	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
11º	Estágio Supervisionado	Todas as disciplinas anteriores ao 10º período ou quando não faltar mais do que doze (12) créditos para conclusão do curso. As Atividades Complementares deverão estar concluídas.	16	240
	Trabalho de Conclusão de Curso II		02	30
	TOTAL		18	270

Turno: Noturno

Total de Disciplinas: **72**

Total de Créditos: **257**

Horas de Estágio Curricular Supervisionado: **240**

Carga horária: **3855**

Atividades Complementares: **200**

Carga horária total: **4055**

**BASE CURRICULAR 2018 – Noturno
ANEXO**

Disciplinas Optativas:

DISCIPLINA OPTATIVAS	CR	CH
Cultura de Tecidos	04	60
Fertilizantes e Corretivos	04	60
Plantas Medicinais	04	60
Herbicidas no solo e planta	04	60
Gestão de Marketing e Empreendedorismo na Agronomia	04	60
Seminário em Plantio Direto	04	60
Introdução às geociências **	04	60
Apicultura	02	30
Cultivos em ambientes protegidos	02	30
Dicção, Oratória e Expressividade	02	30
Equinocultura	02	30
Libras	02	30
Psicultura	02	30
Inglês Instrumental	02	30
Espanhol Instrumental	02	30
Manejo Especializado de Inseto-praga	02	30
Variabilidade espacial e dinâmica de populações de organismos nocivos *	02	30

*Incluídas em 15/6/2016, após aprovação da Câmara de Graduação

** Incluída em agosto de 2017, para gerar atribuição profissional

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Pró-Reitoria de Graduação
Centro de Ciências Agrárias, Exatas e da Terra
Curso de Agronomia
Portaria nº 136 – 01/03/2018 D.O.U.: 02/03/2018

Readequação Grade Curricular do Curso de Agronomia Diurno – 2018

	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
1º	Desenho Técnico		04	60
	Introdução à Agronomia		02	30
	Matemática		04	60
	Morfologia Vegetal		04	60
	Produção Textual		02	30
	Química Analítica e Orgânica		04	60
	Informática		02	30
	Zoologia Agrícola		02	30
	TOTAL		24	360
DISCIPLINA				
2º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Botânica Sistemática	Morfologia Vegetal	04	60
	Física		02	30
	Antropologia		02	30
	Bioquímica para Agronomia		04	60
	Metodologia da Pesquisa		02	30
	Estatística para Agronomia		02	30
	Genética Vegetal e Biotecnologia		04	60
	Agrometeorologia		04	60
TOTAL		24	360	
DISCIPLINA				
3º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Topografia I		04	60
	Pedologia I		04	60
	Máquinas Agrícolas		04	60
	Fisiologia Vegetal I		04	60
	Bromatologia para Agronomia		04	60
	Sociologia para Agronomia		04	60
	Entomologia Agrícola I		04	60
TOTAL		28	420	

4º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Experimentação Agrícola e Pesquisa		04	60
	Pedologia II		04	60
	Fisiologia Vegetal II		04	60
	Microbiologia Agrícola		04	60
	Nutrição Animal		04	60
	Topografia II	Topografia I	04	60
	Entomologia Agrícola II		04	60
	TOTAL		28	420
5º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Fertilidade do Solo		04	60
	Fitopatologia I		04	60
	Fotointerpretação	Topografia II	03	45
	Ecologia Agrícola		03	45
	Controle de Plantas Daninhas I		04	60
	Mecanização Agrícola		02	30
	Melhoramento Vegetal		04	60
	TOTAL		24	360
6º	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
	Economia Rural		04	60
	Silvicultura		04	60
	Avicultura para Agronomia		02	30
	Controle de Plantas Daninhas II		02	30
	Fitopatologia II		04	60
	Ajustamento de Observações Geodésicas		04	60
	Forragicultura para Agronomia		04	60
	Manejo Conservacionista do Solo		04	60
	TOTAL		28	420

	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
7º	Olericultura		04	60
	Bovinocultura de Leite para Agronomia		03	45
	Fruticultura I		02	30
	Hidráulica Agrícola		04	60
	Tecnologia Produtos de Origem Animal para Agronomia		03	45
	Suinocultura para Agronomia		03	45
	Tecnologia Produtos de Origem Vegetal		03	45
	Paisagismo e Floricultura		04	60
	TOTAL		26	390
	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
8º	Beneficiamento e Armazenamento de Grãos		02	30
	Bovinocultura de Corte para Agronomia		03	45
	Construções Rurais	Desenho Técnico	04	60
	Fruticultura II		04	60
	Irrigação e Drenagem		04	60
	Plantas de Lavoura I		04	60
	Ovinocultura para Agronomia		02	30
	Cooperativismo e Comercialização Agrícola		02	30
	Optativa I		04	60
	TOTAL		29	435
		DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR
9º	Administração Rural		04	60
	Extensão Rural para Agronomia		04	60
	Plantas de Lavoura II		04	60
	Manejo Agrícola e Meio Ambiente		04	60
	Tecnologia de Produção de Sementes		04	60
	Legislação e Ética Profissional		04	60
	Optativa II		02	30
	Trabalho de Conclusão de Curso I		02	30
	TOTAL		28	420

	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO	CR	CH
10º	Estágio Supervisionado	Todas as disciplinas anteriores ao 10º período ou quando não faltar mais que doze (12) créditos para conclusão do Curso. As Atividades Complementares deverão estar concluídas.	16	240
	Trabalho de Conclusão de Curso II		02	30
	TOTAL		18	270

Total de Disciplinas: **72** Turno: **Diurno**

Total de Créditos: **257**

Horas de Estágio Curricular Supervisionado: **240**

Carga horária: **3855**

Atividades Complementares: **200**

Carga horária total: **4055**

BASE CURRICULAR – Readequação 2018 Diurno

DISCIPLINA OPTATIVAS	CR	CH
Cultura de Tecidos	04	60
Fertilizantes e Corretivos	04	60
Plantas Medicinais	04	60
Herbicidas no solo e planta	04	60
Gestão de Marketing e Empreendedorismo na Agronomia	04	60
Seminário em Plantio Direto	04	60
Introdução às geociências **	04	60
Apicultura	02	30
Cultivos em ambientes protegidos	02	30
Dicção, Oratória e Expressividade	02	30
Equinocultura	02	30
Libras	02	30
Psicultura	02	30
Inglês Instrumental	02	30
Espanhol Instrumental	02	30
Manejo Especializado de Inseto-praga	02	30
Variabilidade espacial e dinâmica de populações de organismos nocivos *	02	30

*Incluída em 15/6/2016, após aprovação da Câmara de Graduação

** Incluída em agosto de 2017, para gerar atribuição profissional

4.4 Habilidades, competências e conhecimentos que integram os componentes curriculares

O curso de Agronomia deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- a) projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;
- b) realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;
- c) atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;
- d) produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;
- e) participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;
- f) exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;
- g) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

O projeto pedagógico do curso de graduação em Agronomia deve demonstrar claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu formando e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, bem como garantir a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática da Engenharia Agrônoma, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico e criativo às novas situações.

4.5 Ementário

O ementário correspondente a grade curricular 2018 consta como o Anexo II deste PPC.

4.6 Metodologias utilizadas nos processos de Ensino e Aprendizagem

Os princípios metodológicos que permeiam as ações acadêmicas são traduzidos pelo movimento de ação-reflexão-ação, em que o foco deve estar voltado para o campo de atuação do futuro profissional, sem descuidar, no entanto, da formação da cidadania. Teoria e prática são inseparáveis, uma olha a outra de modo investigativo. A teoria não como verdade absoluta, mas como possibilidade. A prática não como algo imutável, mas para interagir, ser observada, avaliada, transformada ou mantida, a partir dos processos de reflexão-ação.

Na metodologia a ser utilizada os princípios filosóficos e os teórico-metodológicos precisam estar evidenciados. Focada nesses princípios, a Universidade de Cruz Alta busca incorporar aos seus cursos abordagens que conduzam a recíproca interação com a sociedade, priorizando ações metodológicas que insiram os estudantes nos cenários de práticas futuras, caracterizada pela ação educativa que objetiva o conhecimento da realidade, na qual atuará futuramente, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Os processos de ensino aprendizagem contemporâneos precisam ser inovadores, criativos e despertar no aluno o desejo e a necessidade de ser protagonista de sua própria formação. Nesse sentido, as metodologias que a Universidade de Cruz Alta está em processo de implantação e que deseja que se tornem consolidadas nos próximos anos têm como características ser ativa e inventiva, ou seja, o aluno precisa participar do processo criando, refletindo, (re)significando conhecimentos, conteúdos, habilidades e competências, projetando ideias e colocando em prática nos espaços virtuais e reais que a Universidade destina para isso.

Assim, o acadêmico estará vivenciando a profissão na forma de experiências reais, as quais encontrará quando se inserir no mundo do trabalho. Da mesma forma

entendemos que esse é um novo paradigma que se apresenta ao ensino superior no país e que já vem sendo evidenciado pelo Ministério da Educação e cabe às Universidades se adequarem a essa realidade, sob pena de se tornarem tradicionalmente ultrapassadas.

Portanto, a educação atualmente exige ações inovadoras, tanto que o INEP prevê como “adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou desenvolvimento de novos produtos ou ideias que permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência e para adaptação inédita a situações que se apresentem” (BRASIL, 2018, p.33).

Nesse sentido, uma das estratégias evidenciadas pela UNICRUZ é o uso de Metodologias Ativas e Inventivas em suas práticas pedagógicas a fim de colocar o ensino superior em consonância com a realidade contemporânea que a sociedade está a exigir.

Nesta proposta do uso de metodologias ativas as Universidades precisam (re) significar a organização curricular de seus cursos de graduação e (re)adequar a oferta com proposições curriculares inovadoras, em espaços–tempos diferenciados, com o uso de tecnologias associadas e com um protagonismo amplo dos discentes. Há possibilidade de desenvolvimento de atividades pelos discentes na instituição com acompanhamento do professor., mas também fora da Instituição com a realização de atividades de forma autônoma pelos acadêmicos. Essas, pode-se dizer, que são as principais inovações que o Ensino Superior está a enfrentar nas próximas décadas. Como tudo ainda é muito recente, não há receitas prontas, mas um caminho que se está iniciando e em construção, onde cada Instituição cria as suas inovações a partir de suas possibilidades e, também se prepara em infraestrutura e novas tecnologias, mas também com a oferta de formação para os seus docentes.

4.7 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A avaliação dos processos pedagógicos é uma atividade contínua, permanente e cotidiana. A avaliação é contextual, dinâmica e coerente com os objetivos dos projetos pedagógicos dos cursos. É parte integrante do ensino, da pesquisa e da extensão e deve guardar íntima relação com a área de conhecimentos, com a verificação da capacidade

de domínio do programa de estudos e permite olhar as dimensões qualitativas e quantitativas, como expressões do vivido e do almejado.

Durante os semestres letivos, é aconselhada a realização, de no mínimo, duas avaliações parciais. As avaliações parciais poderão ser compostas do número de instrumentos e formas de avaliações que forem julgadas necessárias e poderão ter pesos iguais ou diferenciados, a critério do professor, desde que esteja discriminado, no plano de ensino, dos componentes curriculares previstos e dialogado com as turmas.

O estudante que alcançar nota mínima igual ou superior a 7.00 (sete), obtida na média aritmética das avaliações parciais e frequência mínima regimental (75%), estará aprovado na disciplina. Aquele que alcançar nota média inferior a 7.00 (sete) deverá submeter-se à avaliação final - exame. É vedado o direito de prestar avaliação final (o) ao estudante que não possuir frequência mínima exigida de 75%. A nota mínima para aprovação, na avaliação final, é 5.00 (cinco), obtida pela média aritmética das notas parciais e da avaliação final - exame.

4.8 Estágios curriculares e sua relação com a formação profissional do egresso

O Estágio Curricular Supervisionado é um ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho e faz parte do processo de formação do acadêmico regularmente matriculado no Curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta, por meio da aproximação contínua da academia com a realidade profissional e social.

O Estágio Curricular Supervisionado é orientado pelos princípios metodológicos da Universidade, pela Lei nº 11.788/2008, pelo Regulamento Institucional de Estágio Curricular Supervisionado da UNICRUZ – Resolução nº 25/2017 e pelos Regulamentos de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Agronomia (ANEXO III), e de Estágio Não-obrigatório do Curso de Agronomia (ANEXO IV).

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Agronomia constitui-se como atividade curricular de caráter obrigatório para a formação do profissional, com duração de no mínimo 480 (quatrocentas e oitenta) horas de estágio, sem vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e a unidade concedente do estágio. O acadêmico deverá cumprir até 06 (seis) horas diárias de

estágio, não ultrapassando 30 (trinta) horas semanais; podendo, excepcionalmente, ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Agronomia tem como objetivos: Oportunizar ao acadêmico a construção das competências e habilidades próprias da atividade profissional da área da Agronomia; contextualizar os componentes curriculares com situações reais de trabalho, completar o itinerário formativo do educando previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia e proporcionar o pleno desenvolvimento do egresso em sua formação profissional e cidadã.

O Estágio Não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional e que complementa atividades que podem proporcionar ao aluno da graduação uma experiência acadêmica–profissional em uma perspectiva indissociável entre a teoria e a prática e um acréscimo no desenvolvimento de práticas compatíveis com o contexto do Bacharel em Agronomia. O acadêmico que optar pela realização do Estágio Não-Obrigatório poderá computar as horas realizadas como Atividades Complementares de acordo com a regulamentação Institucional e específica do curso de Agronomia.

4.9 Atividades Complementares

As Atividades Complementares previstas no Curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta devem ter carga horária total de 200 horas, conforme estabelecido na Diretriz Curricular Nacional, com obrigatoriedade de estabelecimento desta carga horária na grade curricular e no Projeto Pedagógico de Curso - PPC; orientadas pelo Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Agronomia (ANEXO I).

Essas atividades têm como finalidade a flexibilização do currículo pleno do Curso. Contribuem ainda, para o enriquecimento do processo ensino aprendizagem, da formação social e profissional e é apresentada sob múltiplos formatos e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e atividades específicas do Curso de Agronomia. Dentre a diversidade de atividades destacam-se:

* MONITORIAS: são oferecidas semestralmente, por meio de edital específico

lançado pelo Pró-reitoria de graduação, com o objetivo de otimizar o atendimento das aulas práticas em laboratório, ao mesmo tempo em que o acadêmico reforça os conhecimentos e prática a relação educador-educando. As monitorias seguem o Regimento Institucional de Monitoria (Resolução nº 40/2011 do Conselho Universitário).

* ALUNO APOIADOR: são oferecidas vagas semestralmente, por meio de edital específico lançado pela Pró-reitora de graduação, com o objetivo de otimizar o atendimento das aulas práticas em laboratório e o atendimento de alunos extraclasse, sem a presença do professor, ao mesmo tempo em que o acadêmico alunos apoiador reforça os conhecimentos e prática a relação educador-educando.

* ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS: esta atividade poderá ser realizada em vários setores no contexto da atuação do Agrônomo (Propriedades Rurais, Cooperativas, Escritórios de Planejamento, Fazenda Escola, Laboratórios da Instituição, entre outros). Os estagiários serão inseridos na rotina do local de estágio desenvolvendo atividades variadas. Essa modalidade oportuniza uma relação clara entre ensino, pesquisa e extensão, pois muitos são os setores que têm a comunidade como grupo-alvo, e todos trazem, com certeza, a complementação em termos de aprendizado para o discente. Os estágios não obrigatórios são conduzidos de acordo com o Regulamento de Estágio do Curso (Anexo IV).

* PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: os discentes do curso, para participarem dos programas de iniciação científica, de extensão e de inovação tecnológica (PIBIC, PIBEX, PIBITI, CNPq, FAPERGS) devem submeter-se às normas das agências de fomento e da própria instituição. Os alunos podem ainda participar destas atividades como acadêmicos voluntários em projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica desenvolvidos por professores pesquisadores.

* MOMENTOS DE ATUALIZAÇÃO: correspondem às palestras, conferências, seminários, congressos, simpósios, dias de campo, organizados pela UNICRUZ ou em outras instituições de ensino, destinados a abordar diversos temas ligados à Engenharia Agrônoma. Dentre eles, destaca-se a Semana Acadêmica, organizada anualmente pelo curso de Agronomia.

* VIAGENS DE ESTUDO: ocorrem anualmente envolvendo os discentes do curso e servem como complemento de conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos nas disciplinas profissionalizantes mostrando a realidade dos futuros locais de trabalho.

* APRESENTAÇÕES DE TRABALHOS E PUBLICAÇÕES EM CONGRESSOS OU PERIÓDICOS: são atividades de divulgação científica de trabalhos realizados em sala de aula, como parte do componente curricular ou aqueles realizados em projetos de pesquisa e extensão como bolsistas ou voluntários. A instituição possui, anualmente, o Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde os alunos podem apresentar seus trabalhos, e revistas, como a Revint, Cataventos e Ciência e Tecnologia, onde os alunos podem submeter seus trabalhos à publicação. Os alunos podem, ainda, apresentar e/ou publicar seus trabalhos em congressos ou periódicos não vinculados a Unicruz.

Estas atividades devem ser realizadas no período em que o estudante estiver regularmente matriculado na UNICRUZ ou outra Instituição de Ensino Superior (IES), inclusive no período de férias, sendo consideradas como requisito obrigatório para a colação de grau. O devido aproveitamento da carga horária segue os critérios estabelecidos no regulamento das atividades complementares do curso (Anexo I), e na Resolução da Câmara de Ensino e Legislação nº 16/2006, os quais definem que todas as atividades realizadas devem ser comprovadas pelo próprio acadêmico, mediante atestados e certificados (fotocópia), a serem entregues ao professor Coordenador do Curso de Agronomia, juntamente com o requerimento para validação de atividades complementares (Anexo I). O cômputo das atividades realizadas pelo aluno e o respectivo número de horas será cadastrado pela coordenação do curso em dois momentos: um, decorridos 50% (cinquenta por cento) de integralização do curso; e, após decorridos 90% (noventa por cento) de integralização do mesmo.

4.10 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, atividade curricular obrigatória, previsto na Diretriz Curricular Nacional do Curso de Agronomia, conforme Resolução CNE/CES nº 1 de 02 de fevereiro de 2006 e contemplado no Projeto Político Pedagógico

- PPC, é uma produção científica, que pode ser realizada em forma de monografia ou artigo científico.

O TCC está regulamentado através da Resolução Consun nº 45/2016 e Regulamento do curso (Anexo V) tem como princípios a investigação como método de conhecimento e de aprendizagem; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica do educando, a integração entre teoria e prática na produção do conhecimento e a produção do conhecimento como prática social historicamente situada. Este tipo de aprendizado só é adequadamente desenvolvido, quando o aluno possui um orientador que lhe mostra o caminho a seguir.

Na sua forma de apresentação, o aluno, juntamente com o seu orientador, deve definir um tema para o TCC que expresse importância científica, mas que tenha dimensões compatíveis com o período limite para a produção do trabalho. O aluno estará sujeito à avaliação por parte de uma Banca Examinadora, passando por processos semelhantes àqueles em que os profissionais se submetem em concursos para defesas de mestrado e doutorado, bem como, concursos para obtenção de um cargo profissional em instituições de ensino, pesquisa e empresas.

A escolha do tema e do orientador deve ser de responsabilidade do discente sob a orientação do professor das disciplinas de TCC I e TCC II, seguindo os respectivos planos de ensino e regulamento, sendo que a coordenação do curso, o professor da disciplina de TCC, o professor orientador e o orientando possuem atribuições importantes, as quais estão claramente descritas no referido regulamento, devendo ser seguidas para contribuir com o excelente desenvolvimento das atividades de TCC.

O TCC tem duração total de sessenta (60) horas, dividido em duas disciplinas, Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), com carga horária de trinta (30) horas e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), com carga horária de trinta (30) horas, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, o TCC deverá seguir a normatização do Manual de Normalização de Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos: Manual de Orientação da UNICRUZ

Importante salientar que todos os trabalhos que envolverem humanos ou animais deverão ser encaminhados para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unicruz (CEP/UNICRUZ) e/ou Comitê de Ética de Uso de Animais (CEUA/UNICRUZ).

Ao término do trabalho, o discente deverá submeter à defesa pública do tema, não necessariamente no último semestre de formação. Para aprovação, o acadêmico deve obter nota igual ou superior a 7,0 (sete). Caso não obtenha média 7,0 (sete), o aluno apresentará novamente o TCC I e II, com prazo estabelecido pelo orientador e coordenação do curso, e que corresponderá ao exame.

A cópia final do trabalho com as adequações sugeridas pela banca deve ser entregue em formato digital, através do e-mail da coordenação do curso. Os TCC's entregues irão compor a Biblioteca Virtual da instituição.

4.11 Integralização do curso e flexibilização da oferta do currículo

Considera-se integralização curricular o cumprimento integral da carga horária total dos componentes curriculares (obrigatórias e optativas), e das atividades complementares, fixadas no Currículo do Curso, por meio da grade curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares. É necessário também para a integralização curricular, que o acadêmico esteja em situação regular com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, que é um componente curricular obrigatório conforme estabelecido pela Lei nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O tempo mínimo de integralização curricular da base 2018 é de 10 semestres para o curso diurno e 11 semestres para o curso noturno, sendo o prazo máximo de permanência do aluno no curso de 50% mais meio, do tempo previsto total do curso. Ultrapassado o prazo máximo de permanência, o aluno poderá reingressar novamente no Curso por uma das formas de ingresso oferecidas pela IES. Somente recebe o diploma o aluno que integralizar o total do currículo do curso.

Os acadêmicos têm a possibilidade de cursar disciplinas de núcleo comum, que são ofertadas em conjunto para os Cursos de Graduação da UNICRUZ, a maioria em turnos e horários diferenciados para que o acadêmico possa cursar sem choque de horário.

A Universidade de Cruz Alta oferece oportunidade aos acadêmicos de cursar componentes curriculares em Regime de Turma de Férias, realizada nos meses de

dezembro e/ou fevereiro mediante solicitação da Coordenação do Curso e Direção de Centro à Pró-Reitoria de Graduação. Em casos excepcionais, poderá ser oferecida a Recuperação de Componentes Curriculares em Regime de Turma Especial, a partir de solicitação dos acadêmicos à Coordenação do Curso e análise e parecer da Pró-Reitoria de Graduação. Para que seja autorizada esta oferta neste regime, é necessário que o(s) acadêmico(s) se enquadre(m) em um dos requisitos estipulados na regulamentação própria do Regime de Turma Especial.

A flexibilização da oferta do currículo do Curso de Agronomia é baseada na construção dos saberes necessários para o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo, sendo alicerçada não somente nas atividades de sala de aula, mas também, fortalecidas por outras vivências experimentadas pelos estudantes durante os anos de contato com a educação formal e que contemplam as demandas da sociedade, do processo de conhecimento e de uma formação crítica e cidadã dos profissionais. Para atender essa necessidade de flexibilização, o Curso de Agronomia proporciona ainda, inserção dos acadêmicos nas seguintes atividades:

- disciplinas de núcleo comum ofertadas;
- disciplinas optativas;
- disciplinas eletivas;
- atividades ou disciplinas cursadas em outras instituições ou em outros cursos as quais poderão ser aproveitadas no currículo como disciplina optativa ou eletiva;
- estágios não obrigatório, que constituem uma modalidade de atividade acadêmica que tem sido estimulada desde que em consonância com a lei 11.788 de 25 de setembro 2008 que regulamenta a realização de estágios;
- atividades de monitoria;
- viagens de estudo;
- atividades extraclasse de pesquisa, ensino e extensão;
- atividades discentes, como estudo de casos, portfólios reflexivos, estudo de artigos científicos, questionários de revisão do conteúdo abordado em sala de aula, ou seja, as chamadas Tarefas Discentes Efetivas (TDE);
- nivelamento, através de disciplinas básicas, oferecidas nos primeiro semestres,

que proporcionam o conhecimento básico necessário para o entendimento das disciplinas específicas;

- aproveitamento de disciplinas previsto em regulamento próprio;
- participação e organização de eventos;
- atividades como bolsista de iniciação científica de pesquisa e de extensão;
- produção científica como publicação de artigos, livros, capítulos de livros;
- apresentação de produção científica em eventos;
- participação em órgãos colegiados superiores da Fundação e da Universidade de Cruz Alta;
- atividades desenvolvidas em cenários de práticas tais como: empresa júnior, escritório escola de arquitetura e urbanismo e engenharia civil, farmácia escola, fazenda escola, Estratégias de Saúde da Família (ESF), entre outras;
- atividades desenvolvidas em Laboratórios como o Laboratório de Ideias e o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Humanidades Sorge Lebens;
- Mobilidade Acadêmica;
- Atividades promovidas pelo Núcleo de Conexões Artísticas e Culturais-NUCART;
- Atividades promovidas pelo Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos – NAPDH;
- Aluno Apoiador;
- Seminário Integrador;
- Disciplinas de Férias.
-

4.12 Número de vagas

O reconhecimento do Curso de Agronomia se deu através da Portaria Nº 1157 de 04 de agosto de 2009, sendo oferecidas 150 (cento e cinquenta) vagas anuais de ingresso.

4.13 Atividades e Cenários de Prática Profissional

A prática profissional é estabelecida para permitir ao estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na UNICRUZ pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com a mesma.

Os estágios, as práticas profissionais, as atividades complementares são componentes do projeto pedagógico dos cursos e requisito indispensável à conclusão dos mesmos, devendo atender suas especificidades, seu integral cumprimento, conforme a legislação vigente.

Diante disto, os objetivos da prática como componente curricular incluem:

- proporcionar ao aluno vivências práticas dos conteúdos teóricos envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão;
- promover a interdisciplinaridade na abordagem e na construção dos conteúdos, como base para a investigação e solução dos problemas, em níveis crescentes de complexidade, através da análise de situações problema sob diferentes perspectivas;
- introduzir os alunos à realidade do exercício da profissão em seus distintos campos de atuação, no âmbito local e regional, através de atividades práticas propiciando, assim, a relação teoria-prática e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, através dos estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- possibilitar a avaliação participativa, com troca de experiências entre todos os membros do corpo social da universidade e da comunidade, considerando a possibilidade de serem participantes nas reflexões, decisões e na busca de alternativas para a formação do profissional.

Para atingir estes objetivos, os cursos de graduação da UNICRUZ utilizam ferramentas metodológicas que propiciem um olhar crítico sobre a realidade, a fim de identificar situações relacionadas à profissão. Este processo proporciona a contextualização do tema e estimula uma aprendizagem ativa, sendo o docente o facilitador e orientador do mesmo, tendo como base as seguintes ações norteadoras:

- ampliar e fortalecer as relações entre os outros cursos, através do ensino,

pesquisa e extensão. Como exemplo temos as atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa que culminam em produções científicas das experiências discentes e docentes;

- promover ações de Educação Continuada, tais como: cursos, seminários, simpósios, semanas acadêmicas e palestras, com o objetivo de aproximar a comunidade acadêmica e os demais envolvidos no processo de formação dos discentes, bem como qualificar os egressos;

- articular ações de vivência da profissão por meio de viagens de estudos.

Portanto, define-se como cenários de práticas pedagógicas os espaços institucionais, onde os acadêmicos dos cursos de graduação têm a possibilidade de replicar práticas específicas de cada curso como se fossem na própria realidade. Dentre os cenários de prática que a Universidade oferece como espaço para as práticas de intervenção profissional do curso de Agronomia, citamos:

- Laboratório de Análise de Solos e Tecidos Vegetal - LAST

O LAST faz parte do quadro de Laboratórios da Unicruz, e é onde são prestados serviços de análises de solo para recomendação de adubação e calagem, por meio da caracterização da fertilidade do solo, bem como são feitas análises físicas, de micronutrientes e de tecido vegetal, tanto para projetos internos quanto para o público externo. Este laboratório também serve como espaço de práticas aos alunos da UNICRUZ. Nas atividades realizadas no Laboratório, são adotadas as metodologias recomendadas pela Rede Oficial de Laboratórios de Análises de Solo e Tecido Vegetal – ROLAS, do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a qual emite o certificado de controle de qualidade do LAST, desde 2008. Além dos colaboradores técnico-científicos, o Laboratório conta com equipamentos específicos para as funções ali desempenhadas, como espectrofotômetro de absorção atômica, fotômetro de chama, espectrofotômetro UV-VIS e pHmetro.

- Fazenda Escola

A Fazenda Escola da Universidade de Cruz Alta busca apoiar e colaborar, prioritariamente, os cursos de Agronomia – Área Experimental de Produção Vegetal, e de Medicina Veterinária – Área Experimental de Produção Animal, como laboratório de atividades práticas atendendo a legislação vigente. Além disso, apoia as atividades dos

demais cursos e departamentos da Universidade, através de instrumentos específicos, em suas atividades didático/científicas e no desenvolvimento institucional, visando fomentar a produção e conservação de conhecimento e de atividades de transferência de tecnologias agropecuárias.

Ao servir de polo de desenvolvimento de projetos de pesquisa institucionais voltados para o agronegócio e de pesquisa científica nas áreas de produção vegetal e de integração lavoura-pecuária, fomenta o desenvolvimento e capacitação de profissionais, professores e estudantes, também através de cursos, eventos, seminários, estágios e visitas, primando pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Atua em conjunto com a Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia – START, através dos seus núcleos, incentiva o desenvolvimento de tecnologias que contribuam para o progresso científico e tecnológico, bem como a cultura inovativa. Ainda, as atividades desenvolvidas na Fazenda Escola vêm ao encontro da proposta do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural da UNICRUZ, pois buscam qualificar os discentes do Curso, nos seus diversos aspectos, principalmente voltados para a interação dos mestrandos com o mercado de trabalho de forma interdisciplinar.

A produção de conhecimentos científicos gerados entre os pesquisadores e os mestrandos profissionais na Fazenda Escola, está voltada para a solução de problemas práticos, ajudando a enfrentar o distanciamento existente entre a universidade e os setores produtivos, como empresas do ramo do agronegócio, de organizações da sociedade civil e de órgãos públicos da região, oportunizando a formação técnico-científica, buscando a transformação, a potencialização, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do meio rural.

- Fazenda Escola: Área Experimental de Produção Vegetal

A Área Experimental de Produção Vegetal da Universidade de Cruz Alta, regulamentada pela Resolução nº 01/2015 de 12 de agosto de 2015, conta com aproximadamente 69 hectares, divididos em área para condução de culturas anuais com 49 hectares e área de preservação, condução de culturas perenes e reservatório de água que abrange o restante da área. Nestes espaços, são conduzidas atividades de ensino,

pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo, constituindo-se um local para a criação e disseminação de conhecimento, sendo um sítio estratégico para o desenvolvimento regional, contribuindo para o avanço e sustentabilidade do Setor Agropecuário. Ela, consolidando-se como referência regional para a condução de experimentos e campos demonstrativos para empresas do setor agrícola sendo marco para a consolidação da excelência dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de Cruz Alta, abrangendo mais de mil estudantes, envolvidos direta ou indiretamente.

Além de fomentar estudos internos, a Área Experimental de Produção Vegetal busca a consolidação com entidades e empresas do setor agropecuário, possibilitando aos estudantes formação ampla, pois este, ao sair para o mundo do trabalho teve a oportunidade de conhecer e compreender a ação dos principais insumos e equipamentos existentes. Além disso, há a possibilidade de conviver com os profissionais do setor agropecuário, dando ao discente um aprimoramento de sua formação pessoal. Os objetivos da Área Experimental são: formar profissionais com excelência; incentivar o desenvolvimento regional; aprimorar as práticas agropecuárias; testar insumos e equipamentos; e, fortalecer a Universidade de Cruz Alta.

- Fazenda Escola: Área Experimental de Produção Animal

A Área de Produção Animal, regulamentada através da RESOLUÇÃO Nº42/2016 que aprovou o Regulamento da Fazenda Escola, é um espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão, onde são realizadas aulas práticas, oficinas de capacitação, eventos técnicos e geração de informações científicas, através da condução de experimentos. Possui área de pastagens nativas, pastagens nativas melhoradas e pastagens cultivadas de inverno e de verão, compreendendo aproximadamente 60 hectares, onde são manejados os rebanhos bovino, ovino e equino da instituição. Conta com um centro de manejo de bovinos e ovinos, poteiros de pastagens com alocação de cochos para alimentação e bebedouros, instalações para confinamento, centro de reprodução de equinos, área para estocagem de insumos, além de um espaço onde é mantida uma coleção permanente de espécies forrageiras.

O objetivo geral da Área de Produção Animal é a formação de profissionais capacitados para o mundo do trabalho e preparados para contribuir para o

desenvolvimento regional e sustentabilidade do setor agropecuário. Assim, a Área busca o desenvolvimento de estratégias que viabilizem os sistemas de integração lavoura-pecuária, através de parcerias com empresas do setor agropecuário e produtores rurais. Além disso, visa: fortalecer o trabalho interdisciplinar dos docentes dos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, por meio da integração das disciplinas na condução de projetos; fomentar as aulas práticas dos cursos, melhorando o processo ensino-aprendizagem e a prática universitária; consolidar parcerias com entidades públicas, privadas e empresas do setor agropecuário, proporcionando ao acadêmico ampla formação no sentido de provê-los da oportunidade de conhecer e compreender todo o processo produtivo, desde a ação de insumos, equipamentos, protocolos e técnicas, até as relações de mercado e comercialização.

Busca também promover atividades de extensão junto à comunidade regional, por meio da realização de Dia de Campo, cursos de capacitação técnica, eventos com palestras e oficinas práticas para discussão e avaliação do uso de tecnologias, possibilitando a convivência dos acadêmicos com técnicos e profissionais do setor agropecuário para o aprimoramento de sua formação pessoal e profissional, e ainda incentivar os acadêmicos na investigação científica.

As principais linhas de pesquisa da Área de Produção Animal são a intensificação dos sistemas de produção visando terminação e redução da idade ao primeiro entoure, a eficiência produtiva em pastagens de inverno e os sistemas de acasalamento para a pecuária intensiva.

- Núcleo de Estatística Aplicada – NEA

O Núcleo de Estatística Aplicada – NEA da UNICRUZ é o órgão responsável pela assessoria e/ou consultoria à aplicação da estatística em investigações técnico-científicas desenvolvidas por docentes e discentes da graduação e pós-graduação da Universidade de Cruz Alta, contribuindo com o planejamento metodológico, a obtenção e a organização dos dados, bem como, a análise e interpretação dos resultados obtidos sejam de caráter qualitativo e/ou quantitativo.

Atua no delineamento de pesquisas, na orientação e na análise estatística dos dados por meio de ferramentas estatísticas computacionais, de técnicas de análise de dados qualitativos e na interpretação dos resultados obtidos que serão apresentados na

forma de relatórios. As atividades desenvolvidas pelo NEA/UNICRUZ ocorrerão nas modalidades de assessoria, consultoria e capacitação técnico-científica. Ainda é responsável pela organização e análise estatística de dados institucionais ligados aos setores de gestão, desde que oficializados por sua coordenação. Este núcleo está subordinado à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade de Cruz Alta.

4.14 Inovações Consideradas Significativas

4.14.1 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

A Universidade de Cruz Alta prevê a possibilidade do docente da instituição elaborar seus materiais didáticos e disponibilizá-los aos estudantes por meio do AVA ou do sistema do aluno online pela TOTVS. O professor da UNICRUZ também é incentivado a produzir seu material didático e disponibilizá-lo em uma publicação própria e indexada chamada Caderno Didático Institucional, a qual passa por revisão interna da Comissão Editorial da própria Instituição e é diagramado e impresso na Gráfica da Universidade.

Ainda, há a possibilidade de elaboração de materiais didáticos pedagógicos em formatos digitais para aplicação na Educação a Distância (EaD) para utilização em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entende-se que esta requer um embasamento teórico consistente, a fim de possibilitar a construção de materiais que atendam ao contexto da EaD, superando a mera transposição do ensino presencial para o ensino a distância.

O Núcleo de Educação a Distância disponibiliza uma Equipe Multidisciplinar, que auxilia e oferece suporte para o desenvolvimento de materiais didáticos. Para isso, o professor primeiramente deverá agendar uma reunião com a Equipe Multidisciplinar, através do e-mail ead@unicruz.edu.br a fim de obter as orientações para dar início ao

processo de elaboração e distribuição de material didático.

4.14.2 Incorporação de avanços tecnológicos

4.14.2.1 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Dentre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a Universidade disponibiliza aos Cursos o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem. No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada, sendo uma ferramenta de E-learning, possibilitando a capacitação de profissionais e estudantes.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela Instituição é o AVA Moodle, o qual atende as modalidades presencial e a distância. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalho ou exercícios.

O AVA Moodle dispõe de uma variedade de ferramentas que permitem gerenciar um curso ou disciplina, potencializando o ensinar e aprender mediados pelas tecnologias da informação e comunicação. Integra recursos e atividades que permitem a comunicação, a avaliação, a disponibilização de conteúdos, a administração e a organização.

Os recursos são as ferramentas por meio das quais são disponibilizados os materiais de estudo dentro do próprio ambiente, tais como: hipertextos, áudios, vídeos, links, apresentações, dentre outros, relacionados ao conteúdo da disciplina. As Atividades de estudo implicam em ações do estudante na forma de discussões por meio de Fórum, Chat e Webconferência, produção em ferramentas de colaboração, texto, wiki, questionários. São eles: arquivo, livro, página, pasta, rótulo e URL.

As Atividades são ferramentas que permitem ao professor solicitar tarefas aos alunos, como a realização e envio de um trabalho, responder a um questionário, participar de um Fórum ou chat, favorecendo a interação e o trabalho colaborativo. Portanto, são ferramentas de avaliação por meio das atividades de estudo. Permitem que o conhecimento seja interiorizado e são essenciais para as aprendizagens dos conceitos estruturantes da disciplina, conforme citados: Base de dados, Chat, Escolha, Ferramenta

Externa, Fórum, Glossário, Laboratório de Avaliação, Lição, Pesquisa de Avaliação, Questionário, Tarefa e Wiki.

Com o intuito de implementar novas metodologias e oferecer materiais pedagógicos em diversos formatos como vídeo, áudio, infográfico, dentre outros, foram integradas ao AVA Moodle as ferramentas Blackboard Collaborate e a ferramenta externa – Unidades de Aprendizagem SAGAH.

A ferramenta Collaborate oportuniza a oferta de Webconferência e também a produção de vídeo-aulas possibilita estratégias metodológicas inovadoras que atendem a esse novo contexto de ensino aprendizagem.

As Unidades de Aprendizagem SAGAH disponibilizam o conteúdo de forma dinâmica, pois são elaboradas de forma não linear e disponibilizam recursos como: exercícios, desafio, vídeo, livro, artigos, textos, infográficos, imagens, com vistas a oferecer conteúdo em diferentes formatos atendendo as necessidades de aprendizagem de cada aluno caracteriza a personalização da aprendizagem e possibilita a autonomia do estudante no processo de aprendizagem.

Para efetivar a interlocução, são utilizados os seguintes recursos: Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, objetos de aprendizagem, planos de desenvolvimento da disciplina, vídeo aulas, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros; Encontros presenciais no Polo sede; Telefone; E-mail; Material Impresso.

Através desses recursos, o aluno terá acesso ao conteúdo das disciplinas e aos tutores, que mediarão o processo de aprendizagem.

As vídeo-aulas têm como principal objetivo apresentar em formato de imagem e som o conteúdo disponível no Material Impresso, em formato de texto, e no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

4.14.2.2 Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)

O AVA é o lócus de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a

aprendizagem. No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada.

Os AVAs encontram-se em grande expansão nas mais diversas Instituições acadêmicas, empresariais e tecnológicas com objetivo de ser uma ferramenta de E-learning, possibilitando a capacitação de profissionais e estudantes.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela Instituição é o AVA Moodle, o qual atende as modalidades presencial e a distância. Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle) é uma plataforma open source, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o Learning Management System (Sistema de gestão da aprendizagem) em trabalho colaborativo baseado nesse programa. O AVA Moodle dispõe de uma variedade de ferramentas que permitem gerenciar um curso ou disciplina, potencializando o ensinar e aprender mediados pelas tecnologias da informação e comunicação.

Os Recursos são ferramentas através das quais são disponibilizados os materiais de estudo dentro do próprio ambiente. São eles:

Arquivo: É utilizado para disponibilizar arquivos de diferentes formatos, diretamente na semana ou tópico da disciplina, para consulta e/ou download pelos participantes. Os arquivos podem ser: sites, vídeo, música, textos, imagens. Estas produções podem ser próprias ou de domínio público

Livro: Exibe conteúdos divididos em capítulos e subcapítulos. O conteúdo pode ser composto por texto, imagem, vídeo, áudio, links de sites, gráficos, infográficos, e outros elementos multimídia.

Página: Exibe uma página tipo Web. O conteúdo pode conter texto, imagem, vídeo, áudio, links de sites, gráficos, infográficos, e outros elementos multimídia. Recomendável para textos mais longos, mais elaborados e dinâmicos. Pode constituir-se numa hipermídia.

Pasta: Exibe uma pasta com vários arquivos para consulta e/ou download pelos participantes, funciona como um repositório ou biblioteca da disciplina. **Rótulo:** Permite inserir textos, imagens, vídeos, animações, incluídas na interface da página principal da disciplina ou situados em cada tópico com a função de descrever, organizar

e permitir uma estrutura lógica para a apresentação dos demais recursos e atividades. Pode ser utilizado cabeçalho, descrição de conteúdos e atividades, bem como separador.

URL: Permite vincular páginas da internet ou arquivos já enviados para o servidor o Moodle anteriormente.

As Atividades são ferramentas que permitem ao professor solicitar tarefas aos alunos, como a realização e envio de um trabalho, responder a um questionário, participar de um Fórum ou chat, favorecendo a interação e o trabalho colaborativo. Portanto, são ferramentas de avaliação por meio das atividades de estudo. Permitem que o conhecimento seja interiorizado e são essenciais para as aprendizagens dos conceitos estruturantes da disciplina. São citadas a seguir: Base de dados: Ferramenta de colaboração construída pelos participantes. Possibilita criar, atualizar, consultar e exibir uma lista de registros sobre determinado tema, utilizando uma estrutura pré-definida. Permite compartilhar arquivos de texto, imagem, etc. O banco poderá ficar visível para todos, ou para grupos e também pode permitir comentário

Chat: Permite conversação entre os participantes em tempo real. Escolha: Funciona como uma enquete. O professor pode utilizar a atividade com a finalidade de fazer uma consulta pública em geral ou uma votação Ferramenta Externa: Permite aos alunos interagir com os recursos aprendizagem e atividades em outros sites.

Fórum: É um espaço para discussão assíncrona sobre temas escolhidos pelo professor e/ou pelos demais participantes. Permite que várias frentes de discussão, sobre um recorte do conteúdo, fiquem abertas simultaneamente. Pode ser um único tema ou vários tópicos com temas diferentes. Sua principal característica é a colaboração.

Glossário: Possibilita criar uma lista de termos e respectivas definições, envolvendo o conhecimento partilhado e a colaboração sobre determinado tema.

Laboratório de Avaliação: Possibilita a criação sobre um tema escolhido, que pode ser um texto online, ou um arquivo enviado (pdf, vídeo, imagem) ou ainda ambos, podendo a avaliação ser feita pelo professor e pelos estudantes entre si, mediante um formulário de avaliação construído pelo professor.

Lição: É um conjunto de páginas que podem conter informações em vários formatos para o aluno estudar e questões para responder, seguindo uma sequência não linear, determinada pelos resultados alcançados pelo aluno em cada etapa da mesma.

Pesquisa de Avaliação: Permite ao professor criar um questionário de avaliação do curso. O objetivo é desenvolver uma avaliação dos percursos da aprendizagem online

Questionário: Permite criar um conjunto de questões de vários formatos. É criado pelo professor, respondido pelo aluno e corrigido automaticamente pelo sistema (com base no gabarito previamente definido pelo professor). Pode configurar-se como uma atividade de auto-avaliação, uma lista de exercícios para verificação de aprendizagem, um teste rápido ou ainda uma prova virtual.

Tarefa: É uma atividade de estudo a ser realizada pelo aluno em que as duas modalidades mais utilizadas é o “Texto online” o “Arquivo único”. O Texto online deverá ser elaborado no próprio ambiente; o arquivo único deve ser enviado como anexo. Permite que os alunos submetam textos ou arquivos em vários formatos para avaliação pelo professor.

Wiki: Ferramenta interativa de construção de uma base de conhecimentos. Seu principal potencial é a produção colaborativa construída de forma assíncrona pelos participantes de uma disciplina (autoria e coautoria). Pode constituir uma produção hipermediática.

Com o intuito de implementar novas metodologias e oferecer materiais pedagógicos em diversos formatos como vídeo, áudio, infográfico, dentre outros, foram integradas ao AVA Moodle as ferramentas Blackboard Collaborate e a ferramenta externa – Unidades de Aprendizagem SAGAH.

A ferramenta Collaborate oportuniza a oferta de Webconferência e também a produção de videoaulas possibilita estratégias metodológicas inovadoras que atendem a esse novo contexto de ensino aprendizagem.

As Unidades de Aprendizagem SAGAH disponibilizam o conteúdo de forma dinâmica, pois são elaboradas de forma não linear e disponibilizam recursos como: exercícios, desafio, vídeo, livro, artigos, textos, infográficos, imagens, com vistas a oferecer conteúdo em diferentes formatos atendendo as necessidades de aprendizagem de cada aluno. Caracteriza a personalização da aprendizagem e possibilita a autonomia do estudante no processo de aprendizagem.

Assim, as disciplinas integrantes dos Cursos ofertados nas modalidades presencial e a distância podem ser programadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem

Moodle que integra recursos e atividades que possibilitam a mediação, a interação e a colaboração na construção do conhecimento pelo estudante.

4.14.3 Núcleo Comum

Na perspectiva de viabilizar e oportunizar a flexibilização para que o acadêmico possa agregar mais componentes curriculares ao seu horário, é que a Universidade propõe um Programa de Disciplinas de Núcleo Comum. Dessa forma, é facultado, ao estudante, a possibilidade de cursar os componentes curriculares do referido núcleo comum, na continuidade de seu curso superior, quando, por uma razão ou outra de ordem pessoal, resolver trocar de curso.

As disciplinas estão organizadas em três eixos: formação geral, formação básica e formação específica e estas podem ser trabalhadas por meio dos núcleos comuns.

As disciplinas de formação geral são agrupadas, considerando os dois Centros de Ensino, objetivando garantir ao acadêmico a integração entre os cursos, e a flexibilização dos horários. Estudantes de todos os cursos da Instituição têm a possibilidade de matricular-se nos componentes curriculares do Núcleo Comum, atendendo ao disposto na matriz curricular de seu curso de origem. As disciplinas de formação básica poderão ser organizadas, de acordo com a proximidade das áreas.

Com isso se procura flexibilizar horários, já que o estudante dispõe de opções para escolha da classe de um mesmo componente curricular. Há também maior socialização entre os acadêmicos, o que permite uma dinâmica produtiva de saberes. A aula, assim, constitui-se em oportunidade real de interação entre sujeitos. Eles são tanto os professores, com os conhecimentos produzidos, no âmbito da ciência que praticam, quanto os estudantes com os saberes e conhecimentos que trazem para a aula.

Além disso, o núcleo comum também colabora para o desenvolvimento integrado de conteúdos como: meio ambiente, sustentabilidade, direitos humanos e questões

étnico-raciais.

4.14.4 Seminário Integrador Interdisciplinar

Estratégia coordenada pelos centros/cursos, em que são organizados projetos interdisciplinares, numa atitude de diálogo e busca permanente do conhecimento que permite ser, desde o planejamento até a culminância, momentos de articulação dos saberes, finalizando no seminário integrador.

Seu caráter permeia a capacidade de interpretação, análise e relações, na busca de um conhecimento em constante atualização e permitindo conferir aprofundamento, criatividade e autonomia ao estudante, na sua formação profissional. Tal processo permite a contextualização dos saberes em estudo, articulados ao referencial teórico e experiências vivenciais, possibilitando reflexão na ação efetiva.

4.14.5 Componentes Curriculares Optativos e Eletivos

A inserção nos currículos de componentes curriculares optativos e eletivos dos diversos cursos possibilita que os acadêmicos transitem por áreas diferentes e tenham maior mobilidade acadêmica.

Os optativos são componentes curriculares integrantes do núcleo flexível do currículo pleno do curso, cuja opção coletiva deverá ocorrer dentro do elenco de oferta, inclusive podendo servir para gerar atribuição profissional.

Os eletivos são de livre escolha entre os componentes curriculares oferecidos em qualquer curso e podem ser aproveitadas como atividades complementares.

4.14.6 Atividades de Monitoria

A Universidade de Cruz Alta preocupada com o aumento do senso de responsabilidade, autonomia e a ampliação do vínculo entre professor e estudante,

constituiu o Programa de Monitoria, regulamentado pela Resolução nº 40 de 2011.

Esta atividade visa auxiliar à docência como função didático – pedagógica exercida por acadêmicos regularmente matriculados nos Cursos de Graduação da UNICRUZ. Ainda estimula o interesse pela docência, contribui para o aprofundamento técnico – científico do acadêmico possibilitando a interação em atividades didáticas, ampliando assim sua participação efetiva na vida acadêmica.

Vale salientar também, que o Programa de Monitoria da Universidade de Cruz Alta é uma importante estratégia para a consolidação do conhecimento, contribuindo assim para o alcance dos objetivos acadêmicos – institucionais.

4.14.7 Acadêmico Apoiador

A necessidade de valorização dos estudantes que apresentam altas habilidades em determinados conhecimentos e conteúdos oferta-se a oportunidade de participação na Modalidade Acadêmico Apoiador.

Nesse sentido a Universidade de Cruz Alta instituiu por meio da Resolução nº 08/2015, a Modalidade Acadêmico Apoiador, que compreende o acompanhamento em estudos práticos nos Laboratórios da Universidade de Cruz Alta, possibilitando a ampliação dos conhecimentos de formação profissional e o aprofundamento de conteúdos considerados necessários à compreensão dos componentes curriculares dos cursos de graduação.

A atividade constitui-se ainda como um instrumento de aprimoramento pedagógico extraclasse envolvendo um grupo de estudantes sob a orientação de um Acadêmico Apoiador indicado pelo professor responsável pelo componente curricular e/ou que se habilite para tal.

4.14.8 Laboratório de Ideias

O Laboratório de Ideias da Universidade de Cruz Alta é um espaço de discussões e conexões criativas voltado para a criação, desenvolvimento, validação e disseminação

de ideias de professores a respeito de tecnologias de ensino e aprendizagem, nos ensinos fundamental, médio e superior.

A partir da identificação das demandas, através de um processo colaborativo, são desenvolvidas metodologias de ensino que possam suprir necessidades específicas de ensino dos professores e, também, apresentar novas perspectivas de aprendizagem em todas as áreas do conhecimento. A assessoria para implementação dessas propostas também é oferecida pelo laboratório.

Entre as tecnologias de ensino adotadas estão o ensino por meio de projetos, o uso de laboratórios virtuais, a construção de experimentos a partir de materiais recicláveis e a gamificação de conteúdos e componentes curriculares.

Contempla-se ainda entre as atividades do laboratório o Desafio das Engenharias, a elaboração de vídeo aulas para o nivelamento de componentes curriculares; apoio a eventos que tenham como objetivo disseminar estas iniciativas e a promoção da mostra anual PROINTEC - Mostra de Projetos Integradores e Tecnológicos das Engenharias da Unicruz.

4.14.9 Laboratório Sorge Lebens

O “Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão em Humanidades ‘*Sorge Lebens*’ – o conhecimento implicado na dimensão do cuidado para com o todo da vida” é um projeto institucional de Ensino, Pesquisa, Extensão e Formação de Professores.

Iniciou suas atividades em 2016, diante da necessidade de fortalecer os propósitos dos componentes curriculares de Núcleo Comum da Universidade de Cruz Alta, como Antropologia, Sociologia, Filosofia e Psicologia.

A finalidade do projeto é proporcionar um espaço de diálogos transdisciplinares articulados aos fundamentos de um ensino humanístico aos diversos cursos de graduação e pós-graduação da UNICRUZ, gerando integração e promovendo um diálogo crítico entre os acadêmicos de distintas áreas do conhecimento e estudantes do ensino médio, bem como a comunidade regional em geral.

O laboratório desenvolve a cultura da paz, desenvolve pesquisas sobre as temáticas que envolvem os problemas da vida e estimula a criação de propostas de

intervenções para os estudantes do ensino médio das escolas estaduais de Cruz Alta, em parceria com a 9ª CRE, que tem abrangência nos municípios Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Jacuizinho, Jari, Pejuçara, Quinze de Novembro, Salto do Jacuí e Tupanciretã.

O Laboratório de Humanidades é um espaço de reflexão e ação da Universidade, que enfatiza e fortalece uma formação pautada no conhecimento associado ao “modo ser ético”, ou seja, o ensino compreendido como um agir profissional prudente e preocupado com a sustentabilidade e a manutenção da vida em toda sua extensão e que tem como ênfase a garantia da dignidade à vida e dos Direitos Humanos.

4.14.10 Núcleo de Estatística Aplicada da UNICRUZ

O Núcleo de Estatística Aplicada da UNICRUZ (NEA) é o órgão responsável pela assessoria e/ou consultoria à aplicação da estatística em investigações técnico-científicas desenvolvidas por docentes e discentes da graduação e da pós-graduação da Universidade, contribuindo com o planejamento metodológico, a obtenção e a organização dos dados, bem como, a análise e interpretação dos resultados obtidos sejam de caráter qualitativo e/ou quantitativo.

Atua no delineamento de pesquisas, na orientação e na análise estatística dos dados por meio de ferramentas estatísticas computacionais, de técnicas de análise de dados qualitativos e na interpretação dos resultados obtidos os quais são apresentados na forma de relatórios. Também é responsável pela organização e análise estatística de dados institucionais ligados aos setores de gestão, desde que oficializados por sua coordenação. Este órgão está subordinado à Pró-Reitoria de Graduação e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNICRUZ.

4.14.11 Núcleo de Conexões Artístico e Culturais

O NUCART – Núcleo de Conexões Artístico-Culturais, constitui-se como espaço de convergência de diferentes atividades culturais, concebidas e vivenciadas pela comunidade acadêmica da Universidade de Cruz Alta, por meio da arte e da cultura em

sua forma mais ampla. Neste sentido, abarca projetos que possibilitem o ensino, pesquisa e extensão na universidade com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da região. Apresenta-se como canal de diálogo entre os diversos saberes desenvolvidos e construídos na universidade nos diferentes agentes e instâncias com os quais a instituição se relaciona.

Por meio do NUCART, a Universidade reafirma o papel preponderante e a importância de atuar nas instâncias da cultura e da arte, e por elas instigar o debate artístico-cultural, através de exposições, palestras, apresentações, oficinas e encontros com artistas, com vistas a experiências que propiciem a construção de conhecimento, aprendizagem e a promoção da cidadania, no que enaltece conexões entre os objetos da arte, o sujeito, a cultura e a própria Arte.

De origem interdisciplinar o Plano de Desenvolvimento de Ações, procura estar aberto a projetos oriundos de todos os cursos da instituição e propõe atividades de exibição, fruição e debate nas diferentes linguagens da Arte, sejam elas: a bidimensionalidade (pintura, desenho, gravura, fotografia, pintura mural, etc.) a tridimensionalidade (escultura, objetos, instalações, etc.) as artes móveis (cinema, vídeo arte, performance, arte experimental, etc.). Contempla ainda a dança, música, cinema e literatura e tem vistas para o debate do Artesanato e a produção da cultura popular em geral.

4.14.12 Temáticas Transversais

O desenvolvimento das temáticas transversais como as questões étnico-raciais e afro indígenas, dos Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade e Meio Ambiente são trabalhadas na forma de Programas, Projetos de Pesquisa e Extensão, Palestra, Oficinas, Fóruns e Grupos de Estudos. Ainda são desenvolvidos na forma de componentes curriculares eletivos oferecidos a todos os cursos de graduação da UNICRUZ.

Os principais espaços que desenvolvem estas atividades são Núcleo de Conexões Artístico Cultural, o Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos, o Fórum de Sustentabilidade e o Projeto Profissão Catador, O UNATI – Universidade Aberta à

Terceira Idade e o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão *Sorge Lebens*.

4.14.13 Programa a Extensão que Queremos – PEQ

A Extensão Universitária constitui-se em um conjunto de ações de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, articulando os saberes produzidos na vida acadêmica e na vida cotidiana das populações, para compreensão da realidade e busca de resposta aos seus desafios. Assim, promove a disseminação do conhecimento acadêmico, por meio do diálogo permanente com a sociedade.

A Extensão Universitária efetiva-se na interface com o Ensino e a Pesquisa, por um processo pedagógico participativo, tornando-se instrumento de formação de profissionais cidadãos, que pautem suas ações pela competência técnica e pelo compromisso ético. Portanto, a extensão universitária é uma atividade que constitui um novo paradigma para as instituições de ensino superior, pois agrega a exigência da interação com a sociedade e da democratização do saber.

Conforme a Constituição Federal de 1988 em seu art. 207. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96, em seu capítulo IV – Da Educação Superior, expressa em seu art. 43, incisos VI e VII, as seguintes finalidades da educação superior:

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em resposta ao mandamento constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394), de 1996, estabelecer a Extensão Universitária como uma das finalidades da

Universidade (Artigo 43), o Plano Nacional de Educação 2014/2024 traz em sua Meta 12, a Estratégia 12.7 que prevê que as IES devem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. E ainda, no mesmo plano há maior previsão de entrelaçamento com a extensão no Plano por meio das metas 9.1; 13.7 e 14.10.

Outras ações institucionais de concretização a extensão no curso é a oferta anual do PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão, destinado aos acadêmicos de graduação, por meio da concessão de bolsas de projetos de extensão e o Café Extensão, evento este inserido junto ao Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, o qual traz para a pauta as discussões teóricas atuais sobre a Extensão, com a possibilidade da comunidade acadêmica da UNICRUZ aprofundar o conhecimento sobre a Extensão e a sua contribuição no alcance da indissociabilidade efetiva. Outra ação é a publicação da Revista Cataventos - Revista de Extensão da UNICRUZ, que desde o ano de 2009 tem o propósito de socializar os resultados dos trabalhos desenvolvidos na área da extensão universitária, para que se constituam em importante contribuição de disseminação de saberes produzidos a partir dos programas e projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade de Cruz Alta e demais Instituições de Ensino Superior. No ano de 2014, também se instituiu a Comissão Permanente de Extensão (COPEX), com a finalidade de estabelecer, de forma democrática e dialógica, a política e a gestão da Extensão na UNICRUZ, a fim de avaliar permanentemente as atividades realizadas com foco na relevância social das ações desenvolvidas pela universidade com vistas à qualidade acadêmica, científica e com o compromisso social da instituição.

Portanto, a UNICRUZ vem constituindo um debate com a sua comunidade acadêmica no sentido de implantar a necessária curricularização da extensão, trazendo momentos de encontros, diálogos, debates e mesas de trabalho para efetivação dessa política e por isso essa agenda propositiva que instituímos denominamos de PEQ – Programa a Extensão que Queremos.

4.14.14 Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares

O Laboratório de Estudos e Práticas Socioculturais Interdisciplinares – LEPSI, ligado ao Programa de Pós -Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado, é um espaço interdisciplinar de articulação de estudos e pesquisas, voltadas às questões sociais, que apresentem vivências e experiências, busquem a emancipação e o desenvolvimento social. O Laboratório também está voltado para a produção e socialização desses conhecimentos.

As ações do LEPSI são desenvolvidas em interação com movimentos sociais, grupos e associações que compõem a sociedade e estão voltadas para as temáticas: cultura e arte, necessidades especiais, diversidade sexual, de gênero e geracional, inclusão étnico-racial, preservação e sustentabilidade ambiental, geração de trabalho e renda; transparência no setor público, participação e cidadania. Vários núcleos de estudos e práticas integram suas ações, dentre os quais estão: o NAEP – Núcleo de Atendimento ao Estudante e ao Professor; o NAPDH - Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos; e, o NUCART - Núcleo de Conexões Artístico-Culturais. Estão ainda vinculados ao Laboratório, grupos de pesquisas com projetos que visam à preservação e sustentabilidade ambiental, associativismo, cooperativismo solidário e melhoria social-econômica dos grupos sociais emergentes. Portanto, seu principal objetivo é empreender estudos e pesquisas sobre práticas socioculturais que estão sendo vivenciadas na contemporaneidade e que visem a emancipação social, as repercussões desse processo e possibilidades de desenvolvimento social. As ações do LEPSI são:

- Integração de acadêmicos da Graduação e da Pós-Graduação, pesquisas, estudos e discussões nas temáticas sobre práticas e demandas socioculturais;
- Divulgação e socialização da produção, por meio da publicação de artigos e livros e da participação dos pesquisadores e extensionistas vinculados ao LEPSI, em eventos de caráter técnico-científico;
- Encontros e grupos de estudo para reflexão, análise e diálogo sobre textos, livros e filmes relacionados as principais temáticas e questões sociais que são pertinentes as

práticas socioculturais da contemporaneidade.

4.14.15 Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas

Os caminhos que a humanidade percorreu em seu desenvolvimento são significados e mediados pela convivência entre os seres humanos e interação com o seu meio. No entanto, ainda há muito a se percorrer e o espaço universitário torna-se propício a fomentar o debate em relação às ações que devem acontecer para instigar e garantir a aprendizagem, a educação inclusiva, autônoma e a acessibilidade. Essas temáticas emergem pela necessidade de se pensar que a aprendizagem acontece por diferentes formas, lugares e tempos e perpassam também o espaço universitário.

No contexto da valorização dos saberes, a Universidade tem por objetivo, promover a educação inclusiva por ser um espaço de formação profissional e acolhimento a todos; tem como Missão “a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável”.

Desta forma a Universidade pautada nos pressupostos legais que sustentam a formação de professores, os cursos de licenciatura, como Pedagogia e Educação Física e demais Cursos da Instituição, tem o compromisso com a aprendizagem de todos os alunos, considerando seus diferentes perfis e necessidades. Assim, busca constantemente a inserção de diferentes recursos que garantam a efetivação da aprendizagem. Tal processo perpassa pela formação de professores e dos acadêmicos, especialmente, do Curso de Pedagogia, o qual tem o comprometimento com a formação de professores com competências para o exercício da docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Cursos de Educação Profissional e na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, como por exemplo o contexto das Instituições de Ensino Superior.

Quando se refere sobre o processo de Inclusão nos sistemas educacionais e as demandas de ações de apoio que delas decorrem, partimos do pressuposto que vai além

de uma mudança do sistema de ensino para o aluno com necessidades educacionais especiais. Define-se então, a importância das transformações profundas neste ambiente quanto à metodologia, currículo e avaliação bem como na oferta de subsídios das tecnologias assistivas e tecnologias acessíveis que são essenciais durante o processo para que se obtenha sucesso educacional.

Neste contexto surge o Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas tem como objetivos fomentar e consolidar a área de ensino e pesquisa na Educação Inclusiva e em Tecnologia Assistiva através de uma rede de cooperação entre os cursos da Universidade; ofertar um espaço de formação e de práticas, tanto para acadêmicos como para egressos e da comunidade regional, em cursos e oficinas que venham a subsidiar o atendimento aos diversos perfis de alunos atendidos pelas instituições de ensino; busca a ampliação dos espaços de estudo e elaboração de estratégias metodológicas de modo a qualificar a atuação docente visando a aprendizagem para todos os alunos; estimula a utilização dos equipamentos de forma interdisciplinar, associando os diferentes saberes e habilidades quer seja na formação e na atuação docente; promove e possibilita aos acadêmicos dos cursos de formação de professores a vivência de práticas inclusivas integradas ao currículo; disponibiliza a vivência de situações de aprendizagem condizentes com o contexto do Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais; e oferta o aprimoramento, aplicação e avaliação de metodologias ativas no processo de ensino e de aprendizagem.

Assim o Laboratório de Aprendizagem em Práticas Inclusivas busca consolidar a cultura da inclusão e da aprendizagem para todos, ou seja, um novo olhar e uma nova postura conceitual e metodológica para atender as necessidades da formação de pessoas; e através de uma atuação qualificada na formação de professores nos Cursos de Licenciaturas e na formação continuada com o uso de Tecnologias Assistivas e Acessíveis, qualificar o atendimento na Educação Especial e no Atendimento Educacional Especializado nos diferentes níveis e espaços de ensino; propor o desenvolvimento de materiais didáticos e pedagógicos voltados para o Atendimento Educacional Especializado, tanto físico quanto digital.

O Laboratório de Aprendizagem de: Práticas Inclusivas é integrado fisicamente com o Espaço Ludopedagógico e o Laboratório de Desenvolvimento Humano (prédio

12), incentivando assim a vivência acadêmica em espaços diferenciados e a articulação com o programa de pós-graduação interdisciplinar na área de Desenvolvimento e Práticas Sócio Culturais.

4.14.16 Programa para Melhoria do Ensino nos cursos de Graduação (PROEN)

Esse programa foi constituído no ano de 2014, entre Fundação e Reitoria, visando, através de Edital anual, contribuir para a melhoria do ensino de graduação, a partir de projetos apresentados pelos cursos de graduação da Universidade, tendo em vista a excelência das práticas pedagógicas nos cursos, por meio da qualificação do desempenho dos docentes (cursos, oficinas, encontros de formação pedagógica), da aquisição de equipamentos para laboratórios, de informática, audiovisual e/ou materiais bibliográficos. No edital, concorrem todos os cursos e pode ser apresentado projetos nas modalidades de investimento, manutenção e custeio, devendo o recurso ser destinado à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Os projetos encaminhados via edital são escolhidos por meio de comissão de avaliação externa, constituído por pró-reitores de graduação de outras IES comunitárias do Rio Grande do Sul.

4.14.17 Grupo de Estudos em Metodologias Ativas, Inventivas e Ensino Híbrido

Frente a demanda institucional de se implantar as metodologias ativas, inventivas e o ensino híbrido nos cursos de graduação, a UNICRUZ sentiu a necessidade da criação de um grupo de estudos sobre essas metodologias e tipo de ensino com o objetivo de promover estudos sobre este assunto e disseminar boas práticas na instituição. O GEMAIH foi criado em 2016 e desde então os encontros ocorrem mensalmente, em dia de semana e horário combinados com os participantes do mesmo.

A experiência em ter um grupo de estudos como este na instituição possibilita a socialização do conhecimento, tornando-se um espaço de discussão sobre o uso das metodologias ativas e inventivas de ensino e a modalidade do ensino híbrido, proporcionando maior motivação entre os docentes da instituição. Assim, possibilitando a implantação e fortalecimento do uso dessas metodologias de ensino tanto em de sala

de aula quanto em espaços na comunidade.

A necessidade de implantar estas metodologias no ensino justifica-se pela importância de promover para os discentes aprendizagem significativa sobre o conhecimento, tendo como foco primordial a qualidade da educação no ensino superior nos diferentes cursos ofertados pela UNICRUZ.

4.14.18 Laboratório de Metodologias Ativas

A UNICRUZ disponibiliza de uma sala de metodologias ativas, a qual dispõe de um espaço físico diferenciado e atrativo para o desenvolvimento de aulas e atividades nas quais o aluno é o centro do ensino e de aprendizagem. A referida sala de aula proporciona autonomia aos discentes, seja em atividades individuais e/ou em trabalhos desenvolvidos em grupos.

Diante do uso dessas metodologias de ensino e de aprendizagem o professor é o ativador, facilitador e mediador do conhecimento nesse processo. Ainda, a referida sala contribui para a formação docente, principalmente em atividades vinculadas à Pedagogia Universitária.

5. RELAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO COM A PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO PDI

5.1 Políticas de Ensino

Em consonância com o PDI e a missão institucional, a graduação em Agronomia, reafirma seu compromisso com a excelência em seus processos, ou seja, a educação de qualidade, superando fragmentações e dicotomias do conhecimento e da ciência, a partir de ações interdisciplinares. Além disso, considera metodologias de pesquisa e de extensão como princípios educativos, que fortalecem a cientificidade do conhecimento e o diálogo permanente com a sociedade.

De acordo com as políticas de ensino propostas no PDI 2018-2022, o curso de Agronomia busca constantemente seu fortalecimento na instituição e na região, ofertando ensino de qualidade a partir de metodologias dinâmicas e diferenciadas, tendo grande parte de suas aulas de forma prática. A maior parte dos professores do curso possui titulação de doutor ou mestre, alguns dos quais obtiveram sua formação a partir do apoio do programa institucional PICD.

A política de inserção de novas tecnologias e inovação nos cursos de graduação da Unicruz norteia as estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas nas disciplinas do Curso, as quais buscam mesclar metodologias ativas e inventivas com aulas expositivas tradicionais, através de conteúdos que se articulam entre diferentes disciplinas, fortalecendo o processo de formação dos acadêmicos e qualificando ainda mais o ensino da graduação.

Com o intuito de implementar novas metodologias e oferecer materiais pedagógicos em diversos formatos como vídeo, áudio, infográfico, dentre outros, foram integradas ao AVA Moodle as ferramentas Blackboard Collaborate e a ferramenta externa – Unidades de Aprendizagem SAGAH.

A ferramenta Collaborate oportuniza a oferta de Webconferência, e também a produção de videoaulas, possibilitando estratégias metodológicas inovadoras que atendem a esse novo contexto de ensino aprendizagem.

As Unidades de Aprendizagem SAGAH disponibilizam o conteúdo de forma

dinâmica, pois são elaboradas de forma não linear e disponibilizam recursos como: exercícios, desafio, vídeo, livro, artigos, textos, infográficos, imagens, com vistas a oferecer conteúdo em diferentes formatos, atendendo as necessidades de aprendizagem de cada aluno. Caracteriza a personalização da aprendizagem e possibilita a autonomia do estudante no processo de aprendizagem. Assim, as disciplinas integrantes do Curso, ofertadas nas modalidades presencial e a distância, podem ser disponibilizadas no AVA Moodle, o qual integra recursos e atividades que possibilitam a mediação, a interação e a colaboração na construção do conhecimento pelo estudante.

5.2 Políticas de Pesquisa

A pesquisa na Universidade de Cruz Alta é realizada em forma conjunta com ensino e extensão. Com atenção permanente à missão institucional e com base nos Programas Institucionais, tem-se estabelecido as políticas de pesquisa, extensão, pós-graduação e empreendedorismo, inovação e tecnologias. Observando as transversalização de conhecimentos e os avanços nas atividades desenvolvidas, estruturou-se três grandes programas de pesquisa:

Programa 1 - Atenção integral à saúde e qualidade de vida

Objetivo: Desenvolver ações de promoção, prevenção e reabilitação, transitando entre a pesquisa básica e aplicada, numa perspectiva inter, multi e transdisciplinar, em busca da atenção integral à saúde e qualidade de vida da população.

Programa 2 - Desenvolvimento regional, sustentável e tecnológico

Objetivo: Desenvolver e aprimorar bens, processos e serviços voltados aos setores primário, secundário e terciário, numa perspectiva ética, empreendedora e sustentável, para o progresso da região.

Programa 3 - Sociedade, Educação e Comunicação

Objetivo: Compreender os processos e práticas socioculturais, a partir da reflexão sobre direitos, políticas públicas, trabalho e cidadania, propondo e/ou desenvolvendo ações para a formação de sujeitos empoderados do seu protagonismo

transformador da sociedade.

O curso de Agronomia desenvolve ações de pesquisa, preponderantemente, nos Programas 2 e 3. No Curso, acadêmicos continuamente são contemplados com bolsas de iniciação científica da Unicruz, sendo que, anualmente, aproximadamente 60 % dos alunos do curso possuem algum tipo de bolsa de iniciação científica. Além disso, alunos que não são contemplados com bolsa, podem atuar junto aos projeto de pesquisa do curso como alunos bolsista voluntários.

Nos projetos, os alunos desenvolvem pesquisas em diferentes áreas de atuação profissional, levando-se em consideração as curiosidades que surgem através das atividades de ensino e na perspectiva de responder aos questionamentos ou conflitos teórico-metodológicos do processo de aprendizagem. Estes projetos estão sempre vinculados aos grupos de pesquisa aos quais os docentes estão cadastrados. Ademais, no curso é obrigatório o desenvolvimento de uma pesquisa como Trabalho de Conclusão de Curso, o qual é dividido em TCC I (elaboração de projeto) e TCC II (execução do projeto e redação de artigo científico).

Como forma de incentivar a divulgação do conhecimento gerado, a produção científica dos professores e alunos é estimulada através de publicações nos meios de divulgação técnico-científicos, revistas e periódicos, jornais, eventos de caráter científico, livros na área do conhecimento, anais de eventos, entre outros, enriquecendo o acervo de recursos disponibilizados aos alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem. Dentre os eventos realizados pela instituição, destaca-se o Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Seminário Interno de Pesquisa e Extensão do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias.

Neste sentido, a cultura de pesquisa é consolidada no curso de Agronomia.

5.2.1 Grupos e Linhas de Pesquisa do Curso

Os grupos de pesquisa institucionais dos quais fazem parte professores e

alunos do curso de Agronomia são Fitotecnia e Produção Sustentável.

5.3 Políticas de Extensão

A UNICRUZ, enquanto Instituição Comunitária de Ensino Superior, tem na integração com as comunidades do seu entorno um marco identitário. A extensão universitária é o instrumento decisivo que possibilita a intervenção direta e de maior efetividade da Instituição na sociedade; é a atividade acadêmica apropriada para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, de forma contextualizada com a realidade social. As atividades de extensão permitem o entendimento do movimento dialógico entre a teoria e a prática, a troca de experiências e de saberes e a busca de alternativas para os problemas da coletividade.

A legislação atual prevê que as IES devem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação, em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Para atender estas demandas, diferentes disciplinas do curso de Agronomia abordam ações específicas e direcionadas de extensão em seus planos de ensino. Ressalta-se a disciplina de Metodologia da Pesquisa. Além disso, ações de extensão fazem parte da rotinas dos estágios supervisionados do curso.

Outras ações institucionais de concretização da extensão na IES é a oferta anual do PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão, destinado aos acadêmicos de graduação, por meio da concessão de bolsas de projetos de extensão, sendo que professores do curso de Agronomia submetem projetos anualmente nesta modalidade.

A UNICRUZ apresenta um programa de extensão chamado “Núcleo do Projeto Rondon”, onde os acadêmicos selecionados para participar do Núcleo poderão atuar em atividades de extensão da UNICRUZ, recebendo treinamentos e capacitação ao longo do ano, além de desenvolverem operações locais dentro do Município de Cruz Alta. Assim, os acadêmicos estarão ao mesmo tempo aptos a atuar nas operações do

Projeto Rondon a nível nacional, contribuindo também para a melhoria da qualidade de vida da própria comunidade. Como voluntários, os acadêmicos também podem participar do Projeto RONDON, que se destaca como uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Defesa, com a participação de outros ministérios e o apoio das Forças Armadas. Neste projeto, que jovens universitários têm a oportunidade de interagir com comunidades em situação de vulnerabilidade social, desenvolvendo ações transformadoras e duradouras para a melhoria da qualidade de vida da população local. Neste contexto, alunos da Agronomia já participaram das operações nacionais do Projeto Rondon. Cabe salientar que o Curso também se faz presente em diversas ações comunitárias realizadas na cidade de Cruz Alta e região, como trabalho de conscientização sobre mosquito da dengue, implantação de hortas e pomares escolares, trabalhos de extensão em comunidades de terapêuticas, entre outros.

Além disso, o Café Extensão é um evento este inserido junto ao Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, o qual traz para a pauta as discussões teóricas atuais sobre a Extensão, com a possibilidade da comunidade acadêmica da Unicruz aprofundar o conhecimento sobre a Extensão e a sua contribuição no alcance da indissociabilidade efetiva. Outra ação é a publicação da Revista Cataventos- Revista de Extensão da Unicruz, que desde o ano de 2009 tem o propósito de socializar os resultados dos trabalhos desenvolvidos na área da extensão universitária, para que se constituam em importante contribuição de disseminação de saberes produzidos a partir dos programas e projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade de Cruz Alta e demais Instituições de Ensino Superior. No ano de 2014, também se instituiu a Comissão Permanente de Extensão (COPEX), com a finalidade de estabelecer, de forma democrática e dialógica, a política e a gestão da Extensão na Unicruz, a fim de avaliar permanentemente as atividades realizadas com foco na relevância social das ações desenvolvidas pela universidade com vistas à qualidade

acadêmica, científica e com o compromisso social da instituição.

5.4 Políticas de Pós-Graduação

Na instituição universitária, embora os cursos de graduação sejam normalmente os mais numerosos, é a pós-graduação que caracteriza o avanço e assegura a oportunidade de aprofundamento dos níveis continuados de formação superior. Ela representa a maturidade institucional, contextualizada à realidade social. Baseada na ciência e no esforço intelectual busca a construção de respostas aos problemas humanos, ambientais, econômicos, sociais e culturais do seu entorno.

A capacitação de docentes em nível “*Lato sensu*” e “*Stricto sensu*” é realizada através de cursos oferecidos pela própria Instituição, como também através do encaminhamento de professores para cursos de Pós-Graduação em outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Dentre os cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* propostos atualmente pela Universidade, dois estão relacionados a área profissional da saúde, sendo eles Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e Mestrado em Atenção Integral à Saúde. Além disso, há duas especializações *lato sensu* na área da saúde: Especialização em Multidisciplinar em Oncologia e Especialização Multidisciplinar no Cuidado ao Paciente em Situações Críticas de Vida.

5.5 Políticas de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologias

A instituição busca fomentar a cultura do empreendedorismo e da inovação em um eixo transversal à pesquisa, à extensão e à pós-graduação, fortalecendo os programas institucionais de pesquisa em inovação e tecnologia, com base nas necessidades elencadas pela sociedade, para o progresso dos diversos setores relacionados às atividades desenvolvidas no âmbito da Universidade de Cruz Alta; com estímulo à visão empreendedora e inovadora nos espaços de convivência comunitária por meio do Escritório de empreendedorismo e Aprimoramento do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia no assessoramento aos processos de registro de

propriedade intelectual/industrial; e Consolidando a incubadora social como referência regional na incubação e aceleração de empreendimentos sociais, na geração de trabalho e renda baseada nos princípios do associativismo. Além da implementação da incubadora tecnológica mista para contribuir com o desenvolvimento regional e com a consolidação de conhecimentos em processos que viabilizem a troca de informações entre a universidade e os setores produtivos, bem como propiciar a criação e fortalecimento de negócios por parte dos acadêmicos da instituição e empreendedores. Na grade curricular do Curso de Agronomia, é oferecida a disciplina optativa Gestão de Marketing e Empreendedorismo na Agronomia. Além disso, o empreendedorismo é trabalhado de forma transversal em diversas disciplinas, com vistas a realidade profissional dos futuros agrônomos.

5.6 Políticas de Internacionalização

A internacionalização da UNICRUZ constitui uma das estratégias fixadas pelo Planejamento Institucional desde o ano de 2011, quando foi composta a Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI), em consonância com as diretrizes e iniciativas desenvolvidas pela Universidade, onde se definiu como meta o estabelecimento de uma política institucional para o processo de internacionalização.

Atualmente a Assessoria de Assuntos Internacionais conta com um Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional para a Graduação (PMAIG), o qual visa estabelecer atividades de Mobilidade Internacional de natureza acadêmica, científica, esportiva, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que objetivem a complementação e o aprimoramento da formação do estudante, sendo estas realizadas por intermédio da universidade, mais especificamente da Assessoria de Assuntos Internacionais, em universidades ou instituições estrangeiras conveniadas ou previamente acordadas com a Unicruz. Este programa tem regulamento próprio aprovado em CONSUN conforme Resolução nº 02/2016 de 30 de março de 2016.

Os alunos são avaliados e selecionados por um Comitê de Avaliação composto por um titular e suplente representante da Assessoria de Assuntos Internacionais, por

um titular e suplente representante de cada Centro de Ensino e por um titular e suplente representante da Pró-Reitoria de Graduação a partir de princípios de meritocracia que envolve o desempenho acadêmico dos alunos e a participação em programas institucionais de pesquisa, extensão e iniciação científica. Atualmente, 09 alunos do curso de Agronomia já realizaram/realizam intercâmbio em universidades estrangeiras:

2016 - Portugal/Algarve: Alice Prates Bisso Dambroz

Bruna Aparecida Haas

Édina Caroline Alves

Valdonei Veiga Voss

2017 - Portugal/Algarve: Douglas Hesper Moura

Rafaela Kanitz

2018 - Portugal/Algarve: Guilherme Rodrigues Santos

2019 - Portugal/Instituto Politécnico de Coimbra: Carolina Pereira Vincensi

Rafaela Cavalli Lobo

Da mesma forma, há atualmente necessidade de constituição de um Conselho de Assuntos Internacionais – ConAI, o qual tem a finalidade de ser interdisciplinar e apoiar as ações da AAI para o desenvolvimento e consolidação do processo de internacionalização, aprimorando procedimentos já vigentes e adotando novos mecanismos de gestão das tomadas de decisão.

Ainda, como estratégias institucionais a Assessoria de Assuntos Internacionais da UNICRUZ participa em Fóruns e Redes Institucionais e internacionais, pois em um mundo de relações globais o trabalho em redes é importante para o desenvolvimento estratégico da internacionalização. A UNICRUZ participa do FAUBAI (Fórum dos Assessores das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais).

5.7 Políticas de Responsabilidade Social do Curso

Segundo PDI (2018-2022) a responsabilidade social é definida como uma postura, um compromisso social entendido como resultado de ações que envolvem

todos os colaboradores e integrantes da Instituição, resultando em melhorias para eles próprios, para as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com a IES, e para a sociedade como um todo.

Neste contexto, no curso de Agronomia, a responsabilidade social está ligada às atividades de gestão, extensão, ensino e pesquisa. A gestão organiza e propõe atividades que visem atender as demandas da sociedade juntamente com docentes do curso. Ressaltam-se as seguintes ações que visam a responsabilidade social do curso:

- Estágios Supervisionados, nos quais os alunos atuam diretamente junto a projetos institucionais ou de responsabilidade do curso;
- Projeto de pesquisa e extensão, que através de ações específicas propostas por diferentes docentes, aproximam o aluno da realidade da população e propõem ações de intervenção para melhoria da saúde e qualidade de vida.
- Dias de Campo: Trabalhos de extensão do curso que envolve desde a comunidade acadêmica e seus familiares, até a comunidade regional de profissionais e produtores rurais. O curso já promoveu 04 dias de campo (02 de inverno e 02 de verão) atingindo diretamente mais de 3.000 pessoas, além da abrangência pelos meios de comunicação.

5.8 Política de Acessibilidade

A inclusão de pessoas com deficiências no sistema de ensino tem sido uma prática educacional que vislumbra um olhar atento, pois envolve uma mudança de paradigma educacional que propõe a participação de todos os envolvidos neste processo. Isto posto significa que se façam adaptações quanto ao preparo para entender e atender as necessidades educacionais especiais de cada aluno (KARAGIANNIS, STAINBACK; STAINBACK, 1999).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, publicada em 2008 pelo Ministério da Educação, reforça o compromisso do país no atendimento educacional igualitário, preconizando assim, o aumento progressivo de

estudantes com deficiências matriculados nos sistemas de ensino.

A Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 foi promulgada reafirmando os direitos das pessoas com deficiências em várias esferas sociais, constituindo-se no Estatuto da Pessoa com deficiência. No tocante da educação, o artigo 27 do Estatuto, estabelece: “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015).

Este olhar estava voltado prioritariamente nas fases iniciais da escolarização, porém, através do protagonismo de alguns, o tema passou a ser discutido no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior através da Universalização do acesso ao ensino superior por meio das políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - *Viver sem Limite* do Governo Federal, objetiva a equiparação de oportunidades, valorizando o protagonismo das pessoas com deficiência. As ações deste plano se estruturam nos eixos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde.

As IES, de acordo com o MEC/SECADI/SESU (BRASIL, 2013), são orientadas a propor ações voltadas à inclusão, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; na execução orçamentária; na composição do quadro profissional; nos projetos; na infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público, entre outros.

As estatísticas demonstram que os índices de inserção de alunos com deficiência no ensino superior aumentam anualmente. Pessoas com deficiência conforme o Censo Demográfico 2010 somam 45.606.048 milhões. Esses registros, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o número de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas corresponde a 23,9% da população brasileira. “A investigação da deficiência em enxergar, ouvir ou se locomover, e na existência da deficiência mental ou intelectual” (IBGE Censo Demográfico 2010 considerou a percepção do próprio indivíduo “[...] sobre sua dificuldade, 2012, p. 79). Essa percepção considerou também a interação com o ambiente, as condições econômicas e sociais em que o sujeito está inserido.

(PIECZKOWSKI, 2014; p. 28)

Assim, o Programa INCLUIR – Programa de Acessibilidade na Educação Superior, incentiva os Núcleos de Acessibilidade a priorizar a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógica, digital e de comunicação. Os Núcleos de Acessibilidade também têm por finalidade buscar o acesso dos estudantes com Deficiência nos seus espaços, vivenciando a acessibilidade plena. Desse modo, a UNICRUZ procura atender as normativas vigentes estabelecidas para uma boa convivência humana em sua pluralidade e diversidade. Uma das questões centrais dos ordenamentos atuais é a questão da inclusão de um modo geral e da acessibilidade de um modo particular.

Para melhor atender a comunidade acadêmica em toda a sua diversidade e complexidade, a UNICRUZ estabeleceu objetivos que organizam sua ação na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes, através de acompanhamento, orientação e intervenção na área da educação inclusiva no que se refere às dificuldades, impedimentos e /ou barreiras que impeçam o processo ensino aprendizagem. Outra questão importante é viabilizar o fortalecimento de uma política educacional de apoio aos acadêmicos através dos programas de acompanhamento aos processos de aprendizagem. Estes se desdobram em:

1) Atendimento Educacional Especializado: seu objetivo é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que permitam eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas;

2) Núcleo de Acessibilidade e Inclusão: promove um fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Inclusiva aplicada à Educação Superior e em como adequar os espaços de forma a receber as pessoas que necessitem de tais subsídios.

Para o devido cumprimento dos objetivos propostos, a política de inclusão institucional é realizada em parceria com os diversos setores da UNICRUZ, buscando alternativas para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem dos discentes.

Os objetivos estabelecidos para a Política de Inclusão Institucional são:

- Promover a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes;
- Intervir, orientar e acompanhar a área da educação inclusiva, alunos que

apresentem dificuldades e /ou barreiras que impeçam o processo de ensino e aprendizagem e que possam ser sanadas ou atenuadas conforme a demanda;

- Fortalecer uma política de acolhimento e apoio aos acadêmicos, oferecendo Atendimento Educacional Especializado por meio do Núcleo de Acessibilidade e de Inclusão;

- Efetivar uma prática de respeito à diversidade e à inclusão;

- Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação da comunidade acadêmica, considerando suas necessidades específicas;

- Instituir fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Inclusiva aplicada à Educação Superior;

- Garantir acessibilidade nos espaços de forma a receber adequadamente pessoas que necessitem de tais subsídios;

- Constituir um espaço de orientação e apoio ao corpo docente e ao discente de forma individual e/ou em grupo;

- Promover espaços de discussões, diálogo e esclarecimentos com a comunidade acadêmica e externa sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, por meio de cursos, palestras, oficinas, conferências, vídeos, simpósios;

- Acompanhar os processos de implantação da política de acessibilidade na Instituição;

- Monitorar os processos de acessibilidade: arquitetônica, atitudinal, pedagógica, comunicacional e digital na Universidade visando garantir a acessibilidade plena;

- Oportunizar ações que garantam a formação dos estudantes com altas habilidades (aceleração, enriquecimento curricular, suplementação, tutorias e monitorias);

- Orientar e apoiar os discentes na resolução de problemas acadêmicos e de relacionamento interpessoal que interferem no desenvolvimento pessoal, profissional e no processo de ensino aprendizagem;

- Acompanhar o processo de ensino aprendizagem dos discentes com deficiências da universidade através de encontros semanais ou quinzenais, com vistas a assegurar o sucesso escolar, encaminhando para apoio pedagógico, psicopedagógico, recursos

humanos e materiais para o processo ensino aprendizagem dos mesmos;

- Oportunizar ao discente com Espectro Autista um espaço de apoio, escuta e reflexão, conforme disposto na Lei 12. 764/2012;

- Incentivar o desenvolvimento da pessoa humana através do reconhecimento de seus próprios recursos e potencialidades;

- Promover a inclusão no processo de ensino-aprendizagem entre docentes/ discentes e discentes/discentes, desconstruindo preconceitos e garantindo a acessibilidade atitudinal.

Assim, as políticas de inclusão institucional intencionam a difusão da democratização da permanência do discente e sua participação na instituição, tendo em vista o apoio ao aprendizado e a otimização do ensino desenvolvido pela Universidade de Cruz Alta no cumprimento de sua missão.

5.8.1 Plano de Acessibilidade Institucional

Através das demandas que a acessibilidade apresenta, a UNICRUZ constituiu no início de 2017 uma Comissão para elaborar o Plano de Implementação da Acessibilidade Plena na Instituição. Este tem por finalidade acompanhar e fiscalizar todas as ações realizadas para que a acessibilidade se efetive.

A Comissão de Implementação do Programa de Acessibilidade foi instituída pela Pró-Reitoria de Graduação por meio da Portaria de nº 01/2017 em 07 de março de 2017 a qual nomeou a referida comissão visando a implementação do Programa de Acessibilidade da Universidade de Cruz Alta, e num período de 30 dias elaborou o planejamento para melhoria das condições de acessibilidade para pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida e proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista para a Universidade de Cruz Alta com objetivos e metas. Após constituição da Comissão se chegou a conclusão sobre a necessidade de elaborar o Plano de Acessibilidade Assistida para que os técnicos-administrativos da IES possam realizar atendimento de apoio às pessoas com deficiência que chegam nos espaços institucionais e necessitem de atendimento na área.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ - NAIU é um órgão de apoio

acadêmico previsto no artigo 80 do Regimento Geral da Universidade de Cruz Alta e está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação. É o espaço destinado a oferecer apoio às pessoas com deficiência, viabilizando sua permanência pela facilitação do acesso, sejam elas estudantes, tutores, professores ou funcionários. A ação institucional envolve o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas dependências, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão objetiva prestar esclarecimento sobre as necessidades especiais, por meio de projetos, diálogos com professores e alunos, programas e práticas de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica em geral, a fim de que as atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às pessoas com deficiências sejam dissipadas. É o setor responsável pela organização, execução e acompanhamento do Plano de Acessibilidade Institucional.

5.9 Política de direitos humanos

5.9.1 Núcleo de Pró-Ação em Direitos Humanos

O Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH), da Universidade de Cruz Alta, teve seu regulamento aprovado pelo Conselho Universitário, no dia 25 de abril de 2012, conforme Resolução nº 06/12. O Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos tem caráter eminentemente interdisciplinar e atua de forma coletiva, por meio de sua comunidade acadêmica e com a participação da comunidade externa, visando a garantia dos direitos fundamentais de todo ser humano. O NAPDH tem como objetivo geral desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos e cidadania, mediante o emprego de abordagem interdisciplinar de interesse da Universidade de Cruz Alta, da comunidade externa e de instituições parceiras. Nas atividades de ensino, poderá articular as atividades pertinentes às suas temáticas, no oferecimento de cursos na área de direitos humanos, assim como na colaboração com

o ensino, e ministrados pelos centros acadêmicos e programas de pós-graduação. Também elabora e oferece cursos de pós-graduação, por iniciativa própria, ou a pedido de programas específicos, em estrita observância ao: Regimento da Pesquisa; Regimento Geral da Pós-Graduação; Regimento Geral da Universidade de Cruz Alta; Estatuto da Universidade de Cruz Alta e legislação pertinente.

5.9.1.1 Fórum Permanente de Direitos Humanos

O Núcleo de Ação em Pró-Direitos Humanos (NAPDH) da Unicruz objetiva desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos e cidadania, mediante o emprego de abordagem interdisciplinar do interesse da Universidade, da comunidade externa e de instituições parceiras. Dentre as atividades desenvolvidas pelo NAPDH está o Fórum Permanente de Direitos Humanos (FPDH), que visa garantir um espaço de discussão, pesquisa e formação entre a comunidade acadêmica e corpo técnico-funcional da Universidade de Cruz Alta, atendendo a resolução nº 1, de 30/05/2012, do Conselho Nacional de Educação, na lei nº 11465 de 10/03/2008, publicada D.O.U de 11/03/2008 e na Resolução nº 2, de 15/06/2012, publicada no D.O.U de 18/06/2012. Os objetivos do Fórum Permanente de Direitos Humanos são:

- a) incentivar, desenvolver e apoiar ações nos cursos de graduação e pós-graduação (Lato sensu e Stricto sensu), visando fomentar uma cultura de respeito às diferenças e construção de novos valores, tendo em vista uma sociedade mais igualitária e justa socialmente;
- b) oportunizar a formação em direitos humanos do corpo docente, discente e técnico-funcional, por meio de cursos, palestras, projetos e saídas de campo;
- c) possibilitar um processo de sensibilização, visando construir uma consciência crítica, ética, para uma cultura social de respeito e proteção aos direitos humanos;
- d) fortalecer projetos e experiências desenvolvidas pela Instituição que envolvam questões de direitos humanos;
- e) influenciar, compartilhar e consolidar pensamentos, costumes, hábitos e atitudes que decorram dos valores essenciais dos direitos humanos. Todas as

atividades propostas pelo NAPDH têm como objetivo atingir o proposto pelo FPDH, qual seja, o de garantir espaço de discussões e formação entre a comunidade acadêmica, corpo técnico funcional da Instituição e a comunidade externa. Além de oportunizar o empoderamento das temáticas que envolvem os direitos humanos, a iniciativa também oportuniza uma mudança de atitudes e uma nova percepção sobre os assuntos abordados. No ano de 2017, a Universidade de Cruz Alta aderiu ao Pacto Nacional pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos do Ministério da Educação e constituiu uma Comissão Executora, constituída por gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos para sua implementação.

5.9.2 Programa Universidade Aberta a Terceira Idade

O UNATI – Universidade Aberta à Terceira Idade, tem como objetivo atender idosos independentes e que participem de grupos organizados da cidade de Cruz Alta, a fim de oportunizar aos mesmos a participação em atividades vinculadas à Universidade. Da mesma forma, também são realizadas atividades para idosos dependentes e acamados que se encontram em ILPI (Instituição de Longa Permanência). Dessa forma, o projeto que atende independentes, busca permitir às pessoas idosas o acesso a um espaço diferenciado, e que propõe outras formas de reinserção social e valorização de sua experiência de vida. Caracteriza-se como uma atividade de extensão de caráter multidisciplinar e permanente, possibilitando a integração de futuros profissionais dos Cursos de Biomedicina, Educação Física, Enfermagem e Fisioterapia, assim como de áreas complementares como Ciência da Computação e Pedagogia, todos trabalhando focados em geriatria e gerontologia.

As oficinas permanentes contemplam atividades físicas, nas quais são oferecidas as modalidades de hidroginástica, dança e ginástica em academia, além das atividades de artes, cinema, cultura e inclusão digital, e os encontros de educação em saúde. Todas as atividades geram uma coleta de dados sobre informações dos idosos, que servirá de estratégia no desenvolvimento de modelos que possam ser implantados nos serviços de saúde, em resposta às demandas sociais geradas pelo envelhecimento

populacional.

5.10 Política de Meio ambiente

A Universidade de Cruz Alta é uma instituição que utiliza recursos do meio ambiente, no seu processo de ensino, pesquisa e extensão, mas tem como responsabilidade perfilhar a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Quanto a sustentabilidade ambiental, a Universidade cumpre as exigências legais para a sua função além de se orientar para a redução de impactos ambientais. Quanto a destinação de resíduos sólidos prediais, a Instituição recolhe em contêineres os resíduos produzidos e os separa por cor (azul para o material reciclável e laranja para o material biodegradável), deposita-os em um local que dispõe de dois ambientes e posteriormente são recolhidos para o destino correto:

- Resíduo predial biodegradável: é recolhido pela empresa terceirizada pela Prefeitura do município duas vezes por semana;
- Resíduo predial reciclável: é retirado semanalmente pelas Associações de Catadores do município, para ser separado e acondicionado para venda, como elo da reciclagem e retorno dos resíduos a cadeia produtiva;

Desde 2009, o campus universitário, incluindo o hospital veterinário, instituiu a coleta seletiva solidária, para que a comunidade acadêmica possa descartar os resíduos sem misturar os recicláveis dos biodegradáveis. Semestralmente, são realizadas ações para divulgar a coleta seletiva, tendo em vista o ingresso de novos alunos. A coleta é solidária, pois os resíduos são destinados à geração de trabalho e renda para as associações de catadores de materiais recicláveis. Os resíduos dos laboratórios são descartados conforme orientações legais e, quinzenalmente, são recolhidos por empresa terceirizada através de contrato de prestação de serviços – Servioeste. Os resíduos líquidos são depositados em foço e bombonas para serem descartados e recolhidos semestralmente por empresa também terceirizada com contrato firmado – CETRIC. Para os resíduos agrícolas da área experimental, as embalagens utilizadas são lavadas, o líquido é armazenado em foço para ser recolhido pela empresa terceirizada (CETRIC). As embalagens são encaminhadas ao

fornecedor do produto, acompanhadas de documentação (nota fiscal), para a realização do descarte correto. No hospital veterinário, o lixo biológico produzido pelos laboratórios e aulas práticas, centro cirúrgico e clínicas do hospital são armazenados em bombonas para serem recolhidos pela empresa terceirizada (Servioeste) e os resíduos líquidos são depositados em foço, no caso do Laboratório de Patologia, e/ou em bombonas de 200 litros para serem descartados e recolhidos semestralmente também por empresa terceirizada (CETRIC).

Ainda quanto aos descartes do hospital veterinário, o descarte de grandes animais mortos ocorre no sistema de compostagem que consiste em um processo de decomposição da matéria orgânica através de bactérias e fungos. A área é cercada e funciona como uma “cama” de resíduos com restos de podas, de vegetação, maravalha e outros. Os resíduos tecnológicos são enviados para uma empresa local – Mycata, que desmonta os equipamentos para a reciclagem dos componentes. Os setores de suporte técnico e suprimentos contata a empresa para o recolhimento conforme a demanda. Para o descarte de lâmpadas, a Instituição contrata anualmente o serviço de empresa especializada para realização do descarte desse material e até a coleta elas são armazenadas em depósito reservado. Embora a empresa fornecedora das lâmpadas possa receber e destinar corretamente este material para a reciclagem, optou-se pela contratação de empresa para o destino final, como segurança quanto ao destino correto. Como medida de economia e sustentabilidade, a instituição optou pela substituição gradativa das lâmpadas tubulares fluorescentes por tubulares de LED.

Os contratos de Prestação de Serviço para coleta de resíduos sólidos e líquidos com as empresas terceirizadas citadas acima - CETRIC e ServiOeste, foram renovados em fevereiro de 2018. A água que abastece o campus e o hospital veterinário é proveniente de poços artesianos legalizados junto ao departamento de recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul (DRH); atualmente, a instituição dispõe de quatro poços ativos. Em 2017, a instituição protocolou junto ao DRH – RS, a outorga e regularização do açude próximo à área experimental do Curso de Agronomia, bem como a licença da barragem para utilização da água junto à Secretaria

do Meio ambiente do município, para utilização em processo de irrigação agrícola.

A Universidade de Cruz Alta preocupa-se com a recuperação de áreas – solo, e nos últimos meses realizou plantio de mais de 200 mudas de árvores. Com o objetivo de resolver e estancar o avanço de uma vala proveniente de uma quantidade excessiva de água que escorre da parte alta do campus, foi instalado um sistema de paliçadas em três pontos do valão, conforme, orientação técnica de empresa especializada e terceirizada para assessorar neste item. A instituição atende à legislação significativamente quanto ao percentual exigido por lei de 20% do total da propriedade para área de preservação permanente. Além das ações diretamente relacionadas com as atividades diárias da instituição, também projetos de pesquisa e extensão universitária são desenvolvidos, tendo como objeto a sustentabilidade ambiental:

- Projeto Profissão Catador: Desde 2006 a instituição trabalha com a organização social e econômica de catadores de materiais recicláveis no segmento da sustentabilidade ambiental para que os resíduos recicláveis voltem a cadeia produtiva. No município de Cruz Alta cria 04 associações de catadores e nos municípios de abrangência da universidade: Tupanciretã, Julio de Castilhos, Salto do Jacuí e Ibirubá, 01 associação em cada município.
- Projeto Coleta Seletiva Solidária na Unicruz: Destinar os resíduos recicláveis descartados na instituição para as Associações de Catadores de Materiais Recicláveis de Cruz Alta, de modo a contribuir para mudar valores e atitudes para com o ambiente através da mobilização da comunidade universitária.
- Projeto Construindo alternativas para a inclusão produtiva de mulheres: cujo objetivo é construir alternativas de geração de trabalho e renda para inclusão sócioprodutiva de mulheres, através da elaboração e comercialização de produtos sustentáveis, a partir de produtos descartados.
- Projeto Descarte correto de medicamentos e cosméticos: com o Objetivo de realizar a coleta referente ao descarte correto de medicamentos e cosméticos entre professores e corpo técnico-funcional da Universidade de Cruz Alta.
- Projeto Produção de vassouras ecológicas: ampliar as alternativas de geração de trabalho e renda com a produção de vassoura social de PET.
- Projeto Comportamento pró-ambiental do cidadão cruz-altense: averiguar a postura

ambiental no contexto de práticas sustentáveis em Cruz Alta – RS

- Projeto Compostagem como alternativa de reciclagem de resíduos orgânicos em associações de catadores: preocupação com a destinação correta de resíduos orgânicos como forma de minimizar o impacto ambiental.
- Projeto de Educação Ambiental: uma contribuição para a formação de cidadãos sustentáveis. Todos estes projetos, assim como outros que se referem a outras dimensões da sustentabilidade estão vinculados a Inatecsocial – Incubadora e aceleradora tecnológica de negócios sociais da Universidade de Cruz Alta. Na sustentabilidade ambiental, também se consolida na Universidade o Fórum de Sustentabilidade do Corede Alto Jacuí, que no ano de 2017 realizou a sua 6ª edição. A primeira edição tratou da gestão de resíduos sólidos urbanos; a segunda edição foi referente a recursos hídricos; a terceira e quarta edições tiveram o foco em economia solidária e responsabilidade social. A quinta edição tratou da inovação tecnológica e sustentabilidade e a sexta edição tratou de cidades sustentáveis. O evento é destinado à comunidade acadêmica e a sociedade em geral, abrangendo catorze municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento – Corede Alto Jacuí. Educar para o desenvolvimento sustentável é uma das missões das IES, para que a universidade tenha capacidade de lidar com a dimensão da sustentabilidade em seu cotidiano, os vínculos entre a educação e a vida devem ser valorizados, renovando as práticas educativas e administrativas.

5.11 Política Institucional de Memória e Patrimônio Cultural

Desde a sua fundação, a Universidade vem desenvolvendo uma política cultural coerente com os princípios humanistas que orientam a sua ação produtora, em estreita sintonia com a sua política educacional. Ao ser reconhecida como narrativa legítima do passado de um grupo social, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social e também como patrimônio deste. Nesse momento, a memória, para além de lembrança de um passado que já se foi, aponta para as potencialidades de um futuro que se deseja construir. Foi justamente em razão desse elemento identitário que os Estados nacionais, os grupos étnicos e diferentes

instituições passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva e preservação do patrimônio cultural da Nação.

As ações da Unicruz são voltadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural, que são trabalhadas nas atividades e projetos de extensão com participação dos cursos de graduação por meio da realização de eventos tais como: a difusão da cultura afro-brasileira, discussão e conscientização sobre o meio ambiente bem como produção artística e ao patrimônio cultural material e imaterial. Dentre os principais objetivos desta política institucional, destacam-se:

- ▶ Estabelecer estratégias para superação das dificuldades/problemas individuais dos educandos, de forma que ele seja incluído no processo de ensino aprendizagem, respeitando-se as diversidades;

- ▶ Promover a educação multicultural, contribuindo com a equidade de seu corpo discente no acesso ao conhecimento científico, habilidade e competências; Para que esses objetivos se concretizem algumas ações já estão sendo trabalhadas na Unicruz e haverá a proposição de novos projetos e ações para o período 2018-2022:

- Núcleo de Ações em Pró- Direitos Humanos: todas ações do Núcleo efetivadas a partir do Fórum Permanente de Direitos Humanos e a inserção da Unicruz no Pacto de Direitos Humanos e a Promoção da Cultura da Paz;

- Projeto Memória Institucional- 30 anos; - Projetos do NUCART, por meio de lançamentos de obras literárias, exposição de obras artístico-culturais, apoio da Universidade nos eventos artístico culturais do município, como Coxilha Nativista e a articulação com Secretaria Municipal de Cultura, Casa de Cultura e Museu Erico Verissimo;

- Projetos do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo no tocante ao Patrimônio arquitetônico dos municípios da região;

- Projetos de Pesquisa e Extensão na área de Arte, Literatura, Cultura e Memória

- Revista Hemisférios publicada em 2018 para comemoração aos 30 anos da Unicruz;

- Busca de fomento por meio da Agência Start para elaboração e execução de

Projetos de Fomento na área Artístico, Cultural e/ou de Memória e Patrimônio cultural;

- Semana da Consciência Negra.

Em 2018, visando comemorar os 30 anos da Unicruz como Universidade, o NUCART elaborou o Projeto Estações Culturais, que se justifica a medida que pretende ser uma possibilidade de aproximação entre espectador e objetos estéticos, e também disseminar, divulgar e expor bens, objetos culturais e artísticos pertencentes à instituição, e que podem contar parte de sua história e a história dos que por ela passaram neste recorte de 30 anos de existência. Nesta alternativa de exposição, os objetos estéticos citados, ficarão expostos em espaços de circulação em alguns prédios do campus, onde sua visibilidade contribua para a apreciação estética coletiva dos que por ali circulam. Exibir publicamente bens culturais, torna evidente seu valor de mercado, mas principalmente revela valor cultura; é uma possibilidade de contato e de gerenciamento de conhecimento, aprendizagem, opção estética e de experimentação de valores sociais, políticos, filosóficos e morais embutidos em seus conteúdos. A exposição sempre leva em conta uma pesquisa e reflexão que considera as relações com a vida pública. Assim, a proposta de Estações culturais pretende aproximar o público presente em espaços determinados da Instituição de seu acervo cultural. Os objetivos desse projeto são:

- possibilitar a fruição e o contato direto com objetos estéticos e bens culturais;
- contribuir para formação sensível do aluno;
- promover o debate interdisciplinar sobre a produção e as diferentes formas de apresentação da cultura; - oferecer ao aluno experiências culturais em espaços públicos;
- promover a política institucional de patrimônio e memória cultural da IES e da região (haverá exposição da memória de Érico Veríssimo)

Serão pontuados, como Estações Culturais espaços físicos (paredes) próximos do balcão de informações no Prédio Central e também o mesmo espaço no segundo andar do mesmo prédio e ainda o espaço de circulação na entrada do prédio 13, próximo ao mini auditório do CCHS. A operacionalização do projeto será executada e distribuída por conceitos definidos em três estações, quais sejam:

a) Estação da Memória: exibirá o conjunto de objetos guardados da Instituições

que remetam ao conceito de memória ou registro;

b) Estação Artística: para os objetos artísticos, ou seja, esculturas, pinturas, desenhos, gravuras recebidos pela Instituição, e

c) Estação Cultural: para fotografias de personalidades ou outros temas de valor

relevante para a Instituição ou comunidade.

6 GESTÃO ACADÊMICA

6.1 Coordenação de curso

No cumprimento de sua função sócio-político-educativa, a Universidade congrega diferentes saberes-fazer, que, numa visão geral, concentram-se no ensino, pesquisa, extensão e administração.

Nesse sentido, o ensino de graduação ocupa um espaço de significativo relevo no âmbito acadêmico, integrado às demais instâncias da organização universitária. Com a finalidade de bem gerir a qualidade do Curso oferecido pela Instituição, a figura do Coordenador de Curso desponta pela sua importância política, administrativa e pedagógica.

Como se sabe, a partir da LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases, não houve mais a exigência da existência de departamentos nas Universidades, cabendo às Direções de Centro e Coordenações de Curso, dentro do redimensionamento de sua função, assumir de forma conjunta a responsabilidade pela gestão e qualidade dos Cursos.

Portanto, o coordenador de curso possui atribuições, as quais se enquadram nas competências políticas, gerenciais, administrativas e/ou institucionais, e corroboram para o bom andamento das atividades do Curso como um todo.

Conforme o Regimento Geral da IES as funções do coordenador são:

1. Coordenar, representar e presidir as reuniões e demais atividades do Colegiado de Curso;
2. Coordenar o planejamento, a avaliação interdisciplinar e as atividades do curso;
3. Executar e fazer executar as decisões do Colegiado e as emanadas dos colegiados superiores;
4. Zelar pela qualidade do ensino, pela adequação curricular, pelo cumprimento dos

planos de ensino, horários e suas alterações;

5. Fornecer informações de rotina aos órgãos de administração acadêmica;
6. Responsabilizar-se pela organização dos horários do curso de graduação;
7. Exercer a supervisão didático-pedagógica e disciplinar do respectivo curso;
8. Orientar a matrícula e a renovação de matrícula dos acadêmicos do curso;
9. Analisar e emitir pareceres sobre o aproveitamento de estudos, ouvido o respectivo docente, quando necessário;
10. Acompanhar e controlar o desenvolvimento das atividades acadêmicas do seu curso, de modo a garantir a integralização curricular;
11. Despachar os requerimentos de alunos acerca de procedimentos acadêmicos, de acordo com este Regimento e as normas pertinentes;
12. Supervisionar a frequência e o cumprimento das atividades docentes dos professores que ministram aulas no curso (exceto núcleo comum), comunicando as irregularidades ao Diretor de Centro;
13. Acompanhar as atividades de estágio, monografias e trabalhos de conclusão de curso;
14. Promover discussões a partir dos resultados de avaliações (institucional, de curso, auto avaliação, ENADE, e outras) a fim de buscar melhorias contínuas em relação a atuação docente e a qualidade do curso;
15. Exercer outras atribuições decorrentes de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelas instâncias superiores.
16. Buscar a excelência do Curso através do contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento do Projeto Político-Pedagógico,
17. Responder pelo reconhecimento do Curso e suas renovações periódicas pelo Ministério da Educação;
18. Estimular o diálogo permanente entre a Coordenação, corpo docente, discente, técnico administrativo, egressos e entidades representativas da sociedade e da área do curso;
19. Propor a Direção de Centro a admissão ou demissão justificadas de docente;
20. Estimular e acompanhar o desempenho, a frequência docente e zelar pela

qualidade e regularidade das avaliações desenvolvidas no curso;

21. Propor o plano econômico-financeiro do curso e acompanhar o seu desenvolvimento;
22. Supervisionar o cumprimento do regime acadêmico, dos planos de componente curricular e dos planos de trabalho docente;
23. Acompanhar o cumprimento das exigências necessárias à integralização curricular do Curso, ao aproveitamento de estudos e à adaptação de componentes curriculares;
24. Elaborar proposta para a programação acadêmica a ser desenvolvida e submetê-la ao Colegiado do Curso dentro dos prazos previstos no Calendário Escolar;
25. Submeter ao diretor do Centro os assuntos que requeiram ação dos órgãos superiores;
26. Encaminhar ao órgão competente, através do Diretor do Centro, as propostas de alteração curricular aprovadas pelo Colegiado do Curso;
27. Orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do Curso e, quando de interesse, apresentar parecer previamente apreciado pelo Diretor de Centro;
28. Promover a adaptação curricular dos alunos, quer nos casos de transferência, quer nos demais casos previstos na legislação vigente.
29. Zelar, juntamente com o Diretor de Centro, pelo eficiente andamento do processo de avaliação institucional do curso, tanto interna, quanto externamente.

A Coordenação do Curso de Agronomia se localiza no Centro de Ciências da Saúde e Agrárias, no qual possui gabinete individual para o coordenador, sendo auxiliado por uma assessora pedagógica e três secretários.

Considerando a gestão atual, cujo mandato compreende o período 2017 – 2019, responde pela coordenação do Curso de Agronomia, o professor José Luiz Tragnago, que possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria (1975); pós-graduação *Stricto Sensu* em Melhoramento pela Universidade Federal de Viçosa (1981). Atua principalmente nos seguintes temas: soja, correlações, qualidade de sementes e ganho genético. Possui registro no CREA sob n. 010960 D.

O atual coordenador trabalha na UNICRUZ desde 1991 onde ministra as disciplinas de Experimentação Agrícola e Pesquisa, Fisiologia Vegetal, Manejo Agrícola e Meio Ambiente. Integra o Conselho Universitário desde 2014 e atua no

grupo de pesquisa Fitotecnia. Atualmente é professor de regime de tempo integral, dedicando 24 horas semanais à coordenação de curso, conforme Ato Normativo Nº01\2014.

6.2 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do Curso de Agronomia ocorre de forma colegiada e é integrada pela Pró-Reitoria de Graduação, Direção de Centro, Coordenação do Curso, Núcleo Docente Estruturante e docentes do colegiado. Anualmente, o curso elabora o seu planejamento estratégico e as ações de melhoria contínua do curso são traçadas a partir dos dados levantados pela avaliação institucional (avaliação interna), os quais são discutidos entre o corpo docente e discente.

Quanto a avaliação externa, as ações também são abordadas a partir do Instrumento de avaliação dos cursos de graduação e, posteriormente, através do conceito do curso, traça-se os pontos fortes e aqueles que precisam ser melhorados.

6.2.1 Plano de ação da Coordenação de curso

Ao Coordenador do Curso compete: criar um ambiente que proporcione aos acadêmicos um ensino de excelência; incentivar a qualificação docente constante com formação pedagógica e específica; incentivar a utilização de metodologias diferenciadas (ensino virtual, híbrido, ativo, significativo, inovador e empreendedor); proporcionar ambientes de ensino acolhedores, visando uma formação acadêmica que envolva todas as possibilidades que uma Universidade contemporânea deve oferecer, tais como: o ensino, a pesquisa, a extensão, o empreendedorismo, a inovação e tecnologia, assim como a ética, a estética, a solidariedade e a humanização das relações a partir do cuidado com a vida humana e a natureza.

No intuito de otimizar a execução das ações de melhoria contínua do curso, a cada semestre elabora-se um plano de ação do coordenador (Anexo VI) contendo o planejamento das atividades da coordenação para o semestre. O plano é elaborado

pelo coordenador de curso juntamente com o seu NDE.

6.3 Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso Agronomia é um órgão de coordenação didático-pedagógica dos cursos de graduação na Universidade de Cruz Alta. Segundo o artigo 33º do Estatuto da Universidade de Cruz Alta, o Colegiado de Curso é um órgão normativo, consultivo e deliberativo, constituído em matéria de ensino, pesquisa e extensão, na abrangência de seu Curso:

- I - Pelo Coordenador de Curso, seu Presidente;
- II - Pelos professores que ministram disciplinas no Curso, vinculados ao Centro de origem;
- III - Por representantes de turma, eleitos pelos seus pares.

A composição e as competências do Colegiado de Curso da Universidade de Cruz Alta estão normatizadas em Regimento próprio aprovado pela Resolução Nº 46/2008, de 1º de outubro de 2008, do CONSUN.

O artigo 2º do Regimento Interno estabelece como integrantes do Colegiado de Curso:

- I – A Presidência na forma do inciso I do artigo 33 do Estatuto da Universidade.
- II – O plenário, nos termos do artigo 33 do Estatuto da Universidade.

§1º - integram o plenário os professores que ministram disciplinas no curso, lotados no Centro com aulas no semestre em curso e que tenham aderido ao Plano de Carreira.

§2º - é facultado aos professores que ministram disciplinas de caráter de oferta anual no Curso, lotados no Centro e que tenham aderido ao Plano de Carreira, requerer a sua participação.

§3º - aos professores que ministrem disciplinas de núcleo comum, lotados no Centro e que tenham aderido ao Plano de Carreira, é obrigatória a participação em pelo menos 01 (um) Colegiado de Curso.

As competências estão descritas no artigo 3º do Regimento:

- I – propor alteração dos regimentos ao CONSUN de forma a dinamizar a sua

execução na esfera que lhe compete;

II – acompanhar a implementação do projeto pedagógico;

III – propor ao Conselho do Centro, a que pertence, o Projeto Pedagógico do Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações; obedecendo às diretrizes nacionais;

IV – analisar e integrar as ementas e planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-as ao Projeto Pedagógico do Curso;

V – propor ao Centro o planejamento anual das atividades didático- pedagógicas do Curso, observando a viabilidade econômico-financeira, a unidade institucional, respeitando as diretrizes e prazos estabelecidos;

VI – planejar a expansão de cursos de graduação, tecnólogos e sequenciais para integrar o Plano de Expansão Institucional;

VII – propor e aprovar em primeira instância a criação de cursos e programas de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, visando a consolidação das linhas e grupos, institucionalmente aprovados;

VIII – emitir parecer sobre o currículo do curso de graduação sob sua responsabilidade, respectivas políticas de estágios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;

IX – propor ao Reitor a instalação de processo de destituição do Coordenador do Curso, conforme determina o Regimento Geral.

X - acompanhar a execução das metas, programas e projetos definidos para o Curso;

XI – propor ao Centro a que pertence as linhas de pesquisa e extensão no âmbito do Curso;

XII – propor medidas para aperfeiçoamento do curso, observando os resultados da auto avaliação;

XIII – propor e apreciar medidas para aperfeiçoar metodologias de ensino, pesquisa e extensão relativas à área de conhecimento e atuação do Curso;

XIV – ser a primeira instância de recursos das decisões da Coordenação do Curso;

XV – exercer as demais atribuições no âmbito de sua competência e determinadas

por este Regimento, respeitadas as competências das instâncias superiores;

XVI – emitir parecer acerca das alterações de turno e/ou regime de funcionamento dos cursos de graduação, tecnólogos e sequenciais;

XVII – propor credenciamento de professores para o magistério superior de acordo com sua esfera de atuação;

XVIII - propor, sob justificativa, revisão das decisões do CONSUN, conforme o disposto no Art. 41 do Regimento Interno do CONSUN;

XIX – exercer as demais atribuições no âmbito de sua competência e determinadas por este Regimento Interno, respeitadas as instâncias superiores.

O documento oficial diz que as reuniões do Colegiado de Curso devem ser realizadas ordinariamente, de dois em dois meses, por convocação de seu Presidente e, ordinariamente, sempre que convocado pelo mesmo ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

6.4 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é órgão consultivo dos cursos da Universidade de Cruz Alta e funciona com base no Estatuto e Regimento Geral da Universidade de Cruz Alta e no próprio regulamento. O NDE do curso de Agronomia é formado por sete membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem para o desenvolvimento do curso e da UNICRUZ. O regulamento do NDE encontra-se no Anexo VII.

6.4.1 Plano de ação do NDE

O plano de ação do NDE tem objetivo de orientar a execução das ações de melhoria do curso. É elaborado semestralmente e contém as ações a serem realizados, seus

objetivos, os responsáveis pela execução, prazos, indicadores e resultados esperados.

6.5 Recursos Humanos

6.5.1 Corpo Docente do Curso

O corpo docente do curso possui formação em diferentes áreas vinculadas com a profissão, todos com ampla experiência profissional .

6.5.1.1 Titulação e regime de trabalho

O corpo docente é formado por professores engenheiros agrônomos, além de farmacêuticos, biólogos, químicos, matemáticos, físicos e professores da área de ciências humanas como pedagogia, letras (Anexo IX). Destes, 20 possuem doutorado, 23 mestrado e 02 especialização, totalizando 45 docentes.

6.5.1.2 Critérios de seleção e contratação do Docente do Curso

As relações trabalhistas do corpo docente da Unicruz são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelas Convenções Coletivas de Trabalho do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul- SINPRO/ RS – e pelas normas internas institucionais. De acordo com o Art. 45º, do Estatuto da Mantenedora, as contratações são realizadas por processo seletivo. Dentro da gestão compartilhada entre mantida e mantenedora, o processo é deflagrado pela Pró-Reitoria de Graduação e a Presidência da Fundação. A realização tem assessoria do setor de Recursos Humanos e acontece de acordo com a Legislação vigente e as normas institucionais da Fundação Universidade de Cruz Alta. A seleção consta de prova teórica, cujo ponto é sorteado no ato e é parte do conteúdo indicado no edital; análise de currículo e prova prática, na qual o candidato desenvolve uma aula, conforme conteúdo sorteado, para a banca de três avaliadores, sendo um externo. A prova objetiva avaliar as competências pedagógicas e o domínio dos conhecimentos

específicos. A avaliação de currículo centra-se na experiência acadêmica e profissional do candidato, e a prova teórica objetiva mensurar conhecimentos específicos. As contratações são realizadas em estrito cumprimento ao Regimento Geral de Contratação de Pessoal, aprovado pela Resolução do Conselho Curador Nº 01/2012, de 05/06/2012, e observando-se rigorosa ordem de classificação. O professor contratado a partir dos resultados do processo seletivo é enquadrado no Plano de Carreira do Pessoal Docente - PCPD, aprovado mediante acordo coletivo de trabalho da categoria e regularmente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego. O docente, ao iniciar sua carreira, é contratado conforme a titulação, nos seguintes termos: - portador do título de especialista é admitido na classe de auxiliar nível I; - portador do título de mestre é admitido na classe de assistente nível I; e, - portador do título de doutor, admitido na classe de adjunto.

A progressão na carreira dá-se conforme estabelece o mesmo plano. Os docentes em RTI têm sua produção avaliada anualmente. As substituições eventuais dão-se a partir de chamada pública de currículo e contratados por tempo determinado. Para ingresso no PCDP, os candidatos deverão participar de processo seletivo. As políticas de qualificação estão definidas no PCPD e no Programa Institucional de Capacitação Docente - PICD, da Universidade de Cruz Alta, aprovado pela Resolução Nº 11/2009, do Consun, de 29/04/2009, reformada pela Resolução do mesmo conselho, Nº 05/2015, 25/03/2015. O PICD objetiva, conforme dispõe o artigo 1º do seu Regulamento:

- a) qualificar permanentemente o ensino, a pesquisa e a extensão, através da formação de seus recursos humanos;
- b) estimular a formação de docentes em nível de doutoramento, incentivando a intervenção crítica, criativa, produtiva e inovadora nas atividades acadêmicas;
- c) estimular a verticalização da formação docente e a articulação com grupos externos, aprimorando a pesquisa e/ou a extensão institucional, assim como constituir grupos aptos à atuação na pós-graduação lato e stricto sensu. d) normatizar a participação dos docentes da Universidade de Cruz Alta em cursos internos e externos, atendendo às políticas institucionais. São consideradas modalidades formativas, no PICD da Universidade de Cruz Alta a atualização pedagógica; os eventos técnico-

científicos, os cursos de treinamento e atualização; mestrado e doutorado e estágio pós-doutoral. Os afastamentos para cursos de pós-graduação podem ser integrais, quando o professor utiliza o total da sua carga horária para exercício das atividades de capacitação, ou parciais. No afastamento parcial, o docente utiliza apenas parte da carga horária do seu regime de trabalho para exercício das atividades de capacitação. A concessão da licença dá-se a partir de edital proposto anualmente pelo Consun que também fará a apreciação, na Câmara de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pesquisa, e a deliberação pela plenária, do parecer emitido pela Câmara. A sua implementação é feita, mas corresponsabilizando o docente, para que, ao se afastar da Instituição para frequentar curso de pósgraduação stricto sensu, assuma o compromisso de retornar, de acordo com o tempo previsto no seu contrato de PICD.

6.5.1.2.1 Plano de Carreira do Corpo Docente

O Plano de Carreira tem por objetivo principal a preservação da isonomia salarial plena assegurando a todos os docentes um valor único para a hora-aula básica desde a data da admissão. Este plano rege ainda o enquadramento e as promoções dos docentes da IES. Todos os docentes da Agronomia estão enquadrados dentro deste plano (Anexo IX).

6.5.1.3 Programas Institucionais de Formação Pedagógica para o Corpo Docente

Programas Institucionais de Formação Pedagógica para o Corpo Docente O professor dos cursos de graduação das Universidades não precisa apresentar formação pedagógica para ingressar na docência universitária. O único critério estabelecido é a formação específica na sua área de atuação e preferencialmente ter cursado pós-graduação Lato e Stricto sensu, com experiência em pesquisa. A Universidade, preocupada com a qualidade do fazer docente do professor universitário, oferece a chamada formação pedagógica por meio do que chamamos de Pedagogia Universitária. Assim, a Unicruz vivencia a Pedagogia Universitária

enquanto um campo teórico-prático que se consolida na construção e atualização das diferentes áreas do conhecimento e na profissionalização docente. Essa formação caracteriza-se pela constante reflexão da docência na Educação Superior e da qualificação das práticas pedagógicas e de gestão desenvolvidas no âmbito da academia. Pelas suas ações, busca acompanhar professores ingressantes e demais docentes da instituição e subsidiar coordenadores e membros dos Núcleos Docentes Estruturantes, favorecendo a qualificação da formação acadêmica e de gestão dos cursos da universidade como um processo mobilizador de saberes e fazeres da prática educativa.

O programa emerge da política de qualificação da ação pedagógica de apoio aos docentes no fomento e acompanhamento dos processos formativos oferecidos nas respectivas unidades acadêmicas, estando articulado com a avaliação interna e externa, nas suas diferentes dimensões e é organizado e executado pela Assessoria Pedagógica vinculada à Pró-Reitoria de Graduação. Este programa institucional existe há muitos anos da Unicruz e sempre se chamou Pedagogia Universitária. Em 2015, constituiu suas ações por meio do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e para se consolidar, a Pró-Reitoria de Graduação da Unicruz reorganizou esta oferta de formação no ano de 2017, regulamentado em 2018 por meio do programa institucional chamado PROFDES – Programa de Formação para Docência no Ensino Superior.

6.5.1.3.1 Programa de Formação para Docência no Ensino Superior

O Programa de Formação para Docência no Ensino Superior – PROFDES busca a melhoria das práticas de ensino nos cursos de graduação e a garantia da compreensão das dimensões da docência no âmbito universitário, bem como a formação continuada do corpo docente da Universidade de Cruz Alta. Este programa é vinculado à Pró-Reitoria de Graduação por meio do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e representa o compromisso e o investimento institucional com a formação e com a construção da identidade do docente universitário. O Programa de Formação para

Docência no Ensino Superior da Unicruz tem como objetivos:

I – Planejar, coordenar e realizar ações voltadas para a formação pedagógica do corpo docente da Universidade de Cruz Alta;

II – Oportunizar formação docente aos profissionais liberais que atuam na docência;

III – Articular diretrizes e ações de qualificação pedagógica com os demais programas institucionais, especialmente com o Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e com o Programa de Avaliação Institucional;

IV – Proporcionar a reflexão da prática docente através de cursos, seminários, formação e especialização sobre docência universitária, buscando (re) significar a qualificação do fazer docente;

V – Oportunizar ao corpo docente a utilização/inserção das novas tecnologias como instrumentos pedagógicos;

VI – Possibilitar a construção de mudanças na prática educativa, a partir da reflexão sobre o fazer pedagógico;

VII – Fortalecer políticas institucionais de formação pedagógica do docente universitário; e,

VIII – Contribuir com a formação para a carreira do docente do ensino superior da Universidade de Cruz Alta, visando a alcançar a excelência universitária.

O Programa de Formação para Docência no Ensino Superior é, então, dinamizado por meio das ações do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária, com a intencionalidade de contribuir para a excelência do fazer docente no ensino superior e se organiza por meio de três formas:

I – Ações Permanentes: que se constituem de:

a) Programa de Formação para Professores Ingressantes (até dois anos na IES): consiste na oferta e participação obrigatória dos docentes no Curso de Especialização e/ou Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior;

b) Semana de Formação Docente – realizada no primeiro semestre de cada ano para atualização do fazer docente no ensino superior e no final do segundo semestre de cada ano para avaliação e planejamento do fazer docente.

II – Ações Eventuais: as ações eventuais se constituem por: a) Cursos de formação; b) Palestras; c) Encontros; d) Oficinas; e) Mesas Redondas; f) Acolhida aos

professores novos; g) Diálogos Universitários.

III – Ações para Gestores: as ações para os Gestores se constituem na oferta de: a) Cursos de formação em gestão para coordenadores de cursos de graduação. b) MBA em gestão universitária.

Para participação no PROFDES os docentes buscam a oferta dos programas através dos cronogramas institucionais semestrais e/ou anuais do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária.

6.5.1.3.2 Programa Institucional de Capacitação Docente

Visando oferecer a formação continuada ao seu Corpo Docente, a Universidade de Cruz Alta, a partir do ano de 2010, passou a ofertar um Programa Institucional de Capacitação Docente – PICD, o qual a cada ano veio agregando novas possibilidades de acordo com a demanda institucional, como por exemplo, em 2015 que passou a ofertar a possibilidade apoio aos professores no pós-doutoramento. Assim, atualmente o PICD tem por objetivo:

- Qualificar permanentemente o ensino, a pesquisa e a extensão, através da formação de seus recursos humanos;

- Estimular a formação de docentes em nível de doutoramento, incentivando a intervenção crítica, criativa, produtiva e inovadora nas atividades acadêmicas;

- Estimular a verticalização da formação docente e a articulação com grupos externos, aprimorando a pesquisa e/ou a extensão institucional, assim como constituir grupos aptos à atuação na pós-graduação Lato e Stricto Sensu;

- Normatizar a participação dos docentes da Unicruz em cursos internos e externos, atendendo as políticas institucionais. No PICD da Universidade de Cruz Alta, serão consideradas como modalidades formativas:

- a) Atualização pedagógica.

- b) Eventos técnico-científicos, cursos de treinamento e atualização.

- c) Mestrado e Doutorado.

- d) Estágio Pós-doutoral. Os professores aprovados no edital do PICD tem direito a um período de afastamento para qualificação, conforme previsto no regulamento: -

Mestrado – até 12 (doze) meses. - Doutorado – até 24 (vinte e quatro) meses. - Pós-Doutorado – até 6 (seis) meses.

6.5.1.3.3 Políticas Institucionais de Estímulo à Produção Docente

6.5.1.3.3.1 Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica

O Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica – PIPPCT da Universidade de Cruz Alta oferece concessão de prêmio e/ou apoio financeiro à publicação de trabalhos científicos e tecnológicos artigos, boletins técnicos, capítulos de livros ou livros ao corpo docente e discente que tiver interesse e apresentar seus comprovantes. O referido Programa tem como objetivos:

- Premiar docentes e discentes autores de trabalhos científicos e tecnológicos artigos, boletins técnicos, livros e capítulos de livros.

- Apoiar financeiramente a publicação científica e tecnológica, resultante de conhecimentos gerados na Universidade de Cruz Alta, em veículos e anais eventos com reconhecimento científico.

- Disseminar o conhecimento gerado pela pesquisa científica, tecnológica e de extensão do corpo docente e discente da Universidade de Cruz Alta.

- Consolidar a produção científica dos docentes e discentes da Universidade de Cruz Alta visando fortalecer os grupos de pesquisa.

O Programa é operacionalizado por meio da apresentação de propostas à Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em fluxo contínuo, com vigência de 36 (trinta e seis) meses a partir da data de publicação do Edital, ou até esgotados os recursos financeiros para esta finalidade. Também será no edital que estarão previstas as modalidades de premiação e de apoio ao docente e ao discente. No caso específico do corpo docente, poderá obter premiação e/ou apoio financeiro para publicação o professor da Universidade de Cruz Alta que atender aos seguintes critérios:

- a) Possua titulação de mestre ou doutor em programa de pós-graduação

reconhecido pela Capes.

b) Possua Currículo Lattes atualizado no ano da solicitação.

c) Integre Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, vinculado à Universidade de Cruz Alta.

d) Não apresente pendências (relatórios técnicos e/ou prestações de contas) junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão ou em agências de fomento à pesquisa.

Dessa forma, a Universidade estará contribuindo ainda mais com a socialização do conhecimento científico e tecnológico produzido na IES.

6.5.1.3.3.2 Revistas Institucionais

Outra possibilidade de socialização da produção científica por parte do corpo docente é a publicação nas revistas institucionais que a Universidade de Cruz Alta disponibiliza, tais como:

Di@logus - ISSN 2316-4034 Qualis por área:

CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	B5
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E TEOLOGIA	C
EDUCAÇÃO	B5
FILOSOFIA	B5
INTERDISCIPLINAR	B4
LINGUÍSTICA E LITERATURA	C
SOCIOLOGIA	B4

Gedecon – Gestão e Desenvolvimento em Contexto - ISSN 1982-3266 Qualis por área:

DIREITO	C
FILOSOFIA	B5
INTERDISCIPLINAR	B2
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	B4

Cataventos– Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta - ISSN 2176-4867 Qualis por área:

ENSINO	B3
INTERDISCIPLINAR	B4
SOCIOLOGIA	C
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	C
EDUCAÇÃO	C

Revista Biomotriz - ISSN 1679-8074 Qualis por área:

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	B5
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II	C
EDUCAÇÃO	B4
EDUCAÇÃO FÍSICA	B5
INTERDISCIPLINAR	B4
SOCIOLOGIA	B5

RevInt - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO ISSN 2358-6036 Qualis por área:

MEDICINA VETERINÁRIA	B5
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	C
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III	C
FARMÁCIA	C

- Revista Ciência & Tecnologia
- Revista Espaço Ciência & Saúde

As revistas Espaço Ciência e Saúde, ISSN 2526-8546, e Ciência e Tecnologia, ISSN 2447-3472, não possuem qualis.

6.5.2 Corpo técnico-Administrativo que atua no Curso

6.5.2.1 Situação funcional do corpo técnico-funcional

O serviço de registro e controle da vida escolar dos alunos dos Cursos de Graduação da UNICRUZ é realizado na Secretaria Acadêmica. O Curso de Agronomia conta com a disponibilidade de auxiliares administrativos para o atendimento aos alunos, nos assuntos relativos à sua vida acadêmica, prestando informações e emitindo documentos comprobatórios de situações escolares, também na secretaria Centro de Ciências da Saúde e Agrárias, onde estão concentrados os cursos das áreas, incluindo o de Biomedicina.

Pessoal Técnico do Centro Tecnológico da Informação- CTEC, realiza suporte necessário para o bom funcionamento dos sistemas de informações utilizados pela IES (Desenvolvimento de Sistemas, Suporte Técnico e Internet & Telecomunicações).

Para organização das aulas práticas nos laboratórios, os docentes e acadêmicos possuem suporte de auxiliares de laboratórios e para supervisão de estágios os docentes fazem uso da infra estrutura de transporte da Instituição e alguns acadêmicos recebem ajuda de custo da empresa conveniada.

A biblioteca conta com um bibliotecário, na coordenação técnica e administrativa, além de assistentes de biblioteca e estagiários, aptos para atender as demandas dos acadêmicos e docentes do Curso de Agronomia.

No setor de eventos os acadêmicos e docentes recebem suporte na viabilização da oferta e na organização de eventos vinculados ao curso e da Universidade, também é de responsabilidade do setor assessorar na realização de grande parte dos eventos da Unicruz. Neste setor são emitidos certificados de participação de eventos vinculados à IES.

O setor de Administração do Campus atende a Universidade e o Curso de Agronomia no que tange a novos projetos - execução e manutenção dos mesmos, infraestrutura, manutenção, limpeza dos espaços utilizados pelas pessoas vinculadas ao Curso e transporte de colaboradores. Em relação a manutenção, este setor atende diversas áreas, como rede elétrica, hidráulica, pintura, obras, serralheria, limpeza

externa, paisagismo, e limpeza predial, além do suporte a eventos Institucionais, com transporte e montagem de mobiliário e equipamentos.

Todos estes funcionários têm relações trabalhistas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelas normas internas institucionais, de acordo com o Art. 45º do Estatuto da Mantenedora, através de contratações realizadas por processo seletivo gerenciado pelo setor de Recursos Humanos.

6.5.2.2 Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Funcional

Através do PDC (Plano de Desenvolvimento Continuado), são ofertados continuamente cursos e qualificações para a melhoria da produtividade, bem como instrumento de pontuação para a progressão interna.

A Universidade vem realizando um trabalho contínuo quando se trata de incentivar o aperfeiçoamento individual dos colaboradores e, conseqüentemente, a profissionalização das atividades do corpo técnico-administrativo. Assim, por meio de diversos incentivos como as Bolsas do PROBIN (Programa de Bolsas Institucionais), o desconto para Graduação e o PICCTF (Plano Institucional de Capacitação do Corpo Técnico Funcional), busca-se facilitar o acesso à Graduação, Pós-Graduação e Mestrado, elevando a cada ano o nível de escolaridade dos colaboradores, conforme projeção a seguir.

6.5.2.3 Plano de Carreira do Corpo Técnico-Funcional

As relações trabalhistas do corpo técnico funcional da UNICRUZ são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelas normas internas institucionais, de acordo com o Art. 45, do Estatuto da Mantenedora, por meio de contratações realizadas por processo seletivo gerenciado pelo setor de Recursos Humanos. Conforme o Art. 3º, do Plano de Carreira do Corpo Técnico-funcional, as contratações são realizadas em duas categorias do quadro técnico-administrativo, a saber: emergenciais, utilizadas para atender atividades de caráter especial e transitório, ou

devido à inexistência de pessoal para remanejamento e de candidatos aprovados em processo seletivo, para ocupar determinada função; e efetivos, que são, mediante seleção pública, os contratos realizados por tempo indeterminado, para atender às atividades de caráter permanente, na Instituição. Os critérios gerais e as normas para contratação de pessoal efetivo, na Instituição, são definidos pelo Regimento Geral para Contratação de Colaboradores, aprovado pela mantenedora.

Coordenado pelo setor de Recursos Humanos, os processos seletivos para contratação de pessoal são norteados pela descrição de cargos, parte integrante do plano de carreira, e pelas competências básicas, técnicas e comportamentais relevantes para o desenvolvimento das atividades previstas, pois se constituem em fontes padronizadas de referência sobre todas as atividades do corpo técnico-funcional. Existe ainda a modalidade de processos seletivos por edital para remanejamentos internos (recrutamento interno), como forma de valorização do capital humano, oferecendo oportunidade de ascensões profissionais na Instituição. Nesses casos, critérios como formação acadêmica, trajetória (tempo na Instituição e resultado da avaliação de desempenho), bem como perfis profissionais são definidores. Além disso, através do PDC (Plano de Desenvolvimento Continuado), são ofertados continuamente cursos e qualificações para a melhoria da produtividade, bem como instrumento de pontuação para a progressão interna. As qualificações a serem ofertadas pela Instituição são definidas através de questionário respondido pelos colaboradores e seus coordenadores, como forma de atender tanto às demandas Institucionais quanto o desenvolvimento pessoal da equipe.

7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de avaliação institucional possibilita à Universidade verificar se o resultado do seu trabalho está de acordo com o vivenciado e o projetado e com o que dela se espera como instituição de ensino, de pesquisa e de extensão. Trata-se de um exercício permanente de reflexão, diagnóstico e proposição de ações, que deve reunir pontos de vista de toda a comunidade acadêmica e também do público externo, evidenciando sobretudo o que se projeta em sua missão.

O exercício permanente de avaliação e (re)significação, segundo Dias Sobrinho (2009, p.141), “cria os espaços de discussão, de debate, de reflexão coletiva, de valoração a respeito dos processos pedagógicos, sociais, administrativos e dos contextos” tornando a avaliação um processo democrático. Mas para isso, segundo o autor (2009), além de lidar com os diferentes interesses, concepções, posicionamentos que podem se apresentar na instituição, é necessário discutir e refletir sobre o enraizamento, pertinência, adequação às demandas e necessidades do contexto local e regional onde está inserida, bem como da sociedade em um contexto local e global.

Com a perspectiva de tornar a avaliação mais democrática, um dos desafios da UNICRUZ é a consolidação do Projeto Institucional de Avaliação que tem como propósito auxiliar na qualificação das práticas institucionais, nas mais variadas dimensões e atender as demandas e necessidades que comportam a vida e a comunidade acadêmica.

7.1 Programa de Avaliação Institucional

Para atender aos objetivos e metas do PDI – 2013-2017, referente à avaliação institucional, implanta-se, em 2014, o Programa de Avaliação Institucional – PAI, com o propósito de congregar todas as ações e os vários setores que respondem pela avaliação institucional externa e interna. O PAI congrega a Comissão Própria de Avaliação – CPA e a Comissão de Avaliação Institucional – CAI. Este programa (PAI) tem como objetivos:

- desenvolver a avaliação institucional como um processo contínuo, participativo e inclusivo de representantes da comunidade acadêmica;
- oferecer subsídios para que a atualização e a (re)construção do Planejamento Institucional, dos Planos Estratégicos dos Centros e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos seja norteado pela avaliação institucional;
- possibilitar a discussão e a análise dos resultados da avaliação institucional que tenham como objetivos qualificar os processos de gestão, ensino, pesquisa e extensão;
- e,
- efetivar os processos de articulação da avaliação institucional da UNICRUZ, a partir das normativas do SINAES, entre a CPA, a reitoria e a Fundação Universidade de Cruz Alta.

7.1.1 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A CPA é composta por representantes docentes, discentes, colaboradores e comunidade externa e tem como objetivo conduzir os processos de avaliação interna da Instituição. Dentre suas principais funções destacam-se:

- sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP no âmbito dos SINAES;
- constituir subcomissões de avaliação;
- conhecer, elaborar e analisar documentos, relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes;
- desenvolver estudos e análises visando o fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional; e,
- primar pelo sigilo das informações mantendo postura ética em relação aos resultados

da avaliação.

7.1.2 Comissão de Avaliação Institucional - CAI

A CAI constitui-se por representantes docentes, discentes e colaboradores de diversos setores da IES, para apoiar e dar suporte aos trabalhos da CPA, reforçando a avaliação como um processo permanente. Sua função principal é a de articular os processos de avaliação, servindo de elo entre a CPA e a gestão em todos os níveis, coordenações, direções, setores e reitoria. Tem como principais objetivos:

- promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na Unicruz;
- fortalecer, pela avaliação institucional, as relações de cooperação entre os diversos setores;
- contribuir para a consolidação do compromisso social da Instituição;
- divulgar os resultados e ações dos processos avaliativos realizados na UNICRUZ através de produções acadêmicas;
- estabelecer um canal de comunicação entre a CPA e os gestores institucionais, a fim de efetivar e garantir ações que atendam as demandas e indicativos da avaliação.

7.2 Processo de Auto avaliação Institucional

Os processos de avaliação institucional, na UNICRUZ, preconizam as ações definidas pelo SINAES que avalia as instituições, os cursos, a auto avaliação da IES e o desempenho dos estudantes no ENADE, além de usar as informações advindas do censo.

O Programa de Avaliação Institucional, através da Comissão Própria de Avaliação – CPA e com a colaboração da Comissão de Avaliação Institucional – CAI organiza o planejamento do processo avaliativo de forma pontual em dois períodos anuais. O cronograma, a distribuição de tarefas e recursos humanos, os materiais e ferramentas operacionais, bem como a metodologia, os procedimentos e os objetivos são elementos do planejamento. As informações e o conhecimento que a avaliação interna proverá à comunidade institucional têm como finalidade subsidiar o

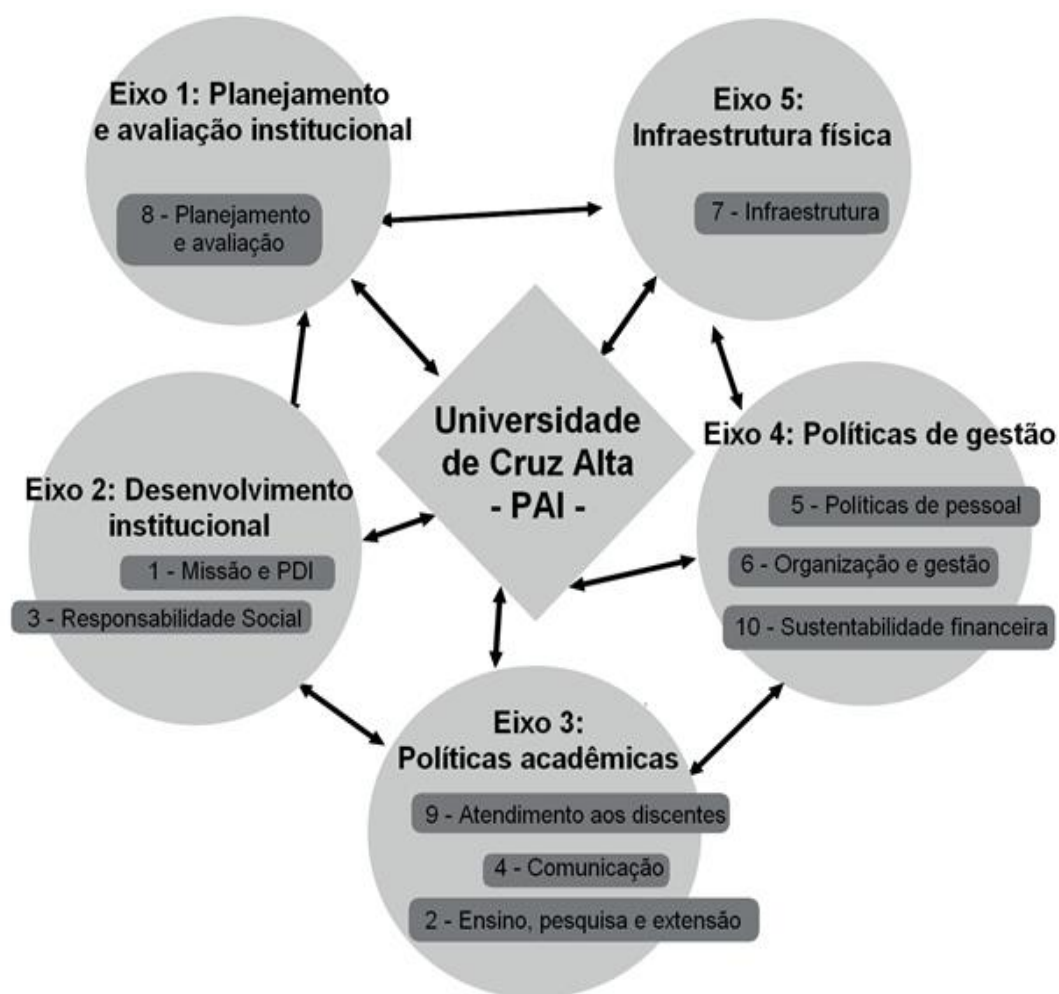
planejamento de ações destinadas à superação das deficiências, ao aprimoramento institucional, bem como ao replanejamento, se necessário. Neste contexto, o Plano de Ação da Auto Avaliação Institucional prioriza ações de curto, médio e longo prazo, planejadas de modo compartilhado e estabelecendo etapas para alcançar tanto metas simples quanto complexas, bem como a respectiva previsão orçamentária.

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 e com os objetivos, princípios e missão da UNICRUZ, a proposta de auto avaliação inclui o atendimento ao eixos e dimensões propostas.

Distribuídos em cinco eixos, os processos avaliativos abrangem as dez dimensões do SINAES, que são diversificadas e desenvolvidas sistematicamente e periodicamente em diferentes momentos: avaliação das disciplinas de graduação; avaliação dos PPGs Stricto e Lato Sensu; avaliação da infraestrutura e dos serviços; avaliação da atenção ao corpo docente e discente e colaboradores; avaliação do clima organizacional e avaliação de egressos. A figura a seguir apresenta os processos

avaliativos realizados pela Unicruz.

Figura 1 - Processos Avaliativos Realizados pela Unicruz



Fonte: Adaptado da PUCRS/2015

A avaliação técnica formal, com a coleta de dados qualitativa, envolve todos os segmentos da comunidade acadêmica, comunidade externa e se desenvolve em vários momentos. No primeiro semestre de cada ano é aplicado um instrumento de pesquisa para acadêmicos e professores, tanto da graduação como da pós-graduação, visando avaliar os processos pedagógicos desenvolvidos nos diversos cursos e

programas.

No segundo semestre o processo se repete, envolvendo os mesmos atores, porém, neste momento, aborda informações da instituição como um todo. Além de avaliar as práticas pedagógicas, busca conhecer a realidade do atendimento e infraestrutura utilizada pela comunidade acadêmica nos mais diversos setores, bem como as relações que se estabelecem nos cursos e nos centros, na pesquisa e na extensão.

O segmento dos colaboradores participa anualmente do processo de auto avaliação, respondendo a um questionário, que aborda, entre outras: as relações de trabalho, a estrutura para o desenvolvimento das atividades, a missão institucional e os processos de gestão.

Após o encerramento de cada processo avaliativo, os dados são organizados em forma de tabelas e gráficos, examinados pela CPA/CAI e liberados para serem acessados por Docentes, Coordenadores de Cursos, Diretores de Centro e Reitoria.

Cada professor tem acesso à avaliação referente às suas disciplinas pelo portal institucional (<http://portal.unicruz.edu.br/Corpore.net/Login.aspx>).

Dando seguimento ao processo, os Coordenadores de Cursos realizam encontro com seus docentes e discentes para analisar os resultados da avaliação, focando nas propostas de qualificação dos seus respectivos cursos. Os resultados dessa discussão são encaminhados para a Reitoria, que se reúne com os representantes das turmas e apresentam as decisões tomadas a partir das discussões realizadas, elencando estratégias de ações. Tendo em vista os resultados dessa atividade, para os próximos anos, pretende-se realizar encontros mais sistemáticos entre Reitoria e Representantes dos discentes.

Os Coordenadores de Curso encaminham ao Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor - NAEP problemas pedagógicos identificados ao longo do processo de avaliação para que sejam acompanhados.

Os coordenadores dos diferentes setores da instituição também recebem as informações pertinentes a eles e discutem, com seus pares, dificuldades enfrentadas e sugestões de aprimoramento de seu trabalho. A CAI se reúne com os coordenadores dos setores e representantes da Pró-Reitoria de Administração para que as

proposições sejam analisadas e operacionalizadas, passando, assim, a integrar o plano de gestão e/ou o planejamento estratégico.

Os acadêmicos, após participarem respondendo ao questionário de avaliação, reúnem-se durante a Semana de Avaliação em sala de aula para retomar as devolutivas da auto avaliação, encaminhadas pela CPA e CAI. Após, os representantes dos alunos por curso, líderes de turma, reúnem-se com a reitoria para discussão dos resultados e tomada de decisões coletivas.

Os egressos são convidados a participar da avaliação institucional por meio de um questionário disponível na página da instituição, ou então, ao retornarem à Universidade para retirar seus diplomas, são estimulados a responder um instrumento avaliativo, que abrange a instituição como um todo e o curso de origem. Também, recebem um questionário enviado por meio do Google Form sobre a IES. Outro instrumento importante utilizado pela CPA e pelos cursos, são as redes sociais, pois as mesmas facilitam o contato. Ainda, dentre as políticas de egressos, uma ação importante e significativa se dá via Observatório Profissional, pelo qual os egressos são convidados para palestrar nas semanas acadêmicas e em outros eventos realizados pela instituição.

Em relação aos resultados da Avaliação externa, expressos em diferentes indicadores de qualidade, como conceito do ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Conceitos de Cursos decorrentes de avaliação in loco, os mesmos são objeto de análise e reflexão por parte de toda a comunidade acadêmica. Especificamente nos cursos de graduação, após cada um dos processos o Colegiado, juntamente com o NDE, faz a discussão dos resultados identificando demandas que geram um plano de ação.

A Unicruz reconhece que realizar uma gestão com a participação coletiva é um processo difícil porque envolve diferentes posições, interesses e necessidades. Por outro lado, acredita que dessa forma consegue dar mais transparência e visibilidade às ações projetadas e realizadas, assim como o compromisso de todos os envolvidos com a melhoria da qualidade da instituição. A seguir é demonstrada a participação dos

segmentos nos processos de avaliação.

7.3 Formas de participação do Curso no processo de auto avaliação

O Curso de Agronomia realiza o processo de avaliação pedagógica em conformidade com o Sistema de Avaliação Institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNICRUZ, atendendo ao disposto no Regimento Geral da Instituição.

A avaliação interna tem como objetivos principais:

- Traçar o perfil de qualidade acadêmica, através do levantamento de informações e elaboração de indicadores de desempenho da Universidade;
- Aferir potencialidades e pontos frágeis de atuação dos diferentes segmentos da Universidade, contribuindo, assim, para a necessária reflexão crítica de suas ações;
- Contribuir para a adoção de medidas com vista à mudança de rumos e ao aprimoramento do trabalho acadêmico da Universidade
- O curso incentiva alunos e professores, dispondo de momentos durante as aulas responder os questionários. Após o encerramento do processo de coleta de dados retorna aos alunos as principais demandas, que também são pautas em reuniões do NDE e colegiado. São preenchidos os formulários de retorno, usados pelos alunos representantes do curso ao participarem da semana da avaliação em reunião com a reitoria.

7.4 Qualificação dos Processos do curso a partir dos resultados das avaliações

Os relatórios, contendo os diagnósticos originados dos processos avaliativos, devem examinar o desempenho da Instituição e do curso nas áreas acadêmica, de infraestrutura e tecnologia, observando objetivos e indicadores de resultados, previamente estabelecidos. Eles são liberados para os participantes do processo e discutidos em todas as instâncias institucionais. Durante a Semana de Avaliação Institucional e do Encontro de Auto Avaliação (gestores e acadêmicos) acontece a discussão dos resultados da avaliação com a comunidade acadêmica, a fim de sugerir

ações e soluções para as fragilidades observadas na auto avaliação.

Os resultados são utilizados como referências para garantir a eficiência e eficácia do planejamento estratégico do curso. A elaboração de programas e projetos que embasam a gestão administrativa e o planejamento de ensino.

Observa-se que a auto avaliação dá ênfase à inter-relação, à retroalimentação e ao redimensionamento como princípios fundamentais da sua concepção metodológica. Os resultados da autoavaliação como processo de melhorias no curso permite o (re)planejamento de ações para o atendimento das demandas resultantes.

A auto avaliação institucional, com base em seus resultados e momentos reflexivos em articulação com a avaliação e o planejamento, subsidia proposições de novas ações de gestão que promovam o desenvolvimento do curso e da instituição como um todo.

Desta forma, o curso de Agronomia qualifica seus processos a partir dos resultados das auto avaliações institucionais, dos resultados do ENADE e das avaliações externas.

7.5 Análise e Divulgação dos Resultados

A análise dos dados acontece a partir da sistematização dos questionários e é realizada da seguinte forma:

- a) Disponibilização do acesso aos dados dos questionários realizados à Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenadores de Curso, Professores (das disciplinas em que atua), e aos Coordenadores de Setores;
- b) Análise pelo setor, curso e professor dos indicadores de potencialidades e fragilidades sistematizados;
- c) Reunião de cada NDE e coordenação de cursos, para destacar os apontamentos gerais mais evidenciados por estudantes e professores dos indicadores da avaliação pedagógica e de infraestrutura; plano de ação do curso para melhoria do processo de aprendizagem.
- d) Semana de avaliação com as seguintes atividades: encontros de formação para CAI e CPA; encontros de formação para coordenadores de curso e professores; encontros por curso e turma, com um professor responsável para análise dos indicadores

levantados quanto a aprendizagem e infraestrutura; sistematização das análises realizadas pelas turmas, das fragilidades e potencialidades do curso e da instituição; encontro dos representantes de curso com a reitoria para discussão dos encaminhamentos a serem realizados em curto, médio e longo prazo dos indicadores apontados por cada um dos cursos de graduação e pós-graduação;

e) Reunião de cada um dos setores da instituição para avaliação dos apontamentos gerais indicados na avaliação dos colaboradores; plano de ação para melhoria do funcionamento do setor;

f) Reunião da CAI e Pró-Reitoria de Administração com cada setor para discussão e análise dos apontamentos e respectivo plano de ação; plano de ação da Pró-Reitoria de Administração com previsão a curto, médio e longo prazo das ações propostas e viabilizadas.

Importante ressaltar que a metodologia proposta pela Universidade de Cruz Alta deve contemplar tanto o processo individual quanto o coletivo e contribuir significativamente para os avanços institucionais em todas as dimensões analisadas, porque, a partir dos instrumentos utilizados e dos resultados obtidos, é possível manter o diálogo entre Reitoria, Fundação e CPA/CAI para a tomada de decisões, tendo em vista o (re)planejamento e atendimento a curto, médio e longo prazo das demandas.

Após o processo avaliativo, tanto da avaliação interna quanto externa, outras ações devem ser realizadas para dar visibilidade e transparência ao trabalho, tais como: adesivos com a seguinte frase “Isto é sua conquista”; entrevistas na Unicruz TV com gestores, coordenadores de curso e representantes do PAI para apresentação dos resultados tanto da Avaliação *in loco*, quanto da auto avaliação; distribuição de flyer aos estudantes dos resultados pedagógicos e de infraestrutura e das conquistas; confecção e exposição de banners no espaço institucional com o resultado das conquistas dos estudantes e docentes, bem como divulgação nos demais canais de comunicação.

7.6 Relatórios de autoavaliação

A elaboração do relatório é realizada pelos membros da CPA e da CAI. Após o

processo de auto avaliação e análise dos resultados, realiza-se a coleta de informações pelas devolutivas dos cursos e setores que permitem visibilidade do planejamento de ações com vistas a construção do relatório.

A redação do relatório é feita com base na Nota Técnica do INEP/DAES/CONAES nº 065 e no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicada no DO em 04/02/2014, contemplando os eixos, as dimensões e especificamente evidenciando cada um dos indicadores presentes no instrumento institucional de avaliação externa, a partir dos seguintes itens:

- análise e contextualização do PDI e de outros documentos oficiais;
- resultados das ações do ano e do triênio;
- resultados dos processos avaliativos internos e externos;
- aspectos que emergiram das análises;
- ações decorrentes das análises.

Os relatórios de avaliação constituem-se em documentos que servem de base para análise e melhoria dos processos avaliativos bem como para pesquisas realizadas sobre o tema.

8 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E APOIO AOS DISCENTES

8.1 Formas de Acesso dos Candidatos ao curso

O processo seletivo para os cursos de graduação e cursos superiores de Tecnologia prevê a realização, para alguns, na modalidade anual e para outros na modalidade semestral ou bimestral e o vestibular suplementar para a complementação de vagas. A relação candidato/vaga apresentou, nas últimas décadas, uma tendência contraditória, ora ascendendo, ora, não, em razão (dentre outros fatores), do crescimento de oferta de educação superior, na região.

Embora o processo seletivo seja o principal mecanismo de ingresso nos cursos de graduação, outras formas de acesso estão previstas, tais como:

- transferência interna;
- transferência externa
- transferência externa com PROUNI;
- acima de 35 anos
- especial sem vestibular, para cursar número limitado de créditos
- PROUNI – Programa Universidade para Todos;
- PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior;
- ingresso por ensino superior completo.

O acesso aos cursos de pós-graduação obedece a um calendário anual, de acordo com a oferta de cursos.

Os estudantes são registrados em sistema gerenciado pelo CTEC e pela Secretaria Acadêmica, que inclui, além do registro de ingressos, dados de avaliação e o acompanhamento histórico do estudante, na Instituição.

8.2 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Atuando conjuntamente com empresas, órgãos públicos e setores

governamentais, a Universidade de Cruz Alta busca ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de auxílio ao estudante, de modo a criar condições para a possibilidade de ingresso na vida acadêmica, por meio dos seguintes programas:

8.2.1 PROUNI

Em convênio com o MEC, a UNICRUZ disponibiliza bolsas integrais (100%) e parciais (50%). Podem concorrer a este benefício os estudantes de escolas da rede pública, ou aqueles que estudaram com bolsa de 100% em escolas particulares e obedeçam aos limites de renda *per capita* impostas pelo PROUNI, ou seja, renda *per capita* familiar máxima de 1,5 (um e meio) do salário mínimo nacional para bolsas integrais. O PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, considerando o mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

8.2.2 Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior- PROIES, garantido por meio da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, favorece condições de continuidade das ações de entidades mantenedoras de ensino superior, concedendo bolsas de estudo integrais em cursos de graduação em ensino superior, nas instituições comunitárias. O programa é destinado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 1,5 (um e meio) salários mínimos e que atendam aos demais critérios de elegibilidade às bolsas do PROUNI (conforme a Portaria Normativa MEC - nº 9, de 17/05/2013, publicada no DOU de 20/05/2013). Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM

- Exame Nacional do Ensino Médio, conferindo, assim, mérito aos estudantes com os

melhores desempenhos acadêmicos. As bolsas PROIES são disponibilizadas como bolsas adicionais no Sistema PROUNI, sendo destinadas exclusivamente a novos estudantes e ingressantes, na Instituição. Para concorrer às vagas PROIES, o aluno precisa atender a todos os requisitos do PROUNI.

8.2.2.1 PROENEM

É um curso preparatório para a prova do ENEM, oferecido gratuitamente pela Universidade de Cruz Alta, a qual oportuniza aos alunos terceiranistas, ou que já concluíram o ensino médio, aprimorarem seus estudos, obtendo, assim, uma chance maior de ingressarem no ensino superior, a partir da elevação da nota, na referida prova.

8.2.3 Programa de Bolsas Institucionais

O Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN está destinado, preferencialmente, aos discentes com bom desempenho acadêmico, nos seus respectivos cursos de graduação e não incluídos nas demais modalidades de concessão de bolsas e/ou programas de custeio do ensino superior.

O Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN é constituído de duas modalidades:

I – público externo: constituído pelo corpo discente da Universidade Cruz Alta e oferecido em cinco modalidades:

a) experiência I: para alunos entre 50 (cinquenta) anos até 59 (cinquenta e nove) anos. Desconto de 40% (quarenta por cento) no valor da mensalidade;

b) experiência II: para alunos com 60 (sessenta) anos ou mais. Desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da mensalidade;

c) grupo familiar: desconto de 10% (dez por cento) do valor da mensalidade para o segundo integrante do grupo familiar e 15% (quinze por cento), a partir do terceiro integrante do grupo familiar;

d) segundo curso de graduação: desconto de 30% (trinta por cento) no valor da

mensalidade;

e) segundo curso de graduação simultâneo: desconto de 40% (quarenta por cento) no valor da mensalidade do segundo curso de graduação simultâneo;

II – público interno: constituído pelos corpos docente e técnico-funcional da Universidade Cruz Alta e oferecido em três modalidades:

a) segundo curso de graduação: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade;

b) pós-graduação – *Lato sensu*: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, limitado a 04 (quatro) bolsas por programa.

c) pós-graduação – *Stricto sensu*: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, limitado a 01 (uma) bolsa por programa/ano

8.2.4 Universidade para Associados – SICREDI/UPA

Programa de acesso aos cursos de graduação e pós-graduação, criado a partir do interesse da Fundação Universidade de Cruz Alta em saldar débitos com a Cooperativa de Crédito – SICREDI/Planalto. Forma alternativa de pagamento, por meio da oferta de vagas ao SICREDI, que seleciona associados ou familiares e distribui bolsas de 100% de desconto sobre o valor das mensalidades. Os candidatos passam por concurso vestibular e têm acesso às vagas, de acordo com os critérios de classificação e de análise das condições socioeconômicas.

8.2.5 Bolsa de Iniciação Científica e de Extensão

Por este mecanismo, o estudante desenvolve atividades em projetos de pesquisa e extensão relacionados à sua área de formação, mediante concessão de

bolsas. As vagas são limitadas, e a escolha é feita por meio de processo seletivo, mediante editais próprios, sempre relacionados aos projetos de pesquisa ou extensão.

8.3 Descontos e Convênios Reembolsáveis

A UNICRUZ concede descontos de 3,5% a estudantes que efetuem o pagamento, nas datas pré-estabelecidas e tenham vínculo com empresas e órgãos públicos, com os quais tem parceria e se encarregam de encaminhar a lista de clientes e/ou colaboradores.

Da mesma forma são firmadas parcerias entre a UNICRUZ e algumas prefeituras municipais, que subsidiam os estudos de professores de sua rede de abrangência. A IES possui também, convênios com algumas empresas, órgãos públicos e privados da região, os quais custeiam por meio do pagamento de fatura, valores entre 5% e 50% das mensalidades de seus colaboradores.

8.4 Financiamentos

8.4.1 Fundo de Financiamento Estudantil - FIES

Trata-se de financiamento instituído pelo MEC, através do FNDE, em substituição ao antigo crédito educativo. A UNICRUZ está habilitada a oferecer vagas, na maioria dos cursos.

As vagas e calendário são estabelecidos de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em edital próprio onde determinam o número de vagas para cada Instituição de Ensino Superior.

8.4.2 Fundação APLUB de Crédito Educativo – FUNDAPLUB

Por este meio, a Universidade financia até 50% das mensalidades e cabe à mesma determinar quais os cursos e qual o período de disponibilização para esta

modalidade de crédito.

8.4.3 Crédito Universitário - CrediUni

É um programa de financiamento estudantil para alunos da graduação e Pós-graduação estabelecido entre a Cooperativa de Crédito SICOOB e a UNICRUZ.

Permite aos estudantes adquirirem financiamentos de até 100% das mensalidades, tendo até o dobro da duração do curso para quitar o investimento.

8.5 Sistema de Registro Acadêmico

A Central de Atendimento Acadêmico está organizada em suas atividades a partir das formas de ingresso na instituição, que, com esse ato, a vida acadêmica do aluno se dá iniciada e é registrada e acompanhada até o momento da conclusão do curso. O processo de registro gera documentação como grade de horário, fatura, Contrato de Prestação de Serviços Educacionais e protocolos quando necessários.

No caso de rematrícula o processo se dá, na maioria, de maneira on-line pelo portal do aluno onde ele mesmo escolhe as disciplinas a cursar, emite a documentação para quitação e aditivo do Contrato e, podendo também solicitar à Secretaria Acadêmica de forma on-line a atualização de seus dados. Na escolha das disciplinas, caso ocorrer necessidade de choque de horário ou quebra de pré-requisito, a rematrícula deverá ser efetivada na Secretaria Acadêmica e exigirá a anuência da Coordenação do Curso ou mesmo do Diretor de Centro e Pró-Reitoria de Graduação. Outro evento disponibilizado é o reajuste. Após finalizada a rematrícula, é possível alterar, cancelar e/ou incluir novas disciplinas. No entanto se o reajuste for requisitado após quitação, o processo deverá ser executado pela equipe da Secretaria mediante o preenchimento do Formulário de Reajuste, informando as alterações que deseja realizar e anexando eventuais autorizações de quebra de pré-requisito e/ou choque de horário.

É procedimento de rotina do setor, decorridos os primeiros meses dos semestres, solicitar às coordenações de curso relação de prováveis concluintes para

os encaminhamentos relativos ao fechamento da grade curricular e aos acadêmicos a documentação para a consequente conclusão de curso. É realizada conferência minuciosa do histórico da graduação (disciplinas obrigatórias, carga horária das disciplinas cursadas, atividades complementares, disciplinas optativas, ENADE, forma de ingresso, nota do processo seletivo, dados pessoais e histórico do ensino médio). Após conferidos, os processos de formatura (alunos aptos a conclusão do curso) são encaminhados à Secretaria Geral para registro em ata de formatura. Após retornam à Secretaria, e aqueles formados que possuem a comprovação da entrega do TCC terão seus processos enviados para o Setor de Registro de Diplomas para a confecção do Diploma.

A partir das limitações e fragilidades que o banco de dados apresentava e após período de análise dos produtos a disposição no mercado, a Instituição, ao final de 2012 conclui negociação e dá início à Implantação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (Enterprise Resource Planning - ERP), através do qual a Instituição qualificou e modernizou seus processos, principalmente no que diz respeito ao atendimento ao discente.

A equipe do setor busca agilidade no atendimento, tanto de forma pessoal no setor, como por e-mail, telefone, Portal e Ouvidoria. O setor conta com equipamento/dispositivo de emissão de senhas que organiza o atendimento conforme o serviço desejado.

Para o atendimento virtual é designado um colaborador em especial para receber e repassar os e-mails para cada setor correspondente, além de responder ao que é solicitado. Ao telefone é dada atenção especial, já que a Instituição dispõe de sistema URA – Unidade de Rápido Atendimento, onde as ligações já são direcionadas diretamente aos setores para evitar morosidade ao solicitante. No entanto, quando a solicitação requer mais detalhes, é solicitado um e-mail para um melhor entendimento e por consequência um atendimento mais satisfatório.

A expectativa é de que o atendimento se fortaleça cada vez mais na modalidade *online* através do Portal Unicruz. O mesmo já está à disposição, mas vem sendo aperfeiçoado pela área de Desenvolvimento do Centro Tecnológico – CTEC através do sistema ERP, a fim de oferecer o maior número de serviços possíveis com rapidez

e qualidade à comunidade acadêmica. Além disso, alinhado com a equipe de Web do Núcleo de Comunicação, foi desenvolvido, e está à disposição, o aplicativo *Rocket*, onde através de dispositivos móveis, o acadêmico tem acesso ao Portal de forma personalizada, independentemente da plataforma utilizada, o que evidencia o alinhamento da Universidade com as novas tendências tecnológicas. Essa iniciativa configura modernidade, agilidade e praticidade ao usuário.

8.6 Estímulo à Permanência

O apoio ao estudante, durante o seu tempo de permanência na Universidade, é um dos principais objetivos da gestão universitária, através de um programa de nivelamento e de atendimento psicopedagógico ao acadêmico. Além disso há um espaço específico institucional com funcionários designados para atender a gestão de permanência dos acadêmicos na UNICRUZ. Este setor atua conjuntamente com a Secretaria Acadêmica e com o Núcleo de Apoio ao Estudante – NAEP e ao Professor e o Núcleo de Acessibilidade Institucional da UNICRUZ – NAIU.

8.6.1 Programa de Nivelamento

O nivelamento, para a Universidade de Cruz Alta, caracteriza-se como um processo de superação dos desafios que possam ser encontrados pelos discentes e que possibilite avançar, para além do ponto de chegada do aluno à Universidade. Constitui-se de ações voltadas para a superação de necessidades específicas dos estudantes e parte do diagnóstico de fatores que interferem no desempenho acadêmico, constituindo-se em uma ferramenta de apoio para que eventuais dificuldades sejam superadas, possibilitando um melhor desempenho do acadêmico.

O Programa de Nivelamento Acadêmico tem como objetivo oportunizar ao discente a construção de conhecimentos básicos e fundamentais para o curso ao qual acessou na Universidade de Cruz Alta, de forma que as turmas mantenham um nível equitativo de aproveitamento. Assim, este programa, juntamente com outras políticas de ações institucionais, atua de forma integrada e dinâmica, contribuindo

decisivamente na consolidação de políticas de acesso, permanência e sucesso na formação superior.

É ofertado pelos cursos e operacionalizado pelo NAEP- Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor, para todos os discentes que apresentarem demandas por processos de aprendizagem para a construção de habilidades e competências mínimas necessárias à sua formação, não havendo custos para o acadêmico participante.

O Programa de Nivelamento teve seu Regulamento aprovado no CONSUN por meio da Resolução 33/2015 e organiza-se de duas formas:

I – Através de disciplinas extras ofertadas pelo curso de graduação e/ou pelo Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor– NAEP em dias e horários previamente informados e de acordo com as demandas dos cursos de graduação e com previsão orçamentária.

II – Através de recuperação de conteúdos nas próprias disciplinas e turmas aos alunos com baixo aproveitamento acadêmico nas avaliações bimestrais e com acompanhamento e apoio dos alunos que alcançaram médias mais altas e com a supervisão do professor da disciplina.

8.6.2 Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor – NAEP

O Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor oportuniza aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, apoio pedagógico e psicopedagógico em seu processo de ensino e aprendizagem, na forma de atendimento individualizado e em pequenos grupos, aos acadêmicos dos diferentes cursos da Instituição. Também oferece assessoria aos professores dos estudantes em atendimento, para melhor acompanhar e avaliar a sua aprendizagem, como também promove espaços de discussões, diálogo e esclarecimentos com os professores e coordenadores de cursos sobre processos pedagógicos especialmente relacionados a metodologias e avaliação do processo ensino e aprendizagem. Ainda, são oferecidos os serviços de orientação vocacional e de informação profissional aos vestibulandos, na etapa que antecede o processo

seletivo, durante a realização da Feira das Profissões.

O NAEP – Núcleo de Apoio Ao Estudante e ao Professor atua a partir dos seguintes indicadores:

- 1 - Acolhimento acadêmico;
- 2 - Acompanhamento acadêmico;
- 3 - Acompanhamento específico em:
 - 3.1 - Conhecimentos em Química;
 - 3.2 - Conhecimentos em Matemática;
 - 3.3 - Conhecimentos de Cálculo;
 - 3.4 - Conhecimentos de Física;
 - 3.5 - Leitura e Produção Textual;
 - 3.6 - Estudos de Iniciação Científica;
 - 3.7 - Outras disciplinas específicas que apontarem demandas;
- 4 - Avaliação de desempenho;
- 5 - Pesquisas sobre estilos de aprendizagem;
- 6 - Apoio nos processos de solicitação de cancelamento, trancamento e ações para retenção de alunos no ensino superior

O Acolhimento Acadêmico inicia através de recepção ao ambiente universitário e de acesso às informações contidas no Guia Universitário – Fique Ligado! O Acompanhamento Acadêmico acontece, inicialmente, através do NAEP que busca traçar um perfil dos ingressantes no sentido de identificá-los em suas fragilidades e potencialidades. Este diagnóstico possibilita o conhecimento da realidade e a tomada de decisões para que aconteça Acompanhamento Específico, o qual, através de oficinas, aulas ou encontros programados, desenvolve conteúdos básicos em Química, Matemática, Física, Cálculo e de Leitura e Produção Textual suprimindo as necessidades que possam surgir ao longo do processo de formação. Oferece também, de forma sistemática, subsídios metodológicos de Iniciação Científica, nas modalidades EaD e presencial, com orientações para grupos de alunos que apresentam dificuldades nas produções acadêmicas. Outra alternativa que vem sendo utilizada como nivelamento são as vídeo-aulas, disponibilizadas para os alunos com

apoio do Núcleo de Educação a Distância – NEaD.

A Universidade prevê a Avaliação do Desempenho que permite uma visão ampla com relação aos aspectos fundamentais do curso e do currículo, da mesma forma que além da conscientização profissional do acadêmico acerca do curso escolhido, se transforma em instrumento indicativo para a organização de um plano de recuperação de conteúdos. Tal processo assegura o conhecimento através dos resultados do processo seletivo inicial e prevê o acompanhamento permanente dos acadêmicos ao longo do curso, permitindo a elaboração de contínuas ações estratégicas de superação das dificuldades apresentadas nas diferentes áreas de composição da base curricular. O NAEP também realiza pesquisas com os ingressantes, visando traçar perfil de turma e de cada estudante frente ao contexto acadêmico e as formas em que os acadêmicos têm maior facilidade de aprendizagem. Oferece, também apoio nos processos de solicitação de cancelamento, trancamento e ações para retenção de alunos no ensino superior em conjunto com o setor de Gestão de Permanência do Estudante.

O Curso de Agronomia faz o encaminhamento dos estudantes ao NAEP através das percepções que ocorrem por parte dos docentes e coordenação do curso em diferentes momentos, como: a partir das avaliações, realização de trabalhos, desempenho acadêmico em sala de aula ou pela manifestação do interesse pelo próprio acadêmico. O NAEP passa orientações aos docentes para acompanhamento do desempenho acadêmico e os docentes retornam ao NAEP os resultados observados e as formas de ensino adaptadas no processo ensino-aprendizagem em questão.

8.6.2.1 Atendimento Psicopedagógico

Com o propósito de fortalecer uma política de acompanhamento e apoio aos estudantes, a Universidade oferece o Programa de Atendimento aos Estudantes, no Núcleo de Apoio aos Estudantes e Professores (NAEP).

A partir dos dados levantados pelas pesquisas com relação ao perfil do estudante, têm-se importantes informações quanto às suas facilidades/dificuldades na

compreensão dos conteúdos que estão sendo desenvolvidos; na capacidade de concentração em sala de aula; na capacidade de realização de apontamentos em relação aos assuntos trabalhados; no aproveitamento suficiente nas provas e outros tipos de avaliação, bem como no tempo dedicado aos compromissos acadêmicos. Após a análise do que foi observado, organiza-se um plano de estudo, conforme descrito no nivelamento, a fim de orientar o estudante de forma individual e/ou em grupos, considerando os aspectos nos quais o mesmo necessita de apoio. As características da turma e dos sujeitos são apresentadas aos professores, possibilitando que sejam discutidas metodologias, formas de avaliação e outras especificidades da disciplina que possam trazer benefícios e garantir avanços ao processo ensino-aprendizagem.

8.6.3 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ – NAIU

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unicruz é o espaço destinado a oferecer apoio às pessoas com deficiência viabilizando sua permanência pela facilitação do acesso, sejam elas estudantes, professores ou funcionários. A ação institucional envolve o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas dependências, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

O Núcleo objetiva prestar esclarecimento sobre as necessidades especiais, por meio de projetos, diálogos com professores e alunos, programas e práticas de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica em geral, a fim de que as atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às pessoas com deficiências sejam dissipadas. Também é o setor responsável pela promoção da acessibilidade na

Instituição.

8.6.4 Programa de Mobilidade Acadêmica da Graduação

A Assessoria de Assuntos Internacionais – AAI, vinculada à Reitoria, foi criada no primeiro semestre de 2011, para concretizar objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2008 – 2012 da Universidade de Cruz Alta.

O setor tem como objetivo principal incentivar as questões de mobilidade acadêmica docente e discente, visando a qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo, assim, a internacionalização da Unicruz, com a assinatura de convênios de cooperação técnico-científica, da organização e/ ou participação de eventos e atividades afins, bem como o encaminhamento e acompanhamento de docentes e discentes intercambistas.

A Instituição apoia a cooperação internacional, pois acredita que esta ocupa um papel relevante na formação de acadêmicos, na capacitação de docentes e no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão. Até o presente momento, a Unicruz juntamente a AAI mantém cooperação com instituições de diversos países tais como: Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Paraguai.

8.7 Organização estudantil

Conforme o Estatuto da Unicruz, no capítulo II, art. 55, são órgãos de representação estudantil:

- I – o Diretório Central dos Estudantes (DCE);
- II – os Diretórios Acadêmicos (DA) das unidades (cursos).

Nessa organização, os presidentes de turma são representativos na articulação e encaminhamento das questões pertinentes ao interesse acadêmico.

Os estudantes participam, por meio de suas representações, dos conselhos superiores – Conselho Universitário e Conselho Curador – e dos colegiados de curso

e de centro. A Universidade disponibiliza infraestrutura física para o Diretório Central dos Estudantes - DCE e aos Diretórios Acadêmicos - DAs, localizada no prédio do Centro de Convivência. Fora isso incentiva a organização dos estudantes para que o DCE tenha sua autonomia financeira.

8.8 Espaços de Apoio Acadêmico

8.8.1 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o local onde o estudante e a comunidade em geral tem a possibilidade de buscar informações e acompanhar, formalmente, a sua situação acadêmico-pedagógica. É nesse espaço que o acadêmico de Graduação e Pós-Graduação estabelece o vínculo formal com a Universidade, ao fazer sua matrícula ou havendo algum evento extraordinário com relação a rematrícula e ao andamento do seu percurso formativo. O setor possui arquivos próprios, onde efetiva os registros acadêmicos e a documentação dos alunos dos diferentes cursos.

8.8.2 Secretaria dos Centros de Ensino

Os centros de ensino congregam a coordenação dos cursos da Universidade de Cruz Alta e disponibilizam secretários para informações e atendimento aos alunos e professores e secretária pedagógica para oferecer apoio pedagógico aos Coordenadores de Curso. Cada centro de ensino é coordenado por um diretor de centro, que também está à disposição do corpo docente e discente, para o apoio pedagógico e administrativo. É no centro de ensino que estão alocadas as salas das coordenações de cursos, salas de professores, os espaços dos professores de Tempo Integral e a sala de atendimento aos estudantes.

8.8.3 Salas de Atendimento aos Discentes

A Universidade disponibiliza uma sala em cada centro de Ensino para o atendimento aos discentes. No Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA), esta

sala localiza-se no primeiro andar do prédio dos laboratórios.

8.8.4 Setor de Gestão de Permanência

O setor de Gestão de Permanência oferece atendimento aos estudantes nos três turnos, contando com duas funcionárias a disposição dos mesmos. O setor é amplo, arejado, climatizado, com mesas, cadeiras, poltronas e armários. Todos os equipamentos e mobiliários do setor possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

8.8.5 Espaços de Convivência

Especificamente há um amplo espaço de convivência, com lancherias, restaurantes, sanitários, agências bancárias, serviços de reprografia, DCE, mesas e cadeiras, para o descanso dos alunos, professores, tutores e colaboradores. Além disso, é um espaço de convivência e encontro dos estudantes dos diferentes cursos, professores, tutores, colaboradores da IES e comunidade externa visitante.

Na Universidade ainda há amplos espaços externos, com áreas verdes, iluminação e assentos para recepcionar a comunidade acadêmica.

Na biblioteca, há salas de estudo, mas também espaços destinados à convivência da comunidade acadêmica, com um local destinado ao memorial da UNICRUZ, o qual também recebe visitas externas.

8.8.6 NAEP

O NAEP possui um espaço amplo com duas salas para atendimento individual, uma sala de espera com sofás e poltronas, e uma sala de trabalho coletivo. Neste espaço os acadêmicos podem fazer solicitações de apoio pedagógico e psicopedagógico, de escuta qualificada (psicólogo) e de nivelamento. Atuam no NAEP: psicóloga, pedagogas e psicopedagogas. Estão disponíveis mesas, cadeiras, poltronas, telefone, armários e equipamentos de informática e multimídia. O NAEP

atende os estudantes nos três turnos com agendamento de horário. Todos os equipamentos e mobiliários do NAEP possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

8.8.7 NAIU

O NAIU é um espaço de atendimento ao estudante. Tem a sua disposição intérprete de Libras, professor de braile, uma educadora especial e uma secretária. Possui a disposição uma sala de atendimento, com mesas, cadeiras e computadores com acesso a internet e *wifi*, poltronas e cadeiras no hall de entrada. Os computadores do NAIU possuem programas especiais adaptados de multimídia. Há ainda no NAIU disponível: cadeiras de rodas, muletas, material em braile, reglete e sorobã. Todos os equipamentos e mobiliários do NAIU possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

8.8.8 Núcleo de Conexões Artístico Culturais – NUCART

O NUCART – Núcleo de Conexões Artístico-Culturais, constitui-se como espaço de convergência de diferentes atividades culturais, concebidas e vivenciadas pela comunidade acadêmica da Universidade de Cruz Alta, por meio da arte e da cultura em sua forma mais ampla. Neste sentido, abarca projetos que possibilitem o ensino, pesquisa e extensão na universidade com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da região. Apresenta-se como canal de diálogo entre os diversos saberes desenvolvidos e construídos na universidade nos diferentes agentes e instâncias com os quais a instituição se relaciona.

Por meio do Nucart, a Universidade reafirma o papel preponderante e a importância de atuar nas instâncias da cultura e da arte, e por elas instigar o debate artístico-cultural, através de exposições, palestras, apresentações, oficinas e encontros com artistas, com vistas a experiências que propiciem a construção de conhecimento, aprendizagem e a promoção da cidadania, no que enaltece conexões entre os objetos da arte, o sujeito, a cultura e a própria Arte.

De origem interdisciplinar, o Plano de Desenvolvimento de Ações procura estar

aberto a projetos oriundos de todos os cursos da instituição e propõe atividades de exibição, fruição e debate nas diferentes linguagens da Arte, sejam elas: a bidimensionalidade (pintura, desenho, gravura, fotografia, pintura mural, etc.), a tridimensionalidade (escultura, objetos, instalações, etc.), as artes móveis (cinema, vídeo arte, performance, arte experimental, etc.). Contempla ainda a dança, música, cinema e literatura e tem vistas para o debate do Artesanato e a produção da cultura popular em geral.

8.8.9 Núcleo do Projeto RONDON

O Núcleo do Projeto Rondon da Unicruz objetiva oportunizar formação aos acadêmicos para planejarem e desenvolverem projetos de promoção da melhoria da qualidade de vida da população, consolidando o papel transformador da Universidade em sua relação com a sociedade. Este Núcleo tem caráter permanente e consiste em duas linhas de ação: a primeira, na elaboração de atividades e execução local, na qual os acadêmicos organizam atividades de extensão para comunidades em situação de vulnerabilidade social (com foco nos multiplicadores), dentro de sua área de atuação (curso de graduação), para execução na área de abrangência da Universidade. A segunda, na elaboração de atividades e execução nacional, com preparação de atividades de extensão para municípios selecionados pelo Projeto Rondon Nacional, levando em consideração a realidade local e, caso a proposta seja aprovada, a execução das mesmas durante uma operação nacional.

Dessa forma, o Núcleo do Projeto Rondon da Unicruz propicia aos acadêmicos a vivência em comunidades vulneráveis, conhecendo outras realidades, trocas sociais e interculturais, que contribui na melhoria da qualidade de vida das comunidades e no aprendizado sociocultural dos acadêmicos.

8.8.10 Biblioteca

A Biblioteca da Unicruz está situada no campus universitário e ocupa uma área de 2.495,73 m², monitorada por câmeras de segurança, funcionando de segunda a sexta-feira, ininterruptamente das 8h às 22h30min e sábados, das 9h30min às 13h. A

biblioteca conta com um bibliotecário, na coordenação administrativa, assistentes e estagiários e é responsável por centralizar o acervo bibliográfico da Instituição. Adota o Sistema informatizado para gestão da Biblioteca, bem como o sistema nacional e internacional de classificação e catalogação do acervo bibliográfico, onde são processados livros, periódicos, CDs, DVDs, mapas, monografias, dissertações e teses. A Biblioteca possui também o espaço Braille, com literaturas adaptadas voltadas para a inclusão de deficientes visuais.

Os espaços da Biblioteca propiciam à comunidade acadêmica serviços de auxílio à pesquisa, consulta e empréstimo de seu acervo bibliográfico físico, bem como coloca à disposição dos acadêmicos, professores e colaboradores diversas bases de dados digitais de cunho científico e literário.

8.9 Política Institucional de ação e estímulo à produção discente

A Universidade de Cruz Alta possibilita aos estudantes participação em eventos científicos internos e externos, oferece gratuitamente aos estudantes bolsistas oficinas de formação científica, tais como: Metodologia Científica, Elaboração de Currículo Lattes, Elaboração e Organização de Artigos Científicos, Dicção e Oratória, entre outras. Ainda a Universidade oferece o incentivo para realização de viagens de estudo aos acadêmicos, com financiamento integral ou parcial dos custos, especialmente àquelas situações em que esta necessidade fica explícita no Plano de Ensino do Componente Curricular.

A Unicruz oferece também política de apoio à produção e publicação discente, por meio de edital específico, que prevê o Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica – PIPPCT da Universidade de Cruz Alta, para docentes e discentes. Este Programa objetiva:

- Premiar docentes e discentes autores de trabalhos científicos e tecnológicos, artigos, boletins técnicos, livros e capítulos de livros;
- Apoiar financeiramente a publicação científica e tecnológica, resultante de conhecimentos gerados na Universidade de Cruz Alta, em veículos e anais de eventos

com reconhecimento científico;

- Disseminar o conhecimento gerado pela pesquisa científica, tecnológica e de extensão do corpo docente e discente da Universidade de Cruz Alta;

- Consolidar a produção científica dos docentes e discentes da Universidade de Cruz Alta visando fortalecer os grupos de pesquisa.

8.10 Perfil Profissional do Egresso

A Universidade de Cruz Alta proporciona formação acadêmica contextualizada, de modo a permitir condições aos egressos de exercerem suas profissões, de forma independente, autônoma e criativa, identificando os problemas, avaliando-os e conduzindo-os às possíveis soluções, a partir de sólidos saberes técnicos, científicos e humanísticos. Para tanto, o egresso deve expressar:

- visão ampla e globalizada dos aspectos técnico-científicos, sociais, culturais, políticos e econômicos relacionados às diferentes áreas de formação;

- saberes técnico/científico/profissional na seleção e processamento dos conteúdos e dos conhecimentos produzidos científica e culturalmente;

- capacidade de decisão de modo lógico, crítico e criativo com argumentação necessária;

- compreensão do trabalho coletivo e em equipe como estratégia adequada ao equacionamento dos desafios que pautam o contexto social;

- identidade profissional transformadora, capacidade de avaliar, avaliar-se e questionar a realidade social, apontando saídas para melhoria, através de relacionamento interpessoal, para a compreensão das dimensões do ser humano;

- inserção no contexto social, acompanhamento da evolução do conhecimento em sua área, comprometimento com o desenvolvimento regional e com a sustentabilidade;

- domínio das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta facilitadora e modernizadora no acesso ao desempenho das atividades profissionais;

- concepção da aprendizagem como um processo autônomo e contínuo, com

vistas à formação continuada;

- capacidade para selecionar e produzir conhecimentos científicos, por critérios de relevância e rigor, validade e responsabilidade social e ambiental, de dignidade humana, participação, diálogo e solidariedade.

8.10.1 Acompanhamento dos Egressos

O Programa de Acompanhamento dos Egressos da Unicruz representa um processo institucional de organização de informações sobre as condições pessoais, acadêmicas e profissionais dos estudantes, formandos e ex-alunos. A criação de mecanismos de acompanhamento de egressos, na Universidade, dá-se a partir de instrumentos de coleta de opinião dos egressos sobre a formação recebida e também pelo contato com agências empregadoras, para obtenção de informações a respeito do desempenho do egresso no mercado de trabalho. Na página da Unicruz e em demais redes sociais, como facebook institucional, há um espaço específico para as manifestações dos egressos. Além disso, quando o egresso volta à Unicruz para retirar seu Diploma, no ato da entrega há um questionário a ser respondido com questões relacionadas à Instituição, o seu curso e o mercado de trabalho.

No conjunto, as informações obtidas destinam-se à melhoria dos programas acadêmicos e ofertas de educação continuada em programas *Lato e Stricto sensu*, cursos e demais atividades de extensão, que promovam o aperfeiçoamento e qualificação profissional.

Institucionalmente a Unicruz, por meio do setor de Gestão de Permanência mantêm o contato de todos os ex-alunos (egressos, trancamentos, cancelamentos) e envia aos mesmos, calendário acadêmico com convite para retornar à instituição, bem como envio do Edital PROBIN aos egressos dos cursos de graduação, o qual possibilita realizarem segunda licenciatura ou pós-graduação com descontos.

Outra ação institucional é o Observatório Profissional, que possibilita a realização de oficinas, palestras e encontros sobre o mundo do trabalho, que é ofertado para os acadêmicos dos últimos semestres dos cursos de graduação da

Unicruz e, que procura trazer como palestrantes egressos da Unicruz. Outra importante ação com egressos é realizada durante o Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde são realizadas palestras e oficinas, nas quais são prioritariamente convidados ex-bolsistas de pesquisa e extensão, que se tornaram pesquisadores e/ ou professores para realizarem tais atividades.

No âmbito dos cursos de graduação há diversas ações sendo realizadas para acompanhamento dos seus egressos. Dentre estas ações, destacam-se: páginas institucionais com informações para os egressos; contato com egressos via e-mail, *facebook* e demais redes sociais; envio de notícias dos eventos realizados pelos cursos para os egressos com convites para participação; pesquisas específicas realizadas pelos cursos sobre os seus egressos; realização de encontros festivos de ex-alunos, e, participação dos egressos como painelistas em semanas acadêmicas.

9. ESTRUTURA INSTITUCIONAL QUE ASSEGURA A DINÂMICA DO PROJETO

9.1 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

9.1.1 Assessoria Pedagógica

O trabalho de Assessoria pedagógica é um dos recursos institucionais da UNICRUZ para empreender processos de construção, acompanhamento, atualização e busca constante da excelência no campo pedagógico universitário. Tal processo possibilita apontar as demandas educacionais da Instituição, de forma a atender a legislação do ensino superior e do curso de Agronomia. Por meio deste setor são atendidas demandas pedagógicas como: atualização constante dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, levantamento das necessidades de infraestrutura para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem, acompanhamento dos procedimentos e organização didático-metodológica do curso e formação permanente e continuada dos docentes, efetivada por meio do Fórum Permanente de Pedagogia Universitária e Programas específicos.

9.1.2 Núcleo de Legislação

Responsável pelo apoio ao coordenador do curso na apresentação e interpretação das legislações do ensino superior, bem como responsável pelos processos de credenciamento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Responde também pelas informações institucionais referentes ao Censo da Educação Superior, ENADE, cadastros e acompanhamento de processos no sistema e-MEC. Neste setor está alocado o PI – Procurador Educacional Institucional, o qual é o responsável pelas atribuições descritas acima e pelo acompanhamento e atualização das legislações educacionais e sua divulgação junto aos setores competentes, responsável também, pela organização e acompanhamento às visitas in loco por comissões de avaliação do INEP/MEC.

9.1.3 Rede de Comunicação

A Unicruz possui o Núcleo Integrado de Comunicação-NIC, um setor que centraliza os processos de comunicação institucional, aproximando os colaboradores das áreas do jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, desenvolvimento/ programação web e eventos. Sua principal prática é a profissionalização do trato com a informação. A uniformização do discurso, a fluidez contínua e eficiente das pautas e a credibilidade conquistada para com todos os conteúdos que giram em torno da Universidade de Cruz Alta, caracterizam o NIC como uma referência para o conceito de comunicação integrada, inevitavelmente por sua clara e objetiva atuação com as mais consagradas e também inovadoras abordagens comunicacionais, permitindo às várias formações envolvidas atuarem complementarmente.

9.1.4 Convênios Institucionais que têm relação com o Curso

A Universidade de Cruz Alta mantém em vigência aproximadamente 2.051 (dois mil e cinquenta e um) acordos de cooperação, contratos e convênios celebrados com empresas e órgãos e instituições públicas e privadas, dos quais 867 (oitocentos e sessenta e sete) destinam-se à realização de estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios, ratificando o compromisso da Instituição com a qualidade do ensino, proporcionando aos seus alunos a utilização, na prática, dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Além dos estágios, os convênios também tem a finalidade de promover o intercâmbio de alunos e professores, realização de simpósios, eventos e similares, além do desenvolvimento de ações socioeconômicas, culturais e educativas, não só na localidade sede, mas com destacada atuação na região, como por exemplo: EMBRAPA, CCGL, FEPAM, e diversos hospitais, cooperativas e agências de seleção e recrutamento de estágio, bem como instituições de ensino públicas e privadas, tais como: UFRGS, UFSM, UERGS, IFFarroupilha, IFFS, PUCRS, FURG, UNISINOS, URI, ULBRA, UPF, UNIJUÍ, UNIPAMPA, UFPel, UFPR – Paraná, UESC – Santa Catarina,

UFSC – Santa Catarina, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A Universidade mantém um convênio com o Município de Cruz Alta, através da Secretaria de Saúde, para a realização de exames laboratoriais do Sistema Único de Saúde, que são executados pelo Laboratório de Análises Clínicas.

Possui ainda, parceria com instituições de ensino estrangeiras, destacando-se: Fundacion Catalana per la Recerca, Espanha; Fundación por el Desarrollo Humano y el Ambiente – FUDHAM, Argentina; Fundacion Suzuki – Argentina; Iniversité de Montréal, Canadá; Instituto Privado Carlos Linneo – Argentina; Instituto Universitario de Ciencias de la Salud, Argentina; IPET – Argentina; Universidad Austral – Argentina; Universidad Autonoma de Encarnación – Paraguai; Universidad Catolica de Chile; Universidad Champagnat - Mendoza/Argentina; Universidad de La Serena – Chile; Universidad de León – Espanha; Universidad de Norte Santo Tomas de Aquino – Argentina; Universidad de Salamanca – Espanha; Universidad Mayor – Chile; Universidad Nacional de Cuyo – Argentina; Universidad Nacional de Ensino a Distancia – UNED, Espanha; Universidad Nacional de La Matanza, Argentina; Universidad Nuestra Señora de la Assunción – Paraguai; Universidade de Algarve – Portugal; Universidade de Barcelona – Espanha; Universidade de Buenos Aires – Argentina; Universidade de Ciências Florestais de Rottenburg; Holanda; Universidade de Coimbra – Portugal; Universidade de Cornell - Estados Unidos; Universidade do Texas - Estados Unidos; Universidade Politecnica Delle Marche – Itália; Universidade Politénica da Cataluña – Espanha; Universidade Nacional de La Plata – Argentina; Universidad Politécnica de Madrid, Espanha; Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), Coimbra, Portugal; Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Portugal, e Universidade de Ciências Aplicadas, Turku, Finlândia.

9.1.5 Apoio Financeiro

Atuando conjuntamente com empresas, órgãos públicos e setores governamentais, a Universidade de Cruz Alta busca ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de auxílio ao estudante, de modo a criar condições para a possibilidade de ingresso na vida acadêmica, por meio dos seguintes programas:

- Prouni: Em convênio com o MEC, a UNICRUZ disponibiliza bolsas integrais

(100%) e parciais (50%). Podem concorrer a este benefício os estudantes de escolas da rede pública, ou aqueles que estudaram com bolsa de 100% em escolas particulares e obedeçam aos limites de renda per capita impostas pelo PROUNI, ou seja, renda per capita familiar máxima de 1,5 (um e meio) do salário mínimo nacional para bolsas integrais. O PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, considerando o mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

- Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES: O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior- PROIES, garantido por meio da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, favorece condições de continuidade das ações de entidades mantenedoras de ensino superior, concedendo bolsas de estudo integrais em cursos de graduação em ensino superior, nas instituições comunitárias. O programa é destinado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1,5 (um e meio) salários mínimos e que atendam aos demais critérios de elegibilidade às bolsas do PROUNI (conforme a Portaria Normativa MEC - nº 9, de 17/05/2013, publicada no DOU de 20/05/2013). Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, conferindo, assim, mérito aos estudantes com os melhores desempenhos acadêmicos. As bolsas PROIES são disponibilizadas como bolsas adicionais no Sistema PROUNI, sendo destinadas exclusivamente a novos estudantes e ingressantes, na Instituição. Para concorrer às vagas PROIES, o aluno precisa atender a todos os requisitos do PROUNI.

- Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN: O Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN está destinado, preferencialmente, aos discentes com bom desempenho acadêmico, nos seus respectivos cursos de graduação e não incluídos nas demais modalidades de concessão de bolsas e/ou programas de custeio do ensino superior. O Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN é constituído de duas

modalidades:

I – público externo: constituído pelo corpo discente da Universidade Cruz Alta e oferecido em cinco modalidades:

a) experiência I: para alunos entre 50 (cinquenta) anos até 59 (cinquenta e nove) anos. Desconto de 40% (quarenta por cento) no valor da mensalidade;

b) experiência II: para alunos com 60 (sessenta) anos ou mais. Desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da mensalidade;

c) grupo familiar: desconto de 10% (dez por cento) do valor da mensalidade para o segundo integrante do grupo familiar e 15% (quinze por cento), a partir do terceiro integrante do grupo familiar;

d) segundo curso de graduação: desconto de 30% (trinta por cento) no valor da mensalidade;

e) segundo curso de graduação simultâneo: desconto de 40% (quarenta por cento) no valor da mensalidade do segundo curso de graduação simultâneo;

II – público interno: constituído pelos corpos docente e técnico-funcional da Universidade Cruz Alta e oferecido em três modalidades:

a) segundo curso de graduação: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade;

b) pós-graduação – Lato sensu: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação lato sensu, limitado a 04 (quatro) bolsas por programa.

c) pós-graduação – Stricto sensu: desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação stricto sensu, limitado a 01 (uma) bolsa por programa/ano.

- Universidade para Associados – SICREDI/UPA: Programa de acesso aos cursos de graduação e pós-graduação, criado a partir do interesse da Fundação Universidade de Cruz Alta em saldar débitos com a Cooperativa de Crédito – SICREDI/Planalto. Forma alternativa de pagamento, por meio da oferta de vagas ao SICREDI, que seleciona associados ou familiares e distribui bolsas de 100% de desconto sobre o valor das

mensalidades. Os candidatos passam por concurso vestibular e têm acesso às vagas, de acordo com os critérios de classificação e de análise das condições socioeconômicas.

- Bolsa de Iniciação Científica e de Extensão: Por este mecanismo, o estudante desenvolve atividades em projetos de pesquisa e extensão relacionados à sua área de formação, mediante concessão de bolsas. As vagas são limitadas, e a escolha é feita por meio de processo seletivo, mediante editais próprios, sempre relacionados aos projetos de pesquisa ou extensão.

- Descontos e convênios reembolsáveis: A UNICRUZ concede descontos de 3,5% a estudantes que efetuem o pagamento, nas datas pré-estabelecidas e tenham vínculo com empresas e órgãos públicos, com os quais tem parceria e se encarregam de encaminhar a lista de clientes e/ou colaboradores.

- Fundo de Financiamento Estudantil - FIES: Trata-se de financiamento instituído pelo MEC, através do FNDE, em substituição ao antigo crédito educativo. A UNICRUZ está habilitada a oferecer vagas, na maioria dos cursos. As vagas e calendário são estabelecidos de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em edital próprio onde determinam o número de vagas para cada Instituição de Ensino Superior.

- Fundação APLUB de Crédito Educativo – FUNDAPLUB: Por este meio, a Universidade financia até 50% das mensalidades e cabe à mesma determinar quais os cursos e qual o período de disponibilização para esta modalidade de crédito.

- Crédito Universitário - CrediUni: É um programa de financiamento estudantil para alunos da graduação e Pósgraduação estabelecido entre a Cooperativa de Crédito SICOOB e a UNICRUZ. Permite aos estudantes adquirirem financiamentos de até 100% das mensalidades, tendo até o dobro da duração do curso para quitar o investimento.

9.2 Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas

9.2.1 Salas de aula

O Curso de Biomedicina possui salas de aula com climatização, *wireless*, além de boa iluminação, acústica e conservação. Todas as salas de aula possuem manutenção diária de limpeza e conservação, com avaliação periódica de equipamentos, iluminação e manutenção, cuja responsabilidade é da gerência administrativa do campus universitário.

9.2.2 Sala de Professores

No Centro de Ciências da Saúde e Agrárias, há uma sala de professores amplas, com mesa coletiva e cadeiras, armários para os professores, computadores de mesa disponíveis para uso dos professores, sofás e poltronas para descanso, espaço para café e/ou chá. Neste espaço há a disposição dos professores tomadas para conexão dos aparelhos de celular e laptops, acesso à internet wi-fi e rede. Ambas as salas possuem acessibilidade, iluminação adequada, manutenção, limpeza diária e climatização. Todos os equipamentos e mobiliários das salas de professores possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.2.3 Sala de Professores em Regime de Tempo Integral

No Centro de Ciências da Saúde e Agrárias há uma sala exclusiva para os professores com Regime de Tempo Integral, onde cada um deles possui um espaço específico com mesa, cadeira, tomada e acesso à internet wi-fi, o qual é chamado de Gabinete de TI. Os professores trazem seus laptops para uso individual e também têm espaço para deixar seus livros e materiais didáticos. Há disponível acesso à rede interna (por meio de senha) onde os mesmos podem utilizar a impressão de materiais com o uso coletivo da impressora que se localiza na secretaria do Centro. Ambas as salas possuem acessibilidade, iluminação adequada, manutenção, limpeza diária e climatização. Todos os equipamentos e mobiliários dos Gabinetes de TI pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.2.4 Sala de Direção de Centro e Secretárias Pedagógicas

No Centro de Ciências da Saúde e Agrárias há a disposição sala específica para o Diretor de Centro e para a Secretária Pedagógica, com mesa, cadeira, computador de mesa e mesa de reuniões. As salas são iluminadas, com manutenção e limpeza diária. São climatizadas, com acesso a linha telefônica, à internet wi-fi e rede. Sob a coordenação do Diretor de Centro também fica a Secretaria do Centro, com colaboradores a disposição para atendimento aos docentes, discentes, coordenadores de curso e público externo. A secretaria do centro também tem a sua disposição mesas, cadeiras, equipamentos de informática, reprografia para uso interno e impressora. Todos os equipamentos e mobiliários da Sala de Direção de Centro pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.2.5 Sala de Coordenação de Curso

O Coordenador de Curso de Agronomia possui a sua disposição um gabinete de trabalho com mesa, cadeiras, armário, computador com acesso à internet wi-fi e rede e climatização. Para as reuniões de NDE, os coordenadores de Curso têm à disposição os espaços coletivos, que são agendados previamente nas secretarias dos Centros ou no Setor de Eventos. Também têm a sua disposição os equipamentos como projetor multimídia. São nestes gabinetes que os coordenadores de curso fazem os atendimentos individuais aos acadêmicos, quando necessário. Todos os equipamentos e mobiliários da sala de Coordenadores de Curso pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial

9.3 Espaços para Atendimento aos Discentes

9.3.1 Secretaria de Centro de Ensino

Em cada Centro de Ensino há uma Secretaria do Centro, com colaboradores a disposição para atendimento aos discentes e suas demandas. A secretaria do centro também tem a sua disposição mesas, cadeiras, equipamentos de informática, reprografia para uso interno e impressora. Neste espaço, os acadêmicos podem fazer

solicitações, obter informações, retirar documentos, permitir acesso à Coordenação de Curso e/ou Direção de Centro. Também há cadeiras no *hall* de entrada de cada Centro de Ensino para a adequada espera ao atendimento dos estudantes, quando há maior demanda e procura por atendimentos. Todos os equipamentos e mobiliários das Secretarias dos Centros de Ensino possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.3.2 Secretaria Acadêmica

Secretaria Acadêmica é o local onde o estudante e a comunidade em geral têm a possibilidade de buscar informações e acompanhar, formalmente, a sua situação acadêmico-pedagógica. É nesse espaço que o acadêmico de Graduação e Pós-Graduação estabelece o vínculo formal com a Universidade, ao fazer sua matrícula ou havendo algum evento extraordinário com relação a rematrícula e ao andamento do seu percurso formativo. O setor possui arquivos próprios, onde efetiva os registros acadêmicos e a documentação dos alunos dos diferentes cursos.

9.3.3 Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor

O NAEP possui um espaço amplo com duas salas para atendimento individual, uma sala de espera com sofás e poltronas, e uma sala de trabalho coletivo. Neste espaço os acadêmicos podem fazer solicitações de apoio pedagógico e psicopedagógico, de escuta qualificada (psicólogo) e de nivelamento. Atuam no NAEP: psicóloga, pedagogas e psicopedagogas. Estão disponíveis mesas, cadeiras, poltronas, telefone, armários e equipamentos de informática e multimídia. O NAEP atende os estudantes nos três turnos com agendamento de horário. Todos os equipamentos e mobiliários do NAEP possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.3.4 Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ – NAIU

O NAIU é um espaço de atendimento ao estudante. Tem a sua disposição intérprete de Libras, professor de braile, uma educadora especial e uma secretária. Possui a disposição uma sala de atendimento, com mesas, cadeiras e computadores

com acesso a internet e wi-fi, poltronas e cadeiras no hall de entrada. Os computadores do NAIU possuem programas especiais adaptados de multimídia. Há ainda no NAIU disponível: cadeiras de rodas, muletas, material em braile, reglete e sorobã. Todos os equipamentos e mobiliários do NAIU possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.3.5 Núcleo de Educação à Distância - NEAD

É o espaço institucional responsável pela execução das ações de educação à distância das disciplinas, dos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como cursos de extensão.

A Instituição entende que os avanços tecnológicos contribuem essencialmente para aprimorar as políticas e diretrizes pedagógicas e corroboram para fortalecer e incentivar o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, os esforços estão direcionados para a disponibilização de laboratórios e fortalecimento das infraestruturas de apoio.

Na Universidade, as atividades de EaD são coordenadas pelo Núcleo de Educação à Distância – NEaD, o qual é composto por equipe multidisciplinar. Ainda dispõem de um professor coordenador, colaboradores e tutores. Desenvolve estratégias de apoio e realiza trabalho integrado com os demais professores da Instituição, utilizando recursos tecnológicos para ampliar os programas educacionais e oferece componentes curriculares com o uso de diferentes meios de comunicação, nas modalidades: a distância, presencial e semipresencial.

O NEaD também é responsável pelo apoio e operacionalização de todas as formações pedagógicas ofertadas aos docentes, discentes e tutores por meio da Educação a Distância.

9.3.6 Setor de Gestão de Permanência

O setor de Gestão de Permanência oferece atendimento aos estudantes nos três turnos, em amplo espaço com duas funcionárias a disposição. O setor é amplo, arejado, climatizado, com mesas, cadeiras, poltronas e armários. Todos os

equipamentos e mobiliários do setor possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.3.7 Sala de Atendimento ao Discente

A sala de atendimento discente conta com um espaço composto por uma mesa e cadeiras para que os estudantes sejam atendidos de forma adequada pelos professores.

9.4 Auditórios

Há a disposição da comunidade acadêmica um auditório localizado no prédio 5 com 197,38m², com 190 assentos e capacidade para 198 pessoas. Conta também com assentos destinados a pessoas com prioridades (necessidades especiais, idosos, gestantes, mobilidade reduzida), com acessibilidade, conforto térmico e acústica adequada, acesso à internet wi-fi e conexão de internet em rede, equipamento para videoconferência e projetor multimídia, notebook, sonorização, microfone e iluminação adequada. Todos os equipamentos e mobiliários do Auditório Central possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

No prédio 13 há outro auditório com 156,75m², com 120 assentos e também assentos destinados a pessoas com prioridades (necessidades especiais, idosos, gestantes, mobilidade reduzida), com acessibilidade, conforto térmico e acústica adequada, acesso à internet wi-fi e conexão de internet em rede, projetor multimídia, notebook, sonorização, microfone e iluminação adequada. Todos os equipamentos e mobiliários do Auditório do prédio 13 possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

9.5 Biblioteca

A Unicruz, na sua estrutura de apoio pedagógico, conta com a Biblioteca Visconde de Mauá, um importante espaço de difusão e veiculação cultural e científica, que centraliza o acervo bibliográfico da Instituição para o atendimento das necessidades acadêmicas. Situada no campus universitário, ocupa uma área de 2.604,01m², monitorada por câmeras de segurança, funcionando de segundas as sextas-feiras,

ininterruptamente das 8h às 22h30min e sábados, das 9h30min às 13h. A biblioteca conta com um bibliotecário, na coordenação técnica e administrativa, além de assistentes de biblioteca e estagiários. Os quadros a seguir descrevem as instalações correspondentes à área física da biblioteca.

Quadro 1 - Dependências da Biblioteca da Unicruz (andar térreo)

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE DE SALAS	ÁREA (m ²)
Circulação externa		421,19
Circulação interna		304,27
Escada interna	03	26,49
Guarda-volumes	01	18,05
Recepção e balcão de atendimento	01	16,26
Sala do servidor	01	6,22
Salas de estudos (fechadas)	18	176,46
Sala Espaço Braile	01	9,35
Sanitários	04	24,48
Total	29	1.002,77 m²

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 2 - Dependências da Biblioteca da Unicruz (1º andar)

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE DE SALAS	ÁREA (m ²)
Acervo bibliográfico		892,60
Administrativo	01	38,55
Sala de processamento de livros e periódicos	01	17,37
Sanitários	02	25,22
Total	04	973,74 m²

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 3 - Dependências Centrais da Biblioteca

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE DE SALAS	ÁREA (m ²)
Memorial da Unicruz (museu)	01	79,38
Espaço Lounge /ambiente de estudos	01	79,38
Exposição de periódicos / ambiente de estudos	01	146,30
Total	03	305,06 m²

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 4 - Subsolo da Biblioteca

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE DE SALAS	ÁREA (m ²)
Cozinha	01	22,21
Sala de arquivo permanente	01	35,34
Total	02	57,45

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2017).

No subsolo da Biblioteca, além dos espaços citados no Quadro 4, ainda estão locados alguns setores e projetos, contando também com salas de aula e sanitários, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Demais espaços no Subsolo da Biblioteca

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE DE SALAS	ÁREA (m²)
Comissão Própria de Avaliação	2	29,44
Corede Alto Jacuí	1	30,48
Laboratório de Ideias	1	17,25
LEPSI	1	28,26
NUCART	1	38,85
Núcleo de Direitos Humanos	1	27,18
Sala de Aula 1	1	44,64
Sala de Aula 2	1	56,97
Sala 3	1	13,74
Sala 4	1	9,51
Sala 5	1	9,52
Sanitário feminino	1	7,33
Sanitário masculino	1	7,33
Total	14	320,5

Em sua organização, a biblioteca adota o Sistema de Classificação CDU (Sistema de Classificação Universal) e, para a catalogação, o AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano) e a Tabela Cutter (tabela de códigos que indicam a autoria de uma obra literária), no qual são processados livros, periódicos, folhetos, teses, monografias e outros.

A biblioteca propicia aos seus usuários, serviços de auxílio à leitura, pesquisa, consulta e empréstimos de seu acervo bibliográfico. O empréstimo domiciliar é oferecido aos usuários devidamente cadastrados. Os prazos de empréstimos e a quantidade de exemplares variam de acordo com o tipo de usuário e material. A Biblioteca oferece serviço de capacitações em Base de Dados, bem como de elaboração de fichas

catalográficas para os documentos institucionais.

Ao acessar as dependências da biblioteca, os usuários têm acesso à Internet wi-fi para pesquisa de artigos científicos nacionais e internacionais nas Base de Dados EBSCO, e nas Bases de dados de acesso livre como Scielo, Capes e outros.

9.5.1 Distribuição do Acervo Geral

A distribuição do acervo da Biblioteca encontra-se nos quadros a seguir:

Quadro 6 – Usuários, Materiais, Prazos

CATEGORIA DOS USUÁRIOS	QUANTIDADE DE OBRAS	PERÍODO DE RETIRADA PARA LIVROS	PERÍODO DE RETIRADA PARA DVD
Estudantes de graduação	06	10 dias úteis	03 dias úteis
Estudantes de pós-graduação	07	15 dias úteis	03 dias úteis
Professor	09	15 dias úteis	03 dias úteis
Colaboradores	06	15 dias úteis	03 dias úteis

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 7 – Distribuição do Acervo – Livros por Área do Conhecimento

Área	Livros		
	Títulos	Volumes	Monografias
Ciências Agrárias	3.396	6.746	1100
Ciências Biológicas	2.345	4.610	454
Ciências da Saúde	6.434	11.080	1857
Ciências Exatas e da Tecnologia	3.861	7.270	479
Ciências Humanas	11211	16.327	1691
Ciências Sociais e Aplicadas	18.009	29.300	2864
Linguística, Letras e Artes	9004	11.738	650
Engenharias	419	719	74
Outros	52	81	15
Total	54.731	87.871	9.184

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 8 – Distribuição do Acervo – Periódicos

Área	Periódico nacional	Periódico estrangeiro
Ciências Agrárias	301	117
Ciências Biológicas	152	128
Ciências da Saúde	478	99
Ciências Exatas e Tecnológicas	98	61
Ciências Humanas	392	59
Ciências Sociais Aplicadas	1027	59
Linguística, Letras e Artes	166	34
Engenharias/geral	266	17
Total	2.880	574

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 9 – Distribuição do Acervo – CD-ROM

Área	CD – Rom / DVD
Ciências Agrárias	382
Ciências Biológicas	17
Ciências da Saúde	137
Ciências Exatas e Tecnológicas	25
Ciências Humanas	66
Ciências Sociais Aplicadas	411
Linguística, Letras e Artes	67
Engenharias	05
Total	1.110

Fonte: Biblioteca da Unicruz (2018).

Quadro 10 – Total do Acervo de Periódicos Dividido por Áreas e Grandes Áreas

Áreas do Conhecimento	Área	Total
Ciências Agrárias	Agronomia	291
	Medicina Veterinária	127
	TOTAL	418
Ciências Biológicas	Botânica	18
	Ciências	44
	Biologia	48
	Meio Ambiente	31
	Ciência e Tecnologia	34
	TOTAL	175

Ciências da Saúde	Educação Física	70
	Enfermagem	59
	Farmácia	100
	Fisioterapia	23
	Medicina	284
	Nutrição	35
	Tecnologia em Estética e Cosmética	06
	TOTAL	577
Ciências Exatas e Tecnológicas	Ciência da Computação	98
	Estatística	04
	Física	10
	Matemática	25
	Química	23
	TOTAL	160
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	179
	Arquitetura	98
	Ciências Sociais	62
	Comunicação Social	125
	Direito	302
	Economia	173
	Serviço Social	32
	Ciências Contábeis	52
	Turismo	52
	Previdência Social	11
	TOTAL	1086
	Educação	248
	Filosofia	26
	Geografia	42

Ciências Humanas	História	80
	Pesquisa Científica	21
	Psicologia	31
	Religião	19
	Sociologia	10
	TOTAL	477
Linguística, Letras e Artes	Dança	15
	Letras	160
	Língua Estrangeira	14
	Artes	11
	TOTAL	200
Geral	Geral	224
	Geral Específico	16
	Jornais	42
	TOTAL	282
TOTAL		3375

Fonte: Biblioteca da UNICRUZ (2018).

Há uma política de ampliação do acervo bibliográfico que observa as indicações feitas pelos professores de cada curso, estudantes e coordenadores, baseados nas ementas e componentes curriculares em oferta, consolidando o plano de expansão da biblioteca, que visa à atualização do acervo bibliográfico, no sistema de compra, doação ou permuta. Além disso, a biblioteca desenvolve um serviço de intercâmbio institucional com universidades da região, do Estado e do país, para desenvolvimento de pesquisas, para as quais são permutados periódicos científicos de diversas áreas do conhecimento.

O acervo está disponível no catálogo online da biblioteca, acessível à comunidade, na internet, no endereço home.unicruz.edu.br/biblioteca/. Oferece, além da pesquisa do acervo, a possibilidade de fazer a renovação e reservas *on-line*. A biblioteca disponibiliza, ainda, um serviço de alerta por e-mail, comunicando aos estudantes, um dia antes, o vencimento do prazo de empréstimos dos livros, ou a

disponibilidade do material reservado.

Foi implantada uma proposta de revitalização da biblioteca, visando à dinamização dos espaços e a interação da comunidade acadêmica com o acervo e sua riqueza científica e cultural. Uma das ações é o Memorial da Unicruz, situado na biblioteca e que por meio de materiais expostos, apresenta a história da Instituição. Outra ação é o ambiente de socialização que corresponde ao Espaço Alternativo, *Lounge*, de leitura e pesquisa, e também a implantação do banco de doações e divulgação de documentos existentes no acervo. Todas as iniciativas têm a intenção de promover a revitalização e crescente valorização do espaço enquanto centro de apoio pedagógico, na busca do conhecimento que qualifica a formação profissional, humana e técnica.

9.5.2 Periódicos Especializados

Os periódicos disponibilizados pela Biblioteca especializados na área de Agronomia são *Ciência Rural*, *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, *Agronomy Journal*, *Crop Science*, *Irrigation Science*, *Engenharia Agrícola*, *Irriga Botucatu*, entre outros.

9.5.3 Bibliografia Básica e Complementar

Os livros serão adquiridos por solicitação dos cursos. Na bibliografia das disciplinas são no mínimo 03 (três) títulos para bibliografia básica e 05 (cinco) títulos para bibliografia complementar, podendo variar o número de exemplares conforme o número de alunos matriculados no curso e/ou disciplinas, de acordo com as determinações emanadas pelo MEC – Ministério da Educação.

9.5.3.1 Relatório de Adequação da Bibliografia

A aquisição de títulos das bibliografias básica e complementar é realizada através da elaboração de um plano contendo as novas aquisições (títulos e nº de

exemplares), elaborado pelo NDE, de modo a atender as demandas do curso.

Esse plano é baseado nos critérios estabelecidos pelo MEC, mediante o número de alunos matriculados no Curso, bem como através das solicitações de docentes ou a partir dos resultados da avaliação institucional.

O Coordenador do Curso e diretor do CCSA, encaminham a solicitação de compras, via sistema. O setor de legislação da Pró-Reitoria de Graduação e a Gerência Financeira da Pró-Reitoria de Administração autorizam a compra, de acordo com os recursos orçamentários destinado a cada curso e/ou centro, podendo ocorrer a curto, médio e longo prazo.

9.5.4 Repositório Institucional

O Repositório é um sistema institucional de armazenamento e publicação de Teses, Dissertações, Monografias, TCC's, Relatórios de Estágio e Artigos Científicos gerenciados pela Biblioteca da Universidade de Cruz Alta, da produção científica da instituição, criando um ambiente de disseminação, cooperação e a promoção do conhecimento em escala global.

A base de dados em que as obras estão disponibilizadas é gratuita, de acesso livre e sem custos para os autores. Os arquivos depositados no Repositório Institucional estão disponíveis gratuitamente para fins de pesquisa, estudo e referência.

O sistema da base de dados é administrado pelo Centro Tecnológico da Informação (CTEC) da UNICRUZ e gerenciado pela Biblioteca da UNICRUZ, os quais são responsáveis por disponibilizar os arquivos aos interessados. Estarão disponíveis para livre acesso externo as publicações do Repositório Institucional cuja avaliação da banca tenha sido igual ou superior à nota 9,00 (nove). Os demais ficarão como livre acesso interno.

O Termo de Concessão de Direitos Autorais será arquivado na Biblioteca. No que se refere ao aspecto jurídico para o depósito e a disponibilização dos arquivos, baseia-se na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e em suas alterações que consolidam a legislação sobre Direitos Autorais e dá outras providências.

9.6 Biblioteca Virtual/Digital

Este acervo é constituído pelas obras virtual/digital, de buscadores científicos (base de dados), bem como da produção técnica-científica de docentes e discentes da UNICRUZ.

Na sua totalidade, o acervo virtual/digital envolve:

- a) O acervo de obras digitalizadas da Instituição e/ou obras já disponíveis em formato digital, na internet; que compreende periódicos institucionais e a literatura cinzenta, em formato PDF, constituída de TCC's, Monografias, Artigos, Relatórios de Estágios, Dissertações e Teses dos acadêmicos da UNICRUZ.
- b) As obras digitais, com o conteúdo integral ou parcial.
- c) As páginas indicadas de outras bibliotecas digitais e buscadores científicos, sob forma de links.

O acesso ao acervo virtual/digital da Universidade é:

- a) restrito à comunidade acadêmica dos Cursos e Cursos em EaD e/ou disciplinas ofertadas na modalidade EaD, a base de dados de livros virtual/digital, para acessá-lo, o usuário deverá dispor de seu registro acadêmico (RA) e senha.
- b) restrito a comunidade acadêmica, como a base de dados EBSCO, de artigos científicos, para acessá-lo, o usuário deverá dispor de seu registro acadêmico (RA) e senha.
- c) é de livre acesso à comunidade a pesquisa ao acervo da biblioteca.

ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE AGRONOMIA

Capítulo I - Do Conceito e das Finalidades

Art. 1º. O presente regulamento estabelece normas para a efetivação das Atividades Complementares do Curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), considerando a Resolução Nº 1, de 02 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Agronomia, e a Resolução Nº 43/2016 do Conselho Universitário da UNICRUZ, a qual normatiza as Atividades Complementares na Instituição.

Art. 2º. As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios aos alunos do Curso de Agronomia da UNICRUZ, e constituem-se em atividades desenvolvidas com a finalidade de flexibilização do currículo pleno do Curso. Contribuem ainda, para o enriquecimento do processo ensino aprendizagem, da formação social e profissional e é apresentada sob múltiplos formatos e de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e atividades específicas do Curso de Agronomia.

Art. 3º. As atividades complementares têm a finalidade de dar relevância às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas possibilitam o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências profissionais durante o processo de formação do engenheiro agrônomo fora do ambiente institucional de ensino.

Capítulo II - Da Carga Horária

Art. 4º. A carga horária mínima fixada para as atividades complementares no curso de Agronomia, deverá estar em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a grade curricular em que o(a) acadêmico(a) estiver matriculado, sendo que seu cumprimento é requisito obrigatório para a conclusão do Curso, conforme previsto no Art. 9º da Resolução Nº 1, de 02 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo Único. O Curso de Agronomia da Unicruz estabelece carga horária mínima de 200 horas para as Atividades Complementares.

Capítulo III - Das Modalidades

Art. 5º. São consideradas Atividades Complementares do Curso de Agronomia da UNICRUZ:

- I.** Participação e Organização de eventos.
- II.** Atividades de intervenção social ou ação comunitária;
- III.** Atividades como bolsista de iniciação científica, de inovação tecnológica, de pesquisa, de extensão, e em Atividades do Projeto Rondon;
- IV.** Produção científica como publicação de artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos publicados em evento científico (trabalho completo, resumo expandido e/ou simples).
- V.** Apresentação de produção científica em eventos.
- VI.** Atividades de Monitoria e Aluno Apoiador em disciplinas presencial e à distância (apenas para aqueles alunos que comprovarem curso do Núcleo de Educação a Distância - NEAD);
- VII.** Estágios não obrigatórios;
- VIII.** Participação em órgãos colegiados superiores da Fundação e da Universidade de Cruz Alta, como representante do corpo discente e atividades de liderança de turma;
- IX.** Visitas e viagens de estudo;
- X.** Atividades desenvolvidas em cenários de práticas específicas do curso;
- XI.** Disciplinas cursadas em mobilidade acadêmica internacional e que não foram aproveitadas no Curso de Agronomia;
- XII.** Disciplinas eletivas específicas em Direitos Humanos, Educação Ambiental, História Afro-Brasileira e Indígena, Empreendedorismo, LIBRAS, e Práticas de Extensão e Inovação;
- XIII.** Participação no Programa Mesário Universitário, mantido em convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul;
- XIV.** Participação em Atividades de Voluntariado;
- XV.** Outras atividades específicas do Curso de Agronomia, aprovadas pelo Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante.

Capítulo IV - Da Validação

Art.6º. Para validação das Atividades Complementares do Curso de Agronomia os acadêmicos devem ter ciência que:

I – As Atividades Complementares devem ser realizadas em no mínimo quatro (04) modalidades diferentes, de acordo com as modalidades definidas no Art. 5º e respeitada a carga horária máxima em cada uma delas.

Parágrafo Único: Como modalidades e respectivas cargas horárias, considerar a tabela conforme, Anexo A.

Art. 7º. Somente serão computadas e validadas, a título de Atividades Complementares aquelas realizadas durante o período estabelecido para a integralização do Curso de Agronomia.

Art. 8º. A soma da carga horária total das Atividades Complementares não poderá ultrapassar o limite previsto na grade curricular do Curso de Agronomia.

Art.9º. As Atividades Complementares não poderão ser aproveitadas para a concessão de dispensa das disciplinas integrantes da parte fixa do currículo, assim como do quadro de disciplinas optativas e disciplinas de aprofundamento/atualização.

Art. 10. A análise e a validação das Atividades Complementares apresentadas pelo(a) acadêmico(a) serão de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Agronomia.

Capítulo V - Dos prazos de apresentação

Art. 11. As Atividades Complementares devem ser realizadas durante o período em que o(a) acadêmico(a) estiver matriculado(a) no Curso.

Art.12. O cômputo das atividades realizadas pelo(a) acadêmico(a) e o respectivo número de horas será cadastrado pela Coordenação do Curso, após análise realizada pelo Núcleo Docente Estruturante, em dois momentos, conforme prevê o Regulamento Institucional de Atividades Complementares:

I. Decorridos 50% (cinquenta por cento) de integralização do Curso.

II. Após decorridos 90% (noventa por cento) de integralização do mesmo.

Capítulo VI - Das Comprovações

Art. 13. Os comprovantes de realização das Atividades Complementares deverão ser apresentados a(o) Coordenador(a) do Curso de Agronomia em uma via original e outra via entregue em formato digital.

Art.14. Cabe a(o) Coordenador(a) do Curso de Agronomia informar a Secretaria Acadêmica o cômputo da carga horária das Atividades Complementares dos seus acadêmicos, para registro no histórico.

Capítulo VII - Do Registro e Guarda de Documentos

Art.15. O(A) acadêmico(a) solicitará, através de requerimento próprio, a(o) Coordenador(a) do Curso de Agronomia, o registro e o cômputo de horas como Atividades Complementares, anexando obrigatoriamente ao requerimento:

I. Certificado e/ou Atestado de participação e/ou organização de evento ou instrumento equivalente de aferição;

II. Certificado e/ou Atestado de participação em ação comunitária ou intervenção social;

- III.** Certificado e/ou Atestado que comprove as atividades como bolsista e/ou acadêmico voluntário de iniciação científica, de pesquisa, de extensão, de inovação tecnológica, e em atividades do Projeto Rondon;
- IV.** Cópia da produção científica como publicação de artigos, livros e capítulos de livros; e, certificado e anais e/ou cópia de trabalho publicado em evento científico (trabalho completo, resumo expandido e/ou simples);
- V.** Certificado de apresentação de produção científica em eventos;
- VI.** Certificado de Monitor(a), e/ou Acadêmico Apoiador;
- VII.** Certificado e/ou Atestado de participação em Estágio Não Obrigatório
- VIII.** Documentação (Portaria e/ou Atestado) que comprove a participação em órgãos colegiados da Fundação e da Universidade como representante do corpo discente e/ou documentação que comprove a participação em atividades de liderança de turma;
- IX.** Documentação que comprove participação em visitas e viagens de estudo;
- X.** Documentação que comprove a participação em atividades desenvolvidas em cenários de práticas específicas do curso;
- XI.** Histórico expedido pela IES de destino, contendo a aprovação na disciplina cursada, no caso de mobilidade acadêmica internacional e que não foram aproveitadas no Curso de Agronomia;
- XII.** Histórico contendo aprovação nas disciplinas eletivas ofertadas pela instituição;
- XIII.** Atestado, Declaração de Dispensa ou outro documento emitido pela Justiça Eleitoral comprovando a participação no Programa Mesário Universitário;
- XIV.** Documento que comprove a participação em Atividades de Voluntariado;
- XV.** Demais certificados, atestados e/ou Declarações que comprovem a participação em Atividades Complementares.

Art.16. A documentação que comprova a realização das Atividades Complementares prevista nesta Resolução, é de responsabilidade e guarda do(a) acadêmico(a).

Art.17. A(o) Coordenador(a) do Curso de Agronomia cabe a responsabilidade da guarda do arquivo digital dos comprovantes, no servidor do curso.

Capítulo VIII - Das Disposições Finais

Art. 18. O presente Regulamento das Atividades Complementares no Curso de Agronomia poderá ser alterado por proposição do Curso de Agronomia, do(a) Pró-Reitor(a) de Graduação, ou pela Câmara de Graduação.

Art. 19. Poderá ainda o presente Regulamento das Atividades Complementares ser objeto de atualização em virtude de alterações na legislação vigente ou de norma institucional.

Art. 20. As dúvidas, divergências e casos omissos que surgirem da aplicação do presente Regulamento das Atividades Complementares serão resolvidas pelo(a) Pró-Reitor(a) de

Graduação, e, em grau de recurso, pela Câmara de Graduação e pelo Conselho Universitário.

Art. 21. Nos termos da Resolução do Conselho Universitário Nº 21/2013, de 31/07/2013, o presente Regulamento das Atividades Complementares, decorrente de norma institucional, será apreciado pela Câmara de Graduação, devendo ser ajustado à resolução que lhe deu origem.

Art. 22. O presente Regulamento entrará em vigor na data de aprovação do parecer da Câmara de Graduação da Universidade de Cruz Alta, revogando-se as disposições em contrário.

Cruz Alta, 2019.

José Luiz Tragnago
Coordenador do Curso de Agronomia

Solange Beatriz Billig Garces
Pró-Reitoria de Graduação

Anexo A: Tabela Modalidades Atividades Complementares Curso de Agronomia

ATIVIDADE		Mínimo na modalidade (h) / Descrição de Horas	Pontuação (h)	pontuação máxima (h)
MODALIDADES	I	Participação e Organização de Eventos		
		Como ouvinte	8	40
		Organizador de evento acadêmico	8	40
		Semana Acadêmica	10	40
		Seminário Interinstitucional	20	40
		Fóruns	10	40
		Atividades de Intervenção Social ou Ação Comunitária		
	II	Participação na organização/apoio em atividades de intervenção social ou ação comunitária (FENATRIGO, Feira das Profissões, EXPODIRETO, etc)		
			20	40
		Atividades de Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica, de Pesquisa e de Extensão		
	III	Com bolsa	20	60
		Sem bolsa	20	40
		Projeto Rondon	20	60
		Produção Científica		
	IV	Publicação de artigo em periódico	20	20
		Publicação de livro científico	20	20
		Publicação de capítulo de livro	10	10
		Publicação em jornais e magazines	5	5
		Trabalho Completo publicado em anais de eventos	15	15
		Resumo expandido publicado em anais de eventos	10	10
		Resumo simples publicado em anais de eventos	5	5
		Apresentação de Produção Científica em Eventos		
	V	Comunicação Oral	10	20
	Pôster	10	20	
	Premiação oriundas de apresentações	10	20	
	Atividades de Monitoria e Acadêmico Apoiador			
VI	Presencial	20	40	
	A distância	20	40	

VII	Estágio não obrigatório			
	Interno (nos espaços estabelecidos em Regulamento Específico de Estágio Não-Obrigatório)	20	40	60
	Externo	20	40	
VIII	Participação em Órgãos Colegiados Superiores como representante discente			
	Fundação Universidade de Cruz Alta	20	40	60
	Universidade de Cruz Alta	20	40	
Liderança de Turma	10	20		
IX	Visitas e Viagens de Estudo			
	Visitas e viagens de estudos realizadas	20	40	40
X	Atividades desenvolvidas em cenários de práticas			
	Atividades desenvolvidas em cenários de práticas	20	40	60
XI	Disciplinas cursadas em mobilidade Acadêmica Internacional			
	Mobilidade acadêmica internacional não aproveitadas no Curso de Agronomia	20	60	60
XII	Disciplinas eletivas			
	Direitos Humanos, Educação Ambiental, História Afro-Brasileira e Indígena, Empreendedorismo, Libras e Práticas de Extensão e Inovação	30	60	60
	Disciplinas eletivas específicas em áreas afins da Agronomia cursadas em outros Cursos	30	60	
XIII	Participação no programa Mesário Universitário			
	Programa Mesário Universitário do T.R.E	8	40	40
XIV	Atividades de voluntariado			
	Voluntariado	20	40	40
XV	Outras atividades específicas do Curso			
	Outros	#		

ANEXO II – EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

Desenho Técnico
Introdução à Agronomia
Matemática
Morfologia Vegetal
Produção Textual
Química Analítica e Orgânica
Informática
Zoologia Agrícola

Disciplina: Desenho Técnico	Crédito: 04
<p>Ementa: Normas gerais de Desenho Técnico. Noções básicas de geometria descritiva. Noções básicas de perspectiva (perspectiva isométrica e ortogonal). Escalas. Cotas e dimensionamento. Cortes e seções. Noções de desenho técnico topográfico e arquitetônico. Noções de projetos de instalações elétricas e hidrossanitárias. Desenho Digital uso de software 3D.</p>	
<p>Objetivos da disciplina:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar aos alunos do 1º Período do Curso de Agronomia as diretrizes e normas pertinentes à confecção e apresentação de desenhos técnicos; - Dotar o aluno do conhecimento e domínio das normas que regem o desenho técnico em agronomia; - Propiciar conhecimento e utilização das convenções gráficas dos desenhos técnicos; - Subsidiar o aluno para representar, corretamente, suas concepções e projetos, embasado no conhecimento e domínio das técnicas, das convenções e do manejo dos instrumentos de desenho técnico. Ao final da disciplina, o aluno deve estar apto a expressar e interpretar, graficamente, os elementos de projeto arquitetônico, topográfico e cartográfico. 	
<p>Conteúdos Programáticos:</p> <p>1 Equipamentos e materiais</p> <p>1.1 Tipos de materiais e instrumentos de desenho</p> <p>1.2 Formas de utilização</p> <p>1.3 Normas de desenho técnico</p> <p>1.3.1 Classificação dos desenhos técnicos</p> <p>1.3.2 Formatos de papel utilizados e dobramento das folhas</p> <p>1.3.3 Quadro de legendas, tipos de linhas, letras e algarismos.</p> <p>1.4 Escalas</p> <p>2 Noções básicas de desenho</p> <p>2.1 Noções básicas de geometria descritiva</p> <p>2.1.1 Conceitos</p> <p>2.1.2 Classificação dos sistemas projetivos</p> <p>2.1.3 Método Mongeano</p> <p>2.1.4 Projeções ortogonais</p> <p>2.2 Noções de perspectiva isométrica</p> <p>2.2.1 Conceitos</p> <p>2.2.2 Tipos de perspectivas isométricas</p> <p>2.2.3 Construção de Objetos</p> <p>3 Graficação técnica – arquitetônica e topográfica</p> <p>3.1 Desenho técnico arquitetônico</p> <p>3.2 Convenções do desenho arquitetônico</p> <p>3.3 Representação de um projeto</p> <p>3.3.1 Planta baixa</p> <p>3.3.2 Corte</p> <p>3.3.3 Fachada</p> <p>3.3.4 Planta de situação e localização</p>	

3.3.5 Planta de Cobertura

3.4 Desenho técnico topográfico

3.4.1 Conceitos/ terminologia

3.4.2 Convenções usadas

3.4.3 Métodos de levantamento topográfico

3.4.4 Processos de representação do relevo

3.4.5 Desenho rural

4 Graficação técnica – instalações elétricas e hidrossanitárias

4.1 Conceitos

4.2 Sistemas de redes elétricas, hidráulicas e sanitárias.

4.3 Convenções usadas

4.4 Representações gráficas

5 Desenho digital – uso de software 3D

5.1 Introdução à computação gráfica aplicada ao desenho.

5.2 Representação técnica de elementos que compõem o projeto: plantas baixas, cortes, elevações, detalhamentos.

5.3 Introdução a modelagem 3D e configuração Básica

5.4 Ferramentas básicas para construção de volumes

5.5 Uso de software de criação de modelos 3D

Bibliografia Básica:

CHING, Francis D.K. **Representação gráfica em arquitetura**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2000

LEAKE, James M. **Manual de desenho técnico para engenharia: desenho, modelagem e visualização**. 2.ed.. Rio de Janeiro/RJ: LTC, 2016. 368 p.

MONTENEGRO, Gildo A. **Desenho arquitetônico**. São Paulo: Edgar Blücher, 1997.

Bibliografia Complementar:

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura**. Rio de Janeiro: ABNT.

CHING, Francis D. K. **Representação gráfica para desenho e projeto**.

Barcelona/ESP: Gustavo Gili, 2001. 345 p. ISBN 8425218489.

Construções rurais: plantas - modelos. PORTO ALEGRE: Emater, 1986.

Desenho arquitetônico. 1.ed.. VIÇOSA: Universidade Federal de Viçosa, 1977. 64 p.

CREDER, Hélio. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. RIO DE JANEIRO: LTC, 1991.

PEREIRA, Milton Fischer. **Construções rurais: habitações rurais: projetos para instalações de aves, suínos, ovinos, caprinos, coelhos, bovinos leiteiro e de corte, eqüinos, abelhas, bicho-de-seda e peixes: construção de biodig**. São Paulo/SP: Nobel, 1986. 330 p.

Disciplina: Introdução à Agronomia

Crédito: 02

Ementa:

O aluno na Universidade. Importância do aluno em relação ao Curso. Estrutura da universidade e do Curso. Diretórios. Curso de Agronomia. Agronomia no Brasil. Perfil profissional. O exercício profissional. Mercado de trabalho. Noções gerais da realidade agropecuária brasileira e gaúcha e elementos essenciais da produção. Situação da agropecuária em nível estadual e nacional.

Objetivos da disciplina:

Oportunizar ao acadêmico a formação de conhecimento básico, que o capacitará a ir acumulando subsídios para a solidificação, ao longo do Curso, de sua capacidade de análise crítica do setor primário e atuar como agente modificador do mesmo. Desenvolver uma consciência crítica a respeito de sua escolha profissional, formação acadêmica e seus compromissos na sociedade.

Conteúdo Programático:

1 Aluno na universidade

1.1 Integração do aluno ao curso e estrutura da universidade

2 Curso De Agronomia da UNICRUZ:

2.1 Histórico, objetivos

2.2 Perfil profissional

2.3 Duração, base curricular, pré-requisitos, relação de cursos afins

3 A Agronomia no RS e Brasil:

3.1 Evolução histórica

3.2 Área e objetivos de atuação

3.3 Contexto sócio-econômico e a formação profissional

3.4 Características profissionais

3.5 Mercado de trabalho e perfil profissional nos diferentes segmentos

3.6 Associações de classe

4 Noções gerais da realidade agropecuária brasileira e gaúcha e elementos essenciais da produção

Bibliografia Básica:

ABREU, Lucimar Santiago. **Impactos sociais e ambientais na agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de caso.** Brasília: EMBRAPA – SPI . 1994.

ALVES, Eliseu. **Pobreza rural no Brasil: desafios da extensão e da pesquisa.** Brasília: Codevasf. 1988.

GUERRA, Milton de Souza; SAMPAIO, Daiser Paulo de A. **Receituário Agrônomo.** São Paulo: Globo. 1991.

Bibliografia Complementar:

FURROW, D. Ética conceitos chaves em filosofia. Porto Alegre, Artmed, 2007. Disponível em:<

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309637>

MASSILON, J. A. **Fundamentos de agronegócios.** São Paulo/SP, Atlas, 147 p.,2003.

MENDES, J. T. G.;JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio : uma abordagem econômica.** São Paulo/SP : Pearson Prentice Hall, 369 p., 2011.

SHIKI, S.; SILVA, J.G. da & ORTEGA, A.C.(org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro.** Uberlândia - MG: EMBRAPA, 1997.

UZÊDA, M.C. **O desafio da agricultura sustentável**. Ihéus: Editus, 2004.

Disciplina: Matemática	Crédito: 04
Ementa: Funções e técnicas do cálculo diferencial e integral para funções reais de uma variável real. dando ênfase às suas aplicações.	
Objetivos da disciplina: Instrumentalizar o acadêmico para a resolução de problemas que envolvam diferentes tipos de cálculo, notadamente a topografia, construções rurais, estatística e, conseqüentemente, dotá-lo de capacidade para análise e resolução de aspectos técnicos de sua atividade profissional.	
Conteúdo Programático: 1. Funções 1.1. Função do 1º Grau 1.2. Função Quadrática 1.3. Função Exponencial 1.4. Função Logarítmica 1.5. Funções Trigonométricas 1.5.1. Trigonometria do triângulo retângulo 1.5.2. Funções trigonométricas elementares 1.5.3. Lei do Seno 1.5.4. Lei do Cosseno 2. Limites 2.1. Noções e propriedades dos limites 2.2. Continuidade de funções 3. Derivada 3.1. Derivada de uma função 3.2. Regras de derivação.	
Bibliografia Básica: ANTON, Howard. Cálculo: um novo horizonte . Porto Alegre: Bookman, 2012. v.1 GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo . 5.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2014. v.1 HOFFMANN, Lauren D. ; BRADLEY, Gerald L. Cálculo um curso moderno e suas aplicações . 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.	
Bibliografia Complementar: FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mírian Buss. Cálculo A: limite, derivação, integração . 5.ed. São Paulo: Makron, 1992. = 1 ex. / Ano: 1990 4.ed. = 1 ex. IEZZI, Gelson et al. Fundamentos de Matemática Elementar . 5.ed. São Paulo: Atual, 1993. v.2	

IEZZI, Gelson . **Fundamentos de Matemática Elementar**. 5.ed. São Paulo: Atual, 1995. v.3
 IEZZI, Gelson et al. **Fundamentos de Matemática Elementar**. 5.ed. São Paulo: Atual, 2013. v.8
 SWOKOWSKI, Earl William. **Cálculo com geometria analítica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 1994. v.1

Disciplina: Morfologia Vegetal

Crédito: 04

Ementa:

Caracterização da célula vegetal. Descrição dos tecidos constituintes das plantas (meristemas, epiderme, colênquima, esclerênquima, parênquimas, xilema, floema). Comparação entre a anatomia da raiz, do caule e da folha. Detalhamento das estruturas secretoras. Estudo macroscópico dos órgãos vegetais (raiz, caule, folha, flor, fruto e semente). Reflexão sobre polinização e fecundação.

Objetivos da disciplina:

Capacitar o aluno a reconhecer os tecidos e órgãos vegetais para que ele possa, posteriormente, compreender os fenômenos fisiológicos (Fisiologia Vegetal) e identificar as plantas (Sistemática Vegetal).

Conteúdo Programático:

1 Introdução à morfologia vegetal

- 1.1. Conceitos e Importância
- 1.2. Visão geral da estrutura vegetal

2 Organografia vegetal

- 2.1. Raiz
- 2.2. Caule
- 2.3. Folha
- 2.4. Flor
- 2.5. Fruto e semente
- 2.6. Polinização e fecundação

3 Citologia vegetal

- 3.1. Célula vegetal
- 3.2. Parede celular
- 3.3. Protoplasma
- 3.4. Principais organelas celulares

4 Histologia vegetal

- 4.1. Meristemas
- 4.2. Epiderme
- 4.3. Estruturas secretoras
- 4.4. Colênquima
- 4.5. Esclerênquima
- 4.6. Xilema
- 4.7. Floema
- 4.8. Parênquimas

5 Anatomia vegetal

5.1 Raiz

5.2 Caule

5.3 Folha

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Eduardo Gomes; LORENZI, Harri. **Morfologia Vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares**. 2ª ed. São Paulo : Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2011.

RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray F.; EICHHORN, Susan E. **Biologia vegetal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

VIDAL, Waldomiro Nunes; VIDAL, Maria Rosária Rodrigues. **Botânica – Organografia**. 3 ed. Viçosa: UFV, 2000.

Bibliografia Complementar:

Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Glossário ilustrado de morfologia**. MAPA – ACS, Brasília, 2009. 406 p.

ESAU, Katherine. **Anatomia das plantas com sementes**. São Paulo: Edgard Blucher. 2000

FERRI, Mário Guimaraes. **Botânica – Morfologia externa das plantas (Organografia)**. 15 ed. São Paulo: Nobel, 1983.

FERRI, Mário Guimaraes. **Botânica – Morfologia interna das plantas (Anatomia)**. 9 ed. São Paulo: Nobel, 1990.

FERRI, Mário Guimaraes; MENEZES, Nanuza Luíza de; MONTEIRO, Walkyria Rossi. **Glossário ilustrado de botânica**. São Paulo : Nobel, 2005

Disciplina: Produção Textual
02

Crédito:

Ementa:

Estudo crítico e reflexivo do texto: processos de redação, processos de análise, compreensão e interpretação, processos de ampliação e condução argumentativa. Relação do processo de reflexão crítica com a produção textual. Linguagem no grupo social.

Objetivos da disciplina:

Propiciar aos alunos análises textuais e discursivas, possibilitando um aprofundamento nos estudos da linguagem, como elemento essencial das relações interpessoais, na sua formação acadêmica;
Estabelecer o texto como objeto de reflexão crítica e de análise, através de diferentes perspectivas teórico-analíticas, tendo em conta que a categoria linguística “texto” presta-se a múltiplas abordagens.

Conteúdo Programático:

1 Texto e discurso: processos discursivos, marcas verbais e não verbais

1.1 O texto como objeto de análise, compreensão e interpretação;

- 1.2 A relação texto/contexto nos processos de construção do sentido;
- 1.3 A linguagem, a língua e o discurso como processo;
- 1.4 O sujeito e o outro interlocutivo;
- 1.5 Posições enunciativas;
- 1.6 Linguagem e ideologia.

2 Compreensão do argumento veiculado no texto

- 2.1 Apresentação da ideia global, das ideias principais e secundárias e da articulação entre elas;
- 2.2 Leitura compreensiva, interpretativa e crítica;
- 2.3 Estrutura do discurso;
- 2.4 Fonte de informações;
- 2.5 Posições assumidas pelo autor e/ou outros pesquisadores citados no texto;
- 2.6 Fontes de informações projetadas no texto;
- 2.7 Inferências, implícitos e pressupostos textuais.

3 Organização de ideias

- 3.1 Fatores de textualidade;
- 3.2 Operadores Argumentativos;
- 3.3 Elementos de Coesão e da Coerência;
- 3.4 Modalizadores;
- 3.5 Os elementos Linguísticos utilizados para veicular funções da linguagem;
- 3.6 A argumentação oral.

4 Aspectos textuais

- 4.1 Organização e estrutura do texto e do parágrafo;
- 4.2 Elementos visuais e textuais: títulos, subtítulos, figuras e legendas;
- 4.3 Parágrafo inicial;
- 4.4 A progressão textual.

5 Recepção e escrita dos gêneros acadêmico-científicos

- 5.1 Tipologia e gêneros textuais acadêmicos;
- 5.2 Argumentação: Síntese, Paráfrase, Resenha crítica, Resumo simples e expandido;
- 5.3 Relatório de Prática, Memorial descritivo, Artigo científico;
- 5.4 Postulados básicos da Gramática.

Bibliografia Básica:

- ABREU, A.L. Curso de Redação. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ANDRADE, Maria Margarida de & HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 1991.
- COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. Argumentação e linguagem. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SERAFINI, Maria Teresa. Como escrever textos. 11 ed. São Paulo: Globo, 2001.

Bibliografia Complementar:

- CITELLI, Adilson. Linguagem e Persuasão. São Paulo: Ática, 1994.
- FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco. Para entender o texto: leitura e redação. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GARCIA, Othon. Prosa e Comunicação Moderna. Petrópolis: FGV, 1998.
 INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 1998.
 LEDUR, Paulo Flávio. Português Prático. 4. ed. Porto Alegre: AGE, 1992.
 MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

Disciplina: Química Analítica e Orgânica

Crédito: 04

Ementa:

Capacitar os alunos para o entendimento dos conceitos básicos de introdução à química analítica e química orgânica, como: cálculos estequiométricos, soluções, equilíbrio químico, ionização de eletrólitos, medidas e aferição, volumetria e gravimetria, funções orgânicas (nomenclatura e propriedades).

Objetivos da disciplina:

Compreender a química como ciência natural associando-a as construções humanas e enfatizando seu papel nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Compreender as formas pelas quais a química influencia nossa interpretação do mundo atual, condicionando formas de pensar e agir.

Compreender que as interações entre matéria e energia provocam modificações na forma ou natureza da matéria.

Avaliar os resultados experimentais que apresentam informações relevantes sobre a estrutura dos átomos.

Compreender a evolução do conceito de química orgânica como criação humana inserida na história e na sociedade em diferentes épocas.

Representar a cadeia carbônica de um composto orgânico a partir de sua fórmula estrutural. Reconhecer a origem e importância econômica, política, social e ambiental dos compostos orgânicos.

Conteúdo Programático:

1. Introdução

1.1. Noções sobre estrutura atômica, tabela periódica e ligações químicas.

1.2. Cálculos estequiométricos.

1.3. Soluções: classificações; cálculos de concentração comum, molaridade, título e diluição.

2. Equilíbrio químico e suas implicações

2.1. Velocidade das reações.

2.2. Constantes de equilíbrio KC e KP.

2.3. Deslocamento de equilíbrio.

3. Ionização de eletrólitos fracos

3.1. Ionização da água, pH e pOH.

3.2. Hidrólise de sais.

3.3. Solução tampão.

4. Fundamentos de análise

4.1. Análise gravimétrica

4.2. Análise volumétrica

4.2.1. Neutralização

4.2.2. Argentometria

4.2.3. Iodometria

4.2.4. Permanganometria

5. Funções orgânicas - estruturas, grupos funcionais e nomenclatura

5.1. Estrutura e identificação das funções orgânicas.

5.1.1. Hidrocarbonetos, funções oxigenadas e funções nitrogenadas.

5.2. Caracterização, propriedades e aplicações dos grupos funcionais.

Bibliografia Básica:

HARRIS, Daniel. **Análise Química Quantitativa**. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2001.

BRADY, James E. ; HUNUSTON, Gerard E: **Química Geral** . Vol.2 .2ª edição ,editora LTC, 2002

SOLOMONS, T.W. GRAHAM. **Química orgânica**. Vol. I, II e III, Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1996.

CAREY, Francis A. *Química Orgânica - Vol. 1, 7ª edição..* [Minha Biblioteca].

Bibliografia Complementar:

ALLINGER,. & CAVA, M. **Química orgânica**. Ed.Guanabara Koogan S.A., Rio de Janeiro, 1978.

ATKINS, Peter ; JONES, Loretta; **Princípios de Química: Questionando a vida moderna e meio ambiente**.Porto Alegre: Bookmam, 2001.

VOGEL, A. I. **Análise Química Quantitativa**. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

RUSSEL, John B. **Química Geral**. 2ª Edição. Volume 1.

BRADY, James E. ; HUNUSTON, Gerard E: **Química Geral** . Vol.1 .2ª edição ,editora LTC, 2002.

ROSENBERG, Jerome L., EPSTEIN, Lawrence M., KRIEGER, Peter J. **Química Geral** - Coleção Schaum.. [Minha Biblioteca].

Disciplina: Informática

Crédito: 02

Ementa:

Conceitos básicos de informática; fundamentos dos sistemas operacionais para computadores, redes e internet; A importância da informática para a comunicação contemporânea; O sistema Windows e o conjunto Microsoft Office: manejo dos programas e determinação de suas utilidades; Cálculos usando Planilha eletrônica; Programas para elaboração de gráficos; Processador de textos; Aplicação de ferramentas eletrônicas para busca de informação na Internet, navegação na web e envio e e-mails com arquivos em anexo; Aquisição automatizada de dados em pesquisa de laboratório; Sistema de análise estatística; Utilização de softwares específicos da área.

Objetivos da disciplina:

Viabilizar a introdução de aspectos avançados em Banco de Dados, não abordados em outras disciplinas e que sejam de relevância para o momento. Aprofundar o conhecimento e habilidade do aluno no estudo de tópicos especiais em banco de dados, selecionando tecnologias atuais, de acordo com necessidades específicas.

Conteúdo Programático:

1. Conceitos básicos de informática

- 1.1 O contexto da informática;
- 1.2 Hardware e software;
- 1.3 Os componentes elementares de hardware;

2 Tipos de computadores

- 2.1 Software;
- 2.2 Principais Pacotes;
- 2.3 Categorias De Software;
- 2.4 Sistemas Operacionais;

3 SOFTWARE APLICATIVOS

- 3.1 Extensões de arquivos;
- 3.2 Aplicativos para a web;
- 3.3 Navegadores; como pesquisar na web;
- 3.4 Clientes de e-mail;
- 3.5 Visão geral de instalação e desinstalação de aplicativos;

4 Documentos portáteis

- 4.1 PDF – Portable Document Format; PostScript;
- 4.2 Compressão de arquivos;
- 4.3 Onde usar compactação;
- 4.4 Compressão de documentos em geral;

5 Apresentações multimídia

- 5.1 Visão geral;
- 5.2 Formatando o design do slide;
- 5.3 Construindo formas geométricas;
- 5.4 Inserindo figuras, wordarts e organogramas;
- 5.5 Modos de exibição de slides;
- 5.6 Botões de ação;

6 Planilhas eletrônicas

- 6.1 Visão geral;
- 6.2 Manipulando linhas, colunas e células;
- 6.3 Fórmulas;
- 6.4 Múltiplas planilhas;
- 6.5 Gráficos;

7 Informática avançada

- 7.1 Utilização de softwares específicos da área.

Bibliografia Básica:

BRETON, Philippe. **História da Informática**. São Paulo: UNESP, 1991.

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J.A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
 MEIRELLES, F. S. **Informática** - novas aplicações com microcomputadores. São Paulo: Makron, 1994.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Fernando José de; FONSECA, Junior Fernando Moraes. **ProInfo: Projetos e ambientes inovadores**. BRASÍLIA/SÃO PAULO MEC. 2000.
 BARRIVIERA, Rodolfo. **Introdução à informática**. Curitiba/PR: Livro Técnico, 2012.
 BIZ, Osvaldo. **Informática e soberania: As controvérsias de uma decisão**. Porto Alegre. Puc Rs. 1988.
 CAPRON, H. L. **Introdução à informática**. 8.ed.. São Paulo/SP: Pearson Prentice Hall, 2013.
 VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
 RUBEN, Guilherme; WAINER, Tom; DWYER, Tom. **Informática: organizações e sociedades no Brasil**. SÃO PAULO: CORTES. 2003.
 SILVA, Mário Gomes da. **Informática** - Terminologia básica: Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2007, Microsoft Office Excel 2007, Microsoft Office PowerPoint 2007 e Internet. São Paulo/SP: Érica, 2012.

Disciplina: Zoologia Agrícola

Crédito: 02

Ementa:

Conhecimentos gerais e importância da Zoologia e zoologia agrícola. Noções de nomenclatura zoológica. Estudo geral da morfologia e fisiologia dos animais de interesse agrícola e suas relações com o meio ambiente. Estudo dos filos Protozoa, Nematoda, Mollusca, Arthropoda, Chordata, Annelida com ênfase nos grupos relacionados às ciências agrárias.

Objetivos da disciplina:

Reconhecer as características dos grupos abordados; relacionar a importância dos grupos abordados com o ambiente agrícola.

Conteúdo programático:

1 Conceitos gerais em zoologia e zoologia agrícola

- 1.1 Importância
- 1.2 Características gerais do animais
- 1.3 Divisões da zoologia
- 1.4 Características das populações
- 1.5 Conceito de praga
- 1.6 Conceito de injúria
- 1.7 Conceito e tipos de Dano
- 1.8 Noções de nomenclatura zoológica

2 Filo protozoa

- 2.1 Características gerais
- 2.2 Relação com a agricultura

2.3 Importância como agente biológico

2.4 Importância como Fito patógenos

3 Filo nematoda

3.1 Características gerais

3.2 Relação com a agricultura

3.3 Importância como agente biológico

3.4 Importância como Fito patógenos

4 Filo mollusca

4.1 Características gerais

4.2 Relação com a agricultura

5 Filo arthropoda

5.1 Características gerais

5.2 Relação com a agricultura

5.3 Ordens de importância agrícola

6 Filo chordata

6.1 Características gerais

6.2 Relação com a agricultura

6.3 Ordens de importância agrícola

7 Filo annelida

7.1 Características gerais

7.2 Relação com a agricultura

Bibliografia Básica:

GARCIA, F.R.M. 1999. Zoologia Agrícola; manejo ecológico de pragas. E. Rigel. Porto Alegre, 248p.

GALO, D. et al. Entomologia agrícola. Piracicaba/ SP: FEALQ, 2002. 920 p.

BUZZI, ZUNDIR JOSÉ. Entomologia didática. 3.ed.rev.ampl. Curitiba/PR: Universidade Federal do Paraná, 1999. 308 p.

Bibliografia Complementar:

RAFAEL, J.A.; et al. **Insetos do Brasil: diversidade e taxonomia**. Ribeirão Preto/SP: Holos, 2012. 810 p.

Pragas de solo. CAMPINAS; PIRACICABA: ESALQ/USP, 2001. 213 p.

GULLAN, Penny J. **Os insetos: um resumo de entomologia**. 4.ed.. São Paulo/SP: Roca, 2012. 480 p.

JUNIOR, C. P. H; ROBERTS, L. S.;EINSENHOUR, D. J.; LARSON, A.; ANSON, H. Principios integrados da zoologia. Disponível em:<

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527729611>

FRANSOZO, A.; FRANSOZO, A. L. N. Zoologia dos invertebrados. Disponível em:<
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527729215>

2º SEMESTRE

Botânica Sistemática

Física

Antropologia

Bioquímica para Agronomia

Metodologia da Pesquisa

Estatística para Agronomia

Genética Vegetal e Biotecnologia

Agrometeorologia

Disciplina: Botânica Sistemática	Crédito: 04
Ementa: Confeção de herbário; Estabelecimento de relações entre os sistemas de classificação; Aplicação da nomenclatura botânica. Caracterização de criptógamas. Estudo da Sistemática de Gimnospermas e Angiospermas	
Objetivos da disciplina: Conhecer os sistemas de classificação Observar, identificar e descrever características gerais das criptógamas e fanerógamas Coletar, identificar e determinar espécies vegetais Reconhecer famílias, gêneros e espécies mais comuns e de maior interesse a Agronomia, através do treinamento com chaves dicotômicas Reconhecer a origem, importância e evolução das plantas	
Conteúdo Programático: 1 Introdução à botânica sistemática 1.1 Histórico dos sistemas de classificação 1.2 Taxonomia Vegetal 1.3 Nomenclatura Binomial 1.4 Herborização 2 Sistemática das criptógamas 2.1 Algas 2.1.1 Características gerais 2.1.2 Sistemática 2.1.3 Importância biológica e econômica 2.2 Líquens 2.2.1 Características gerais 2.2.2 Sistemática 2.2.3 Importância biológica e econômica 2.3 Briófitas 2.3.1 Características gerais 2.3.2 Sistemática 2.3.3 Importância biológica e econômica 2.4 Pteridófitas 2.4.1 Características gerais 2.4.2 Sistemática 2.4.3 Importância biológica e econômica 3 Sistemática das fanerógamas 3.1 Gimnospermas 3.1.1 Características gerais	

3.1.2 Sistemática

3.1.3 Importância biológica e econômica

Principais Famílias: Cycadaceae, Ginkgoaceae, Pinaceae, Cupressaceae, Araucariaceae, Taxodiaceae e Podocarpaceae

3.2 Angiospermas

3.2.1 Características gerais

3.2.2 Sistemática (APG III)

3.2.3 Importância biológica e econômica

Principais Famílias: Magnoliaceae, Annonaceae, Lauraceae, Amaryllidaceae, Orchidaceae, Arecaceae, Bromeliaceae, Cyperaceae, Poaceae, Vitaceae, Fabaceae, Rosaceae, Moraceae, Cucurbitaceae, Euphorbiaceae, Phyllanthaceae, Passifloraceae, Myrtaceae, Rutaceae, Malvaceae, Brassicaceae, Polygonaceae, Amaranthaceae, Solanaceae, Bignoniaceae, Asteraceae, Apiaceae.

Bibliografia Básica:

FERRI, M. G. et al. **Glossário ilustrado de botânica**. São Paulo : Nobel, 2005

LORENZI, H. **Plantas daninhas do Brasil** : terrestres, aquáticas, parasíticas e tóxicas. Nova Odessa, SP : Instituto Plantarum, 3ª ed. 2000

SOUZA, V. C.; LORENZI, H. **Botânica sistemática**: guia ilustrado para identificação das famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APG III. 3 ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2012. 768 p

Bibliografia Complementar:

JUDD, W. S. et al. **Sistemática vegetal: um enfoque filogenético**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LORENZI, H. & SOUZA, H. M. **Plantas ornamentais no Brasil** – arbustivas, herbáceas e trepadeiras. Nova Odessa, SP : Instituto Plantarum, 4ª ed., 2008.

MARCHIORI, J. N. C. **Dendrologia das Angiospermas**. Santa Maria : Ed. da UFSM, 1997 – 2000.

REITZ, R. **Flora Ilustrada Catarinense**. Herbário Barbosa Rodrigues, Itajaí – SC, 1989.

Disciplina: Física

Crédito: 02

Ementa:

Equilíbrio, dinâmica, hidrostática, hidrodinâmica, termologia, eletricidade, eletromagnetismo, ótica.

Objetivos da disciplina:

Propiciar ao acadêmico o acesso aos princípios físicos básicos para a compreensão dos aspectos dinâmicos, termológicos, elétricos e ópticos dos seres vivos; assim como fundamentar questões básicas de física, integrando uma abordagem interdisciplinar, teórico-prática e crítico-reflexiva.

Conteúdo Programático:

1 Medidas e vetores

- 1.1 A natureza da Física
- 1.2 Unidades
- 1.3 Conversão de Unidades básicas
- 1.4 Algarismos significativos e Ordem de Vetores

2 Dinâmica

- 2.1 Leis de Newton
- 2.2 Primeira Lei de Newton (Inércia)
- 2.3 Força e massa
- 2.4 Segunda Lei de Newton
- 2.5 Força gravitacional (Peso)
- 2.6 Terceira Lei de Newton
- 2.7 Força de atrito
- 2.8 Força de arraste
- 2.9 Trabalho realizado por força constante
- 2.10 Conservação da energia

3 Equilíbrio

- 3.1 Condições de equilíbrio
- 3.2 Centro de gravidade
- 3.3 Alguns exemplos de equilíbrio estático

4 Hidrostática

- 4.1 Densidade e massa específica
- 4.2 Pressão nos sólidos
- 4.3 Pressão nos líquidos
- 4.4 Empuxo e princípio de Arquimedes

5 Hidrodinâmica

- 5.1 Fluídos
- 5.2 Vazão
- 5.3 Equação de Bernoulli
- 5.4 Viscosidade e turbulência

6 Termologia

- 6.1 Equilíbrio térmico e temperatura
- 6.2 Termômetro e escalas termométricas
- 6.3 Expansão térmica
- 6.4 Quantidade de calor

- 6.5 Calorimetria e transições de fases
- 6.6 Equações de estado
- 6.7 Sistemas termodinâmicos
- 6.8 Leis da termodinâmica
- 6.9 Energia interna e primeira Lei da Termodinâmica
- 6.10 Máquinas térmicas
- 6.11 Segunda Lei da Termodinâmica
- 6.12 Ciclo de Carnot
- 6.13 Entropia

7 Eletricidade

- 7.1 Carga elétrica
- 7.2 Condutores e isolantes
- 7.3 Lei de Coulomb
- 7.4 Campo Elétrico
- 7.5 Lei de Gauss
- 7.6 Potencial Elétrico
- 7.7. Corrente elétrica, resistência e força eletromotriz
- 7.8 Associação de resistores
- 7.9 Circuitos elétricos

8 Eletromagnetismo

- 8.1 Magnetismo
- 8.2 Campo magnético
- 8.3 Motor de corrente contínua
- 8.4 Indução eletromagnética
- 8.5 Transformadores

9 Ondulatória

- 9.1 Movimento ondulatório Simples
- 9.2 Alguns sistemas oscilantes
- 9.3 Ondas eletromagnéticas

Bibliografia Básica:

- HALLIDAY, D. ; RESNICK, R.. Física. Rio de Janeiro: LTC, 1984
- HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física: 3: eletromagnetismo. Rio de Janeiro: LTC, 2019 *
- RESNICK, R. ; HALLIDAY, D.. Física. Rio de Janeiro: LTC, 1984
- TIPLER, Paul A.. Física para cientistas e engenheiros: eletricidade e magnetismo. Rio de Janeiro: Guanabara, 2017 *
- TIPLER, Paul A.. Física para cientistas e engenheiros: gravitação, ondas e termodinâmica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2017 *

TIPLER, Paul A.. Física para cientistas e engenheiros: mecânica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2017 *

TIPLER, Paul A.. Física para cientistas e engenheiros: ótica e física moderna. Rio de Janeiro: Guanabara, 2017 *

Bibliografia Complementar:

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; KRANE, Kenneth S.. Física 3. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996

MOREIRA, Argus. Eletromagnetismo. Rio de Janeiro: Almeida Neves-Editores, 1971 (1 livro físico)

SEARS, Francis Weston; ZEMANSKY, Mark W.. Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1963 (1 livro físico)

- Minha Biblioteca (Livro digital)

Disciplina: Antropologia

Crédito: 02

Ementa:

Introdução às principais teorias antropológicas. Antropologia Cultural e Antropologia Social. Objeto Antropológico. A Evolução da Antropologia. O Produto Antropológico. A Prática Antropológica. O Futuro da Antropologia. As contribuições da Antropologia para a pesquisa e a prática.

Objetivos da disciplina:

Fornecer elementos que proporcionem a compreensão do homem em suas dimensões principalmente social e cultural, estimulando o aluno à reflexão antropológica, ampliando a percepção dos fatos que envolvem a sociedade contemporânea, nos seus mais variados aspectos (comportamento, modos de representação, laços identitários, entre outros) a partir do aprendizado da **Antropologia**, e assim refletindo sobre a prática do profissional diante dessas representações.

Desenvolver no aluno a capacidade de compreensão e reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da cultura e a posição do homem na sociedade;

Introduzir e fomentar a discussão antropológica no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), através da compreensão dos conceitos antropológicos;

Ressaltar a importância do estudo da antropologia como um importante componente curricular para o conhecimento nos cursos.

Conteúdo Programático:

1 A constituição do campo da antropologia

1.1 Conceito, objeto, objetivo, divisões e campo da antropologia (antropologia física e cultural).

1.2 Ciências afins: sociologia, psicologia, economia, política e outras ciências.

2 Métodos da Antropologia

2.1 Métodos histórico, estatístico, etnográfico, comparativo ou etnológico, monográfico ou estudo de caso, genealógico e funcionalista.

3 Técnicas de pesquisa da Antropologia

3.1 Observação, entrevista e formulário.

4 Cultura

4.1 Natureza da cultura: conceituação, localização da cultura e essência da cultura (ideias, abstrações e comportamento).

4.2 Classificação da cultura: material (ergologia) e imaterial (aspectos antropológicos); cultura real e ideal.

4.3 Componentes da cultura: conhecimentos, crenças, valores, normas e símbolos.

4.4 Processos culturais/mudança cultural: inovação, aceitação social, eliminação seletiva e integração cultural

4.5 Difusão cultural

4.6 Aculturação: assimilação, sincretismo, transculturação e endoculturação;

5 Origens da Humanidade

5.1 Evolução humana.

5.2 Eras e períodos geológicos: Períodos, Clima e Glaciações

5.3 Classificação zoológica do homem: Primatas, Fósseis humanos e processos de datação.

5.4 Raças humanas: Conceituação; Critérios de classificação; Fatores de diferenciação (seleção natural, mutação, isolamento, pendor genético, hibridação, seleção sexual e seleção social).

6 Passado cultural do Homem

6.1 Fases evolutivas do homem: fases de transformações da humanidade e Ser humano adaptável culturalmente

6.2 Desenvolvimento biológico do homem.

6.3 Desenvolvimento cultural do homem.

7 Organização Econômica

7.1 Conceituação

7.2 Técnicas de sobrevivência: coleta, caça e pesca, forragem intensiva, agricultura incipiente, pastoreio, agricultura intensiva e origem dos grãos;

7.3 Características dos sistemas econômicos primitivos;

7.4 Organização da produção;

7.5 Divisão do trabalho: sexo, idade, status ou classe social e especialidade ou aptidão.

8 O indígena Brasileiro

8.1 O índio e a realidade brasileira

8.2 Origens: antigos povoadores americanos e antigos povoadores do Brasil.

9 Culturas Negras no Brasil

9.1 Aspectos históricos

9.2 Origens africanas

9.3 Contribuição cultural dos negros.

Bibliografia Básica:

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Marina de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução** MARCONI. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ULLMANN, Reinhold. **Antropologia Cultural**. Porto Alegre, 1980.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

Disciplina: Bioquímica para a Agronomia **Crédito:** 04

Ementa:

Introdução à bioquímica. Aminoácidos. Proteínas. Enzimas. Carboidratos. Lipídios. Óxido-reduções biológicas. Biologia molecular.

Objetivos da disciplina:

Aprender, identificar, comparar e explicar as funções de substâncias orgânicas nos organismos vivos, bem como suas estruturas, organização e transformações que ocorrem nas células, destacando a integração entre os fenômenos bioquímicos.

Conteúdo Programático:**Introdução a Bioquímica**

1.1 Composição básica dos seres vivos, rotas metabólicas, energia livre, fluxo dos elétrons na natureza;

2 Aminoácidos e Proteínas

2.1 Estrutura e Propriedades dos aminoácidos.

2.2 Funções, propriedades, ligação peptídica, estrutura das proteínas.

3 Enzimas

3.1 Definição, natureza química, estímulos, fatores que afetam a atividade enzimáticas.

4 Glicídios

4.1 Estrutura, funções, classificação;

5 Lipídios

5.1 Estrutura, funções, classificação;

6 Óxido reduções biológicas

6.1 Conceitos básicos;

6.2 Cadeia respiratória; armazenamento de ATP;

6.3 Compostos ricos em energia;

6.4 Rendimento energético;

6.5 Oxidação da glicose –

6.6 Glicólise,

6.7 Ciclo de Krebs,

6.8 Ciclo do glioxilato e

6.9 Ciclo das pentoses;

6.10 Biossíntese dos glicídios,

6.11 Ácidos graxos e de triglicerídios;

6.12 Degradação de triglicerídios – oxidações alfa e beta;

6.13 Metabolismo dos aminoácidos, proteínas e do Nitrogênio;

6.14 Balanço energético, regulação metabólica.

7 Biologia Molecular

7.1 Ácidos nucleicos, duplicação do DNA, transcrição e síntese proteica.

Bibliografia Básica:

CHAMPE, PAMELA C. **Bioquímica ilustrada**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LEHNINGER, A.L.; NELSON, D.L.; COX, M.M. **Princípios de Bioquímica**. 3ª ed. São Paulo: Sarvier, 2002.

VOET, D. **Fundamentos de Bioquímica**. Porto Alegre: Artmed, 2002

Bibliografia Complementar:

BRANCHT, A. & ISHII-IWAMOTO, E.L. **Métodos de Laboratório em Bioquímica**. São Paulo: Manole, 2003.

CISTERNAS, J. R.; VARGA, J.; MONTE, O. **Fundamentos de bioquímica experimental**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001.

REMIÃO, J.O.R.; **Bioquímica: guia de aulas práticas**. Porto Alegre: PUC-RS, 2003.

RODWELL V.W; BENDER D.A, BROTHAM K. M., KENNELLY P.J, WEIL P.A.

Bioquímica Ilustrada de Harper. 30ª Ed. 2015. Biblioteca online

MARZZOCO A, TORRES B.B. **Bioquímica Básica**. 4ª Ed. Guanabara Koogan, 2015. Biblioteca online.

Sites:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1807-8621&nrm=iso&rep=&lng=pt – Acta Scientiarum.Agronomy

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_serial&pid=1405-3195&nrm=iso&rep=&lng=pt - Agrociência

Disciplina: Metodologia da Pesquisa	Crédito: 04
Ementa: Estudo da origem do conhecimento e da cientificidade, a importância do método científico e os tipos de pesquisa existentes. Pressupostos de ser/tornar-se um sujeito pesquisador, compreendendo os diferentes processos de uma pesquisa, desde o seu planejamento até a socialização de seus resultados.	
Objetivos da disciplina: Identificar os tipos de conhecimentos que possibilitam ao homem a compreensão e transformação do mundo. Oportunizar condições e oferecer situações para que o acadêmico possa conhecer e utilizar o método científico a fim de obter conhecimento. Conhecer fundamentos epistemológicos e técnicos (normas) da metodologia para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, como: Projetos de Pesquisa; Comunicação Científica; Textos científicos. Conhecer as normas da ABNT referentes a citações, referências e normas gráficas de apresentação de trabalhos. Dinamizar ações práticas através da realização de pesquisas, transferindo para a prática o que aprendeu na teoria.	
Conteúdo Programático: 1 Introdução à pesquisa científica 1.1 Ciência, suas aplicações e discussões acerca de suas bases 1.2 O papel da pesquisa na resolução dos problemas da sociedade 1.3 Tipos de conhecimento 1.4 O método científico 2 A pesquisa e seu projeto 2.1 O processo de pesquisa 2.2 O problema de pesquisa 2.3 Os objetivos da pesquisa 2.4 Justificando o trabalho científico 2.5 Construção das hipóteses e operacionalização das variáveis 2.6 Referencial teórico e normatização ABNT E UNICRUZ 2.7 Procedimentos metodológicos (delineamento da pesquisa) 2.7.1 Os tipos de pesquisa	

2.8 Resultados, discussões e considerações finais.

3 Formas de divulgação da pesquisa

3.1. O Relatório final de pesquisa, o Resumo, a Resenha e o Artigo científico.

3.2.1.A estrutura dos trabalhos

3.2.2 A redação e as regras de apresentação e referenciação bibliográfica.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A; da SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, A. R. Metodologia Científica. A Construção do conhecimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&M editora, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1988.

KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA - UNICRUZ. Manual de normalização : estrutura e normalização de trabalhos científicos - conclusão de curso, dissertações e teses. 3.ed. Cruz Alta: UNICRUZ, 2013.

VERGARA, Silvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Estatística para Agronomia **Créditos:** 02

Ementa:

Esta disciplina contempla conhecimentos estatísticos básicos como: séries estatísticas sua organização e apresentação, medidas de posição e dispersão, correlação e regressão, cálculo de probabilidade e distribuição de probabilidades que permitem ao acadêmico tomar decisões a partir de dados coletados, organizados e analisados.

Objetivos da disciplina:

Capacitar o aluno na coleta, organização, descrição, análise e interpretação de dados estatísticos através do conhecimento dos conceitos básicos de estatística e do reconhecimento de sua importância no fato científico de estudos e problemas.

Conteúdo Programático:

- 1 Conceitos Fundamentais
- 2 Séries Estatísticas
- 3 Distribuição de frequências
- 4 Medidas de posição
- 5 Medidas de dispersão
- 6 Noções de correlação e regressão
- 7 Probabilidades
- 8 Distribuições de probabilidades.

Bibliografia Básica:

BARBETTA, Pedro Alberto; BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes. **Estatística:** para os cursos de engenharia e informática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando Excel.** 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

TRIOLA, M. F. **Introdução a estatística.** 11.ed. Rio de Janeiro: LTC: 2014.

Bibliografia Complementar:

Costa Neto, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística.** 15.reimpr.. São Paulo/SP: Edgard Blucher, 1997.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Francisco Estevam Martins de. **Estatística e probabilidade com ênfase em exercícios resolvidos e propostos** – 3. ed. – Rio de Janeiro : LTC, 2017.
[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521633846/epubcfi/6/16\[vnd\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521633846/epubcfi/6/16[vnd]).

Pereira, Wilson. **Estatística:** conceitos básicos. 2.ed.. São Paulo/SP: McGraw-Hill, 1990. 341 p. (7 exemplares)

ROSNER, Bernard. **Fundamentos de bioestatística.** Tradução: Noveritis do Brasil ; revisão técnica: Magda Pires. – São Paulo, SP : Cengage Learning, 2016.
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522126668/pageid/2>

Disciplina: Genética Vegetal e Biotecnologia**Crédito:** 04**Ementa:**

Genética na Agronomia. Bases químicas da hereditariedade: ácidos nucleicos, replicação, transcrição, genes; código genético; síntese proteica, mutação e mecanismos de reparo do DNA. Genética Molecular e Biotecnologia. Bases físicas da hereditariedade: cromossomos, cariótipo, meiose. Alterações cromossômicas estruturais e numéricas. Distribuição dos genes: mono e diíbrido, interações gênicas, alelos múltiplos, ligação e mapeamento gênico, efeito materno,

macho-esterilidade; expressão gênica. Expressividade. Genética dos caracteres quantitativos. Genética de populações. Equilíbrio de Hardy-Weinberg. Frequências gênicas, fatores evolutivos e mecanismos de evolução.

Objetivos da disciplina:

Identificar os princípios básicos da genética, relacionando-se com os aspectos pertinentes a sua formação profissional.

Conteúdo Programático:

1 Genética na agronomia: melhoramento vegetal e animal

2 Bases químicas da hereditariedade

2.1 Ácidos nucleicos: estrutura e composição. Replicação e Transcrição

2.2 Genes; código genético; síntese protéica.

2.3. Mutações e mecanismos de reparo do DNA

3 Bases físicas da hereditariedade

3.1 Organização do material genético -cromossomos: estrutura; classificação; cariótipo

3.2 Mitose; Meiose; Gametogênese.

3.3 Alterações cromossômicas estruturais e numéricas

3.4 Citogenética vegetal

4 Mecanismo de distribuição dos genes

4.1 Mono e diíbrido, interações gênicas, alelos múltiplos,

4.2 Ligação e mapeamento gênico

4.3 Herança extranuclear; efeito materno, macho-esterilidade

5 Expressão gênica

5.1. Penetrância e Expressividade.

6 Herança quantitativa

6.1 Genética dos caracteres quantitativos

7 Genética de populações

7.1 Equilíbrio de Hardy-Weinberg

7.2 Frequências gênicas em populações

7.3 Fatores evolutivos, mecanismos de evolução

8 Genética molecular

8.1 DNA Recombinante

8.2 Produtos gênicos: plantas e animais transgênicos

Bibliografia Básica

GRIFFITHS, A. J.; GELBART, W. M., MILLER, J.H.; LEWONTI, R.C.; Genética Moderna. Guanabara-Koogan, RJ. 2001.

OTTO, Priscila Guimarães. Genética básica para veterinária. São Paulo/SP: Roca, 3.ed. 2000.
 RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. Biologia vegetal. 6.ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Bibliografia Complementar

BROWN, T.A. Genética: um enfoque molecular. E.ed. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 1999.

NICHOLAS, F. W. Introdução à genética veterinária. Porto Alegre/RS: Artmed, 1999.

PIMENTA, C.A.M.; LIMA, J.M. Genética aplicada à biotecnologia. - São Paulo: Érica, 2015

RAMALHO, M.; SANTOS, J.B . ; Pinto, C.B. Genética na Agropecuária. 5° ed. Editora Globo. São Paulo, 2000

TORRES, Antonio Carlos; CALDAS, Linda Styer; BUSO, José Amauri. Cultura de tecidos e transformação genética de plantas. Brasília: v.2. EMBRAPA-SPI, 1999.

Disciplina: Agrometeorologia

Crédito: 04

Ementa:

Introdução à climatologia agrícola. Relações terra-sol e suas influências sobre os vegetais e animais. Atmosfera. Estações meteorológicas. Elementos do clima de importância agropecuária. Balanço e classificações climáticas.

Objetivos da disciplina:

Utilizar as técnicas de observação e analisar os elementos meteorológicos e climáticos e identificar sua influência nas atividades agrícolas.

Conteúdos Programáticos:

1 Introdução a agrometeorologia

1.1 Histórico

1.2 Organizações nacionais e mundiais

1.3 Conceitos básicos

2 Relação terra-sol e suas influências sobre vegetais e animais

3 Atmosfera

3.1 Composição

3.2 Estrutura

3.3 Importância

4 Elementos do clima de importância agropecuária

Importância, conceituação física, instrumental e sua instalação. Metodologia da observação e registro e análise temporal de:

4.1 Radiação solar e terrestre

- 4.2 Temperatura do solo
- 4.3 Temperatura do ar
- 4.4 Vento
- 4.5 Umidade do ar
- 4.6 Precipitações: chuva e granizo
- 4.7 Orvalho
- 4.8 Geadas
- 4.9 Evaporação e evapotranspiração.

5 Balanço hídrico

6 Classificação climática

- 6.1 Fatores e elementos do clima.
- 6.2 Classificação de Köppen
- 6.3 Aplicação na área agrônômica
- 6.4 Clima do Rio Grande do Sul

7 Estações meteorológicas

Bibliografia Básica:

BERGAMASCHI, Homero (coord.); BERLATO, Moacir a.; MATZENAUER, Ronaldo [et al].

Agrometeorologia: aplicada à irrigação. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

INMET(Instituto Nacional de Meteorologia).**Agrometeorologia dos cultivos: o fator meteorológico na produção agrícola.** 1.ed.. BRASÍLIA/SÃO PAULO: 2009. 530 p.

PEREIRA, Antonio Roberto.**Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas.**

GUAÍBA: Agropecuária, 2002. 478 p.

Bibliografia Complementar:

Bioclimatologia vegetal. São Paulo/SP: CERES, 1981. 440 p

Climatologia. Barcelona/ESP: Oikos-Tau, 1975.

Climatologia do Brasil. 2. ed.. RIO DE JANEIRO: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1989. 421 p. ISBN 8524002824

Introdução à climatologia para os trópicos. RIO DE JANEIRO: Bertrand Brasil, 1988.

Revista Brasileira de Agrometeorologia.

3° SEMESTRE

Topografía I

Pedología I

Máquinas Agrícolas

Fisiología Vegetal I

Bromatología para Agronomía

Entomología Agrícola

Disciplina: Topografia I	Crédito: 04
Ementa: Conceitos de topografia e geodésia, escalas, definição de plantas, cartas e mapas, medidas utilizando trena e baliza; medidas angulares, rumo e azimute, planimetria, cálculo de áreas, altimetria e topologia.	
Objetivos da disciplina: Apresentar ao aluno a teoria e a prática da topografia e Geodésia como ciências. Relacionar a topografia com as demais disciplinas do curso, mostrando a sua importância como ferramenta para o desenvolvimento de projetos e apoio na tomada de decisões.	
Conteúdo Programático: <ol style="list-style-type: none"> 1 Introdução: Conceitos e divisão de Topografia e Geodésia, áreas de atuação, importância e finalidade. Superfícies de Referência: plano topográfico, elipsóide de revolução, esfera e geóide; 2 Escalas: Conceito e cálculo de escalas. Resolução gráfica, planta, carta e mapa e suas diferenças; 3 Medidas de um levantamento topográfico: Medidas lineares: distância horizontal, inclinada e vertical. Medidas angulares: ângulo horizontal, ângulo vertical. Medidas de superfície: área; 4 Ângulos horizontais: Definição e cálculo de rumo e azimute. Transformação de rumo em azimute e vice versa. Obtenção de rumo e azimute através de coordenadas. 5 Planimetria: Definição de planimetria, obtenção de coordenadas topográficas pelos métodos de irradiação e Poligonação. Cálculo analítico de áreas; 6 Altimetria: Definição, cota e altitude, nivelamento geométrico simples e composto, nivelamento trigonométrico e taqueométrico, construção de perfis e curvas de nível. 7 Topologia: Estudo das feições e do modelado terrestre. 	
Bibliografia Básica: SILVA, DA. I.; SEGANTINE, P. C. L.; Topografia para Engenharia teoria e prática de Geomática. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. Topografia- Altimetria. 3. ed. UFV, 2008. MILANI, E. J.; SEBEM, E.; AMARAL, L. P.; MILANI, M. Topografia Aplicada. 1ª Ed. Cespól, Santa Maria/RS, 2016.	

Bibliografia Complementar:

BORGES. A. C. **Topografia Aplicada a Engenharia Civil**. Vol. 2, São Paulo, 1997.

BORGES. A. C. **Exercícios de Topografia**. 3ª Ed. São Paulo, 1975.

CORDÃO, C. **Topografia**. 6ª Ed. Belo Horizonte, 1985.

PIEIDADE, G. C. R.; GILBERTO, J. G. **Topografia Aplicada às Ciências Agrárias**. 5. ed. São Paulo, 1984.

RUIZ, J. Z.; T. **Topografia: Prática do construtor**. 3ª Ed. Barcelona, 1992.

Disciplina: Pedologia I

Crédito: 04

Ementa:

Introdução. Composição do solo. Propriedades químicas do solo. Propriedades físicas do solo. Matéria orgânica. Água no solo. Morfologia do solo. Gênese do solo.

Objetivos da disciplina:

Fazer com que o aluno, ao final do curso, compreenda a formação do solo e prever suas características e seu comportamento; relacionar a constituição mineral e orgânica do solo com suas propriedades e seu comportamento; relacionar as propriedades e processos químicos, físicos e biológicos do solo com sua formação e interpretar a interação desses como determinantes do comportamento do solo para uso agrícola e não agrícola.

Conteúdo Programático:**1 Introdução à Ciência do Solo**

- 1.1 Histórico e evolução da ciência do solo;
- 1.2 Importância do estudo da ciência do solo;
- 1.3 Pedosfera, solo e relação solo-paisagem.

2 Composição da Crosta Terrestre e do Solo

- 2.2 Constituição litológica da crosta terrestre: Minerais e rochas;
- 2.3 Principais minerais e suas propriedades;
- 2.4 Formação e características de rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas;
- 2.5 Distribuição das rochas no Rio Grande do Sul;
- 2.6 Intemperismo físico, químico e químico-biológico.

3 Composição do solo

- 3.1 Fases gasosa, líquida e sólida;
- 3.2 Mineralogia da fração argila;
- 3.3 Relação da mineralogia com propriedades físicas e químicas do solo.

4 Propriedades Químicas do Solo

- 4.1 Propriedades coloidais: Área Superficial Específica; Cargas elétricas; Flocculação e dispersão de colóides;

4.2 Adsorção e troca de íons: Capacidade de troca de cátions, Bases trocáveis, Acidez da solução do solo, Determinação das bases trocáveis, da acidez de troca na solução do solo e pH).

5 Propriedades Físicas do Solo

5.1 Textura: conceito, classificação, determinação em laboratório e campo, relação com outras propriedades do solo

5.2 Estrutura: conceito, gênese, classificação, avaliação em laboratório e campo, relação com outras propriedades do solo, degradação e recuperação da estrutura do solo.

5.3 Densidade de partículas e do solo e porosidade: Conceito, Determinação.

5.4 Consistência do solo: conceito, forças de adesão e coesão, importância da consistência para o manejo do solo, determinação no laboratório e no campo.

6 Matéria orgânica do solo:

6.1 Composição química elementar da matéria orgânica e de substâncias húmicas;

6.2 Propriedades físico-químicas da matéria orgânica;

6.3 Distribuição do teor de matéria orgânica nos solos em função de condições ambientais.

7 Água no solo:

7.1 Energia e potencial de água do solo;

7.2 Infiltração e drenagem de água;

7.3 Condutividade hidráulica e fluxo de água em solo;

7.4 Disponibilidade de água às plantas e armazenamento de água;

8 Morfologia do Solo

8.1 Conceitos;

8.2 Horizontes pedogênicos: simbologia usada na identificação dos horizontes;

8.3 Características morfológicas do perfil do solo;

8.4 Características ambientais;

8.3 Descrição do perfil do solo.

9 Pedogênese (Gênese do Solo)

9.1 Processos gerais de formação do solo e diferenciação dos horizontes do solo.

9.2 Processos específicos de formação do solo;

9.3 Fatores de formação do solo: Material de origem, Clima, Relevo, Organismos vivos, Tempo.

Bibliografia Básica:

KER, J.C.; CURI, N.; SCHAEFER, C.E.G.R.; TORRADO, P.V. (eds.) **Pedologia:**

Fundamentos. Viçosa-MG: SBCS, Viçosa, 2012. 343p.1.

OLIVEIRA, J. B. D. **Pedologia aplicada.** Jaboticabal-SP, FUNEP-UNESP, 2001. 414p.

PRADO, HÉLIO DO. **Pedologia fácil:** aplicações. 3.ed.rev.ampl.. Piracicaba/ SP: H. do Prado, 2011. 180 p. ISBN 9788590133025.

Bibliografia Complementar:

BRADY, C., N., WEIL, R., R. **Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos.** [Minha

Biblioteca]. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837798/>

KIEHL, E. J. **Manual de edafologia: Relações solo-planta**. São Paulo-SP, Ceres, 1979. 262p.

KLEIN, V.A. **Física do solo**. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014. 263p.

SBCS/EMBRAPA. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 2a. ed. Campinas-SP, SBCS-EMBRAPA, 1984. 46p.

WHITE, R. E. **Princípios e práticas da ciência do solo: o solo como um recurso natural**. 4.ed.. São Paulo/SP: Organização Andrei, 2009. 426 p.

Disciplina: Máquinas Agrícolas **Crédito:** 04

Ementa:

Voltada diretamente a profissionalização do acadêmico, subsidiando-o para o entendimento da formação do parque de máquinas e implementos, segurança, ergonomia e dimensionamento econômico em máquinas agrícolas adequando-as aos sistemas de manejo de solo e culturas utilizados. Essa formação será concluída com a disciplina de mecanização agrícola.

Objetivos da disciplina:

Reconhecer a constituição, o funcionamento, às regulagens, a manutenção e a segurança de máquinas e implementos agrícolas, visando à correta utilização das mesmas, o dimensionando as máquinas conforme a necessidade da lavoura visando os aspectos de segurança e ergonomia.

Conteúdo Programático:

1 Tratores e motores

- 1.1 Histórico da Mecanização
- 1.2 Trator
 - 1.1.1 Classificação
 - 1.1.2 Acoplamentos
 - 1.1.3 Rodados
 - 1.1.4 Transmissão de potência
 - 1.1.5 Manutenção
 - 1.1.6 Segurança e manejo
- 1.2 Motores
 - 1.2.1 Tipos
 - 1.2.2 Princípios de funcionamento
 - 1.2.3 Sistemas básicos de funcionamento
 - 1.2.4 Combustíveis e lubrificantes
 - 1.2.5 Teoria da tração e mecânica do chassi

2 Implementos de preparo do solo

- 2.1 Aspectos do preparo do solo
- 2.1 Preparo inicial do solo

- 2.2 Preparo periódico do solo
- 2.2.1 Primário: arados, escarificadores e subsoladores
- 2.2.2 Secundário: grades, frezadoras (enxadas rotativas) e rolo-faca

3 Máquinas para implantação de culturas

- 3.1 Semeadora
- 3.1 Plantadora
- 3.2 Transplantadora
- 3.3 Distribuidores de corretivos e fertilizantes
- 3.3.1 À lanço
- 3.3.2 Em linha

4 Máquinas para condução de culturas

- 4.1 Para tratos culturais mecânicos
- 4.1 Para tratos culturais químicos

5 Máquinas de colheita

- 5.1 Para grãos e cereais
- 5.1.1 Colhedora autopropelida
- 5.1.2 Espigadora
- 5.2 Para feno
- 5.2.1 Segadora
- 5.2.2 Acondicionadora
- 5.2.3 Enleirador-revolvedor
- 5.2.4 Enfardadora
- 5.3 Para silagem
- 5.3.1 Recolhedor
- 5.3.2 Picador
- 5.3.3 Elevador
- 5.3.4 Transportador
- 5.4 Para fibras, caules e raízes

6 Perdas mecânicas na colheita

Bibliografia Básica:

- BALASTREIRE, Luiz Antônio. **Máquinas Agrícolas**. São Paulo: Manole, 1990.
- GALETI, Paulo Anestar. **Mecanização Agrícola: preparo do solo**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1981.
- MACHADO, Antônio Lilles Tavares et al. **Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratos culturais**. Pelotas: Universitária/UFPel, 1996.

Bibliografia Complementar:

- PORTELLA, José Antônio. **Colhedoras para trigo: mecanismos, regulagens, perdas**. Passo Fundo: EMBRAPA-CNPT, 1998.

REIS, Ângelo Vieira dos. **Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes**. Pelotas: Universitária, 1999.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Máquinas de plantar**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Preparo do solo: implementos corretos**. São Paulo: Globo, 1989.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Os cuidados com o trator**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

Disciplina: Fisiologia Vegetal I

Crédito: 04

Ementa:

Relações Hídricas, Nutrição Mineral, Transporte no Floema, Crescimento e Desenvolvimento, Reguladores de Crescimento, Germinação, Movimentos Vegetais.

Objetivos da disciplina:

Desenvolver nos acadêmicos o espírito de análise crítica, para que os mesmos possam, ao adquirir os conhecimentos da disciplina, interpretar todas as reações metabólicas e relacioná-las com aspectos de crescimento, desenvolvimento e reprodução dos vegetais, buscando alternativas de manejo fisiológico para o aumento da produtividade agrícola com diminuição de custos.

Conteúdo Programático:

1 Relações Hídricas

- 1.1 Propriedades físico-químicas da água.
- 1.2 Importância e funções da água.
- 1.3 Potencial de água.
- 1.4 Absorção de água pelas raízes.
- 1.5 Transporte de água no sistema solo-planta-atmosfera.
- 1.6 Processos do movimento da água.
- 1.7 Transpiração e fatores que a afetam.
- 1.8 Mecanismos e controle do movimento estomático.

2 Nutrição Mineral

- 2.1 Elementos minerais no ar e na solução do solo.
- 2.2 Macro e micronutrientes.
- 2.3 Deficiência de nutrientes nas plantas.
- 2.4 Processo ativo e passivo de absorção.

3 Transporte no floema

- 3.1 Mobilização e uso de assimilados.
- 3.2 Substâncias transportadas.
- 3.3 Mecanismos de transporte no floema.

4 Crescimento e desenvolvimento.**5 Reguladores de crescimento**

5.1 Auxinas, citocininas, giberelinas, etileno, ácido abscísico.

5.2 Substâncias sintéticas.

6 Germinação em sementes

6.1. Processo de germinação.

6.2. Dormência e quiescência.

6.3. Fatores que influenciam a germinação.

7 Movimentos vegetais

7.1 Tropismos: fototropismo, gravitropismo, tigmotropismo, hidrotropismo, quimiotropismo.

7.2 Nastismo: epinastismo, hiponastismo, termonastismo, hidronastismo, tigmonastismo, nictinastismo.

7.3 Nutação.

Bibliografia Básica:

ELMAR, Luiz. **Fisiologia das Plantas Cultivadas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

FERRI, Mário Guimarães. **Fisiologia vegetal**. 2.ed.rev.atual.. São Paulo/SP: EPU, 2004. v.1.

FLOSS, TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar:

HALL, David Cakley; RAO, K. K.. **Fotossíntese**. São Paulo : EPU, 1980

KLUGE, Ricardo Alfredo; NACHTIGAL, Jair Costa; FACHINELLO, José Carlos [et all].

Fisiologia e manejo pós-colheita de frutas de clima temperado. Pelotas : UFPel, 1997.

KUDREV, Todor Georgiev. **Água: vida das plantas**. Guaíba : Agropecuária, 1994

LARCHER, Walter.. **Ecofisiologia vegetal**. São Paulo: EPU, 1986.

REICHARDT, Klaus. **Água em sistemas agrícolas**. São Paulo : Manole, 1987. 188p

Disciplina: Bromatologia para Agronomia **Créditos:** 04

Ementa:

Estudo químico e nutricional dos constituintes fundamentais dos alimentos. Análise dos alimentos. Degradabilidade e digestibilidade. Avaliação do valor energético dos alimentos. Principais alimentos utilizados na alimentação animal.

Objetivos da disciplina:

Proporcionar ao acadêmico, a construção do conhecimento teórico e prático que possibilite a sua compreensão sobre os alimentos utilizados na alimentação animal. De modo que tenha a

possibilidade de proceder a análise bromatológica dos alimentos e a partir destes dados orientar programas de uso destes na alimentação animal de uma forma racional e econômica.

Conteúdo Programático:

1 Introdução

- 1.1 Introdução à Bromatologia
- 1.2 Conceitos básicos
- 1.3 Divisão e definições

2 Amostragem

- 2.1 Tipos de amostragem
- 2.2 Coleta e preparo de amostra
- 2.3 Envio de amostra

3 Análise dos alimentos

- 3.1 Água nos alimentos
 - 3.1.1 Pré-secagem
- 3.2 Método Weend
 - 3.2.1 Determinação da umidade
 - 3.2.2 Determinação de cinzas
 - 3.2.3 Determinação de Extrato etéreo (gordura bruta)
 - 3.2.4 Determinação de Proteína bruta
 - 3.2.5 Determinação de Fibra bruta
- 3.2 Método de Van Soest
 - 3.2.1 Determinação de Fibra em detergente neutro (FDN) e Fibra em detergente ácido (FDA)

4 Avaliação do valor energético dos alimentos

- 4.1 Calorimetria
- 4.2 Energia Bruta, digestível, metabolizável e líquida
- 4.3 Nutrientes Digestíveis Totais

5 Principais alimentos utilizados na alimentação animal

- 5.1 Classificação
- 5.2 Caracterização

Bibliografia Básica:

- ANDRIGUETTO, J. M. et al. **Nutrição Animal / As Bases e os Fundamentos da Nutrição Animal**. São Paulo: Nobel, 2002, 395p.
- ANDRIGUETTO, J. M. et al. **Nutrição Animal / Alimentação Animal**. São Paulo: Nobel, 1983, 425p.
- SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. **Análises de Alimentos. Métodos Químicos e Biológicos**. Viçosa, MG: UFV, 2002. 3.ed. 235 p.

Bibliografia Complementar:

LEES, R. **Análisis de los alimentos. Métodos Analíticos y de control de calidad.** Editorial Acribia. 2 ed. Zaragoza. Espanha.

MAYNARD, L. A.; LOOSLI, J. K.; HINTZ, H. F.; WARNER, F. **Nutrição Animal.** Livraria Freitas Bastos S.A. 3.ed. 1984. Printed in Brazil.

Revista Brasileira de Zootecnia (ISSN 1516-3598).

Ciência Rural (ISSN 1678-4596).

Pesquisa Agropecuária Brasileira (ISSN 1678-3921).

Disciplina: Entomologia Agrícola I

Créditos: 04

Ementa:

Morfologia e fisiologia geral dos insetos. Classificação, filogenia e identificação dos insetos. Métodos de amostragem, coleta e preservação. Biologia, ciclos de vida, aspectos ecológicos e evolutivos. Ecologia de insetos. Entomologia, sustentabilidade e meio ambiente; Manejo integrado de pragas. Análise de dados Entomológicos.

Objetivos da disciplina:

Possibilitar o estudo dos princípios e conceitos da Entomologia Geral.

Conteúdo Programático:

1 Introdução à Entomologia

- 1.1. Aparecimento e Evolução da Classe Insecta
- 1.2. Etimologia, Conceitos e Divisão Entomológica
- 1.3. Coleta, Montagem e Conservação de Insetos

2 Classificação e nomenclatura de insetos

- 2.1. Ordens de Importância Agrícola
- 2.2. Isoptera
- 2.3. Dermaptera
- 2.4. Orthoptera
- 2.5. Thysanoptera
- 2.6. Hemiptera
- 2.7. Neuroptera
- 2.8. Coleoptera
- 2.9. Diptera
- 2.10. Lepidoptera
- 2.11. Hymenoptera

2.2. Ordens de importância no ecossistema.

3 Anatomia, fisiologia, reprodução e desenvolvimento de insetos

- 3.1. Anatomia Externa e Interno de Insetos

- 3.2. Fisiologia de Insetos
 3.3. Reprodução e Desenvolvimento dos Insetos

4 Ecologia de insetos

- 4.1. Autecologia
 4.2. Sinecologia
 4.3. Dinâmica de populações
 4.4. Interação inseto-planta
 4.5. Entomologia, sustentabilidade e meio ambiente
 4.6. Manejo Integrado de Pragas
 4.7. Análise de dados Entomológicos

Bibliografia Básica:

- CAMARGO, A.J.A. **Coleções entomológicas: legislação brasileira, coleta, curadoria e taxonomia para as principais ordens**. Brasília: Embrapa, 118p. 2015. Disponível em: http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2015/livros/amabilio_01.pdf
 GALLO, D. et al. **Manual de Entomologia Agrícola**. ESALQ, Piracicaba, 920 p. 2002.
 RAFAEL, J.A. et al. (Eds.). **Insetos do Brasil: Diversidade e Taxonomia**. Ribeirão Preto. Holos Editora, 2012. 810 p.

Bibliografia Complementar:

- BEGON, M.; TOWNSEND, C.R.; HARPER, J. L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. Artmed Editora, 2009. 757p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309545>.
 COSTA LIMA, A.M. **Insetos do Brasil**. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Agronomia, 1939-1962. 12 v. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo01.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo02.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo03.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo04.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo05.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo06.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo07.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo08.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo09.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo10.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo11.pdf>>; <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo12.pdf>>.
 GARCIA, F.R.M. **Zoologia agrícola: manejo ecológico de pragas**. 4ª ed.. Porto Alegre/RS: Rigel, 2014. 256 p.
 GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M.; FOX, G. A. **Ecologia Vegetal-2**. Artmed Editora, 2009. 589 p. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536320045>.

GULLAN, P.J.; CRANSTON, P.S. **Insetos: fundamentos da entomologia**. 5ª ed. São Paulo, Roca, 2017. 432p. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731188>.

MOYES, C.D.; SCHULTE, P.M. **Princípios de fisiologia animal**. Artmed Editora, 2009. 790p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536323244>.

RUPPERT, E.E. **Zoologia dos invertebrados**. 6.ed.. São Paulo/SP: Roca, 1996. 1029 p.

SILVEIRA NETO, S. et al. **Manual de Ecologia dos Insetos**. Ceres, 419 p. 1976.

TAIZ, L. et al. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. Artmed Editora, 2017. 858p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582713679>.

TRIPLEHORN, C. A.; JOHNSON, N. F. **Estudo dos insetos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage, 2015. 763p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124978>.

4° SEMESTRE

Sociologia para Agronomia

Pedologia II

Fisiologia Vegetal II

Microbiologia Agrícola

Nutrição Animal

Topografia II

Disciplina: Sociologia para Agronomia	Crédito: 04
<p>Ementa:</p> <p>O estudo da origem histórica da sociologia ao pensamento sociológico na sociedade contemporânea. A questão agrária e a formação das instituições no Brasil. Os movimentos sociais, a cidadania e as desigualdades. A realidade agropecuária e as políticas territoriais com enfoque ao contexto rural. O associativismo e os desafios aos profissionais das ciências agrárias.</p>	
<p>Objetivos da disciplina:</p> <p>Oferecer suporte teórico aos estudantes para que diferencie as abordagens sociológicas dadas aos fenômenos humanos e sociais, analisando a historicidade do pensamento sociológico (surgimento e processo de organização);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a realidade social e cultural do Brasil, explicando os efeitos do patriarcalismo na colonização brasileira aos dias atuais; - Conhecer o histórico sobre as conquistas das mulheres na sociedade, bem como identificar a desigualdade de gênero presentes no meio rural e na classe profissional; - Explicar o conceito de cidadania não apenas no sentido de deveres, obrigações e direitos, mas contextualizar as desigualdades sociais entre as nações, especialmente a brasileira, reconhecendo a pobreza como um grande problema da humanidade; - conhecer alguns movimentos sociais das minorias que surgem como forma de resistência aos aspectos monoculturalistas existentes e presentes hoje no Brasil e no mundo. 	
<p>Conteúdo Programático:</p> <p>1 Estudos sociológicos</p> <p>1.1 Da origem histórica ao pensamento sociológico na sociedade contemporânea.</p> <p>2 Formação sociocultural do Brasil</p> <p>2.1 A questão agrária e a formação das instituições no Brasil</p> <p>2.2 Organização e movimentos sociais no Brasil</p> <p>2.3 Cidadania e desigualdade social</p> <p>3 Brasil rural X Brasil urbano</p> <p>3.1 Enfoques, dinâmicas e questões sociológicas</p> <p>3.2 Realidade agropecuária Brasileira</p>	

3.3 Políticas territoriais

4 Associativismo no meio rural.

4.1 Tipologia de associações, cooperativas, agroindústrias: experiências práticas, locais e regionais.

4.2 As relações geracionais e o processo sucessório nas Unidades de produção agrícola.

Bibliografia Básica:

COSTA, M. C. **Sociologia, Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna, 1996.

MARTINS, J. S. (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

ROSSATO, E. et al. **As Bases da Sociologia**. Santa Maria: Biblios, 2006.

Bibliografia Complementar:

GIDDENS, Antony. **Política, Sociologia e Teoria Social. Encontros com o pensamento social**

clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A ruralidade nas sociedades modernas. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2009.

Disciplina: Pedologia II

Créditos: 04

Ementa:

Princípios e evolução da classificação do solo. Atributos diagnósticos do solo. Horizontes diagnósticos do solo. Sistema Brasileiro de Classificação de solos. Sistema Americano de Classificação de Solos. Introdução ao levantamento de solos. Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras. Sistema de capacidade de uso das terras. Principais solos do Rio Grande do Sul.

Objetivos da disciplina:

Fazer com que o aluno, ao final do curso, conheça e saiba determinar as características morfológicas e propriedades diagnósticas do solo, bem como, estabelecer relações com outros atributos do solo, principalmente entre solo e ambiente. Tenha a capacidade de identificar classes de solos no campo e sua distribuição na paisagem. Conheça os principais sistemas de classificação taxonômicos utilizados no Brasil e no Mundo. Conheça os solos do Rio Grande do Sul e os principais solos do Brasil, suas gêneses, características morfológicas, físicas e químicas, e sua classificação taxonômica.

Conteúdo Programático:

1 Princípios e Evolução da Classificação de solos

- 1.1 Introdução a Classificação dos Solos.
- 1.2 Termos usados em Classificação dos Solos.
- 1.3 Tipos de Classificação.
- 1.4 Evolução da Classificação de Solos

2 Perfil do solo e Horizontes pedogenéticos

- 2.1. Paisagem, Pedon, Polipedon.
- 2.2 Perfil do solo e Horizontes pedogenéticos.

3 Atributos e Horizontes diagnósticos do Sistema Brasileiro de Classificação de Solo (SiBCS)

- 3.1. Atributos diagnósticos: Material orgânico, material mineral, atividade da fração argila, saturação por bases, caráter alumínico e alítico, caráter sódico e solódico, mudança textural abrupta, caráter salino e sálico, caráter carbonático e com carbonato, plintita, petroplintita, superfície de fricção ou slickensides, contato lítico, materiais sulfídricos, caráter ácrico, caráter epiáquico, cor do solo, cor e teor de óxidos de ferro, caráter crômico, caráter ebânico, caráter rúbico e grau de decomposição do material orgânico.
- 3.2 Horizontes diagnósticos superficiais e subsuperficiais

4. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS)

- 4.1. Níveis categóricos.
- 4.2. Argissolos.
- 4.3. Cambissolos.
- 4.4. Chernossolos.
- 4.5. Espodossolos.
- 4.6. Gleissolos.
- 4.7. Latossolos.
- 4.8. Neossolos.
- 4.9 Nitossolos.
- 4.10 Organossolos.
- 4.11 Planossolos.
- 4.12 Plintossolos.
- 4.13 Vertissolos

5 Sistema Americano de Classificação de Solos (Soil Taxonomy)

- 5.1 Horizontes diagnósticos superficiais – Epipedon
- 5.2 Horizontes diagnósticos subsuperficiais
- 5.3 Categorias do sistema

6 Levantamento de solos

- 6.1 Os solos e sua variabilidade na paisagem
- 6.2 Tecnologias utilizadas no levantamento de solos
- 6.3 Tipos de levantamento de solos
- 6.4 Escalas do levantamento de solo

7 Sistema de Avaliação da Aptidão Agrícola das Terras

7.1 Níveis de manejo e estrutura do sistema

7.2 Avaliação das Classes de aptidão agrícola das terras

7.3 Condições agrícolas das terras

8 Sistema de Capacidade de Uso das Terras

8.1 Estrutura do sistema

8.2 Caracterização e descrição das classes de capacidade de uso

8.3 Levantamento das terras de acordo com a classificação da capacidade de uso: Fórmula de capacidade de uso das terras

8.4 Características da terra a serem levantada

9 Solos do Rio Grande do Sul**Bibliografia Básica:**EMBRAPA. **Levantamento de reconhecimento dos solos do estado do Rio Grande do Sul.** Recife/PE: Ministério da Agricultura, 1973. 431 p.EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos.** Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 306p.SBCS/EMBRAPA. **Manual de descrição e coleta de solo no campo.** 2a. ed. Campinas-SP, SBCS-EMBRAPA, 1984. 46p.**Bibliografia Complementar:**OLIVEIRA, J.B. de. **Classes gerais de solos do Brasil: guia auxiliar para seu reconhecimento.** Jaboticabal, FUNEP, 1992. 201p.IBGE/BDIA. Banco de Dados de Informações Ambientais. Pedologia. IBGE, 2019. Disponível em: <<https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/consulta/pedologia>>. Acesso em: 08 fev. 2019.VIEIRA, L.S.; VIEIRA, M. de N.F. **Manual de Morfologia e Classificação de Solos.** Editora Agronômica Ceras Ltda. 2 ed. São Paulo, 1983. 309p.RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B.; CORRÊA, G.F. **Pedologia: base para distinção de ambientes.** 5 ed. Lavras: UFLA, 2007. 322p.SCHNEIDER, P.; KLAMT, E.; GIASSON, E. **Morfologia do solo: subsídios para caracterização e interpretação de solos a campo.** Guaíba: Agrolivros, 2007. 66p.**Disciplina:** Fisiologia Vegetal II**Crédito:** 04**Ementa:**

Fotossíntese; Fotomorfogênese; Análise quantitativa do crescimento; Reprodução em plantas superiores; Floração e Frutificação; Fisiologia pós-colheita; Fisiologia de grandes culturas.

Objetivos da disciplina:

Desenvolver nos acadêmicos o espírito de análise crítica, para que os mesmos possam, ao adquirir os conhecimentos da disciplina, interpretar todas as reações metabólicas e relacioná-las com

aspectos de crescimento, desenvolvimento e reprodução dos vegetais, buscando alternativas de manejo fisiológico para o aumento da produtividade agrícola com diminuição de custos.

Conteúdo Programático:

1 Fotossíntese – Divisão, absorção e captura de elétrons; unidade fotossintética, cloroplasto, pigmentos, comprimento de onda; energética da fotossíntese, fluxo de elétrons, fotossistemas; ciclos de Calvin, Hatch & Slack e MAC; fotorrespiração; diferença entre plantas C3, C4 e MAC;

2 Fotomorfogênese – Fitocromo, fotoconversão, fotoperíodo;

3 Análise quantitativa do crescimento – Cálculo de parâmetros, Relações alométricas; Desenvolvimento de vegetais submetidos ao déficit hídrico;

4 Reprodução em plantas superiores – reprodução vegetativa; reprodução vegetativa x meio ambiente; reprodução sexuada: aspectos genéticos e fisiológicos, sincronismo da reprodução, vernalização, fotoperiodismo.

5 Floração e Frutificação – Crescimento das flores, polinização, fecundação, incompatibilidade, Crescimento e características gerais dos frutos;

6 Fisiologia pós-colheita – maturação; colheita; processos de limpeza, conservação, frigorificação; armazenamento e comercialização.

7 Fisiologia de grandes culturas – condições edafoclimáticas e manejo das culturas na definição do potencial de rendimento.

Bibliografia Básica:

FERRI, Mário Guimarães Fisiologia vegetal. 2.ed.rev.atual.. São Paulo/SP: EPU, 2004. v.1. 362 p.

FLOSS, Elmar Luiz. Fisiologia das Plantas Cultivadas. Passo Fundo:Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001. 46p.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 954 p.

Bibliografia Complementar:

HALL, David Cakley; RAO, K. K.. Fotossíntese. São Paulo : EPU, 1980

KLUGE, Ricardo Alfredo; NACHTIGAL, Jair Costa; FACHINELLO, José Carlos [et all].

Fisiologia e manejo pós-colheita de frutas de clima temperado. Pelotas : UFPel, 1997

KUDREV, Todor Georgiev. Água: vida das plantas. Guaíba : Agropecuária, 1994

LARCHER, Walter.. Ecofisiologia vegetal. São Paulo: EPU, 1986

REICHARDT, Klaus. Água em sistemas agrícolas, A. São Paulo : Manole, 1987. 188p

Disciplina: Microbiologia Agrícola

Créditos: 04

Ementa:

Introdução à Microbiologia Agrícola. Vírus. Fungos. Bactérias. Fisiologia Microbiana. Metabolismo Microbiano. Microrganismos e os Fatores Abióticos. Ciclo do Carbono. Ciclo do Nitrogênio. Micorrizas, Agrotóxicos e suas Interações com os microrganismos do solo.

Objetivos da disciplina:

Proporcionar ao aluno o conhecimento básico em microbiologia aplicada à Agronomia, conhecendo a estrutura e metabolismo de bactérias, fungos, actinomicetos, vírus e algas e transmitir ainda ao aluno conhecimentos básicos importantes que servirão de subsídios em outras disciplinas do curso, como Fertilidade do Solo e Fitopatologia.

Conteúdo Programático:

1 Introdução à microbiologia agrícola

- 1.1 Importância da Microbiologia Agrícola;
- 1.2 Evolução da Microbiologia;
- 1.3 Estrutura e evolução dos organismos;
- 1.4 Divisão dos seres vivos em reinos;
- 1.5 Comparação entre organismos procarióticos e eucarióticos;
- 1.6 Microrganismos no solo.

2 Vírus

- 2.1 Histórico;
- 2.2 Características, classificação e nomenclatura;
- 2.3 Composição, estrutura e arquitetura dos microrganismos;
- 2.4 Replicação e variabilidade;
- 2.5 Diagnóstico, caracterização, transmissão e especificidade;
- 2.6 Movimento e distribuição na planta;

3. Fungos

- 3.1 Sistema vegetativo dos fungos;
- 3.2 Estrutura reprodutiva dos fungos;
- 3.3 Taxonomia;
- 3.4 Fungos fitopatogênicos.
- 3.5 Micorrizas.

4 Bactérias

- 4.1 Morfologia bacteriana;
- 4.2 Ordem de grandeza das bactérias;
- 4.3 Relações tintoriais, coloração de Gram; características de gram positivas e gram negativas;
- 4.4 Movimento dos procarióticos;
- 4.5 Componentes da célula bacteriana;
- 4.6 Crescimento bacteriano;
- 4.7 Classificação e nomenclatura.

5 Fisiologia microbiana

- 5.1 Princípios da nutrição microbiana;
- 5.2 Requerimento para C, N e S;
- 5.3 Fatores de crescimento;
- 5.4 Absorção dos nutrientes pela célula, categorias nutricionais de microorganismos.
- 5.5 Degradação de agrotóxicos.

6 Metabolismo microbiano

- 6.1 Fermentação; respiração aeróbica; respiração anaeróbica;
- 6.2 Rendimento energético em diferentes tipos de metabolismo.

7 Microrganismos e fatores abióticos

- 7.1 Água;
- 7.2 Temperatura;
- 7.3 Radiação;
- 7.4 pH;
- 7.5 Salinidade;
- 7.6 Pressão osmótica.

8 Ciclo do carbono

- 8.1 Importância da degradação de resíduos orgânicos no solo;
- 8.2 Constituintes orgânicos do solo;
- 8.3 Decomposição da matéria orgânica;
- 8.4 Processos de tratamento de resíduos orgânicos;
- 8.5 Aplicações da matéria orgânica no solo.

9 Ciclo do nitrogênio

- 9.1 Fixação biológica do nitrogênio;
 - 9.1.1 Microrganismos e sistemas fixadores de nitrogênio;
 - 9.1.2 Sistemas biológicos que fixam nitrogênio;
 - 9.1.3 Fixadores assimbióticos de nitrogênio;
 - 9.1.4 Fixadores de nitrogênio em associação com gramíneas;
 - 9.1.5 Cianobactérias;
 - 9.1.6 Fixação de nitrogênio em lavoura de arroz;
 - 9.1.7 Associações simbióticas fixadoras de nitrogênio nas não leguminosas;
 - 9.1.8 Associações simbióticas de nitrogênio nas leguminosas;
 - 9.1.9 Fatores limitantes à fixação de nitrogênio;
 - 9.1.10 Transformações do nitrogênio no solo: amonificação; nitrificação e desnitrificação.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, E.J.B.N, TSAI, SM, NEVES, MCP. **Microbiologia do solo**. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1992, 360p.

MADIGAN, M.T.; MARTINKO, J.M.; DUNLAP, P.V.; CLARK, D.P. **Microbiologia de Brock**. 12.ed.. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1160p.

MOREIRA, F.M.S.; HUISING, E.J.; BIGNELL, D.E. **Manual de Biologia dos solos**

tropicais: amostragem e caracterização da biodiversidade. Lavras: UFLA, 2010, 368p.

Bibliografia Complementar:

ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável.** São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p.400

ALTIERI, M. **Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas.** Petrópolis. Ed.Vozes. 2004. 86 p.

CARDOSO, E.J.B.N.; ANDREOTE, F.D. **Microbiologia do solo.** 2 ed. Piracicaba: ESALQ, 2016. 221p. Disponível

em:<<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/109/92/461-1>>

Acesso em 7 Fev. 2019.

CHABOUSSO,F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose.** 2.ed. Porto Alegre:L&PM,1987. 256p.

MADIGAN, T., M., MARTINKO, M., J., BENDER, S., K., BUCKLEY, H., D., STAHL, A., D. *Microbiologia de Brock.* [Minha Biblioteca]. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582712986/>

Disciplina: Nutrição Animal

Créditos:04

Ementa:

Introdução à fisiologia e anatomia do sistema digestório de monogástricos e ruminantes. Estudo dos princípios nutritivos com vistas à alimentação racional das espécies animais. Uso de tabelas de composição bromatológica e exigências nutricionais dos animais. Formulação de dietas. Manejo alimentar das diferentes espécies animais.

Objetivos da disciplina:

Estudar as características anatômicas e fisiológicas do trato gastrointestinal dos animais domésticos, bem como as exigências nutricionais, os princípios nutritivos e a composição dos alimentos. Capacitar o aluno para a realização de planejamento nutricional econômico dos animais de produção.

Conteúdo Programático:

1 Introdução

1.1 Introdução à Nutrição Animal

1.2 Conceitos básicos em Nutrição Animal

1.3 Anatomia e Fisiologia

2 Estudo dos alimentos

2.1 Alimentos energéticos

2.2 Alimentos proteicos

3 Estudo dos nutrientes

3.1 Água

3.2 Carboidratos

3.3 Lipídios

3.4 Proteína

3.5 Minerais

3.6 Vitaminas

4 Aditivos alimentares

4.1 Pré-bióticos

4.2 Pró-bióticos

5 Balanceamento de dietas

5.1 Cálculos

5.2 Uso de software

Bibliografia Básica:

ANDRIGUETTO, J. M. *et al.* **Nutrição animal - Alimentação animal**. 3. ed. Volume 1. São Paulo: Nobel, 1983. 425p.

ANDRIGUETTO, J. M. *et al.* **Nutrição animal - As bases e os fundamentos da nutrição animal**. 4.ed. Volume 2. São Paulo: Nobel, 2002. 395p.

BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. **Nutrição de Ruminantes**. Jaboticabal: Funep, 2006. 583p.

Bibliografia Complementar:

ANDRIGUETTO, J. M. *et al.* **Normas e padrões de nutrição e alimentação animal**. Curitiba: Nobel. Revisão 85/86

BUTOLO, J. E. **Qualidade de ingredientes na Alimentação Animal**. Campinas: OESP Gráfica S.A.,2002. 430p

EDNEY, A. T. B. **Nutrição do cão e do gato**. Tradução de Maria Lucia Dagli. São Paulo: Manole, 1987.

KOZLOSKI, G. V. **Bioquímica dos Ruminantes**. Santa Maria: UFSM, 2002. 140p.

LANA, R. de P. **Sistema Viçosa de formulação de rações**. 4.ed. Viçosa: UFV, 2007. 92p.

Disciplina: Topografia II

Créditos: 04

Ementa:

Nivelamento Trigonométrico, Taqueometria, Topologia, Avaliação divisão e demarcação de terras; Determinação da meridiana verdadeira, Cálculo de volume de corte e aterro, Barragens volume de terra e de água, Retificação de instrumentos topográficos.

Objetivos da disciplina:

Apresentar ao aluno a teoria e a prática da topografia como ciência;
Relacionar a topografia com as demais disciplinas do curso, mostrando a sua importância como ferramenta para o desenvolvimento de projetos e apoio na tomada de decisões.

Conteúdo Programático:

- 1 Introdução:** Conceitos e divisão de Topografia e Geodésia, áreas de atuação, importância e finalidade.
- 2 Nivelamento Trigonométrico:** Conceitos fundamentais, cálculo e taquímetro.
- 3 Nivelamento Taqueométrico:** Medida de Distância, Medida indireta de distância: teodolito e distanciômetro, taqueometrias óptica e eletrônica.
- 4 Topologia:** Estudo das feições e do modelado terrestre.
- 5 Avaliação, Divisão e Demarcação de Terras:** Aplicação do teorema fundamental da semelhança de triângulos. Aplicação da fórmula de área dos trapézios. Aplicação da equação da reta em conjunto com a equação de área (Método de Gauss). Aplicação do teorema do seno para área de um triângulo qualquer. Princípios, critérios e cuidados. Conceitos de propriedade, posse e domínio. Perícias em ações imobiliárias: Ações judiciais: demarcatória, divisória, discriminatória, usucapião.
- 6 Determinação da Meridiana Verdadeira:** Determinação do azimute verdadeiro (ou geográfico) pela Astronomia de Posição.
- 7 Cálculo de volume de corte e aterro:** Conceitos fundamentais, Cortes e aterros.
- 8 Barragens – volume de terra e de água:** Dimensionamento de planos horizontais. Dimensionamento de planos inclinados.
- 9 Retificação de instrumentos topográficos:** Retificação de estações totais, níveis e teodolitos.

Bibliografia Básica:

COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. **Topografia- Altimetria**. 3. ed. UFV, 2008.
MILANI, E. J.; SEBEM, E.; AMARAL, L. P.; MILANI, M. **Topografia Aplicada**. 1ª Ed. Cespól, Santa Maria/RS, 2016.
SILVA, DA. I.; SEGANTINE, P. C. L.; **Topografia para Engenharia teoria e prática de Geomática**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Bibliografia Complementar:

BORGES. A. C. **Exercícios de Topografia.** 3ª Ed. São Paulo, 1975.

BORGES. A. C. **Topografia Aplicada a Engenharia Civil.** Vol. 2, São Paulo, 1997.

CORDÃO, C. **Topografia.** 6ª Ed. Belo Horizonte, 1985.

PIEIDADE, G. C. R; GILBERTO, J. G. **Topografia Aplicada às Ciências Agrárias.** 5. ed. São Paulo, 1984.

RUIZ, J. Z.; T. **Topografia: Prática do construtor.** 3ª Ed. Barcelona, 1992.

5º SEMESTRE

Entomologia Agrícola II
Fertilidade do Solo
Fitopatologia I
Fotointerpretação
Ecologia Agrícola
Controle de Plantas Daninhas I
Mecanização Agrícola

Disciplina: Entomologia Agrícola II	Créditos: 04
Ementa: Introdução a Entomologia Agrícola. Conceito de pragas, métodos de controle de pragas, insetos vetores de patógenos de plantas, manejo integrado de pragas e seus impactos ambientais, receituário agrônômico. Legislação fitossanitária. Controle de organismos nocivos, meio ambiente e sustentabilidade.	
Objetivos da disciplina: Desenvolver um comportamento profissional frente aos problemas fitossanitários de ordem Entomológica. Conhecer os principais insetos-praga e os respectivos métodos de controle, especialmente aqueles que ocorrem na região Sul do Brasil, primando pela Sustentabilidade.	
Conteúdo Programático: 1 Métodos Gerais de Controle de Insetos 1.1. Métodos de controle (Legislativos, Mecânicos, Genéticos, Culturais, Resistência, Comportamento, Físico, Químicos e Biológicos); 1.2. Dinâmica de populações de insetos; 1.3. Interação inseto-planta; 1.4. Manejo Integrado de Pragas; 1.5. Controle de organismos nocivos, meio ambiente e sustentabilidade. 1.6. Toxicologia e Receituário Agrônômico: as relações entre as aplicações de produtos químicos e biológicos em relação à saúde do trabalhador e do consumidor e o meio ambiente. 1.7. Legislação Fitossanitária 1.8. Eficiência Agrônômica de Inseticidas Químicos e Biológicos. 2 Manejo Integrado de Insetos-praga 2.1. Poaceae (Arroz, Milho, Trigo e Aveia): biologia, danos e controle de insetos; 2.2. Fabaceae (Soja e Feijão): biologia, danos e controle de insetos; 2.3. Linaceae (Linho): biologia, danos e controle de insetos; 2.4. Cruciferae (Canola): biologia, danos e controle de insetos; 2.5. Frutíferas (Citros, Maçã, Pêssego e Uva): biologia, danos e controle de insetos; 2.6. Solanacea (Tabaco, Batata, Tomate): biologia, danos e controle de insetos; 2.7. Pastagens (Anuais e Perenes)	
Bibliografia Básica: GALLO, D. et al. Manual de Entomologia Agrícola . ESALQ, Piracicaba, 920 p. 2002. RAFAEL, J.A. et al. (Eds.). Insetos do Brasil: Diversidade e Taxonomia . Ribeirão Preto. Holos Editora, 2012. 810 p. HOFFMANN-CAMPO, C. B.; CORRÊA-FERREIRA, B. S.; MOSCARDI, F. Soja: manejo integrado de insetos e outros artrópodes-praga. Embrapa. 2012. Disponível em:	

<http://www.cnpso.embrapa.br/artropodes/>.

Bibliografia Complementar:

ALVES, S.B. **Controle Microbiano de Insetos**. 2ª ed. Piracicaba, FEALQ, 1663 p. 1998.

ANDREI (Ed.) **Compêndio de Defensivos Agrícolas**, São Paulo: Andrei. 2003.

CAMARGO, A.J.A. **Coleções entomológicas: legislação brasileira, coleta, curadoria e taxonomia para as principais ordens**. Brasília: Embrapa, 118p. 2015. Disponível em: http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2015/livros/amabilio_01.pdf

COSTA LIMA, A.M. **Insetos do Brasil**. Rio de Janeiro. Escola Nacional de Agronomia, 1939-1962.

12 v. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo01.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo02.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo03.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo04.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo05.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo06.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo07.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo08.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo09.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo10.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo11.pdf>>; <

<http://www.ufrj.br/institutos/ib/ento/tomo12.pdf>>.

CRANSTON, P.S.; GULLAN, P.J. **Os Insetos: Um Resumo de Entomologia**. 4ª ed. São Paulo,

Roca, 2014. 496p.

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M.; FOX, G. A. **Ecologia Vegetal-2**. Artmed Editora, 2009. 589

p. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536320045>.

GULLAN, P.J; CRANSTON, P.S. **Insetos: fundamentos da entomologia**. 5ª ed. São Paulo, Roca,

2017. 432p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731188>.

MOYES, C.D.; SCHULTE, P.M. **Princípios de fisiologia animal**. Artmed Editora, 2009. 790p.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536323244>.

RUPPERT, E.E. **Zoologia dos invertebrados**. 6.ed.. São Paulo/SP: Roca, 1996. 1029 p.

SILVEIRA NETO, S. et al. **Manual de Ecologia dos Insetos**. Ceres, 419 p. 1976.

TAIZ, L. et al. **Fisiologia e desenvolvimento vegetal**. Artmed Editora, 2017. 858p. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582713679>.

TRIPLEHORN, C. A.; JOHNSON, N. F. **Estudo dos insetos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage, 2015. 763p.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124978>.

Disciplina: Fertilidade do Solo	Créditos: 04
Ementa:	
Diagnóstico da Fertilidade do Solo e do Estado Nutricional das Plantas. Acidez do solo. Macronutrientes. Micronutrientes. Recomendações de adubação e calagem. Solos alagados. Estratégias de adubação e calagem no sistema plantio direto. Fertilizantes e Corretivos. Adubação foliar. Adubação orgânica.	
Objetivos da disciplina:	
Compreender a reação do solo, a dinâmica dos nutrientes no solo e sua implicação na nutrição e produtividade das culturas; Capacitar o aluno para programar racionalmente a adubação e calagem para as diferentes culturas existentes numa propriedade rural.	
Conteúdo Programático:	
1 Introdução a fertilidade do solo	
1.1 Importância, histórico e conceitos da Fertilidade do Solo. Classificação, função, absorção e redistribuição dos nutrientes nas plantas.	
2 Avaliação da fertilidade do solo	
2.1. Diagnóstico da Fertilidade do Solo e do Estado Nutricional das Plantas	
2.2. Amostragem de Solo e de Tecido Vegetal.	
2.3. Interpretação de Análise do Solo.	
3 Acidez solo e calagem	
3.1. Acidez do Solo: Causas/Origem, Formas, Métodos de Determinação.	
3.2. Interpretação e Recomendação de Calagem.	
3.3. Corretivos de Acidez do Solo.	
3.4. Estudos de Calagem em SPD.	
3.5. Uso do Gesso Agrícola.	
4 Recomendação de adubação:	
4.1. Grãos: Recomendação de fósforo e potássio para soja, milho e trigo.	
4.2. Dinâmica do nitrogênio, fósforo e potássio no sistema plantio direto.	
4.3. Recomendação de Adubação Nitrogenada em Trigo.	
4.4. Recomendação de Adubação Nitrogenada em Milho.	
4.5. Recomendação de adubação em forrageiras.	
4.6. Recomendação de adubação em frutíferas.	
4.7. Dinâmica do enxofre no solo. Interpretação e recomendação de enxofre	
4.8. Recomendação de micronutrientes.	

5 Solos alagados

- 5.1. Perfil dos solos alagados
- 5.2. Reações típicas após o alagamento
- 5.3. Adubação e calagem em arroz irrigado

6 Adubação orgânica

- 6.1. Concentração de nutrientes em adubos orgânicos
- 6.2. Índices de eficiência dos nutrientes
- 6.3. Cálculo das quantidades de nutrientes a aplicar.

7 Fertilizantes

- 7.1. Classificação
- 7.2. Fertilizantes industrializados.
- 7.3. Fertilizantes orgânicos e organo-minerais.
- 7.4. Formulações comerciais e enquadramento de fórmulas NPK.
- 7.5. Manejo da Adubação

8 Adubação foliar

- 8.1. Mecanismos de absorção
- 8.2. Características e práticas de adubação foliar

Bibliografia Básica:

NOVAIS, R.F.; ALVAREZ, V.H.; BARROS, N.F.; FONTES, R.L.F.; CANTARUTTI, R.B.; NEVES, J.C.L. (Eds.) **Fertilidade do solo**. Viçosa-MG: SBCS, 2007. 1017p.

PROCHNOW, L.I.; CASARIN, V.; SILVIA, R.S.(EDS). **Boas Práticas para Uso Eficiente de Fertilizantes**: Contexto mundial e práticas de suporte, v.1. 462p.; Nutrientes, v.2. 362 p.; Culturas, v.3. 467 p. Piracicaba: IPNI – Brasil, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO – SBCS. COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO. **Manual de calagem e adubação para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina**. Santa Maria, 2016. 376p.

Bibliografia Complementar:

FURTINI NETO, A.E.; CARVALHO, J.G. (Eds.) **Inter-relação fertilidade, biologia do solo e nutrição de plantas**. Viçosa-MG: SBCS; Lavras- MG: UFL/Departamento de Solos, 1999. 818p.

YAMADA, T.; ROBERTS, T.L. (Eds.) **Potássio na agricultura brasileira**. Piracicaba-SP: POTAFOS, 2005.

YAMADA, T.; ABDALLA, S.R.S. (Eds.) **Fósforo na agricultura brasileira**. Piracicaba-SP: POTAFOS, 2004. 726p.

YAMADA, T.; ABDALLA, S.R.S.; VITTI, G.C. (Eds.) **Nitrogênio e enxofre na agricultura brasileira**. Piracicaba-SP: IPNI, 2007. 722p.

SIQUEIRA, J.O.; MOREIRA, F.M.S.; LOPES, A.S.; GUILHERME, L.R.G.; FAQUIN, V.;

TEDESCO, M. J.; GIANELLO, C.; BISSANI, C. A.; BOHNEN, H.; VOLKWEISS, S. J. **Análises de solo, plantas e outros materiais**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS/Departamento de Solos, 1995. 174p. (Boletim Técnico, 5).

Disciplina: Fitopatologia I

Créditos: 04

Ementa:

Introdução à fitopatologia: conceitos; história; relevância; divisão da Fitopatologia. Etiologia. Sintomatologia. Epidemiologia. Variabilidade do patógeno. Doenças de causas não parasitárias. Princípios fundamentais de controle de doenças de plantas. Grandes Grupos de Doenças. Bacteriologia. Virologia. Nematologia. Técnicas fitopatológicas.

Objetivos da disciplina:

Capacitar o aluno para o entendimento dos princípios e conceitos básicos da fitopatologia, Conscientizar o acadêmico sobre a importância das doenças no processo produtivo, através da compreensão dos fatores que geram as mesmas, sendo capaz de identificar as principais práticas de manejo e controle, em consonância com o meio ambiente e os princípios da sustentabilidade visando a redução dos danos às culturas.

Conteúdo Programático:

- 1 Introdução à fitopatologia: conceitos; história; relevância; divisão da Fitopatologia.
- 2 Agentes causais de doenças.
- 3 Sintomatologia e diagnose: sintomas fisiológicos, histológicos e morfológicos e diagnoses de doenças.
- 4 Ciclo das relações entre patógeno e hospedeiro.
- 5 Ambiente e doença: ação dos fatores ambientais sobre o hospedeiro.
- 5 Variabilidade de agentes fitopatogênicos
- 6 Doenças de causas não parasitárias
- 7 Epidemiologia de doenças de plantas
- 9 Fisiologia do parasitismo
- 10 Princípios gerais de controle de doenças fitopatológicas

Bibliografia Básica:

BERGAMIN FILHO; A. KIMATI; H. AMORIM, L. Manual de Fitopatologia – Vol. 1: princípios e conceitos. 3ª Ed. CERES, 1995. 919 p.
 BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. Volume 2: Doenças de Plantas Cultivadas. 3. ed. São Paulo: Ceres, 1997. 774p.
 FERNANDEZ, M. R. Manual de Laboratório de Fitopatologia. Passo Fundo: EMBRAPA-CNPT, 1993. 128 p. (EMBRAPA-CNPT. Documentos, 6).

Bibliografia Complementar:

AGRIOS, G.H. Plant Pathology. 5. ed. San Diego: Academic Press, 2005. 952 p.
 AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A. (Ed.). Manual de Fitopatologia. Princípios e conceitos. 5.ed.. Ouro Fino/MG: Agronômica Ceres, 2018. 573 p.
 REIS, E.M.; REIS, A.C.; CARMONA, M.A. Manual de fungicidas: guia para controle químico de doenças de plantas. 6. ed. Passo Fundo. Ed: Universidade de Passo Fundo, 2010. 226 p.
 RIBEIRO DO VALE, F.X.; JÚNIOR, W.C.J.; ZAMBOLIM, L. Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: Editora Perfil, 2004. 531p.

Disciplina: Fotointerpretação	Créditos: 03
Ementa: Introdução e bases da Fotointerpretação. Elementos básicos para a Fotointerpretação. Métodos de Fotointerpretação. Fotointerpretação de fotos aéreas e de imagens de satélites. Fotointerpretação de imagens de radar. Bases de fotogrametria. Fotointerpretação para a agronomia.	
Objetivos da disciplina: Geral: Relacionar a Fotointerpretação com as demais disciplinas do curso, mostrando a sua importância como ferramenta para o desenvolvimento de projetos e apoio na tomada de decisões. Específico: Compreender as características da fotogrametria aérea e terrestre, a estereoscopia, a fotogrametria analógica e a fotogrametria digital. Identificar o uso da terra em áreas urbanas e rurais.	
Conteúdo Programático: 1 Conceitos básicos de fotogrametria e de fotointerpretação; 2 Fotogrametria terrestre, fotogrametria aérea, Câmaras aéreas e Restituição aerofotogramétrica; 3 Características do planejamento de voo aerofotográfico, Imagem digital para fotogrametria; 4 Orientação de pares de fotografias para a restituição aerofotogramétrica; 5 Introdução à fotointerpretação; 6 Estereoscopia; 7 Redes, sistemas ou padrões de drenagem; 8 Bacias hidrográficas; 9 Cartografia; 10 GNSS; 11 Sensoriamento remoto; 12 Agricultura de precisão.	
Bibliografia Básica:	

COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. **Topografia- Altimetria**. 3. ed. UFV, 2008.
 ESPARTEL, L. **Curso de Topografia**, ed. Globo, 1965.
 MARQUES, G. **Planimetria**. Caderno didático, UFSM.

Bibliografia Complementar:

BORGES. A. C. **Topografia Aplicada a Engenharia Civil**. Vol. 2, 1997
 MARQUES, G.; Thum, A. **Conceitos Básicos**. Caderno didático, UFSM
 PIEDADE, G. C. R; GILBERTO, J. G **Topografia Aplicada às Ciências Agrárias**. 5. ed. São Paulo, 1984.

Disciplina: Ecologia Agrícola

Créditos: 03

Ementa:

Conceitos básicos da Ecologia; Populações e comunidades; Ecossistemas; Fatores ecológicos que afetam o crescimento e desenvolvimento dos vegetais e a produtividade de culturas agrícolas, fatores limitantes; Interações ecológicas entre organismos; Bases teóricas da Ecologia agrícola; Sistemas alternativos de produção; Manejo do solo e da água; Zoneamento agrícola e sua utilização no planejamento das atividades agrícolas. Recursos naturais; Poluição e uso racional de recursos; Bioclimatologia; Agricultura e biodiversidade

Objetivos da disciplina:

Aplicar princípios ecológicos em sistemas agrícolas, objetivando elevar sua produtividade e sustentabilidade, entendendo o meio agrícola como um complexo sistema natural, fruto da evolução biológica e da cultura humana.

Orientar o futuro engenheiro agrônomo sobre os componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas, suas inter-relações, capacitando-o a interferir na dinâmica do meio ambiente com o menor impacto possível, através de um manejo sustentável.

Conteúdo Programático:

1 Elementos básicos da Ecologia

- 1.2 Ecossistemas.
- 1.3 Fatores limitantes
- 1.4 Populações e comunidades
- 1.5 Interações ecológicas entre organismos
- 1.6 Bases teóricas da Ecologia agrícola
- 1.7 Sistemas alternativos de produção

2 Manejo do solo e água

- 2.1 Recursos naturais
- 2.2 Poluição e uso racional dos recursos naturais


2.3 Bioclimatologia

2.4 Agricultura e biodiversidade

Bibliografia Básica:

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HAPER, J. L.; **Ecologia: De Indivíduos a Ecossistemas.** 4º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 

ODUM, E. P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia.** 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 

Bibliografia Complementar:

ALTIERI, M.A.; **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2012.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável .2ed.** Porto Alegre. Universidade/UFRGS, 2001.

LUTZENBERGER, J. **Manual de Ecologia: do jardim ao poder.** Porto Alegre: L&M. 2006.116 p.

TOWNSEND, COLIN R. **Fundamentos em ecologia.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed 2006. 592p.



ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. **Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

Disciplina: Controle de Plantas Daninhas I **Créditos:** 04

Ementa:

Biologia, ecologia e fisiologia das plantas daninhas (origem, classificação, estabelecimento, interferência), alelopatia, métodos de controle, herbicidas (classificação, mecanismos de ação, seletividade, comportamento no solo e nas plantas), resistência de plantas daninhas a herbicidas e culturas geneticamente modificadas tolerantes a herbicidas.

Objetivos da disciplina:

Propiciar competências ao aluno para identificar as principais espécies daninhas e conhecer seu comportamento no ambiente agrícola, conhecer os herbicidas e sua ação nas plantas cultivadas e daninhas e elaborar estratégias eficazes de manejo de plantas daninhas e com baixo uso de insumos. Desta forma o aluno possa compreender os fatores relacionados no manejo de plantas daninhas, estabelecendo inter-relações entre os processos envolvidos.

Conteúdo Programático:

7.1 **Introdução ao estudo das plantas daninhas**

1.1 Histórico da ciência das plantas daninhas

- 1.2 Plantas daninhas
 - 1.2.1 Importância da biologia das plantas daninhas
 - 1.2.2 Prejuízos causados pelas plantas daninhas
- 1.3 Ecologia das plantas daninhas
 - 1.3.1 Persistência
 - 1.3.2 Estratégias evolutivas
 - 1.3.3 Fatores determinantes da adaptabilidade
- 2 Classificação e mecanismos de sobrevivência**
 - 2.1 Definição de planta daninha
 - 2.2 Classificações
 - 2.2.1. Quanto ao ciclo
 - 2.2.2 Quanto ao habitat
 - 2.2.3 Botânica
- 3 Reprodução**
- 4 Dinâmica dos propágulos**
- 5 Dormência de sementes**
- 6 Manejo do solo e sobrevivência**
- 7 Competição entre plantas daninhas e cultivadas**
 - 7.1 Conceito de interferência e competição
 - 7.2 Fatores passíveis de competição
 - 7.3 Fatores que afetam a interferência
 - 7.3.1 Ligados à cultura
 - 7.3.2 Ligados às plantas daninhas
 - 7.3.3 Ligados ao ambiente
 - 7.4 Períodos de convivência
- 8 Alelopatia**
 - 8.1 Histórico e conceitos
 - 8.2 Aleloquímicos: síntese, distribuição, liberação
 - 8.3 Alelopatia em agrossistemas
- 9 Métodos de controle de plantas daninhas**
 - 9.1 Controle preventivo
 - 9.2 Controle cultural
 - 9.3 Controle físico
 - 9.4 Controle mecânico
 - 9.5 Controle biológico
 - 9.6 Controle químico
 - 9.7 Manejo integrado de plantas daninhas
- 10 Herbicidas**
 - 10.1 Classificação
 - 10.1.1 Quanto à seletividade

- 10.1.2 Quanto à época de aplicação
- 10.1.3 Quanto à translocação
- 10.1.4 Quanto ao mecanismo de ação
- 10.2 Propriedades físico-químicas
- 10.3 Comportamento dos herbicidas nas plantas
 - 10.3.1 Absorção: foliar, pelas raízes e pelo caule
 - 10.3.2 Translocação
 - 10.3.3 Metabolização
- 10.4 Comportamento dos herbicidas no solo
- 10.5 Seletividade dos herbicidas

11 Resistência de plantas daninhas aos herbicidas

- 11.1 Conceitos e Definições
- 11.2 Fatores que contribuem para a seleção
- 11.3 Mecanismos de resistência
- 11.4 Casos de resistência
- 11.5 Diagnóstico da resistência
- 11.6 Prevenção e Manejo

12 Culturas resistentes aos herbicidas

- 12.1 Resistentes ao glifosato
- 12.2 Resistentes ao glufosinato
- 12.3 Resistentes às auxinas sintéticas
- 12.4 Tolerantes a ALS (Sulfoniluréias; imidazolinonas)
- 12.5 Novidades em culturas geneticamente modificadas (CGM)
- 12.6 Benefícios e cuidados com CGM

Bibliografia Básica:

- LORENZI, H. Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional. São Paulo: Plantarum, 2006. 339 p.
- SILVA, A.A.; SILVA, J.F. **Tópicos em manejo de plantas daninhas**. Viçosa: Ed. UFV, 2007. 367 p.
- VARGAS, L.; ROMAN, E.S. **Manual de manejo e controle de plantas daninhas**. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2008. 779 p.

Bibliografia Complementar:

- CHRISTOFFOLETI, P. J. **Aspectos de resistência de plantas daninhas a herbicidas**. 4.ed. Campinas: Associação Brasileira de Ação à Resistência de Plantas aos Herbicidas, 2016. 262p. (disponível na internet).
- MONQUERO, P.A. **Aspectos da biologia e manejo das plantas daninhas**. Patrícia Andrea Monquero (org.). São Carlos: RiMA Editora, 2014. 430p.

OLIVEIRA Jr, R.S.; CONSTANTIN, J.; INOUE, M.H. **Biologia e manejo de plantas daninhas**. Curitiba: Omnipax, 2011. 348 p. (disponível na internet).

RODRIGUES, B.N.; ALMEIDA, F.S.de. **Guia de herbicidas**. 6.ed. Londrina: Benedito Noedi Rodrigues/Fernando Sousa de Almeida, 2011. 697p.

ROMAN, E.S.; et al. **Como funcionam os herbicidas da biologia à aplicação**. Passo Fundo: Gráfica Editora Bertier, 2007. 160p.

Artigos publicados em periódicos com livre acesso. **Revista Planta Daninha e Revista Brasileira de Herbicidas**.

Disciplina: Mecanização Agrícola	Créditos: 02
Ementa:	
O dimensionamento de parques de máquinas e implementos, adequando-os a realidade de cada propriedade e sistema de cultivo, preparando o acadêmico para executar análise de custo x benefício nas diferentes situações, é o fundamento dessa disciplina.	
Objetivos da disciplina:	
Avaliar o desempenho, dimensionar, selecionar e utilizar racionalmente uma frota de máquinas e implementos agrícolas, visando a economicidade da exploração agropecuária e a segurança no trabalho.	
Conteúdo Programático:	
1 Fundamentos da mecanização agrícola	
1.1 Ensaio, experimentação e pesquisa em mecanização agrícola.	
1.2 Histórico.	
1.2.1 Objetivos.	
1.2.2 Características.	
1.3 Motores de combustão interna.	
1.3.1 Conceituação de força, torque, trabalho, energia e potência.	
1.3.2 Potência desenvolvida pelos motores.	
1.3.3 Interpretação de curvas características de desempenho dos motores.	
1.4 Teoria da tração.	
1.4.1 Trator como fonte de potência.	
1.4.2 Desempenho do sistema rodado-solo: relação entre o solo e tração por rodado.	
1.4.3 Resistência ao rolamento.	
1.4.4 Tração do rodado pneumático sobre pista de concreto	
2 Análise operacional em mecanização agrícola	
2.1 Capacidade das máquinas e implementos agrícolas.	
2.1.1 Capacidade segundo a natureza da operação.	
2.1.2 Capacidade segundo o tempo de trabalho.	
2.1.3 Capacidade teórica especificada.	

2.2 Capacidade requerida para o desempenho das máquinas agrícolas.

2.2.1 Ritmo operacional.

2.2.2 Área a ser trabalhada.

2.2.3 Tempo disponível para realização das operações.

3 Rendimento operacional das máquinas e implementos agrícolas

3.1.1 Rendimento do operador.

3.1.2 Perdas de tempo, de velocidade e de largura útil da área de trabalho.

3.1.3 Tempo operacional.

3.2 Avaliação da capacidade de campo efetiva.

3.3 Avaliação da capacidade de campo operacional.

3.4 Fatores que afetam o desempenho das máquinas agrícolas.

3.4.1 Topografia e altitude do campo de operação.

3.4.2 Clima.

3.4.3 Grau de capacitação de mão-de-obra.

3.4.4 Assistência técnica oferecida pelo fabricante.

3.4.5 Projeto funcional da máquina.

3.5 Operações agrícolas mecanizadas.

3.5.1 Operações isoladas, em cadeia e conjugadas

3.6 Uso econômico das máquinas agrícolas.

4 Análise econômica em mecanização agrícola

4.1 Custo operacional padrão, previsto e efetivo.

4.1.1 Custo por hora e por máquina.

4.1.2 Custo por unidade de área.

4.1.3 Custos fixos e variáveis.

4.2 Viabilidade econômica e/ou financeira.

5 Planejamento da mecanização agrícola

5.1 Métodos e objetivos do planejamento.

5.2 Determinação da frota de máquinas.

5.3 Necessidade de mão-de-obra: permanente e temporária.

5.4 Necessidade de combustíveis e lubrificantes.

5.5 Oficina rural.

5.6 Projeto em mecanização agrícola.

6 Dimensionamento da fonte de potência

7 Conjunto trator - semeadora;

7.1 Conjunto trator - escarificador;

7.2 Conjunto trator - distribuidor fertilizantes;

7.3 Conjunto trator - pulverizador

Bibliografia Básica:

GALETI, Paulo Anestar. **Mecanização Agrícola: preparo do solo**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1981.

MACHADO, Antônio Lilles Tavares et al. **Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratos culturais**. Pelotas: Universitária/UFPel, 1996.

PORTELLA, José Antonio. **Colhedoras para trigo: mecanismos, regulagens, perdas**. Passo Fundo: EMBRAPA-CNPT, 1998.

Bibliografia Complementar:

BALASTREIRE, Luiz Antônio. **Máquinas Agrícolas**. São Paulo: Manole, 1987.

Energia na agricultura / Fca; Unesp.vol. 29 , São Paulo/SP : s.n, 2014. CD-ROM.

REIS, Angelo Vieira dos. **Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes**. Pelotas: Universitária, 1999.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Preparo do solo: implementos corretos**. São Paulo: Globo, 1989.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Máquinas de plantar**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

SILVEIRA, Gastão Moraes da. **Os cuidados com o trator**. Rio de Janeiro: Globo,1987.

6º SEMESTRE

Melhoramento Vegetal
Experimentação Agrícola e Pesquisa
Economia Rural
Avicultura para Agronomia
Controle de Plantas Daninhas II
Fitopatologia II
Forragicultura para Agronomia

Disciplina: Melhoramento Vegetal	Créditos: 04
Ementa:	
Evolução e centros de origem das plantas cultivadas. Bancos de germoplasma e variabilidade genética das espécies vegetais. Métodos de seleção e formação de cultivares em plantas autógamas e alógamas. Hibridação, vigor híbrido ou heterose. Experimentação varietal. Biotecnologia celular e molecular. Lei de proteção de cultivares.	
Objetivos da disciplina:	
Desenvolver nos acadêmicos o conhecimento sobre o melhoramento genético de plantas; a manipulação e combinação de genes envolvidos na obtenção de cultivares superiores; os métodos de melhoramento utilizados e a utilização da engenharia genética no aumento da produção agrícola.	
Conteúdo Programático:	
1 Importância do melhoramento genético	
1.1 Contribuições do melhoramento de plantas;	
1.2 Estratégias no melhoramento vegetal;	
1.3 Melhoramento de plantas no Brasil e no mundo.	
2 Planejamento de um programa de melhoramento	
2.1 Objetivos;	
2.2 Características a serem melhoradas.	
3 Variabilidade genética	
3.1 Centros de Origem das plantas cultivadas;	
3.2 Uso e manutenção de germoplasma;	
3.3 Bases genéticas para o melhoramento.	
4 Herdabilidade	
4.1 Componentes e fatores que afetam a herdabilidade;	
4.2 Métodos para estimação e ganho genético.	
5 Interação genótipo x ambiente	
5.1 Principais causas da interação genótipo x ambiente;	
5.2 Utilização das informações sobre interação genótipo x ambiente;	
5.3 Adaptabilidade e estabilidade de comportamento.	
6 Endogamia e heterose	
6.1 Caracterização	
7 Variedades híbridas	
7.1 Capacidade de combinação;	
7.2 Escolha dos testadores;	
7.3 Predição de comportamento de híbridos;	
7.4 Produção de híbridos	
8 Melhoramento genético de espécies autógamas	

8.1 Seleção de genitores;

8.2 Variedades.

9 Métodos de melhoramento

9.1 Introdução de germoplasma;

9.2 Seleção no melhoramento de plantas;

9.3 Hibridação no melhoramento de plantas;

9.4 Método da população;

9.5 Método genealógico;

9.6 Método descendente de uma única semente (SSD);

9.7 Teste de geração precoce;

9.8 Seleção recorrente;

9.9 Método dos retrocruzamentos.

10 Experimentação varietal

10.1 Ensaios preliminares;

10.2 Ensaios em rede (avaliação intermediária e final);

10.3 Análise de ensaios em rede;

10.4 Efeitos da interação genótipo x ambiente;

11 Lei de proteção de cultivares

12 Biotecnologia no melhoramento vegetal

Bibliografia Básica:

BIANCHINI, Francesco ; PANTANO, Azzura Carrara. **Tudo verde : guia das plantas e flores.** São Paulo : Melhoramentos, 1994.

DODDS, John H. , ROBERTS, Lorin W.. **Experiments in plant tissue culture.** : Cambridge, 1995

PLANT Cell, tissue and organ culture: fundamental methods. Plant Cell, tissue and organ culture: fundamental methods. : Sprint, 1995

PLANT MOLECULAR BIOLOGY : a Laboratory Manual. Plant molecular biology : a laboratory manual. berlin : Springer Verlag, 1997

RAMALHO, Magno Antonio Patto, SANTOS, João Bosco dos, PINTO, César Augusto Brasil Pereira. **Genética na agropecuária.** São Paulo : Globo, 1997

TORRES, Antonio Carlos; CALDAS, Linda Styer; BUSO, José Amauri. **Cultura de tecidos e transformação genética de plantas.** Brasília : EMBRAPA-SPI, 1998.

Bibliografia Complementar:

TORRES, Antonio Carlos; CALDAS, Linda Styer; BUSO, José Amauri. **Cultura de tecidos e transformação genética de plantas.** Brasília : EMBRAPA-SPI, 1999

<p>Disciplina: Experimentação Agrícola e Pesquisa Créditos: 04</p>
<p>Ementa: Princípios básicos da experimentação. Delineamentos experimentais. Análise da variância, regressão e correlação. Testes de comparações múltiplas de médias. Experimentos fatoriais. Experimentos em parcelas subdivididas. Análise e interpretação de resultados de pesquisa. Importância da pesquisa. Identificação de áreas problemas para pesquisa. Estrutura do projeto de pesquisa e do artigo técnico científico. Redação de projetos e trabalhos científicos. Publicação de trabalhos científicos.</p>
<p>Objetivos da disciplina: Desenvolver nos acadêmicos conhecimentos que o capacitem a elaboração de projetos científicos, condução destes a campo e análise dos resultados obtidos.</p>
<p>Conteúdo Programático: 1 Experimentação agrícola Introdução: Aspectos gerais; Importância da experimentação agrícola; Objetivos da disciplina; Definição de experimento; Tratamento; Unidade experimental; Princípios básicos da experimentação; Delineamentos experimentais; Pesquisa e experimentação; Delineamento Inteiramente Casualizado: Caracterização e uso; Modelo matemático e pressuposições; Análise da variância; Interpretação; Com o mesmo número de repetições por tratamento; Com número desigual de repetições; Procedimentos para Comparação Múltiplas das Médias de Tratamentos: Introdução; Teste F para análise da variância; Teste de Tukey; Teste de Duncan; Delineamento em Blocos ao Acaso: Caracterização e uso; Modelo matemático; Análise da variância e interpretação; Parcelas perdidas no delineamento blocos ao acaso. Interpretação de Experimentos com Tratamentos Quantitativos: Introdução; Método dos polinômios ortogonais; Análise da variância e interpretação; Experimentos Fatoriais: Introdução; Experimento bi fatorial – Organização dos resultados para análise, Modelo matemático, Interpretação - Experimento tri fatorial; Uso de parcelas subdivididas em experimentos bi fatoriais – Modelo matemático, Análise da variância e interpretação; Planejamento e Controle de Qualidade de Experimentos: Planejamento de experimentos; Controle de qualidade de experimentos – Considerações sobre erro experimental, Importância do erro experimental na análise dos experimentos, Avaliação do erro experimental, Tipos de erros em experimentos, Principais fontes de erro e respectivos cuidados; Qualidade na análise de experimentos Análise Conjunta de Experimentos; Análises de Trabalhos Científicos e Interpretação; Utilização de Programas Estatísticos;</p> <p>2 Pesquisa em agronomia</p>

Importância e Tipos de Pesquisa; Identificação de Áreas Problemas para Pesquisa; Estrutura do Projeto de Pesquisa - Elaboração do projeto de pesquisa; Procedimentos para implantação do projeto de pesquisa; Condução de experimentos, coleta e tabulação de dados; Estrutura do Artigo Técnico Científico - Elaboração do artigo; Apresentação do artigo; Publicação do artigo.

Bibliografia Básica:

GOMES, F.P. **Curso de estatística experimental**. Piracicaba, SP. 13.ed. NOBEL, 1990. 468p.

GOMES, F.P. **Estatística Moderna na pesquisa agropecuária**. 3.ed. Piracicaba, SP.

PATAFÓS, 1986. 162p.

MARQUES, Daniela Giffoni. **Pressuposições e a precisão dos ensaios de competição de cultivares de milho no estado do Rio Grande do Sul**, As. Santa Maria : [S.N.], 1999

Bibliografia Complementar:

BARROS, A. J. P. de & LENFELD, N. A. de S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 3^a ed., 1990. 102p.

GIL, A . C . **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000

THIOLLENT, Michel.. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo : Cortez, 2000

Disciplina: Economia Rural

Créditos: 04

Ementa:

Noções básicas de economia. Sistema econômico e suas relações fundamentais. Lei da oferta e da demanda. Estruturas de Mercado. Elementos de Macroeconomia. Desenvolvimento Econômico e Rural.

Objetivos da disciplina:

Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de habilidades, para propor soluções técnicas à agricultura com a realidade socioeconômica e com a sustentabilidade do processo produtivo.

Diagnosticar os problemas e a potencialidade da unidade de produção, interpretar criticamente dados, informações e inovações tecnológicas, dentro do contexto em que situa.

Fornecer o instrumental básico e metodologias de análise detalhada de empresas rurais e urbanas.

Saber fazer uso de modelos de decisão racional para estudos e análises de alternativas, visando elaborar, executar e gerenciar projetos pecuários e empresariais.

Planejar a utilização da propriedade, analisar os resultados e saber avaliar as alternativas compatíveis com a realidade socioeconômica.

Conteúdo Programático:**1 Introdução**

- 1.1 Fundamentos básicos da Economia
- 1.2 Sistema econômico simplificado
- 1.3 Agricultura e desenvolvimento econômico
- 1.4 Desenvolvimento rural
- 1.5 Leis de Demanda e Oferta (Individual e de Mercado)
- 1.6 Elasticidade de mercado

2 Estruturas de Mercado

- 2.1 Concorrência Perfeita
- 2.2 Monopólio
- 2.3 Concorrência Monopolista
- 2.4 Oligopólio

3 Custos de produção e viabilidade economia-financeira

- 3.1 Investimento
- 3.2 Receita
- 3.3 Custos: fixos, variáveis e custo de oportunidade
- 3.4 Depreciação
- 3.5 Indicadores de viabilidade: ponto de equilíbrio, lucratividade, TIR, VPL e prazo de retorno do investimento

4 Análise Macroeconômica

- 4.1 Inflação
- 4.2 Sistema financeiro nacional
- 4.3 Política fiscal, cambial e monetária

Bibliografia Básica:

- GREMAUD, A.P. ET. AL. **Introdução a economia**. São Paulo: Atlas: 2007.
- SILVA, Roni Antônio Garcia da Silva. **Administração rural**: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2013
- VASCONCELOS, Marco A.S. **Economia: micro e macro**. 3^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

- ARBAGE, Alessandro Poporatti **Fundamentos de economia rural**. Chapecó: Editora Argos, 2006.
- BATALHA, Mario Otavio. **Gestão agroindustrial**: GEPAI: grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 3.ed.. São Paulo/SP: Atlas, 2001
- KAGEYAMA Angela Antonia. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e Aplicação ao Caso Brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- MERA, Claudia Maria Prudêncio de. **Gestão rural e os aspectos produtivos da região do Corede Alto Jacui-RS**. Cruz Alta: Unicruz, 2007.

NOGUEIRA, Mauricio Palma. **Gestão de custos e avaliação de resultados**. Agricultura e pecuária. Bebedouro: SCOT Consultoria, 2001.

Disciplina: Avicultura para a Agronomia

Créditos: 03

Ementa:

Introdução a avicultura, generalidades na produção de aves. Importância socioeconômica da avicultura; Evolução da avicultura no Brasil. Avicultura e seus impactos ambientais. Produção de aves de corte e/ou de postura ambientalmente sustentáveis. Raças, alimentação, sanidade, instalações, equipamentos e manejo voltados à produção avícola sustentável. Inserção do pequeno avicultor no agronegócio. Classificação taxonômica e zootécnica de aves. Biologia da produção de aves. Criações industriais e caipiras. Instalações e equipamentos na avicultura de corte e postura. Alimentação de aves de corte e postura. Manejo reprodutivo de matrizes para corte e postura. Melhoramento genético de aves de corte e postura. Práticas de criação, planejamento avícola e manejo da criação de frangos de corte e poedeiras. Sistemas de criação. Abatedouros e processamento de ovos. Classificação e comercialização de carcaças e ovos. Criação de outras espécies avícolas, peru, codorna, faisão, pato, marreco, avestruz e galinha d'Angola. sistemas de produção; planejamento da produção; manejo do ambiente (corte e postura); aspectos nutricionais em diferentes estágios de desenvolvimento; noções de produção de aves exóticas.

Objetivos da disciplina:

Proporcionar ao aluno conhecimentos suficientes para atuar na área da Avicultura, conhecendo as principais técnicas de manejo e os demais itens necessários à uma boa produtividade na criação de frangos de corte e de poedeiras. Capacitar o aluno a ter uma visão ampla da avicultura de corte e de postura que é uma atividade de grande importância econômica e social. Além ter um conhecimento de aves exóticas. Discutir e pesquisar a sustentabilidade das atividades avícolas orgânicas ou agroecológicas, bem como certificações e aspectos produtivos envolvendo genética, manejo, instalações, sanidade e nutrição. Ter conhecimento das exigências com relação ao manejo reprodutivo, sanitário e nutricional; instalações e genética na avicultura moderna. Orientar tecnicamente a criação racional de aves, priorizando a biossegurança e o bem estar animal em produções avícolas.

Conteúdo Programático:

1 Introdução

- 1.1 Histórico da avicultura mundial e nacional,
- 1.2 Importância da avicultura,

- 1.3 Cadeia produtiva da avícola,
- 1.4 Sistemas produtivos na avicultura.
- 2 Fisiologia e anatomia das aves**
- 2.1 Caracterização geral,
- 2.2 Sistema digestivo,
- 2.3 Sistema reprodutivo.
- 3 Plantel avícola**
- 3.1 Principais raças puras de corte
- 3.2 Principais raças de postura
- 3.3 Seleção genética em avicultura
- 3.4 Formação das linhagens avícolas
- 4 Instalação, localização e equipamentos**
- 4.1 Fatores que interferem na escolha do local,
- 4.2 Dimensionamento dos galpões,
- 4.3 Características técnicas das instalações,
- 4.4 Equipamentos para aquecimento,
- 4.5 Equipamentos para ventilação,
- 4.6 Equipamentos para fornecimento de água e ração
- 5 Sistemas de produção de aves**
- 5.1 Sistema alternativo ou colonial,
- 5.2 Sistema intensivo e super intensivo
- 6 Cama aviária**
- 6.1 Tipos de materiais e importância,
- 6.2 Números de lotes,
- 6.2 Reutilização.
- 7 Manejo de matrizes**
- 7.1 Biossegurança na granja de matrizes
- 7.2 Ambiência e climatização
- 7.3 Alimentação e seleção,
- 7.4 Maturidade Sexual e acasalamento,
- 7.5 Criação em gaiolas e no piso.
- 8 Manejo de poedeiras**
- 8.1 Manejo de recria e produção,
- 8.2 Programas de Luz,
- 8.3 Muda forçada,
- 8.4 Manejo nutricional,
- 8.5 Manejo sanitário.
- 9 Manejo de frangos de corte**
- 9.1 Recebimento dos pintos,
- 9.2 Manejo nutricional,

- 9.3 Manejo sanitário,
 9.4 Manejo Pré-Abate.
10 Incubação artificial
 10.1 Manejo de ovos incubáveis,
 10.2 Manejo da incubação,
 10.3 Qualidade de pintos e cuidados nos primeiros dias de vida.
11 Outros tipos de aves de interesse
 11.1 Patos e gansos,
 11.2 Codornas e perus,
 11.3 Emas e avestruz,
 11.4 Outras aves exóticas.

Bibliografia Básica:

BENEZ, S.M. Aves: criação, clínica, teoria e prática. Ed. ROBE, 2001
 ENGLERT, S. Avicultura: manejo e alimentação. Ed. Agropecuária, 1998
 FACTA. Manejo de matrizes. 1994
 LANA, G.Q. Avicultura. Ed. Rural, 2000.
 MORENG, R.; AVENS, R. Ciência e produção de aves. Ed. ROCA, 1990.

Bibliografia Complementar:

BONIFÁCIO, J. Criação de emas. Ed. Agropecuária, 2001
 CIOCCA, C.F. Criação de galinhas. Ed. Agropecuária, 1995
 CPT. Criação de frangos e galinhas caipiras. 2003
 FERREIRA, M.G. Produção de aves de corte e postura. Ed. Agropecuária, 1993
 MALAVAZZI, G. Avicultura: manual prático. Livraria Nobel, 1999
 MALAVAZZI, G. Manual de criação de frangos de corte. Biblioteca Rural, 1982.

Disciplina: Controle de Plantas Daninhas II **Créditos:** 02

Ementa:

Controle de plantas daninhas nas culturas de estação fria, controle de plantas daninhas nas culturas de estação quente e controle de plantas daninhas em forrageiras anuais.

Objetivos da disciplina:

Propiciar competências ao aluno para elaborar estratégias de manejo integrado de plantas daninhas que integrem os diferentes métodos de controle, que sejam eficazes, que confirmem rentabilidade ao produtor rural e que resultem no mínimo impacto ambiental. E assim o aluno possa compreender os fatores relacionados no manejo de plantas daninhas, estabelecendo inter-relações entre os processos envolvidos.

Conteúdo Programático:**1 Controle de plantas daninhas em cereais de inverno**

- 1.1 Trigo
- 1.2 Aveia branca
- 1.3 Cevada

2 Controle de plantas daninhas em oleaginosas de inverno

- 2.1 Canola

3 Controle de plantas daninhas em cereais de verão

- 3.1 Arroz
- 3.2 Milho

4 Controle de plantas daninhas em oleaginosas de verão

- 4.1 Feijão
- 4.2 Girassol
- 4.3 Soja

5 Controle de plantas daninhas em forrageiras anuais

- 5.1 Azevém
- 5.2 Aveia
- 5.3 Sorgo Forrageiro
- 5.4 Milheto

6 Controle de plantas daninhas em culturas industriais

- 6.1 Algodão
- 6.2 Cana-de-açúcar

Bibliografia Básica:

LORENZI, H. Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional. São Paulo: Plantarum, 2006. 339 p.

SILVA, A.A.; SILVA, J.F. **Tópicos em manejo de plantas daninhas**. Viçosa: Ed. UFV, 2007. 367 p.

VARGAS, L.; ROMAN, E.S. **Manual de manejo e controle de plantas daninhas**. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2008. 779 p.

Bibliografia Complementar:

MONQUERO, P.A. **Aspectos da biologia e manejo das plantas daninhas**. Patrícia Andrea Monquero (org.). São Carlos: RiMA Editora, 2014. 430p.

MONQUERO, P.A. **Manejo de plantas daninhas em culturas agrícolas**. Patrícia Andrea Monquero (org.). São Carlos: RiMA Editora, 2014. 306p.

OLIVEIRA Jr, R.S.; CONSTANTIN, J.; INOUE, M.H. **Biologia e manejo de plantas daninhas**. Curitiba: Omnipax, 2011. 348 p. (disponível na internet).

CHRISTOFFOLETI, P. J. **Aspectos de resistência de plantas daninhas a herbicidas**. 4.ed. Campinas: Associação Brasileira de Ação à Resistência de Plantas aos Herbicidas, 2016. 262p. (disponível na internet).

RODRIGUES, B.N.; ALMEIDA, F.S.de. **Guia de herbicidas**. 6.ed. Londrina: Benedito Noedi Rodrigues/Fernando Sousa de Almeida, 2011. 697p.

ROMAN, E.S.; et al. **Como funcionam os herbicidas da biologia à aplicação**. Passo Fundo: Gráfica Editora Bertier, 2007. 160p.

Artigos publicados em periódicos com livre acesso. **Revista Planta Daninha e Revista Brasileira de Herbicidas**.

Disciplina: Fitopatologia II	Créditos: 04
Ementa: Grandes Grupos de Doenças, segundo classificação de McNew. Doenças de importância econômica na região. Fungicidas. Diagnose de doenças no laboratório e a campo. Técnicas fitopatológicas para diagnose de doenças de plantas.	
Objetivos da disciplina: Criar condições para que o acadêmico, mediante cada grupo de doença, identifique as doenças nas diversas situações e proceda recomendações de controle visando a produtividade das culturas de forma sustentável e preservando o meio ambiente.	
Conteúdo Programático: 1 Grupos de doenças segundo Mc New 1º Grupo – Podridões em órgãos de reserva 2º Grupo – Danos em plântulas 3º Grupo – Podridão de raiz e colo 4º Grupo – Murchas vasculares 5º Grupo – Manchas foliares, ferrugens, oídios e míldios 6º Grupo – Cáries e carvões, galhas e viroses Outras doenças de importância econômica 2 Mecanismos de ação dos fungicidas 2.1 Grupos químicos de fungicidas 2.2 Ingredientes ativos, ação nos fungos. 3 Técnicas de laboratório e campo para identificação e controle de doenças em plantas 3.1 Clínica vegetal.	
Bibliografia Básica:	

BERGAMIN FILHO; A. KIMATI; H. AMORIM, L. Manual de Fitopatologia – Vol. 1: princípios e conceitos. 3ª Ed. CERES, 1995. 919 p.

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. Volume 2: Doenças de Plantas Cultivadas. 3. ed. São Paulo: Ceres, 1997. 774p.

FERNANDEZ, M. R. Manual de Laboratório de Fitopatologia. Passo Fundo: EMBRAPA-CNPT, 1993. 128 p. (EMBRAPA-CNPT. Documentos, 6).

Bibliografia Complementar:

AGRIOS, G.H. Plant Pathology. 5. ed. San Diego: Academic Press, 2005. 952 p.

ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. Métodos em Fitopatologia. Viçosa. Ed. UFV. 382p. 2007

AMERICAN PHYTOPATHOLOGICAL SOCIETY. Compendium of Barley Diseases 2° ed. St. Paul, Minnesota, 1982. 78p.

AMERICAN PHYTOPATHOLOGICAL SOCIETY .Compendium of corn diseases. 2° ed. St. Paul Minnesota, 1980. 105p.

AMERICAN PHYTOPATHOLOGICAL SOCIETY. Compendium of soybean diseases. 3° ed. St. Paul Minnesota, 1977. 106 p.

AMERICAN PHYTOPATHOLOGICAL SOCIETY. Compendium of sorghum diseases. 1° ed. St. Paul Minnesota, 1986. 82 p.

AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A. (Ed.). Manual de Fitopatologia. Princípios e conceitos. 5.ed.. Ouro Fino/MG: Agronômica Ceres, 2018. 573 p.

BARNETT, H. L. & HUNTER, H. B. Illustrated Genera of Imperfect Fungi. 3° ed. Burgess Publishing Co. Minneapolis, Minnesota. 1972.

BAKER, K.F. & COOK, R.J. (editores) Biological Control of Plant. Pathogens. W.H. Freeman and Co. San Francisco, 433. P.

EYAL, Z. et. Alii. Enfermedades del trigo causadas por Septoria : Conceptos y Metodos relacionados com el manejo de estas enfermedades . México, DF. CIMMYT, 1987. 46p

KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L. E. A. (Ed.). Manual de Fitopatologia. Doenças de Plantas Cultivadas. 4. ed. São Paulo: Ceres, 2005. v. 2. 661 p.

LORDELLO, 1 .g.e. Nematóides das Plantas cultivadas. 2° ed. São Paulo., Nobel, 1973.200p.

PLANK, J.B. VANDER. Disease Resistance in Plants. Academic Press, New York. 206 p.

PLANK, J.B. VANDER. Principles of Plant Infection. Academic Press. New York. 216 p.

RIBEIRO DO VALE, F.X.; JÚNIOR, W.C.J.; ZAMBOLIM, L. Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: Editora Perfil, 2004. 531p.

REIS, E. M.; CASA, R. T. Doenças da Soja: Etiologia, sintomatologia, diagnose e manejo integrado. Passo Fundo- RS: Berthier, 2012. 434 p.

REIS,E.M ; CASA,R.T. ; REIS, A. C. . Manual de diagnose e controle de doenças do milho. 2. ed. Lages - SC: Graphel - Gráfica e Editora Lages Ltda, 2004. v. único. 141p

REIS, E. M.; REIS, A. C.; CARMONA, A.C. Manual de fungicidas: guia para o controle químico de doenças de plantas. 7 ed. 2016, 280p.

RIKER, A. J. & RIKER, R. S. Introduction to Research on Plant Diseases – A guide to the Principles and Practices for Studying Various Plant – Disease Problems. University of Wisconsin. 104.p.

TUITE, J. Plant Pathological Methods : fungi and bacteria. Burgess publishing co.Minneapolis. 239p.

VALE, F.X.R.; JESUS JÚNIOR, W.C.; ZAMBOLIM, L. Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Ed. Perffil, 2004.

ZILLINSKI, F. J. Common diseases of small grain cereals. A guide to their identification. CIMMYT. 1983. 141p.

Disciplina: Forragicultura para Agronomia	Créditos: 04
Ementa:	
Conceitos em forragicultura e manejos de forrageiras. Identificação de forrageiras perenes e anuais de verão e inverno, bem como processos de armazenagem na forma de feno e silagem.	
Objetivos da disciplina:	
Formar um profissional com aptidão para conduzir sistemas de produção a pasto com forrageiras leguminosas e gramíneas de inverno e verão. Fornecer subsídios ao aluno para que o mesmo possa compreender e descrever os processos de relacionados ao desenvolvimento das culturas vegetais, bem como desenvolver o pensamento científico e auxilia-lo a estabelecer a interrelação entre os processos envolvidos.	
Conteúdo Programático:	
<ol style="list-style-type: none"> 1 Conceitos de forragem e e sistemas de produção em pastagens. 2 Aspectos morfológicos e hábito de crescimento de plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. Divisão de grupos para seminário. 3 Escolha da espécie forrageira: valor nutricional e alimentar. Consorciação de sementes. 4 Classificação de forragens e organização do seminário. 5 Gramíneas Perenes e anuais de Verão. Gramíneas Perenes e anuais de Inverno. 6 Leguminosas Anuais e Perenes de Verão. Leguminosas Anuais e Perenes de Inverno. 7 Estabelecimento de pastagem: sementes, mudas e campo nativo. 8 Adubação de pastagens. Influência da adubação sobre a qualidade e capacidade de suporte da pastagem. 9 Avaliação de pastagens sob diferentes manejos. 10 Pastagens degradadas: compreensão e avaliação do grau de degradação 11 Pastagens degradadas: compreensão e avaliação do grau de degradação 12 Recuperação de pastagens degradadas 	

13 Ensilagem. Descrição dos processos de conservação. Utilização, vantagens e desvantagens.

14 Fenação. Descrição dos processos de conservação. Utilização, vantagens e desvantagens.

Bibliografia Básica:

ALCÂNTARA, P. B. **Plantas forrageiras: gramíneas & leguminosas**. 5.ed.. São Paulo/SP: Nobel, 1988. 162 p. ISBN 9788521304012.

Plantas forrageiras. Viçosa/MG: UFV, 2010. 537 p. ISBN 9788572693707.

PUPO, Nelson Ignácio Hadler. **Manual de pastagens e forrageiras: formação, conservação, utilização**. Campinas/SP: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2002. 343 p.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, P. C. et al. **Nativão: 30 anos de pesquisa em Campo Nativo**. Porto Alegre; 2017. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/gpep/documents/livros/Boletim%20Nativ%C3%A3o.pdf>

DIAS-FILHO, M. B. **Diagnóstico das Pastagens no Brasil**; Embrapa 2014. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/986147/1/DOC402.pdf>

FONSECA, D.M., MARTURCELLO, J.A. **Plantas forrageiras**. Viçosa/MG: UFV, 2010. 537 p.

REIS, R. A.; MOREIRA, A. L. **Conservação de forragem como estratégia para otimizar o manejo das pastagens**. UNESP, 2015. Disponível em:

http://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/zootecnia/ANACLAUDIARUGGIERI/conser_vacao_de_forragens_goiania.pdf

SANTOS, H.P. **Principais forrageiras para integração lavoura-pecuária, sob plantio direto, nas regiões planalto das missões do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo/RS: Embrapa, 2002. 142 p.

7º SEMESTRE

Silvicultura

Beneficiamento e Armazenamento de Grãos

Manejo Conservacionista Solo

Bovinocultura de Corte para Agronomia

Bovinocultura de Leite para Agronomia

Ovinocultura para Agronomia

Fruticultura I

Hidráulica Agrícola

Disciplina: Silvicultura	Créditos: 04
Ementa: Reflexão sobre a situação conjuntural do setor; Organização de Viveiro florestal, Estudo da propagação de espécies florestais, Produção de erva mate, pínus, eucalipto e acácia negra; discussão sobre legislação florestal, Orientação sobre inventário florestal	
Objetivos da disciplina: Oportunizar conhecimentos teórico-práticos sobre florestas e florestamento, bem como sua Legislação. Reconhecer os tipos de viveiros florestais e a propagação das espécies. Caracterizar a implantação e o manejo do povoamento de espécies florestais nativas e exóticas.	
Conteúdos Programáticos: 1 Introdução à silvicultura 1.1 Histórico 1.2 Importância social e econômica do florestamento 2 Viveiro florestal 2.1 Tipos 2.2 Localização e instalação 2.3 Produção de mudas 3 Propagação de espécies florestais 3.1 Reprodução sexuada 3.2 Reprodução assexuada 4 Cultivo da erva mate 4.1 Importância 4.2 Produção de mudas 4.3 Implantação e manejo 4.4 Exploração, Industrialização e Custos de produção 5 Povoamento de pinus 5.1 Importância 5.2 Produção de mudas 5.3 Implantação e manejo 5.4 Exploração, Industrialização e Custos de produção 6 Povoamento de eucalipto 6.1 Importância 6.2 Produção de mudas 6.3 Implantação e Manejo 6.4 Exploração, Industrialização e Custos de produção 7 Povoamento de acácia negra 7.1 Importância	

- 7.2 Produção de mudas
 7.3 Implantação e Manejo
 7.4 Exploração, Industrialização e Custos de produção

8 Legislação florestal

8 Inventário florestal

Bibliografia Básica:

MACEDO, Renato Luiz Grisi; VALE, Antônio Bartolomeu; VENTURIN, Nelson. **Eucalipto em Sistemas Agroflorestais**. UFLA, 2010

PAIVA, Haroldo Nogueira de. **Cultivo do Eucalipto: implantação e manejo**. 2ª ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011.

SHIMIZU, Jarbas Yukio. **Pinus na Silvicultura Brasileira**, Embrapa, 2008.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. **Espécies Arbóreas Brasileiras**. Colombo, PR: Embrapa Informação Tecnológica, v. 3. 2008.

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil**. Nova Odessa - SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, Vol. 1. 2002.

MARCHIORI, José Nilton Cardoso. **Dendrologia das Angiospermas: Leguminosas**. Santa Maria; Ed. da UFSM, 1997.

MARCHIORI, José Nilton Cardoso. **Dendrologia das Angiospermas: Myrtales**. Santa Maria; Ed. da UFSM, 1997.

WEIMAR, Freire da Rocha Junior; MILOCA, Léo Mathias. (Organizadores) **Sistema agroindustrial ervateiro: perspectivas e debates**. Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

Disciplina: Beneficiamento e Armazenamento de Grãos

Créditos: 02

Ementa:

Sistemas de armazenamento. Fatores que afetam a qualidade do grão e seu controle. Mudança nas características físicas e qualidade dos grãos armazenados. Beneficiamento e secagem de grãos.

Objetivos da disciplina:

Reconhecer e avaliar os processos referentes ao beneficiamento, conservação e comercialização de grãos. Conhecer os equipamentos, estruturas e suas funções na Unidades de beneficiamento e armazenamento de grãos.

Conteúdo Programático:

1 Armazenagem no Brasil

- 1.1 Histórico;
- 1.2. Rede Armazenadora de Grãos;
- 1.3. Métodos de Armazenamento;
- 1.4. Armazenamento nas Pequenas Propriedades Rurais;
- 1.5. Armazenamento com Atmosfera Modificada ou Controlada;
- 1.6. Armazenamento Convencional;
- 1.7. Armazenamento a Granel;
- 1.8 Propriedades dos grãos: higroscopicidade;
- 1.9. Silos verticais e Horizontais

2 Pragas de Grãos Armazenados

- 2.1 Danos Causados pelos Insetos;
- 2.2 Principais Características dos Insetos;
- 2.3 Classificação dos Insetos quanto aos Hábitos Alimentares;
- 2.4 Fatores que Afetam a Incidência de Insetos;
- 2.5 Principais Pragas dos Produtos Armazenados;
- 2.6 Controle de Insetos em Unidades Armazenadoras;
- 2.7 Danos Causados pelos Roedores;
- 2.8 Características Gerais dos Ratos;
- 2.9 Principais Espécies;
- 2.10 Métodos de Controle.

3 Beneficiamento de Grãos

- 3.1 Características Físicas dos Grãos Utilizadas na Separação e Classificação;
- 3.2 Sequência Básica de Beneficiamento;
- 3.3 Pré-Limpeza e Limpeza;
- 3.4 Máquina de Ar e Peneiras;
- 3.5 Secagem
- 3.6 Classificação;
- 3.7 Classificação por Massa específica;
- 3.8 Classificação pelo Formato.

Bibliografia Básica:

LORINI, I.; MIIKE, L.H.; SCUSSEL, V.M. **Armazenagem de Grãos**: Instituto Bio Geneziz (IBG), Campinas, São Paulo, 2002.983p.

PUZZI, D. **Abastecimento e armazenagem de grãos**. Campinas – São Paulo, Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2000.

WEBER, E. A.. **Armazenagem Agrícola**. Editora. Livraria e Editora Agropecuária, Guaíba: RS. 2001. 396 p.

Bibliografia Complementar:

ATHIÉ, I; PAULA, D. C. de. **Insetos de grãos armazenados**. 2ª ed. Livraria Varela. 2002.

LORINI, I. **Controle integrado de pragas de grãos armazenados**. Passo Fundo: EMBRAPA-CNPT, 1998.52p.
 SCUSSEL, V. M. et al. **Atualidades em micotoxinas e armazenagem de grãos II**. Imprensa Universitária. 2008.

Disciplina: Manejo Conservacionista do Solo

Créditos: 04

Ementa:

Erosão do solo. Sistemas de manejo do solo. Práticas conservacionistas e de controle da degradação e de recuperação de solos. Rotação de culturas. Adubação verde. Reflorestamento conservacionista. Aptidão agrícola das terras. Levantamento e planejamento conservacionista do solo quanto à capacidade de uso.

Objetivos da disciplina:

Fazer com que o aluno, ao final do curso, conheça os sistemas de manejo do solo, especialmente aqueles utilizados na agricultura brasileira.

Compreender as consequências do uso e manejo inadequados do solo sobre a capacidade do mesmo em cumprir com suas funções agroecológicas.

Conhecer as principais práticas conservacionistas e de controle da degradação e de recuperação de solos degradados; bem como desenvolver conhecimento adequado para o planejamento conservacionista da propriedade para um manejo sustentável do solo.

Conteúdo Programático:

1 Erosão do Solo

1.1 Processos e formas;

1.2 Erosão hídrica

1.3 Erosão eólica.

2 Manejo do solo

2.1 Preparo do solo, aração do solo, escarificação, gradagem, rolagem, sistema plantio direto.

3 Sistemas de cultivo do solo

3.1 Sistema convencional,

3.2 Sistema mínimo ou reduzido

3.3 Sistema plantio direto.

4 Práticas conservacionistas e de recuperação

4.1 Cobertura morta,

4.2 Adubação verde,

4.3 Rotação de culturas,

4.4 Cultivo e nível,

- 4.5 Cultivo em faixas,
- 4.6 Terraceamento,
- 4.7 Controle e recuperação de voçorocas

5 Integração Lavoura-Pecuária

- 5.1 Reflorestamento conservacionista
- 5.2 Sistemas Agrosilvipastoril.;

6 Efeito estufa e sequestro de carbono

- 6.1 Gases de efeito estufa
- 6.2 Manejo do solo e seus efeitos e consequências.

7 Classes de capacidade de uso das terras

- 7.1 Grupos e classes.

8 Aptidão agrícola das terras

- 8.1 Níveis, grupos e classes.

Bibliografia Básica:

BERTONI, José. & LOMBARDI NETO, Francisco. **Conservação do Solo**. Piracicaba, Livroceres, 1985.

FIORIN, Jackson Ernani. **Manejo e fertilidade do solo no Sistema Plantio Direto**. Cruz Alta: FUNDACEP, 2007.

PRUSKI, Fernando Falco. **Conservação do solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica**. 2.ed.. Viçosa - MG: UFV, 2009.

Bibliografia Complementar:

DERPCH, Rolf et all. **Controle da erosão no Paraná, Brasil: sistemas de cobertura do solo, plantio direto e preparo conservacionista do solo**. Rossdorf, GTZ/IAPAR, 1990.

MARTINS, A.P.; KUNRATH, T.R.; ANGHINONI, I.; CARVALHO, P.C.F. (EdS.)

Integração soja-bovinos de corte no Sul do Brasil. 2. ed. Boletim Técnico. Porto Alegre,

2015, 102p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Paulo_De_Faccio_Carvalho2/publication/282357366_Integracao_Soja_Bovinos_de_Corte_no_Sul_do_Brasil/links/561039df08ae48337519b74d/Integracao-Soja-Bovinos-de-Corte-no-Sul-do-Brasil.pdf>.

Acesso em: 18-Ago-2017.

MONEGAT, Claudio. **Plantas de cobertura do solo : características e manejo em pequenas propriedades**. Chapecó, 1991

SCHNEIDER, Paulo. **Classificação da aptidão agrícola das terras: um sistema alternativo**. Guaíba/RS: Agrolivros, 2007.

SCHULTZ, Lucenio Arno. **Métodos de conservação do solo**. Porto Alegre, Sagra, 1987.

Ementa:

Reflexão sobre a situação atual e a importância econômica da cadeia produtiva da carne; Comparação entre as características das raças bovinas de corte e seus cruzamentos; Compreensão da composição dos rebanhos de corte e planejamento nutricional, reprodutivo e sanitário dentro dos sistemas de criação; Estabelecimento das relações entre instalações, bem estar, produtividade e sustentabilidade.

Objetivos da disciplina:

Contextualizar a importância sócio-econômica da cadeia produtiva da carne;
 Caracterizar os sistemas produtivos, contextualizando as aptidões das raças bovinas e suas cruzas;
 Elaborar programas de manejo dos rebanhos em seus diferentes sistemas de criação bem como conhecer os principais sistemas de alimentação para os diferentes ciclos;
 Reconhecer pontos fundamentais na gestão de processos em uma propriedade de corte visando à produção sustentável.

Conteúdo Programático:**1 Panorama geral da bovinocultura de corte**

- 1.1 Panorama atual e importância da bovinocultura de corte
- 1.2 Balanço dos rebanhos no Brasil por Região e Estados
- 1.3 Mercado, comercialização, programas de qualidade e precificação da carne bovina

2 Índices zootécnicos

- 2.1 Objetivos do cálculo dos índices zootécnicos
- 2.2 Principais índices zootécnicos relacionados à produção e a reprodução

3 Sistemas de criação e ciclos de produção

- 3.1 Sistema de criação extensivo, semi-intensivo e intensivo
- 3.2 Caracterização das fases do manejo dos rebanhos de corte
- 3.3 Caracterização dos ciclos de produção na exploração pecuária de corte

4 Raças bovinas de corte

- 4.1 Raças europeias: britânicas e continentais
- 4.2 Raças zebuínas
- 4.3 Raças sintéticas

5 Melhoramento genético em bovinos

- 5.1 Métodos de seleção
- 5.2 Sistemas de cruzamentos
- 5.3 Programas de melhoramento genético

6 Composição e evolução dos rebanhos de corte

- 6.1 Balanço alimentar, carga animal e unidade animal
- 6.2 Cálculo da composição e evolução dos rebanhos
- 6.3 Planejamento dos rebanhos em propriedades

7 Manejo dos rebanhos de corte

- 7.1 Fase cria e recria: manejo do terneiro e recria
 - 7.1.1 Nascimento, aleitamento, identificação e castração e desmame
 - 7.1.2 Caracterização da recria
 - 7.1.3 Redução da idade de abate e de entoure
- 7.2 Manejo do entoure e parição
 - 7.2.1 Sistemas de acasalamento
 - 7.2.2 Épocas de entoure e parição
- 7.3 Manejo de reprodutores
 - 7.3.1 Avaliação da capacidade reprodutiva
 - 7.3.2 Avaliação e escolha de um bom reprodutor
 - 7.3.3 Catálogos de reprodutores
- 7.4 Sistemas de alimentação
 - 7.4.1 Sistema de alimentação em pastagens nativas e cultivadas
 - 7.4.2 Sistema de alimentação: suplementação e confinamento
 - 7.4.3 Estratégias de alimentação visando reprodução e terminação
- 7.5 Padrão do boi
 - 7.5.1 Classificação e tipificação de carcaça
 - 7.5.2 Fatores que influenciam na qualidade da carne
 - 7.5.3 Programas de qualidade de carne

Bibliografia Básica:

- PIRES, A. V. **Bovinocultura de Corte**. Piracicaba: FEALQ, 2010. Volume 1. 760p.
- PIRES, A. V. **Bovinocultura de Corte**. Piracicaba: FEALQ, 2010. Volume 2. (760 1510p.)
- ROVIRA, J. **Manejo nutricional de los rodeos de cria en pastoreo**. Montevideo: Hemisfério Sur, 1997. 288p.

Bibliografia Complementar:

- ANUALPEC. **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: Instituto FNP, 2017.
- DUARTE, R. P. **Considerações para o melhoramento em bovinos de corte**. Guaíba: Agropecuária, 2000. 148p.
- GOTTSCHAL, C. S. **Desmame de terneiros de corte**. Como? Quando? Porque? Guaíba: Agropecuária, 2002.
- GOTTSCHALL, C. S. **Produção de novilhos precoces** – Nutrição, Manejo e Custos de Produção. Guaíba: Agropecuária, 2001. 208p.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL / NUTRIENTS REQUERIMENTS OF DOMESTIC ANIMALS. Nutrient requeriments of beef cattle. Update 2000. Washington, D. C.: **National Academy Press, 1996.**

Periódicos:

www.periodicos.capes.gov.br
<http://www.sciencedirect.com/science/journals/all/full-text-access>
<http://onlinelibrary.wiley.com/>
<http://link.springer.com/>

Disciplina: Bovinocultura de leite para a Agronomia **Créditos:** 03

Ementa:

Reflexão sobre a situação atual e importância sócio-econômica da cadeia produtiva do leite. Análise da situação, econômica e os recursos disponíveis na região para a criação; Introdução a bovinocultura: histórico e evolução da atividade. Sistemas de produção de bovinos; Anatomia e morfologia dos bovinos; Raças; Instalações; Sistemas de criações de bovinos; Manejo nutricional; Manejo dos animais do nascimento, crescimento e terminação; Manejo reprodutivo (tipos de coberturas, métodos de reprodução, gestação, parto e manejo do recém nascido); Manejo sanitário; principais enfermidades, diagnósticos e tratamentos; Manejo de dejetos e animais mortos; Índices zootécnicos e de produção. Tipos de ordenhas e qualidade do leite.

Objetivos da disciplina:

Proporcionar ao egresso do Curso de Agronomia, conhecimentos teóricos e práticos, básico para manejo e criação de bovinos de leite, com finalidade de despertar nestes, interesse pela atividade. Apresentar a produção de bovinos de leite como importante atividade economicamente viável na produção de leite e proteína animal e na manutenção dos pequenos agricultores no campo. Destacar a importância de um bom manejo reprodutivo, bem como boas técnicas de criações de bezerras.

Proporcionar o conhecimento da legislação do bem estar animal e disponibilizar informações tecnológicas e noções de gerenciamento de propriedades leiteiras para a sua inserção profissional na cadeia produtiva do leite, em seus diferentes sistemas de produção, juntamente com análise técnica-econômica desse segmento.

Conteúdo Programático:

1 Introdução

- 1.1 Introdução a bovinocultura leiteira e importância sócia econômica,
- 1.2 Principais bacias leiteiras,
- 1.3 Situação atual da produção de leite.
- 1.4 Condições essenciais à exploração leiteira.

2 Aspectos técnicos da produção de bovinos

- 2.1 Raças leiteiras e cruzamentos,
- 2.2 Índices de Produtividade
- 2.3 Características gerais do gado leiteiro.

3 Instalações

- 3.1 Construções básicas e complementares,
- 3.2 Manejo e higiene das instalações.

4 Criação e manejo

- 4.1 Manejo das terneiras,
- 4.2 Manejo das novilhas e vacas no período seco,
- 4.3 Manejo da vaca em lactação.

5 Fisiologia da lactação

- 5.1 Anatomia do úbere,;
- 5.2 Hormônios ligados à lactação,
- 5.3 Secreção e ejeção do leite,
- 5.4 Fatores exógenos que interferem na produção do leite.

6 Alimentos e alimentação

- 6.1 Conceitos básicos,
- 6.2 Necessidades nutricionais,
- 6.3 Balanceamento de dietas,
- 6.4 Manejo alimentar.

7 Sanidade

- 7.1 Planejamento profilático do rebanho,
- 7.2 Técnicas de aplicação de medicamentos e vias de aplicação,
- 7.3 Doenças de importância para a bovinocultura leiteira.

8 Reprodução

- 8.1 Manejo Reprodutivo,
- 8.2 Biotecnologias Aplicadas.
- 8.3 Ciclo estral e técnicas de detecção de cio.

9 Conforto animal na bovinocultura

- 9.1 Como proporcionar conforto animal em bovinos leiteiros,
- 9.2 Desafios com a vaca atual,
- 9.3 Importância da água para bovinos leiteiros.
- 9.4 Estresse térmico e produção leiteira.

10 Qualidade do leite

- 10.1 Contagem de células somáticas e bacterianas,
- 10.2 Principais fraudes no setor Contagem de células somáticas e bacterianas,
- 10.3 Tipos de ordenhas e qualidade do leite.

Bibliografia Básica:

ATHIÊ **Gado leiteiro**: uma proposta de manejo. Porto Alegre: Nobel, 1998.

CHAPAVAL, L. **Leite de qualidade**: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa: Aprenda fácil, 2000.

DOMINGUES, O. **Gado leiteiro para o Brasil: gado europeu, gado indiano, gado bubalino.** São Paulo: Nobel, 1982.

HAFEZ, E. S. E. **Reprodução Animal.** 6. ed. São Paulo: Manole, 1995. 582p

KIRCHOF, B. **Alimentação da vaca leiteira.** Guaíba: Agropecuária, 1999.

LUCCI, C. S., **Bovinos Leiteiros Jovens: Nutrição. Manejo. Doenças.** São Paulo: Nobel. Ed. Universidade De São Paulo, 1989, 371p

NEIVA, R. S., **Produção de Bovinos Leiteiros.** 2.ed. Lavras: UFLA – 2000, 514p.

REBHUN. **Doenças do gado leiteiro.** São Paulo: Roca, 2000.

Bibliografia Complementar:

KLEIN, V. A., **Manual da Ordenha Mecanizada.** Passo Fundo: Ed. UPF, 2006, 92p.

MONTARDO, O. V., **Alimentos e alimentação do rebanho leiteiro.** Guaíba: Agropecuária, 1998.

OLIVEIRA, M. D. S., **Pecuária Leiteira: aspectos ligados a reprodução e produção de vacas leiteiras.** Jaboticabal: FUNEP, 1998.

PEIXOTO, A. M., MOURA, J. C., FARIA, V. P., **Bovinocultura Leiteira: Fundamentos da exploração racional.** 2.ed. Piracicaba: FEALQ, 1993, 581p.

<http://www.milkpoint.com.br>

<http://babcock.wisc.edu/pt-br/node/124>

Disciplina: Ovinocultura para Agronomia **Créditos:** 02

Ementa:

Conhecer a importância sócio-econômica da ovinocultura no Rio Grande do Sul e no mundo, identificar as principais raças e suas peculiaridades, aplicar técnicas de manejo alimentar, sanitário, reprodutivo, programar e orientar o manejo de instalações, equipamentos e técnicas de biossegurança, além de conhecer e realizar o planejamento econômico na produção de carne, leite, pele e lã.

Objetivos da disciplina: .

Possibilitar ao acadêmico que, ao concluir a disciplina, possa entender e atuar na ovinocultura, destacando os princípios básicos da ovinocultura, sistemas de criação, bem como a escolha da raça mais adequada para diferentes condições de criação.

Conteúdo Programático:

1 Introdução

- 1.1 Histórico da ovinocultura,
- 1.2 Importância da ovinocultura para o Brasil,
- 1.3 Classificação dos ovinos;

1.4 Distribuição geográfica e sistemas de criação;

1.5 Evolução da ovinocultura no RS.

2 Raças ovinas

2.1 Conformação e constituição das principais raças;

2.2 Índices de Produtividade

2.3 Fatores que influenciam na escolha do tipo ovino.

2.4 Sistemas de cruzamentos utilizados na ovinocultura.

3 Instalações

3.1 No campo (abrigos, aguadas, pasto, aramados, etc.);

3.2 Na cabanha (Mangueiras, banheiros, bretes, troncos, etc.);

4 Crescimento, desenvolvimento e mortalidade de cordeiros

4.1 Principais causas de mortalidade perinatal de cordeiros;

4.2 Métodos de controle e profilaxias;

5 Nutrição dos ovinos

5.1 Demanda alimentar e necessidades de alimentos para ovinos;

5.2 Escore de condição corporal de ovelhas;

5.3 Alimentação diferenciada para diferentes fases da vida do animal;

5.4 Planejamento forrageiro e manejo de pastagens para ovinos

6 Higiene, profilaxia e biossegurança

6.1 Profilaxia e controle de doenças: bacterianas, fúngicas e víricas;

6.2 Controle de doenças causadas por endoparasitas e ectoparasitas;

6.3 Métodos de manejo para o controle de verminoses;

6.4 Higiene e desinfecção das instalações,

6.4 Programa de biossegurança.

7 Manejo reprodutivo dos ovinos

7.1 Ciclo estral dos ovinos e sazonalidade;

7.2 Métodos de acasalamento e técnicas auxiliares;

7.3 Assistência ao parto

7.4 Biotecnologias utilizadas na ovinocultura.

8 Planejamento da produção

8.1 Gestão do processo produtivo de ovinos;

8.2 Organização dos sistemas,

8.3 Uso de sistemas informatizados para o controle da produção,

8.4 Dimensionamento dos empreendimentos

Bibliografia Básica:

BOFIL, F. J., **A reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Guaíba: Agropecuária, 1996. 137p.

COIMBRA FILHO, A.. **Técnicas de criação de ovinos**. Guaíba: Agropecuária, 1992. 102p.

VAZ, C. M. S. L., **Ovinos: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Brasília: Embrapa, 2007. 158p

Bibliografia Complementar:

BOFILL, F. J., **A raça ovina ideal na Austrália e no Rio Grande do Sul**. Guaíba: Agropecuária, 1997. 276 p.

SELAIVE-VILLARROEL, B.A., OSÓRIO, S. J.C. D.. **Produção de Ovinos no Brasil**. 1ª ed. – São Paulo: Roca, 2017, 656p

SILVA. S., AMÉRICO Da G., Criação de ovinos, Jaboticabal: FUNEP, 1997. 42p.

Alimentação de ovinos de corte, Viçosa, Centro de Produções Técnicas.

SOUZA. I. G. **A ovelha: manual prático zootécnico**. 2.ed..São Paulo: Palotti, 2005. 77p.

Disciplina: Fruticultura I

Créditos:02

Ementa:

Reflexão sobre a situação conjuntural do setor; Orientação sobre a implantação de pomares; Estudo da propagação, poda e raleio de frutíferas; Aplicação de fitorreguladores na fruticultura; Análise da colheita, pós colheita e armazenamento de frutíferas.

Objetivos da disciplina:

Capacitar os alunos a desenvolverem atividades relacionadas à implantação de pomares.

Compreender a propagação, poda e raleio de frutíferas.

Propiciar o embasamento para o uso de fitorreguladores na fruticultura.

Analisar as metodologias utilizadas para a colheita, pós colheita e armazenamento de frutíferas.

Conteúdo Programático:

1 Introdução à fruticultura

1.1 Situação Conjuntural do Setor

1.2 Importância

1.3 Principais problemas e desafios

1.4 Classificação das frutas

2 Instalação de pomares

2.1 Tipos de pomar

2.2 Localização

2.3 Preparo do solo e adubação

2.4 Marcação e plantio

2.5 Sistemas de cultivo

3 Propagação de plantas frutíferas

3.1 Sexuada

3.2 Assexuada

4 Poda de plantas frutíferas

4.1 Conceitos

4.2 Importância/objetivos

4.3 Modalidades de poda

4.4 Sistemas de condução

4.5 Épocas e Instrumentos

5 Raleio de frutas

5.1 Objetivos

5.2 Épocas/Tipos

5.3 Produtos e equipamentos

6 Uso de fitorreguladores na fruticultura

6.1 Auxinas

6.2 Giberelinas

6.3 Etileno

7 Fisiologia pós-colheita de frutíferas

7.1 Estágio de maturação

7.2 Ponto de colheita

7.3 Armazenamento de frutas

Bibliografia Básica:

GOMES, Pimentel. **Fruticultura brasileira**. São Paulo: Nobel. 13^a ed. 2007.

PENTEADO, Sílvio Roberto. **Enxertia e Poda de Frutíferas: como enxertar, fazer mudas e podar as fruteiras**. 2^a ed. Campinas. Edição do Autor, 2010.

SOUSA, J. S. Inglês de. **Poda das plantas frutíferas**. São Paulo: Nobel, 2005.

Bibliografia Complementar:

FACHINELLO, José Carlos. **Propagação de plantas frutíferas de clima temperado**. Pelotas: Editora UFPEL, 1994.

FLOSS, Elmar Luiz. **Aspectos básicos da fisiologia vegetal: o estudo do que está por trás do que se vê na planta**. Passo Fundo, RS. UPF, 2001

KLUGE, Ricardo Alfredo; NACHTIGAL, Jair Costa; FACHINELLO, José Carlos; BILHALVA, Aldonir Barreira. **Fisiologia e manejo pós-colheita de frutas de clima temperado**. Pelotas: UFPEL, 1997

MURAYAMA, Shizuto José. **Fruticultura**. 2^a ed. Campinas. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. 1973.

TREICHEL, Michelle. **Anuário Brasileiro da Fruticultura 2016**. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta Santa Cruz, 2016.

Disciplina: Hidráulica Agrícola	Créditos: 04
Ementa: Princípios gerais de hidráulica, pressão, empuxo e leis gerais da hidráulica, hidrometria, hidrostática, Princípios e métodos construtivos de barragens de terra, estudos gerais e particulares. Hidrodinâmica, condutos livres e condutos sob pressão, perda de carga. Projetos de instalações hidráulicas para irrigação. Estações de recalque, alturas geométricas e manométricas, associações de bombas e seu dimensionamento.	
Objetivos da disciplina: Proporcionar o conhecimento básico do comportamento da água, seus princípios fundamentais e aplicações na área agrícola. Projetar sistemas de instalações hidráulicas rurais. Conhecer o comportamento dos fluídos (em repouso, condutos forçados ou livres). Saber escolher calcular e dimensionar tubulações e bombas hidráulicas. Implantar e supervisionar projetos de construção de barragens de terra, de canais, de sistemas de recalque na área rural.	
Conteúdo Programático: 1 Hidrostática Pressão, massa e peso específico, densidade, lei de Stevin, princípio de Pascal, empuxo. 2 Hidrodinâmica Vazão e descarga, equação de continuidade, teorema de Bernoulli 3 Condutos fechados Estudos de escoamento, perda de carga, diâmetro econômico, velocidade admissível. 4 Condutos abertos Forma geométrica, declividade e dimensionamento; hidrometria dos condutos abertos; generalidades, tipos, determinação da vazão. 5 Barragem de terra Generalidades, conceito e finalidades, limitações agrônômicas, classificação, elementos característicos, estudos gerais e particulares, tipos e construção de barragens. 6 Estações de bombeamento Partes componentes, altura geométrica e manométrica, princípio de funcionamento, cavitação, potência de bombas elevatórias, associação de bombas, instalação de recalque.	
Bibliografia Básica: AZEVEDO NETO, J.M. Manual de Hidráulica . São Paulo, ed. Edgard Blucher Ltda, 2015. AZEVEDO NETO, J.M. Manual de Hidráulica . São Paulo, ed. Edgard Blucher Ltda, 1998. 669 p.	

DAKER A. **A Hidráulica aplicada a agricultura.** 7ª ed. Rev. Ampl.. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1987. v1. 316p.

MACINTYRE, A. J. **Manual de Instalações Hidráulicas e Sanitárias.** Rio de Janeiro: LTC.

Bibliografia Complementar:

DAKER A. A água na agricultura. 3 volumes. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.1987.

EDLER, Marco Antonio. Hidráulica Agrícola – apostila. Cruz Alta/UNICRUZ.

LENCASTRE, M. Manual de Hidráulica Geral. São Paulo, ed. Edgard Blucher Ltda, 1972.

NOVAIS BARBOSA, J. Mecânica dos fluidos e hidráulica geral. Ed. Porto. v1. 1985.

VENNARD, J.K. ; Street, R.L., Elementos de Mecânica dos Fluidos. Rio de Janeiro, ed. Guanabara,1978.

8º SEMESTRE

Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal

Suinocultura para Agronomia

Fruticultura II

Paisagismo e Floricultura

Ajustamento de Observações Geodésicas

Olericultura

Disciplina: Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal	Créditos: 03
Ementa: Conceito e normas de legislação. Produção segura de alimentos. Higiene e controle de qualidade de produtos de origem vegetal. Alterações dos alimentos decorrentes do processamento. Processamento de frutas e hortaliças. Enologia. Bebidas destiladas retificadas. Tecnologia de óleos vegetais comestíveis. Tecnologia de cereais. Soja na alimentação humana.	
Objetivos da disciplina: Fornecer aos alunos informações que os habilitem a compreender os processos tecnológicos de transformação e conservação de produtos de origem vegetal.	
Conteúdo Programático: 1 Alterações dos alimentos decorrentes do processamento 1.1 Oxidação de lipídios 1.2 Alterações das proteínas 1.3 Alterações dos elementos minerais e vitaminas 1.4 Escurecimento enzimático 1.5 Escurecimento não-enzimático 2 Processamento de frutas e hortaliças 2.1 Aspectos tecnológicos da industrialização de frutas: fabricação de compotas, geléias, polpas e doces em massa, sucos 2.2 Apertização de vegetais 2.3 Produção de vegetais fermentados 3 Produção de Vinagres 3.1 Matérias-primas 3.2 Microrganismos de interesse industrial 3.3 Processos de fabricação 3.4 Envelhecimento 3.5 Alterações 4 Produção de bebidas alcoólicas 4.1 Tecnologia da Produção de vinhos (enologia) 4.2 Tecnologia da produção de cervejas 4.3 Tecnologia da produção de bebidas fermento-destiladas 5 Tecnologia dos cereais: milho, trigo e soja 6 Tecnologia de óleos vegetais comestíveis 6.1 Composição e estrutura dos óleos 6.2 Matérias-primas oleaginosas, classificação 6.3 Propriedades físico-químicas dos óleos 6.4 Industrialização das sementes oleaginosas: extração de óleo bruto e refinação 6.5 Hidrogenação de óleos	

7 Métodos de Conservação de Alimentos de Origem Vegetal

- 7.1 Aperização
- 7.2 Emprego do frio
- 7.3 Secagem e desidratação
- 7.4 Irradiação
- 7.4 Antissépticos

8 Higiene e controle de qualidade de produtos de origem vegetal

- 8.1 Produção segura de alimentos
- 8.2 Alterações nos alimentos acondicionados
- 8.3 Substâncias nocivas
- 8.4 Controle de pontos críticos e manipulação de alimentos
- 8.5 Responsabilidade profissional do Eng. Agr. por resíduos tóxicos.

Bibliografia Básica:

- AQUARONE, E., BORZANI, W., SCHMIDELL, W., LIMA, U. A, **Biotechnologia Industrial. Biotechnologia na Produção de Alimentos V. 4** São Paulo:Edgard Blücher LTDA, 2001.
- EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos.** São Paulo: Atheneu, 2001.
- GAVA, A. J. **Princípios de Tecnologia de Alimentos.** São Paulo: NOBEL, 2002.
- MORETTO, E., FETT, R., GONZAGA, L. V., KUSKOSKI, E. M. **Introdução à Ciência de Alimentos.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

Bibliografia Complementar:

- ARAUJO, J.M.A. **Química de Alimentos: Teoria e Prática.** 2. ed. Viçosa: UFV, 2001.
- FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da Segurança Alimentar.** Porto Alegre: Artemed, 2002.
- MANUAL TÉCNICO: **Processamento de Hortaliças.** Instituto de Tecnologia de Alimentos-ITAL, Campinas, 2000.
- Revista de tecnologia de Alimentos.
- RIZZON, L. A., ZANUZ, M. C., MANFREDINI, S. **EMBRAPA: Como Elaborar Vinhos de Qualidade na Pequena Propriedade,** 1996.
- Série Agronegócios do SEBRAE-EMBRAPA,** Brasília: Distrito Federal, 2003.

Disciplina: Suinocultura para Agronomia

Créditos: 03

Ementa:

Introdução à suinocultura. A suinocultura no Brasil e no mundo. Sistemas de produção e organização da produção. Valor nutritivo da carne suína. Origem e evolução dos suínos Raças e Cruzamentos de suínos. Manejo de reprodutoras. Desenvolvimento reprodutivo das marrãs. Monta natural e inseminação artificial. Manejo após o desmame e durante a gestação. Manejo durante o parto e após a lactação. Manejo de cachaços. Manejo de leitões e de suínos nas fases

de crescimento e terminação. Instalações e equipamentos em suinocultura. Dimensionamento de uma suinocultura de ciclo completo. Nutrição e alimentação dos suínos. Exigências nutricionais. Sistemas de produção de suínos; Aspectos técnicos da Produção de suínos; manejo do leitão do nascimento ao abate; Técnica da Inseminação artificial em suínos; considerações sobre o impacto dos dejetos sobre o meio ambiente; Metodologia para a manutenção de sistemas de produção de suínos com alta saúde; Gerenciamento de um sistema de produção de suínos.

Objetivos da disciplina:

Estudar e entender o sistema de produção de suínos como um todo, contemplando todas as áreas de interesse desta criação.

Apresentar a produção de suínos como uma importante atividade economicamente viável na produção de proteína animal.

Despertar no aluno interesse pela suinocultura e disponibilizar informações zootécnicas e tecnologias atuais importantes para sua vida profissional.

Possibilitar ao aluno o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a compreensão do contexto sócio-econômico da suinocultura regional, nacional e internacional.

Propiciar condições para que o aluno possa ser capaz de planejar, executar, definir ações de coordenação e gerenciamento dos sistemas de produção de suínos tecnificados, bem como tenha a capacidade de ser elemento de transformação do processo produtivo, tendo em vista a promoção do desenvolvimento social e econômico.

Conteúdo Programático:

1 Introdução

- 1.1 Histórico da suinocultura,
- 1.2 Importância da suinocultura para o Brasil,
- 1.3 Evolução da suinocultura,
- 1.4 Requisitos para criarem-se suínos.
- 1.5 Sistemas de produção de suínos.

2 Aspectos técnicos da produção de suínos

- 2.1 Raças e Linhagens: origens, histórico e aspectos produtivos,
- 2.2 Índices de Produtividade
- 2.3 Dimensionamento de instalações: edificações e equipamentos.

3 Manejo dos leitões: do nascimento ao abate

- 3.1 Preparação das instalações,
- 3.2 Assistência ao parto,
- 3.3 Indução do parto,
- 3.4 Manejo do leitão durante o parto,
- 3.5 Intervenções zootécnicas na primeira semana,
- 3.6 Técnicas e tipos de enxertia,
- 3.7 Tipos de Desmame e cuidados,

- 3.8 Manejos e alimentação na fase de creche, crescimento e terminação,
- 3.9 Manejo do ambiente da creche e terminação.
- 4 Manejo da fêmea reprodutora e do cachaço**
- 4.1 Introdução no rebanho e taxa de renovação,
- 4.2 Importância e papel do cachaço,
- 4.3 Introdução de maras e aspectos fisiológicos do período pré e pós-púbere,
- 4.4 Técnicas para a estimulação e sincronização do estro,
- 4.5 Aspectos fisiológicos do período de gestação,
- 4.6 Manejo no período de gestação,
- 4.7 Principais causas de fracassos reprodutivos no período de gestação,
- 4.8 Aspectos fisiológicos do período pré e pós-parto,
- 4.9 Cuidados com a porca no dia do parto e sinais de parto,
- 4.10 Manejo alimentar da fêmea nas diferentes fases e alimentação do cachaço,
- 4.11 Aspectos fisiológicos da fêmea lactante e temperatura das salas.
- 5 Técnicas de reprodução**
- 5.1 Monta natural,
- 5.2 Inseminação artificial,
- 5.3 Alimentação diferenciada para marrãs e fêmeas desmamadas,
- 5.4 Técnicas para a estimulação e sincronização do estro,
- 5.5 Momento da inseminação de uma matriz,
- 5.6 Manejo da fêmea a ser inseminada ou coberta,
- 5.7 Principais causas de falhas reprodutivas,
- 5.8 Aspectos fisiológicos do período do cio e sintomas.
- 6 Higiene, profilaxia e biossegurança**
- 6.1 Higiene e desinfecção das instalações,
- 6.2 Sistema todos dentro, todos fora.
- 6.3 Importância do vazio sanitário,
- 6.4 Imunoprofilaxia em sistemas intensivos de produção de suínos,
- 6.5 Efeito dos fatores ambientais na ocorrência de doenças na suinocultura,
- 6.6 Programa de biossegurança.
- 7 Gerenciamento de sistemas de produção de suínos**
- 7.1 Planejamento da produção,
- 7.2 Organização dos sistemas,
- 7.3 Uso de sistemas informatizados para o controle da produção,
- 7.4 Preocupação com dejetos produzidos na criação,
- 7.5 Os dejetos, o meio ambiente e a suinocultura,
- 7.6 Considerações sobre a questão ambiental.

Bibliografia Básica:

BRASÍLIA/SÃO PAULO: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1998. 388 p.

CURSO de suinocultura. 5. ed.. CAMPINAS: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1987.

EMBRAPA. **Suinocultura intensiva** : produção, manejo e saúde do rebanho.

EMBRAPA, **Curso básico de suinocultura**: fases de reprodução, maternidade, creche, crescimento e terminação. CONCÓRDIA, SC: Embrapa Suínos e Aves, 2012. 207 p.

OLIVEIRA, C. G. **Instalações e manejos para suinocultura empresarial**. SÃO PAULO: Ícone, 1997.

SEMA, Controle da contaminação ambiental decorrente da suinocultura no estado do rio grande do sul: manual técnico. 2.ed.. PORTO ALEGRE: SEMA, 2006. 158 p.

SEMA, Controle da contaminação ambiental decorrente da suinocultura no estado do rio grande do sul: manual técnico. PORTO ALEGRE: SEMA, 2006. 110 p.

UPNMOOR, I. Produção de Suínos: a matriz. Guaíba: Agropecuária, 2000.

UPNMOOR, I. Produção de Suínos: crescimento, terminação e abate. Guaíba: Agropecuária, 2000.

UPNMOOR, I. Produção de Suínos: da concepção ao desmame. Guaíba: Agropecuária, 2000.

UPNMOOR, I. Produção de Suínos: o período de creche. Guaíba: Agropecuária, 2000.

Bibliografia Complementar:

BORTOLOZZO, F., Et. Al., **Inseminação Artificial na Suinocultura Tecnificada**. Porto Alegre: Pallotti, 2005.

CAVALCANTI, S. S. **Produção de suínos**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1996.

FRASER, C. M. **Manual Merck de Veterinária**. 8º edição. São Paulo: Roca, 2001.1861p.

INSEMINAÇÃO artificial na suinocultura técnica. PORTO ALEGRE : Pallotti, 2005. 183 p.

MACHADO, L. C. P., **Os suínos**. Porto Alegre: Ed. Granja, 1967.

MAFESSONI, E. L., **Manual Prático de Suinocultura**. : GRAFEN, 1989

NICOLAIEWSKY, S., PRATES, E. R., **Alimentos e alimentação dos suínos**. São Paulo: Nobel, 1986.

OLIVEIRA, C. G. **Instalações e manejos para suinocultura empresarial**. São Paulo: Ícone, 1997.

SOBESTIANKY, J., BARCELLOS, D.E. **Doenças dos Suínos**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007, 768p.

Disciplina: Fruticultura II

Créditos: 04

Ementa:

Introdução ao cultivo das principais frutíferas de interesse econômico no Estado, com caracterização das espécies, cultivares, manejo, coeficientes técnicos, colheita e armazenamento

Objetivos da disciplina:

Capacitar os alunos a desenvolverem atividades relacionadas à pesquisa e manejo das principais espécies frutíferas produzidas no Estado, através de tecnologias avançadas e exploração racional e sustentável

Conteúdo Programático:**1 Produção integrada de frutas**

- 1.1 Conceitos,
- 1.2 Objetivos,
- 1.3 Princípios,
- 1.4 Vantagens,
- 1.5 Espécies

2 Introdução ao cultivo comercial de espécies frutíferas

- 2.1 Situação Conjuntural
- 2.2 Importância econômica
- 2.3 Caracterização das espécies e principais cultivares
- 2.4 Implantação do Pomar
- 2.5 Cultivo e Manejo de Produção
- 2.6 Pragas e Doenças
- 2.7 Armazenamento / Beneficiamento
- 2.8 Colheita e Comercialização
- 2.9 Coeficientes técnicos
- 2.10 Cultivo:
 - 2.10.1 de Citros
 - 2.10.2 da Macieira
 - 2.10.3 da Figueira
 - 2.10.4 da Videira
 - 2.10.5 do Pessegueiro
 - 2.10.6 do Quivizeiro

Bibliografia Básica:

GOMES, Pimentel. **Fruticultura brasileira**. São Paulo: Nobel. 13ª ed. 2007
 KOLLER, Otto Carlos. **Citricultura: Cultura de tangerinas, tecnologia de produção, pós colheita e industrialização**. Porto Alegre: Rigel, 2009.
 MÂNICA, Ivo; POMMER, Celso. V. **Uva – do plantio a produção, pós colheita e mercado**. Porto Alegre: Cinco Continentes. 2006.

Bibliografia Complementar:

MEDEIROS, Carlos Alberto B; RASEIRA, Maria do Carmo B. **A cultura do Pessegueiro**. Brasília: EMBRAPA – SPI, Pelotas: EMBRAPA – CPACT, 1998.

MURAYAMA, Shizuto José. **Fruticultura**. 2ª ed. Campinas. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. 1973.

PENTEADO, Sílvio Roberto. **Enxertia e Poda de Frutíferas: como enxertar, fazer mudas e podar as fruteiras**. 2ª ed. Campinas. Edição do Autor, 2010.

TREICHEL, Michelle. **Anuário Brasileiro da Fruticultura 2016**. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta Santa Cruz, 2016

SOUZA, Paulo Vitor Dutra de; MARODIN, Gilmar Arduino Bettio; BARRADAS, Carlos Iguassú Nogueira. **Cultura do quivi**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1996.

YAMAMOTO, Pedro Takao (Org.) **Manejo Integrado de Pragas dos Citros**. Piracicaba, 2008.

Disciplina: Paisagismo e Floricultura

Créditos: 04

Ementa:

Caracterização dos estilos de jardim, Escolha das espécies ornamentais, Orientação sobre projeto paisagístico, Introdução à floricultura, Discussão sobre arborização urbana e Noções de cultivo de flores de corte.

Objetivos da disciplina:

Caracterizar os principais tipos e estilos de jardim

Reconhecer as espécies vegetais ornamentais

Organizar a ocupação de espaços internos e externos através da elaboração de projetos paisagísticos

Identificar as principais técnicas de produção comercial de espécies ornamentais, para jardins, vasos e corte.

Planejar a arborização urbana

Conteúdo Programático:

1 Introdução ao estudo do paisagismo

1.1 Conceitos gerais

1.2 Tipos e modalidades de Jardins

1.3 Estilos de Jardim (Egípcio, Grego, Persa, Romano, Italiano, Francês, Inglês, Paisagista, Oriental, Brasileiro)

1.4 Burle Marx

2 Escolha das espécies ornamentais

2.1 Características ornamentais: Porte, forma, usos, efeito plástico, composição, florescimento e frutificação

2.2 Espécies arbóreas, arbustivas, para forração e gramados; palmeiras; espécies aquáticas, trepadeiras e espécies tóxicas

3 Projeto paisagístico

3.1 Anteprojeto: elementos informativos e gráficos

3.2 Projeto definitivo

3.3 Graficação

3.4 Memorial descritivo

3.5 Selo e Legenda

4 Noções de floricultura

4.1 Conceitos

4.2 Aspectos econômicos

4.3 Regiões e espécies produzidas

5 Cultivo das principais flores de corte

5.1 Classificação botânica, cultivares, clima, solo, propagação, plantio, tratos culturais, fitossanitários e colheita

5.1.1 Roseira, crisântemo.

6 Arborização urbana

6.1 Caracterização e planejamento

6.2 Podas

6.3 Espécies indicadas

6.4 Legislação

Bibliografia Básica:

FARAH, Ivete; SCHLEE Mônica Bahia; TARDIN, Raquel. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. Sao Paulo Editora Senac, 2010.

LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de. **Plantas Ornamentais no Brasil - arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. Nova Odessa, SP : Ed. Plantarum, 4ª ed., 2008.

MASCARÓ, Lúcia Raffo de; MASCARÓ, Juan Luiz. **Vegetação Urbana**. 3ª ed., Porto Alegre. 2010.

Bibliografia Complementar:

BACKES, Paulo; IRGANG, Bruno. **Árvores cultivadas no sul do Brasil. Guia de identificação e interesse paisagístico das principais espécies exóticas**. Vol. 1. 2004.

KAMPF, Atelene Normann. **Produção Comercial de Plantas Ornamentais**. Ed. Agropecuária. Guaíba, RS. 2000

LORENZI, Harri. **Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil**. Nova Odessa, SP. Instituto Plantarum. Vol. 1 2002.

LORENZI, Harri. **Árvores Exóticas no Brasil: Madeiras, ornamentais e aromáticas**. Nova Odessa, SP : Instituto Plantarum. 2003.

MACEDO, Silvio. Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. Coleção Quapá, v. 1, São Paulo, 1999.

Disciplina: Ajustamento de Observações Geodésicas Créditos: 04
<p>Ementa:</p> <p>Introdução ao estudo do Ajustamento de Observações Geodésicas pelo Método dos Mínimos Quadrados. Métodos dos Mínimos Quadrados. Modelo Paramétrico ou das Equações de Observação. Modelo dos Correlatos ou das Equações de Condição. Modelo Combinado ou Implícito. Iteração. Análise de Qualidade e Medida de Qualidade.</p>
<p>Objetivos da disciplina:</p> <p>Apresentar ao aluno a teoria e a prática do Ajustamento de Observações Geodésicas como ciência.</p> <p>Geral: Relacionar o Ajustamento de observações Geodésicas com as demais disciplinas do curso, mostrando a sua importância como ferramenta para o desenvolvimento de projetos e apoio na tomada de decisões.</p>
<p>Conteúdo Programático:</p> <p>1 Introdução ao estudo do ajustamento de observações geodésicas pelo método dos mínimos quadrados</p> <p>Conceitos fundamentais. Fundamentos da álgebra linear para o ajustamento de observações geodésicas pelo método dos mínimos quadrados. Forma quadrática fundamental e aplicação do Método dos Mínimos Quadrados à solução de sistemas de equação lineares. Matriz dos pesos e aplicação do Método dos Mínimos Quadrados com a matriz dos pesos. Solução de variância mínima.</p> <p>2 Método dos mínimos quadrados</p> <p>Objetivos e a consequência dos objetivos</p> <p>3 Modelo paramétrico ou das equações de observação</p> <p>Método utilizado no ajustamento.</p> <p>4 Modelo dos correlatos ou das equações de condição</p> <p>Comparação da variância da unidade de peso a priori com a variância da unidade de peso a posteriori: teste qui-quadrado da forma quadrática dos resíduos. Ordenação do cálculo no modelo dos correlatos.</p> <p>5 Modelo combinado ou implícito</p> <p>Utilização dele em conjunto com os outros métodos.</p> <p>6 Iteração</p> <p>Ordenação do cálculo no modelo combinado. Iteração no modelo paramétrico. Iteração no modelo dos correlatos. Iteração no modelo combinado. Análise dos resultados do ajustamento de observações geodésicas pelo método dos mínimos quadrados. Medidas de Acurácia</p> <p>7 Análise de qualidade e medida de qualidade</p>

Acurácia de coordenada isolada. Acurácia média de coordenadas. Semi-eixos da elipse de erro de ponto, quantidades obtidas da curva podária e semi-eixos da elipse de confiança.

Bibliografia Básica:

BRONSON, R. (1993). **Matrizes**. Lisboa: McGraw-Hill.

COSTA NETO, P. L. O. (1977). **Estatística**. 15ª reimpressão. São Paulo: E. Blücher.

GEMAEEL, C. (1994). **Introdução ao ajustamento de observações**: aplicações geodésicas. Curitiba: UFPR.

Bibliografia Complementar:

DALMOLIN, Q. **Ajustamento por Mínimos Quadrados**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002.

Disciplina: Olericultura

Créditos: 04

Ementa:

Conceito, evolução da olericultura no Brasil. Exploração olerícola. Classificação de hortaliças. Propagação de hortaliças. Planejamento e instalação de hortas. Cultivo comercial de hortaliças herbáceas, bulbares, de fruto, tuberosas e condimentares. Uso da plasticultura na olericultura.

Objetivos da disciplina:

Proporcionar ao aluno o conhecimento necessário para a implantação de hortas e a produção das principais espécies olerícolas.

Identificar as características agroeconômicas das hortaliças cultivadas.

Propiciar embasamentos para criar, difundir e aplicar métodos e técnicas para a implantação e manejo dos cultivos olerícolas.

Conteúdo Programático:

- 1 Introdução ao estudo da olericultura
- 2 Classificação de hortaliças
- 3 Propagação de hortaliças
- 4 Planejamento e instalação de hortas
- 5 Cultivo comercial de hortaliças herbáceas
- 6 Cultivo comercial de hortaliças bulbares
- 7 Cultivo comercial de hortaliças de frutos
- 8 Cultivo comercial de hortaliças tuberosas
- 9 Cultivo comercial de hortaliças tubérculos
- 10 Cultivo comercial de hortaliças condimentares
- 11 Uso da plasticultura na olericultura

Bibliografia Básica:

EMBRAPA HORTALIÇAS. **Mudanças climáticas globais e a produção de hortaliças.**

Brasília: Embrapa Hortaliças, 2009. 132p.

FILGUEIRA, F.A.R. **Novo Manual de olericultura:** agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa:UFV, 2000.

HENZ, GILMAR PAULO; ALCÂNTARA, FLÁVIA APARECIDA de. **Hortas:** o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 237 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). Ebook

Bibliografia Complementar:

Catálogo brasileiro de Hortaliças: saiba como plantar e aproveitar 50 das espécies mais comercializadas no país. Brasília-DF: Embrapa Hortaliças: SEBRAE, 2010. Disponível em: <http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/Catalogo%20hortalicas.pdf>.

CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, L. L. **Horta em pequenos espaços.** Brasília, DF: Embrapa, 2012. 56 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/hortalicas/busca-de-publicacoes/-/publicacao/927690/horta-em-pequenos-espacos>.

Horticultura Brasileira. Associação Brasileira de Horticultura. Disponível em: <http://editor.horticulturabrasileira.com.br/index.php/HB>.

NASCIMENTO, W. M.; PEREIRA, R. B. **Hortaliças de propagação vegetativa:** tecnologia de multiplicação. Brasília, DF : Embrapa, 2016. 228 p.

9º SEMESTRE

Construções Rurais

Legislação e Ética Profissional

Irrigação e Drenagem

Plantas de Lavoura I

Tecnologia de Produtos de Origem Animal para Agronomia

Cooperativismo e Comercialização Agrícola

Optativa I

Disciplina: Construções Rurais	Créditos: 04
Ementa: Fundamentação teórica da estruturação física de uma propriedade rural no que concerne às suas áreas construídas de instalações agrícolas e zootécnicas, visando proporcionar ao futuro profissional a possibilidade de intervenção, adequação e racionalização da estrutura funcional da mesma.	
Objetivos da disciplina: Estudar os diversos tipos de instalações rurais. Conhecer os materiais e sistemas construtivos, os fundamentos de resistência dos materiais e o funcionamento e dimensionamento de estruturas simples; Capacitar os acadêmicos ao planejamento, projeto e execução de construções agrícolas e zootécnicas; Permitir a formação de uma consciência ambiental crítica no que se relaciona à construção das instalações rurais.	
Conteúdo Programático: 1 Estudo dos Materiais de Construção 1.1 Agregados: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias dos agregados. 1.2 Aglomerantes: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias dos aglomerantes. 1.3 Argamassas: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias das argamassas. 1.4 Concretos: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias dos concretos. 1.5 Madeiras: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias das madeiras. 1.6 Rochas: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias das rochas. 1.7 Metais: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias dos metais. 1.8 Cerâmicas: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias das cerâmicas. 1.9 Tintas: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias das tintas. 1.10 Plásticos: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias dos plásticos. 1.11 Vidros: conceitos e usos; tipos e classificação; patologias dos vidros. 1.12 Materiais alternativos: conceitos e usos 2 Sistemas Construtivos 2.1 Estrutura 2.1.1 Infra-estrutura - fundações, alicerces e cintamento: conceitos, funcionamento, tipos, usos e técnicas construtivas. 2.1.2 Supra-estrutura - pilares, vigas e lajes: conceitos, funcionamento, tipos, usos e técnicas construtivas. 2.2 Vedações – Alvenarias e madeiras: conceitos, funcionamento, tipos, usos e técnicas construtivas. 2.3 Coberturas – Estruturas e telhamentos: conceitos, funcionamento, tipos, usos e técnicas construtivas. 2.4 Revestimentos: conceitos, funcionamento, tipos, usos e técnicas construtivas. 2.5 Instalações Elétricas: conceitos, funcionamento e técnicas construtivas. 3 Fundamentos de Resistência dos Materiais 3.1 Estudo das tensões e deformações dos corpos sólidos estruturais: tração, compressão, flexão e corte.	

3.2 Estática: força; composição e decomposição de forças; equilíbrio de forças; estabilidade das construções; treliças isostáticas.

4 Estruturas Simples

4.1 Dimensionamento de sapatas isoladas e sapatas corridas.

4.2 Dimensionamento de pilares.

4.3 Dimensionamento de vigas.

4.4 Dimensionamento de lajes pré-moldadas.

4.5 Dimensionamento de estruturas de cobertura.

5 Projeto de Instalações Rurais

5.1 Tipos e características de instalações rurais: residências e alojamentos; galpões, silos, paióis, depósitos e armazéns; instalações para aves, suínos e ovinos; instalações para bovinos e equinos.

5.2 Planejamento das instalações: localização da instalação; escolha de materiais, conforto ambiental.

5.3 Projeto Arquitetônico

5.3.1 Elementos gráficos: Planta de Localização, Plantas Baixas, Cortes, Fachadas e Planta de Cobertura.

5.3.2 Elementos textuais: Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma.

5.4 Projeto Elétrico: projeto e dimensionamento de instalações elétricas.

5.5 Execução: trabalhos em terra, limpeza do terreno e locação da obra; execução da obra.

Bibliografia Básica:

BAUER, L.A. Falcão (coord). **Materiais de construção 1**. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das pequenas construções. V.2**, São Paulo: Edgard Blücher, 2000.

MARGARIDO, Aluizio Fontana. **Fundamentos de estruturas**. São Paulo: Zigate, 2001.

Bibliografia Complementar:

BORGES, Alberto de Campos. et al. **Prática das pequenas construções. V.1**, São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos. **Manual de primeiros socorros do engenheiro e do arquiteto**. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

MASCARÓ, Lúcia R. de. **Energia na edificação: estratégia para minimizar seu consumo**. São Paulo: Projeto, 1991

PINTO, João Luiz Teixeira. **Compêndio de resistência dos materiais**. São José dos Campos: UNIVAP, 2002.

ROCHA, José Luís Vasconcelos da. **Guia do técnico agropecuário: construções e instalações rurais**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1982.

Disciplina: Ética e Legislação

Crédito: 04

Ementa:

Importância da disciplina para a formação do profissional em Agronomia. Evolução da profissão do Engenheiro Agrônomo. Fundamentos da Ética. Código de Ética Profissional. Legislação que regulamenta a profissão do Engenheiro Agrônomo. Direito de Propriedade no Brasil. Função Social da Propriedade. Institutos do Direito Agrário. Contratos Agrários. Imposto Territorial Rural. Usucapião Rural. Relações Trabalhistas no meio rural. Crédito Rural e títulos de crédito rural. Política Agrícola no Brasil. Assistência Técnica obrigatória nas propriedades rurais. Ética nas relações de produção na propriedade rural. Direito ao Meio Ambiente equilibrado. Limitação ao uso da propriedade rural. Aspectos Gerais da Legislação Ambiental voltada a propriedade rural. Fundamentos da ética ambiental. Serviços Ambientais a serem prestados pelo profissional das engenharias.

Objetivos da disciplina:

Estudar os princípios éticos que fundamentam a ética e sua aplicabilidade nas relações de produção do meio rural nas relações com o meio ambiente e no exercício profissional da Agronomia;

Proporcionar ao acadêmico do curso de Agronomia os conhecimentos gerais do ramo do Direito Agrário e a sua importância para a formação profissional do futuro agrônomo;

Proporcionar ao acadêmico do curso de Agronomia as noções gerais do Direito Ambiental e a sua importância na formação do profissional da Agronomia;

Conhecer as noções gerais do Direito Agrário, do Direito Ambiental e da legislação aplicada a regulamentação profissional.

Conteúdo Programático:

1 Importância da Disciplina para a formação do profissional da Agronomia;

2 Evolução histórica da profissão de Engenheiro Agrônomo;

3 O Sistema CONFEA/CREA e a atuação do profissional;

4 Fundamentos da Ética e Código de Ética Profissional;

5 Fundamentos da Legislação que regulamenta a profissão do Engenheiro Agrônomo;

6 Direito de Propriedade no Brasil e a Função Social;

7 Instituto do Direito Agrário e suas repercussões jurídicas com relação à propriedade rural;

- 8 Noções de contratos agrários, Imposto Territorial Rural. Usucapião Rural e Relações Trabalhistas no meio rural;
- 9 Noções gerais de crédito rural e os títulos de crédito rural;
- 10 Política Agrícola no Brasil;
- 11 Proposta de Assistência Técnica obrigatória nas atividades relacionadas à propriedade rural;
- 12 Ética nas relações de produção na propriedade rural;
- 13 Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e Limitações ao uso da propriedade rural impostas pela legislação ambiental;
- 14 Aspectos Gerais da legislação ambiental voltada à propriedade rural
- 15 Fundamentos do Licenciamento Rural
- 16 Crimes Ambientais passíveis de serem cometidos na propriedade rural. Fundamentos do processo ambiental. Serviços ambientais a serem prestados pelos profissionais das engenharias.

Bibliografia Básica:

- BARROS, W. P. **Curso de Direito Agrário**: doutrina, jurisprudência, exercícios. 9.ed. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado Editora, 2015.v.I
- BARROS, W. P. **Curso de Direito Agrário**: doutrina e exercícios. 3.ed. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado Editora, 1998.v.I
- BARROS, W. P. **Curso de Direito Agrário**: legislação. 6.ed. Porto Alegre/RS: Livraria do Advogado Editora, 2015.v.II.
- BRASIL. **Estatuto da terra**. 20.ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2006. (Coleção Saraiva de legislação).

Bibliografia Complementar:

- CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. 108 p.= **6 exemplares 174 / C313f**
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS). [recurso on-line].
- Disponível em <<https://www.crea-rs.org.br/site/index.php?p=revistas>>
- FERREIRA, Pinto. **Curso de direito agrário**. 5.ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2002
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 11.ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2010.

PIAZZA, Gilberto. **Fundamentos de ética e exercício profissional em engenharia, arquitetura e agronomia**. 2.ed. Porto Alegre/RS: CREA, 2000.

RODRIGUES, Domingos Benedetti. **Propriedade familiar rural no Brasil: espaço de conquista da cidadania**. Ijuí/RS: Unijuí, 2001.

Disciplina: Irrigação e Drenagem

Créditos: 04

Ementa:

Água na agricultura, fontes d'água para irrigação, índice e qualidade da água. Fatores físico-hidrodinâmicos do solo. Sistema solo-planta-atmosfera, água na planta e sua dinâmica, evapotranspiração e balanço hídrico. Sistemas de irrigação, projeto e manejo, análise e viabilidade econômica. Importância da drenagem agrícola, profundidade do lençol freático, drenagem superficial e subsuperficial.

Objetivos da disciplina:

Analisar, equacionar e identificar aspectos relacionados a hidráulica no que tange a irrigação e drenagem.

Compreender o sistema integrado solo-planta-atmosfera e sua dinâmica integrada a irrigação. Conhecer os diferentes tipos de método de irrigação, sendo capaz de calcular, projetar, executar, manejar e otimizar os sistemas.

Determinar a viabilidade técnica e econômica dos sistemas de irrigação e drenagem.

Conteúdo Programático:

1 Água na produção agrícola

1.1 Importância da água e sua estrutura molecular

1.2 Propriedades da água

1.3 Fontes de água para a irrigação

1.4 Qualidade e índice de qualidade de água para irrigação

2 Fatores e aspectos físico e hidrodinâmicos do solo

2.1 Solo como sistema trifásico e suas relações de massa e volume

2.2 Aeração do solo, composição, fluxo de ar

2.3 Determinação do espaço aéreo

2.4 Difusão e espaço aéreo do solo

3 Água no solo

3.1 Estado energético da água no solo

3.2 Potencial total de água no solo

3.2.1 Potencial osmótico

3.2.2 Potencial matricial

3.2.3 Potencial gravitacional

3.2.4 Potencial de pressão

3.3 Constantes hídricas: umidades higroscópica, de murchamento e de saturação, equivalente de umidade e capacidade de campo.

3.4 Curva de retenção de água no solo

3.5 Histerese

3.6 Capilaridade

3.7 Cálculo da capacidade de água disponível (CAD)

3.8 Métodos de determinação de umidade do solo

3.9 Movimento de água no solo (fluxo saturado e não saturado e perfil de umedecimento) e condutividade hidráulica

4 Água na planta e sistema água solo planta atmosfera

4.1 Evapotranspiração (potencial, real e da cultura)

4.2 Determinação da evapotranspiração para as culturas agrícolas

4.3 Balanço hídrico (solo, atmosfera, planta)

5 Irrigação

5.1 Aspectos gerais sobre a relevância e características da irrigação

5.2 Projeto de irrigação: métodos e parâmetros para cálculo

5.3 Métodos de irrigação

5.3.1 Gravidade: faixas, sulcos, inundação (contínua e intermitente)

5.3.2 Pressurizada: aspersão (convencional, autopropelido e pivot), microaspersão e gotejamento

5.3.3 Subsuperficial: localizada (tubos exsudantes, gotejamento) e não localizada.

6 Drenagem agrícola

6.1 Importância da drenagem para as culturas

6.2 Aeração do solo, suprimento de oxigênio e desenvolvimento das culturas

6.3 Profundidade do lençol freático

6.4 Drenagem superficial

6.5 Drenagem subterrânea: espaçamento e profundidade dos drenos e tipos de drenos

6.6 Tipos de sistemas de drenagem

Bibliografia Básica:

BERNARDO, S. **Manual de irrigação**. Ed. Viçosa: UFV, 2005. 657p.

MANTOVANI, E. C. **Irrigação: princípios e métodos**. UFV. 2006.

REICHARDT, Klaus. **Água em sistemas agrícolas**. São Paulo : Manole, 1990.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO NETTO, J.M. et al. **Manual de Hidráulica**. São Paulo: Edgard Blucher, 8ª ed., 1998.669p.

AVALIAÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS: Manual de Irrigação. Avaliação de pequenas barragens: manual de irrigação. Brasília: Secretaria de Irrigação, 1993.

BARRETO, Geraldo B.. **Elementos de irrigação:** projeto para irrigação do cafeeiro. São Paulo: Agronômica Ceres, 1957.

BERGAMASCHI, Homero (coord.); BERLATO, Moacir a.; MATZENAUER, Ronaldo [et al]. **Agrometeorologia:** aplicada à irrigação. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

DAKER, Alberto. **Irrigação e drenagem:** a água na agricultura.. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1984.

Disciplina: Plantas de Lavoura I

Créditos: 04

Ementa:

Culturas da soja, arroz irrigado, milho, girassol, feijão, sorgo e outras culturas de verão de interesse agrônômico.

Objetivos da disciplina:

Formar um profissional com aptidão para conduzir as culturas da soja, arroz irrigado, milho, girassol, feijão e sorgo e outras culturas de interesse agrônômico.

Fornecer subsídios ao aluno para que o mesmo possa compreender e descrever os processos de relacionados ao desenvolvimento das culturas vegetais, bem como desenvolver o pensamento científico e auxiliá-lo a estabelecer a interrelação entre os processos envolvidos.

Conteúdo Programático:**1 Cultura da soja**

- 1.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 1.2 Sistema de manejo;
- 1.3 Fertilização;
- 1.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 1.5 Ecofisiologia;
- 1.6 Insetos-pragas;
- 1.7 doenças;
- 1.8 plantas daninhas e colheita.

2 Cultura do milho

- 2.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 2.2 Sistema de manejo;

- 2.3 Fertilização;
- 2.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 2.5 Ecofisiologia;
- 2.6 Insetos-pragas;
- 2.7 Doenças;
- 2.8 Plantas daninhas e colheita.

3 Cultura do sorgo

- 3.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 3.2 Sistema de manejo;
- 3.3 Fertilização;
- 3.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 3.5 Ecofisiologia;
- 3.6 Insetos-pragas;
- 3.7 Doenças;
- 3.8 Plantas daninhas e colheita.

4 Cultura do arroz irrigado

- 4.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 4.2 Sistema de manejo;
- 4.3 Fertilização;
- 4.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 4.5 Ecofisiologia;
- 4.6 Insetos-pragas;
- 4.7 Doenças;
- 4.8 Plantas daninhas e colheita.

5 Cultura do feijão:

- 5.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 5.2 Sistema de manejo;
- 5.3 Fertilização;
- 5.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 5.5 Ecofisiologia;
- 5.6 Insetos-pragas;
- 5.7 Doenças;
- 5.8 Plantas daninhas e colheita.

6 Cultura do girassol

- 6.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 6.2 Sistema de manejo;
- 6.3 Fertilização;
- 6.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 6.5 Ecofisiologia;
- 6.6 Insetos-pragas;
- 6.7 Doenças;
- 6.8 Plantas daninhas e colheita.

7 Outras culturas de verão de interesse agrônomo

Bibliografia Básica:

BORÉM, Aluizio; GALVÃO, João Carlos Cardoso; PIMENTEL, Marco Aurélio (editores). **Milho:** do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 351 p.

BORÉM, Aluizio; RANGEL, Paulo Hideo Nakano (editores). **Arroz:** do Plantio à Colheita. Viçosa: UFV, 2015. 242 p.

BORÉM, Aluizio; SEDIYAMA, Tuneo; SILVA, FELIPE (editores). **Soja:** do Plantio à Colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p.

Bibliografia Complementar:

BORÉM, Aluizio; PIMENTEL, Leonardo Duarte; PARRELLA, Rafael Augusto da Costa (editores). **Sorgo:** do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2014. 275 p.

CARNEIRO, José Eustáquio; PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de; BORÉM, Aluizio (editores).

Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2014. 384 p.

CASTIGLIONI, Vânia Beatriz R.; BALLA, Antal; CASTRO, César.; SILVEIRA, José Miguel. **Fases de desenvolvimento da planta de girassol.** Londrina: Embrapa, 1997. 24 p. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/445797/1/doc059.pdf>> Acesso em: 06 Fev. 2019.

THOMAS, André Luis; MUNDSTOCK, Claudio M. **Soja:** fatores que afetam o crescimento e o rendimento de grãos. Porto Alegre: Evangraf, 2010. 248 p.

WORDELL FILHO, João Américo (org.). **A cultura do milho em Santa Catarina.** 3.ed. Santa Catarina: EPAGRI, 2016. 398 p.

Disciplina: Tecnologia dos Produtos de Origem Animal para Agronomia (TPOA) **Créditos:** 03

Ementa:

Estudo dos alimentos de origem animal (carne, leite, pescado, ovos e mel) e derivados, desde a obtenção até o processamento tecnológico, visando o consumo em natureza ou industrializado, armazenagem, conservação, transporte e distribuição, além do beneficiamento de seus sub-produtos.

Objetivos da disciplina:

Definir os princípios abordando os itens de: classificação, processamento, padronização, conservação e inspeção higiênica, sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal e dos seus derivados.

Descrever as matérias-primas de origem animal, tendo em vista a sua aplicação em escala industrial. Despertar no aluno o senso crítico e a criatividade frente a situações práticas na área de Tecnologia dos Produtos de Origem Animal.

Capacitar o aluno a orientar e incentivar o aproveitamento das matérias-primas de origem animal na propriedade rural.

Conteúdo Programático:

1 Introdução à tecnologia dos produtos de origem animal

1.1 Generalidades.

1.2 Importância do estudo da TPOA

2 Carnes e derivados

2.1 Tecnologia de abate

2.2 Composição e valor nutritivo da carne

2.3 Sistemas de conservação

2.4 Alterações químicas e microbiológicas

2.5 Derivados cárneos

2.5.1 Histórico

2.5.2 Definições e classificações

2.5.3 Microrganismos de interesse para o processamento de embutidos fermentados

2.5.4 Processamento de embutidos fermentados

2.5.5 formulações para embutidos fermentados

3 Tecnologia de produção de empanados

4 Tecnologia do pescado

5 Tecnologia do mel

6 Tecnologia de ovos

7 Tecnologia do leite

7.1 Composição química do leite.

7.2 Valor nutritivo do leite.

7.3 Microrganismos: Flora normal e anormal do leite; agentes promotores de fermentação, agentes contaminantes.

7.4 Enzimas do leite: conceito, classificação, utilização em tecnologia.

7.5 Métodos utilizados (conforme Legislação): resfriamento e aquecimento.

7.6 Produção de derivados lácteos (queijos, iogurtes, doce de leite, leite condensado, etc...)

Bibliografia Básica:

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. 2ed. São Paulo: Atheneu, 2000. 652p.

GERMANO, P.M.L., GERMANO, M.I.S. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos**. São Paulo: Varela, 2008.

TONDO, E.; BARTZ, S. **Microbiologia e sistemas de gestão da segurança de alimentos**. Porto Alegre: Meridional, 2014. 263 p.

Bibliografia Complementar:

HACCP: enfoque práctico. ZARAGOZA: Acribia, 2001.

MARCHINI, LC; SODRÈ, GS; MORETI, ACCC. **Mel brasileiro**: composição e normas. Ribeirão Preto: A.S. Pinto, 2004.

PRATA, L.F. **Fundamentos da ciência do leite**. Jaboticabal: Funep, 2001.

TRONCO, V. M. **Manual para a Inspeção da Qualidade do Leite**. Santa Maria, Ed. UFSM, 1999.

VIEIRA, RHSF. **Microbiologia higiene e qualidade do pescado**: teoria e prática. São Paulo: Ed. Varela, 2004.

Periódicos: Higiene Alimentar, Revista Nacional da Carne, Food Technology e Food Science.

Endereço Eletrônico (Sites): www.scielo.org www.capes.gov.br

Disciplina: Cooperativismo e Comercialização Agrícola	Créditos: 04
Ementa:	
<p>Cooperativismo agrícola. Princípios básicos do cooperativismo. Tipos de cooperativas. Classificação de cooperativas. Filosofia do cooperativismo. Modelos estruturais de cooperativas.</p> <p>Organogramas funcionais de cooperativas. As cooperativas e as demais sociedades. A comercialização agrícola. Conceitos básicos de comercialização agrícola. O sistema de comercialização agrícola. O mercado agropecuário. Mercado internacional para a agricultura. Balança comercial.</p>	
Objetivos da disciplina:	
<p>Propiciar ao aluno uma visão global da cooperação e em especial do cooperativismo agrícola, a fim de compreender seu significado histórico e atual para o modelo de sociedade em construção.</p> <p>Ampliar a vivência e o conhecimento do acadêmico, através da análise crítica dos fatos, proporcionando os elementos teórico-metodológicos que possibilitam articular os conceitos teóricos à realidade empírica no exercício profissional.</p> <p>Identificar e utilizar conceitos na análise da comercialização de insumos agropecuários, possibilitando a compreensão dos mecanismos mercadológicos.</p>	
Conteúdo Programático:	
1 A comercialização agrícola	
1.1 Introdução à comercialização agrícola. Conceitos básicos para comercialização agrícola.	
1.2 O sistema de comercialização agrícola	
1.3 As funções de comercialização agrícola	
1.4 O mercado agropecuário	
1.5 Instrumentos públicos e privados no mercado agropecuário	
1.6 Comercializações de produtos agros industrializados	
1.7 O Comércio Internacional	
1.7.1 Características da oferta e procura mundial	
1.7.2 A concorrência do Mercosul e Mundial	
1.7.3 Os subsídios agrícolas e formas de comercialização em outros países	
1.7.4 Organização Mundial do Comércio	
2 Cooperativismo agrícola	
2.1 Histórico do Cooperativismo	
2.2 Classificação das Cooperativas no Brasil e no mundo	
2.3 Doutrina e princípios básicos do cooperativismo	
2.4 Ramos do cooperativismo	
2.5 Funcionamento da Cooperativa.	
2.6 Modelos estruturais de cooperativas	

2.7 Organogramas funcionais de cooperativas.

2.8 Direitos e deveres do associado

2.9 Legislação cooperativista

2.10 Constituição de uma cooperativa

2.11 Estudos de Caso

Bibliografia Básica:

BATALHA, Otávio (Org.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2002. 2 volumes.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo :

UNISINOS, 1993

MARQUES, Pedro V. e AGUIAR, Danilo R. D. de. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: Edusp, 1993. 295 p.

NORONHA, Adolfo Vasconcelos, TAVARES, Ary Baddini, KUGELMAS, Alfredo Luiz, [et alii]. **Cooperativismo**. : [S.N.], 1976

RIES, Leandro Reneu; ANTUNES, Luciano Medici. **Comercialização agropecuária: mercado futuro e de opções**. Guaíba : Agropecuária, 2000

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Cooperativismo agrário e integração econômica: a agricultura familiar no Mercosul**. Passo Fundo - RS : UPF, 1998

NORONHA, Adolfo Vasconcelos, TAVARES, Ary Baddini, KUGELMAS, Alfredo Luiz, [et alii]. **Cooperativismo**. : [S.N.], 1976

ZAMBERLAM, Jurandir ; FRONCHETI, Alceu.. **Cooperação agrícola - melhoria econômica ou novo projeto de vida ?**. Passo Fundo: Berthier, 1992

ZAMBERLAN, Jurandir. **Cooperação: O desafio que começa a sulcar a terra**. Cruz Alta : UNICRUZ, 1990

10º SEMESTRE

Administração Rural

Extensão Rural para Agronomia

Plantas de Lavoura II

Tecnologia e Produção de Sementes

Trabalho de Conclusão de Curso I

Manejo Agrícola e Meio Ambiente

Optativa II

Disciplina: Administração Rural	Créditos: 04
Ementa:	
<p>Funções e fatores que afetam a renda da empresa rural. Administração rural. Avaliação do patrimônio. Orçamento parcial. Projetos agropecuários. Avaliação de projetos agropecuários. Planejamento de empresa agropecuária. Projetos técnicos e laudo de Assistência Técnica. Elaboração de projetos técnicos</p>	
Objetivos da disciplina:	
<p>O acadêmico deverá estudar os conceitos fundamentais da administração e sua evolução, permitindo a compreensão dos debates no campo do planejamento e administração agrícola, como planejar, organizar, implantar e gerenciar sistemas de controle na qualidade da produção agropecuária, modelos de gestão de empreendimentos, distribuição e comercialização de produtos, identificando os fatores que afetam a renda e as alternativas de melhorar a eficiência dos processos produtivos.</p>	
Conteúdo Programático:	
1 Administração rural e o agronegócio	
1.1 Conceitos	
1.2 Funções e fatores que afetam a renda da empresa rural	
1.3 Sistemas agroindustriais, cadeias produtivas, agroindústria.	
2 Avaliação do patrimônio da empresa	
2.1 Conceito	
2.2 Importância e métodos de avaliação	
3 Custos agropecuários	
3.1 Conceito	
3.2 Finalidade e método de elaboração	
4 Projetos agropecuários	
4.1 Conceito e importância	
4.2 Objetivos e finalidade	
4.3 Tipos e etapas de elaboração	
5 Avaliação de projetos agropecuários	
5.1 Métodos	
5.2 Objetivos	
5.3 Critérios	
5.4 Análise de resultados e conclusão	
6 Planejamento de empresa agropecuária	
6.1 Conceito	
6.2 Fases do Planejamento	
6.3 Métodos de Planejamento Gerencial	
7 Crédito rural	

<p>7.1 Conceitos</p> <p>7.2 Operacionalização</p> <p>7.3 Objetivos</p> <p>7.4 Modalidade, sistemas, tipos, prazos e taxas, instrumentos</p> <p>8 Seguro agrícola</p> <p>8.1 Objetivos</p> <p>8.2 Beneficiários</p> <p>8.3 Agentes e aplicação</p> <p>9 Fundamentos dos mercados futuros</p> <p>9.1 Mercado a termo versus mercado futuro</p> <p>9.2 Características importantes dos mercados futuros</p> <p>9.3 Os principais participantes dos mercados futuros de commodities</p> <p>9.4 Funcionamento do mercado futuro.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BATALHA, M.O. Gestão Agroindustrial. Vol. 1. 3o Ed: São Paulo. Atlas. 2007. 800 p.</p> <p>SILVA, R. A. G. DA. Administração Rural - Teoria e Prática. 2a Ed. Editora Jurua. 2009. 192 p.</p> <p>ZUIN, L. F, S.; QUEIROZ, T.R. Agronegócios: Gestão e Inovação. 1a Ed. Editora: Saraiva. 2006.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. Vol. 2. 4a Ed. São Paulo: Atlas. 2007.</p> <p>CHIAVENATO, I. Teoria Geral da Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. V1.</p> <p>MARION, J. C. Contabilidade da pecuária. 7. Ed. – São Paulo : Atlas, 2010, 216 p.</p>

Disciplina: Extensão Rural para Agronomia	Créditos: 04
<p>Ementa:</p> <p>Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. Extensão rural e desenvolvimento sustentável. Abordagens de diagnóstico e planejamento. Métodos, metodologias, ferramentas para instrumentalização da assistência técnica e extensão rural.</p>	
<p>Objetivos da disciplina:</p> <p>Oferecer suporte ao aluno para compreender, a partir da perspectiva histórica, as transformações ocorridas na agropecuária e os desafios atuais do mercado de trabalho.</p>	

Levar o aluno a tornar-se apto a realizar estudos considerando as dimensões técnicas, econômicas, ambientais e socioculturais, preparando-o para interagir institucionalmente, respeitando os diferentes atores sociais.

Demonstrar a importância dos métodos, metodologias, ferramentas estratégicas de ATER para a realização de diagnósticos e planejamento, visando a gestão de Unidades de produção agrícola.

Conteúdo Programático:

1 Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade

- 1.1 Esferas e dinâmicas de atuação do engenheiro agrônomo no mercado de trabalho
- 1.2 Marcos na história e perspectivas da agricultura em nível mundial e nacional
- 1.3 Institucionalização da extensão rural nos Estados Unidos e na América Latina
- 1.4 Processos de assistência técnica e extensão rural no Brasil
- 1.5 A Política de ATER e um novo paradigma metodológico
- 1.6 Desenvolvimento sustentável territorial
- 1.7 Importância do agronegócio brasileiro.
 - 1.7.1 As políticas agrícolas: condições e desafios para o Brasil
 - 1.7.2 Agronegócio e sistemas de produção

2 O diagnóstico do estabelecimento agrícola: diferentes abordagens

- 2.1 Da abordagem setorial à abordagem sistêmica
 - 2.1.1 A construção de tipologias de Unidades de produção agrícola (UPA)
- 2.2 A abordagem sistêmica
 - 2.2.1 Definições, conceitos e funcionamento da UPA a partir da abordagem sistêmica.
- 2.3 As práticas do agricultor como objeto central do diagnóstico
- 2.4 A decisão do agricultor compartilhada

3 A pesquisa e as ações vinculadas ao desenvolvimento rural

- 3.1 Pesquisa participante e a pesquisa-ação
- 3.2 A pesquisa-desenvolvimento
- 3.3 Os programas interinstitucionais para o desenvolvimento rural
 - 3.3.1 O programa Rede Leite

4 Métodos e metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural

- 4.1 Métodos individuais e métodos grupais
- 4.2 Moderação e enfoque participativo no trabalho com grupos
- 4.3 Meios de comunicação, publicações educativas e multimeios
- 4.4 Os métodos complexos demonstrativos e de formação com agricultores e profissionais da ATER

5 Instrumentos de reflexão grupal

- 5.1 Diagnóstico rápido participativo (DRP)
- 5.2 Diagnóstico Rápido urbano participativo (DRUP)
- 5.3 Diagnóstico organizacional participativo (DOP)
- 5.4 As oficinas pedagógicas como instrumento de planejamento
- 5.5 O método dos 10 passos e a resolução de problemas

6 A construção de projetos para a agricultura

- 6.1 Políticas públicas voltadas à agropecuária
- 6.2 Os projetos e seus diferentes enfoques
 - 6.2.1 Projeto de pesquisa

6.2.2 Projeto de desenvolvimento rural
 6.2.3 Projeto agropecuário
 6.3 A gestão participativa
 7 Temas emergentes: Agricultura urbana. Segurança alimentar. Agroindústria familiar. Gênero e geração no meio rural.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **A extensão rural na perspectiva sócio-antropológica**. Santa Maria: UFSM, 1992.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais perspectivas do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UNESCO, 1998

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo, SP: Loyola, 1985. .

Bibliografia Complementar:

BRACAGIOLI NETO, Alberto (org.). **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER, 1999

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Santa Maria: [S.N.], 1991

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. Série Educação a Distância. Disponível em: <<ftp://ftp.sead.ufrgs.br/Publicacoes/derad002.pdf>>

VELA, Hugo A. G.; HEGEDUS, Pedro de; CIMADEVILLA, Gustavo [et all]. **Extensão rural no Mercosul**. Cruz Alta: Centro Gráfico da Unicruz, 1999

Disciplina: Plantas de Lavoura II

Créditos: 04

Ementa:

Culturas do trigo, triticale, canola, aveia, cevada, centeio, forrageiras leguminosas e gramíneas de inverno e outras culturas de inverno de interesse agrônômico.

Objetivos da disciplina:

Formar um profissional com aptidão para conduzir as culturas do trigo, triticale, canola, aveia, cevada, centeio, forrageiras leguminosas e gramíneas de inverno e outras culturas de interesse agrônômico.

Fornecer subsídios ao aluno para que o mesmo possa compreender e descrever os processos de relacionados ao desenvolvimento das culturas vegetais, bem como desenvolver o pensamento científico e auxiliá-lo a estabelecer a interrelação entre os processos envolvidos.

Conteúdo Programático:

1 Cultura do trigo:

- 1.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 1.2 Sistema de manejo;
- 1.3 Fertilização;
- 1.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 1.5 Ecofisiologia;
- 1.6 Insetos-pragas;
- 1.7 Doenças;
- 1.8 Plantas daninhas;
- 1.9 Colheita.

2 Cultura do triticale:

- 2.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 2.2 Sistema de manejo;
- 2.3 Fertilização;
- 2.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 2.5 Ecofisiologia;
- 2.6 Insetos-pragas;
- 2.7 Doenças;
- 2.8 Plantas daninhas
- 2.9 Colheita.

3 Cultura da canola:

- 3.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 3.2 Sistema de manejo;
- 3.3 Fertilização;
- 3.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 3.5 Ecofisiologia;
- 3.6 Insetos-pragas;
- 3.7 Doenças;
- 3.8 Plantas daninhas
- 3.9 Colheita.

4 Cultura da aveia:

- 4.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 4.2 Sistema de manejo;
- 4.3 Fertilização;
- 4.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 4.5 Ecofisiologia;

- 4.6 Insetos-pragas;
- 4.7 Doenças;
- 4.8 Plantas daninhas
- 4.9 Colheita.
- 5 Cultura da cevada:**
- 5.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 5.2 Sistema de manejo;
- 5.3 Fertilização;
- 5.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 5.5 Ecofisiologia;
- 5.6 Insetos-pragas;
- 5.7 Doenças;
- 5.8 Plantas daninhas
- 5.9 Colheita.
- 6 Cultura do centeio:**
- 6.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 6.2 Sistema de manejo;
- 6.3 Fertilização;
- 6.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 6.5 Ecofisiologia;
- 6.6 Insetos-pragas;
- 6.7 Doenças;
- 6.8 Plantas daninhas
- 6.9 Colheita.
- 7 Forrageiras leguminosas de inverno:**
- 7.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 7.2 Sistema de manejo;
- 7.3 Fertilização;
- 7.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 7.5 Ecofisiologia;
- 7.6 Insetos-pragas;
- 7.7 Doenças;
- 7.8 Plantas daninhas
- 7.9 Colheita.
- 8 Forrageiras gramíneas de inverno:**
- 8.1 Introdução, zoneamento agroclimático;
- 8.2 Sistema de manejo;
- 8.3 Fertilização;
- 8.4 Época, densidade e profundidade de semeadura;
- 8.5 Ecofisiologia;
- 8.6 Insetos-pragas;
- 8.7 Doenças;
- 8.8 Plantas daninhas

8.9 Colheita.

9 Outras culturas de inverno de interesse agrônômico

Bibliografia Básica:

BORÉM, Aluísio; SCHEEREN, Pedro Luiz (editores). **Trigo: do plantio à colheita**. Viçosa: UFV, 2015. 260 p.

CUNHA, Gilberto Rocca; PIRES, João Leonardo Fernandes.; VARGAS, Leandro. **Trigo no Brasil: bases para produção competitiva e sustentável**. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2011. 488 p.

REIS, Erlei Melo. **Manual de doenças do trigo: etiologia, sintomatologia, diagnose e manejo integrado**. Passo Fundo/RS: Berthier, 2016. 446 p.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Gilberto Rocca. **Trigo no Brasil: história e tecnologia de produção**. Passo Fundo: Embrapa, 2001. 208 p.

FONSECA, Dilermando Miranda, MARTURCELLO, Janaina Azevedo. **Plantas forrageiras**. Viçosa/MG: UFV, 2010. 537 p.

MINELLA, Euclides. **Indicações Técnicas para a produção de cevada cervejeira nas safras 2017 e 2018**. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2017. 104 p. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/172363/1/ID44294-2017SP9IndicacoesCevada2017-2018.pdf>> Acesso em: 8 Fev. 2019.

TOMM, Gilberto Omar. **Indicativos tecnológicos para produção de canola no Rio Grande do Sul**. Embrapa Trigo, 2007. 32 p. Disponível em: <http://www.cnpt.embrapa.br/culturas/canola/p_sp03_2007.pdf> Acesso em: 8 Fev. 2019.

SANTOS, Henrique Pereira. **Principais forrageiras para integração lavoura-pecuária, sob plantio direto, nas regiões planalto das missões do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo/RS: Embrapa, 2002. 1412 p.

Disciplina: Tecnologia e Produção de Sementes **Créditos:** 04

Ementa:

Importância, estrutura e formação das sementes. Maturação fisiológica. Composição química. Germinação. Vigor. Dormência. Deterioração. Produção de sementes. Normas e fiscalização de produção de sementes.

Objetivos da disciplina:

Transmitir conhecimentos básicos e aplicados de processos biológicos relacionados com a formação, germinação, deterioração, vigor de sementes e suas relações com o sistema de produção agrícola.

Conteúdo Programático:

1 Introdução

- 1.1 Histórico,
- 1.2 Importância da semente.

2 Morfologia e embriologia de sementes

- 2.1 Formação das sementes.
- 2.2 Composição Química de sementes,
- 2.3 Maturação de sementes,
- 2.4 Germinação de sementes,
- 2.5 Dormência de sementes,
- 2.6 Vigor de sementes.

3 Produção de sementes

- 3.1 Importância na Agricultura.
- 3.2 Caracterização dos sistemas de produção de sementes
- 3.3 Legislação sobre sementes.
- 3.4 Inspeção de campos para produção de sementes
- 3.5 Roguing em campos de sementes.
- 3.6 Produção de sementes (certificação e fiscalização),
- 3.7 Colheita de sementes.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, N.M. & NAKAGAWA, J. **Sementes: Ciência, Tecnologia e Produção**. 4 edição, revisada e ampliada. FUNEP. Jaboticabal, SP. Brasil, 2000, 588p.

BASRA, A. S. **Seed quality – Basic mechanisms and Agricultural implications**. Food Products Press. 1994, 389p.

CASTELLANE, P.D.; NICOLOSI, W.M.; HASEGAWA, M. **Produção de sementes de hortaliças**. Jaboticabal, FCAV/FUNEP, 1990, 261p.

FERREIRA, A.G. & BORGUETTI, F. **Germinação: do básico ao aplicado**. Porto Alegre: Artmed, 2004, 323p.

FRANÇA NETO, J.B.; KRZYZANOWSKI, F.C.; COSTA, N. P. da. **O teste de tetrazólio em sementes de soja**. Londrina: EMBRAPA – CNPSO (Documentos, 116), 1998, 72p.

INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ. **Produção de sementes em pequenas propriedades**. Instituto Agrônomo do Paraná. Londrina. 1993, 112p.

MARCOS FILHO, J. **Fisiologia de Sementes de Plantas Cultivadas**. Piracicaba - SP. Fealq, v.12, 2005, 495p.

POPINIGIS, F. **Fisiologia da Semente**. 2a Ed., 1985, 289p.

Bibliografia Complementar:

MENTEN, J.O.M. **Patógenos em sementes:** detecção, danos e controle químico. São Paulo: Ciba Agro, 1995. 321p.

MUSIL, A. F. **Identificação de sementes de plantas cultivadas e silvestres.** São Paulo: Agitam. 1977.

VAUGHAN, C. E.; GREGG, B. R.; DELOUCHE, J. C. **Beneficiamento e manuseio das sementes.** São Paulo: AGIPLAN, 1976.

ZAMBOLIM, L. **Sementes:** qualidade fitossanitária. Viçosa/MG: UFV; DFP, 2005. 502p.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I **Créditos:** 02

Ementa:

Regulamentação dos trabalhos de conclusão de curso. Organização de cronograma de atividades e orientações. Elaboração do projeto de pesquisa – TCC. Seminário de qualificação do projeto de pesquisa.

Objetivos da disciplina:

Oportunizar condições e oferecer situações práticas para que o aluno organize projetos de TCC, sistematizando-o conforme os preceitos do método científico;

Instrumentar os alunos para elaboração e/ou compilação de instrumentos de pesquisa para posterior aplicação, validando-o se assim for necessário;

Identificar técnicas da metodologia e normalização para a adequação do projeto de pesquisa;

Oportunizar condições para que o aluno se familiarize com as rotinas científicas: seminários de qualificação, orientações e cumprimento de cronogramas;

Desenvolver no aluno competências necessárias ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa, com autonomia, iniciativa, compromisso, postura ética, responsabilidade, espírito científico.

Conteúdo Programático:

1 Regulamentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso: direitos e deveres do acadêmico e do professor orientador;

2 Estrutura e Apresentação do Projeto de Pesquisa

3 Identificação de técnicas da metodologia e normalização para a adequação aos trabalhos científicos;

4 Principais Instrumentos de Pesquisa e sua utilização;

5 Criação e validação de instrumentos de pesquisa;

6 Orientação para o encaminhamento ao CEP – Comitê de ética em pesquisa;

7 Organização do cronograma de atividades

8 Escolha de orientadores e encaminhamento para Orientações

9 Organização das bancas

10 Qualificação do Projeto de Pesquisa.

<p>Bibliografia Básica: GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Cortez, 2007. Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Normalização de Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos: Manual de Orientação. 5.ed. Cruz Alta: UNICRUZ, 2018.</p>
<p>Bibliografia Complementar: ANDRADE, M.M.. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos de graduação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997. BARROS, Aidil Jesus da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S. Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica. 2.ed. ampl. São Paulo: MAKRON Books, 2000. INÁCIO FILHO, G. Monografia sem complicações. São Paulo: Papirus, 2007. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. - [3. reimpr.]. - São Paulo:Atlas, 2012. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597010770/epubcfi/6/10[;vnd.vst.idref=body005]!/4/4@0:38.4 Thiollent, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 11.ed.. São Paulo/SP: Cortez, 2002.</p>

Disciplina: Manejo Agrícola e Meio Ambiente	Créditos: 04
<p>Ementa: Desenvolver um espaço para discutir, aprofundar, conhecer e compreender as questões técnicas, tecnológicas e ambientais que envolvem o manejo e a produção agrícola. Partindo de uma análise histórica do início da agricultura até a atualidade, reconhecendo as principais questões da problemática ambiental até os princípios agroecológicos em busca, numa visão holística e multidisciplinar, da sustentabilidade agrícola.</p>	
<p>Objetivos da disciplina: Capacitar o aluno para que possa perceber, compreender e analisar, numa visão holística, os impactos ambientais ocasionados pela agricultura e, assim dimensionar e atenuar atividades impactantes com práticas agrícolas que respeitem o agroecossistema.</p>	
<p>Conteúdo Programático: 1 Análise evolutiva e histórica da agricultura: História da agricultura. Os limites do modelo de difusão e da revolução verde. O impacto do paradigma tecnológico convencional nos seus aspectos socioeconômicos e principalmente ambientais. Modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil. 2 Integração lavoura-pecuária-floresta: Histórico, termos de avaliação de impacto ambiental. Definições. Objetivos. Benefícios. Manejo.</p>	

3 Impacto ambiental das atividades agropecuárias: Impacto ambiental provocado pela agricultura. Impacto de atividades pecuárias.

4 Sustentabilidade do agroecossistema: Conceituação da sustentabilidade. Multidimensões da sustentabilidade agrícola. Reconhecimento do processo transitório. Agricultura sustentável. Sistemas de produção X sustentabilidade.

5 Sistemas ambientalmente sustentáveis: Sistema de produção. Qualidade e manejo do solo.

6 Áreas degradadas e sua recuperação: Conceitos. Classificação de áreas degradadas. Atividades degradadoras. Meios e técnicas de recuperação. Recuperação de áreas degradadas per monocultivo extensivo. Recuperação de pastagens degradadas.

7 Ações de gerenciamento ambiental: Biodiversidade como gestão. Educação ambiental.

Bibliografia Básica:

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: FRGS, 2000. 653 p.

PRIMAVESI, Odo. **Manejo ambiental agrícola:** para agricultura tropical agrônômica e sociedade. São Paulo: CERES, 2013. 840 p.

Bibliografia Complementar:

ALTIERI, Miguel. **Biotecnologia agrícola:** mitos, riscos ambientais e alternativas. Petrópolis. Ed. Vozes. 2002. 59 p.

CHABOUSSO, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos:** novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose. 1.ed.. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 320 p.

ODUM, Eugene, P.; BARRETT, Gary .W. **Fundamentos de ecologia.** 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 611 p.

PRIMAVESI, Odo. **Aquecimento Global e mudanças climáticas:** uma visão integrada tropical. São Carlos: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2007. 213 p.

ROSA, Antônio Vítor. **Agricultura e Meio Ambiente.** São Paulo: Atual, 1998. 95 p.

11º SEMESTRE

Estágio Supervisionado
Trabalho de Conclusão de Curso II

Disciplina: Estágio Supervisionado	Créditos: 16
Ementa: O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia abrange as áreas profissionalizantes de atuação do agrônomo, bem como suas respectivas subáreas de atuação.	
Objetivos da disciplina: Aprofundar a integração de conteúdos estudados durante o curso em área de interesse do acadêmico. Melhorar o conhecimento prático-técnico, estimulando e incentivando o exercício do senso crítico com objetividade. Desenvolver o domínio ético-profissional.	
Conteúdo Programático: 1 Atuação em entidades credenciadas ou na própria UNICRUZ que desenvolvam em sua rotina, trabalhos relacionados com o exercício profissional da Agronomia. 2 Produção e discussão de relatórios. 3 Entrega dos relatórios à coordenação de estágio. 4 Entrega dos relatórios aos orientadores de estágio.	
Bibliografia Básica: UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. Normatização de teses, dissertações e trabalhos acadêmicos da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. 5 ed. Cruz Alta: UNICRUZ, 2018. UNICRUZ, Curso DE Agronomia – Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório. PPC do curso	
Bibliografia Complementar: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação- referências- elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. Referências usados durante a formação, adequados à área de atuação. Sites de pesquisa <i>on line</i> : - www. scielo.br - www. capes.gov.br	

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II	Créditos: 02
Ementa: Desenvolvimento do processo de conclusão do trabalho monográfico, o qual envolve o levantamento, a análise e a difusão dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo acadêmico dentro do que é preconizado pela metodologia científica.	

Objetivos da disciplina:

Capacitar, preparar e orientar o aluno no processo de elaboração do trabalho de conclusão de curso, de acordo com as normas técnicas da ABNT, da IES e do regulamento de TCC do Curso de Agronomia.

Desenvolver noções de conhecimento e métodos científicos, métodos e técnicas de pesquisa, técnica de coleta de dados, bem como capacitar o aluno para utilizar as normas técnicas na confecção de trabalhos científicos e desenvolver a documentação de projetos e trabalhos científicos.

Conteúdo Programático:

- 1 Revisão dos Projetos de Pesquisa
- 2 Discussão sobre a análise de dados
- 3 Normas de elaboração de artigos científicos

Bibliografia Básica:

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. Normatização de teses, dissertações e trabalhos acadêmicos da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. 5 ed. Cruz Alta: UNICRUZ, 2018.

Bibliografia Complementar:

ALVARENGA, M. A. F. P. **Apontamentos de metodologia para ciências e técnicas de redação científica**: monografias, dissertações e teses de acordo com a ABNT 2000. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2001.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação- referências- elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
ISKANDAR, J. I. **Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos**. Curitiba: Champagnat, 2000.
Sites de pesquisa *on line*: www.scielo.br
www.capes.gov.br
www.embrapa.br

ANEXO III – REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE AGRONOMIA

Capítulo I – Dos Conceitos, da Finalidade e da Organização

Seção I – Dos Conceitos

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado é um ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho e faz parte do processo de formação do acadêmico regularmente matriculado no Curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta, por meio da aproximação contínua da academia com a realidade profissional e social.

Art. 2º O professor orientador de estágio é o profissional da área a ser desenvolvido o estágio, indispensável e obrigatório para acompanhar analisar e avaliar o seu desenvolvimento.

Art. 3º O supervisor de estágio é o profissional da área indicado pela unidade concedente e responsável pelo acompanhamento e avaliação do estagiário na instituição e/ou empresa onde se realiza o estágio, bem como na própria instituição.

Art. 4º O acadêmico estagiário é o estudante regularmente matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Agronomia.

Art. 5º O Coordenador de Estágio é o profissional que viabiliza as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio no Curso e assessora o Professor do Componente Curricular de Estágio Supervisionado, bem como, participa do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução e providencia as assinaturas de convênios entre a Universidade e as instituições concedentes dos campos de estágio na área de Agronomia.

Art. 6º O Professor do Componente de Estágio Curricular Supervisionado será o profissional que irá planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio juntamente com o acadêmico-estagiário, o orientador de estágio, e o profissional da unidade concedente.

Seção II – Da Finalidade

Art. 7º O presente Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado tem a finalidade de organizar e regulamentar os estágios no âmbito do curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado é orientado pelos princípios metodológicos da Universidade, pela Lei nº 11.788/2008, pelo Regulamento Institucional de Estágio Curricular Supervisionado da UNICRUZ – Resolução nº 25/2017 e por este Regulamento,

expresso no Projeto Pedagógico do Curso , e não gera vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e a unidade concedente de estágio.

Capítulo II – Dos Objetivos

Art. 9º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia tem os seguintes objetivos:

I – Oportunizar ao acadêmico a construção das competências e habilidades próprias da atividade profissional da área da Agronomia.

II – Contextualizar os componentes curriculares com situações reais de trabalho.

III – Completar o itinerário formativo do educando previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia.

IV – Proporcionar o pleno desenvolvimento do egresso em sua formação profissional e cidadã.

Capítulo III – Dos Campos de Estágio

Art. 10. Os estágios poderão ser realizados nas unidades concedentes de estágio, que compreendem os órgãos da administração pública direta ou autárquica e fundacional, dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; com as pessoas jurídicas de direito privado e com os profissionais liberais de nível superior, empresas; escritórios e espaços oferecidos pelas instituições, públicas ou privadas, ou não governamentais, desde que conveniadas com a Universidade de Cruz Alta.

Parágrafo Único: o Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado na própria empresa onde o acadêmico estagiário desenvolve suas atividades profissionais, desde que possua um profissional graduado na área para supervisionar e assinar o Termo de Compromisso.

Art. 11. Os Estágios Curriculares Supervisionados poderão ser realizados no âmbito interno da Universidade de Cruz Alta, mediante assinatura de Termo de Compromisso específico para este fim, nos seguintes espaços institucionais:

I – Fazenda Escola.

II – Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia – START.

III – Polo de Inovação Tecnológica.

IV – Outros espaços que se configurem como cenário de práticas profissionais com opção para abertura de campo de estágio na área da Agronomia.

Art. 12. Os acadêmicos do Curso de Agronomia da Unicruz poderão desenvolver estágios nas seguintes áreas de atuação:

I – Engenharia;

II – Pesquisa (Experimentos Agrícolas);

III – Gerenciamento Agrícola;

IV – Extensão Rural;

- V** – Fitotecnia;
- VI** – Fitossanidade;
- VII** – Solo, água, meio ambiente e recursos florestais;
- VIII** – Biotecnologia e Tecnologia de Alimentos;
- IX** – Zootecnia.
- X**- Outras áreas pertinentes.

Capítulo IV – Dos Requisitos Acadêmicos

Art. 13. Para a realização do Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Agronomia o aluno deverá observar os seguintes requisitos:

- I** – Estar matriculado no componente curricular Estágio Supervisionado e com frequência regular no Curso de Agronomia.
- II** – Observar as normas de convênios com instituições, empresas e unidades concedentes de estágio.
- III** – Observar os procedimentos para estágio, conforme orientações do professor orientador do Curso/Universidade e do profissional supervisor da unidade concedente.

Capítulo V – Dos Prazos para a Realização do Estágio Curricular Supervisionado

Art. 14. O aluno deve realizar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado, no período em que estiver matriculado no componente curricular Estágio Supervisionado, devendo proceder a entrega dos relatórios e/ou outros instrumentos de acompanhamento e avaliação.

Art. 15. O cancelamento do Estágio Curricular Supervisionado ocorrerá nas seguintes situações:

- I** – Pelo trancamento da matrícula.
- II** – Quando comprovada pelo professor orientador e pelo supervisor a falta de comprometimento ou de ética profissional do aluno e referendada pelo Colegiado do Curso, permitidos o contraditório e a ampla defesa.
- III** – Quando não observada a frequência nas atividades.

Capítulo VI – Da Carga Horária

Art. 16. O acadêmico deverá cumprir até 06 (seis) horas diárias de estágio, não ultrapassando 30 (trinta) horas semanais.

Art. 17. O Estágio Curricular Supervisionado poderá, excepcionalmente, ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia.

Capítulo VII – Das Atribuições das Partes

Art. 18. São atribuições da Universidade de Cruz Alta:

I – Celebrar Termo de Compromisso com o acadêmico ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do Curso de Agronomia da UNICRUZ.

II – Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do acadêmico do Curso de Agronomia.

III – Indicar professor orientador, da área específica a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

IV – Exigir do acadêmico a apresentação periódica, em prazo não superior a 06 (seis) meses, de relatório das atividades.

V – Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, encaminhando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

VI – Elaborar instrumentos de avaliação dos estágios de seus acadêmicos.

VII – Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações acadêmicas.

Art. 19. São atribuições da Unidade Concedente de Estágio:

I – Celebrar Termo de Compromisso com a instituição de ensino e o acadêmico, zelando por seu cumprimento.

II – Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao acadêmico atividades de aprendizagem social, profissional e cultural.

III – Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação e experiência profissional na área específica da Agronomia desenvolvida pelo estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.

IV – Contratar, em favor do estagiário, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no Termo de Compromisso.

V – Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

VI – Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

VII – Enviar à instituição de ensino, ao final do estágio, o relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. A responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela Universidade de Cruz Alta.

Art. 20. São atribuições do Coordenador de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia da UNICRUZ:

- I** – Instruir os alunos e professores acerca das políticas e normas do Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia;
- II** – Assegurar a articulação entre as diferentes disciplinas do Curso de Agronomia que fundamentam a proposta de Estágio Curricular Supervisionado;
- III** – Oferecer suporte pedagógico e administrativo aos professores orientadores de Estágio Curricular Supervisionado;
- IV** - Buscar oferta dos campos de Estágio Curricular Supervisionado nas unidades concedentes;
- V** - Responsabilizar-se por toda organização pertinente aos documentos referentes ao Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia;
- VI** – Manter contato permanente com empresas/instituições concedentes, sempre que necessário, para acompanhamento e avaliação dos estagiários.

Art. 21. São atribuições do Professor Orientador de Estágio Curricular Supervisionado:

- I** – Orientar o aluno quanto ao cumprimento das atribuições do estágio;
- II** – Proceder a entrega do Termo de Compromisso, recolhendo o mesmo com as devidas assinaturas antes do início do estágio;
- III** – Orientar e supervisionar o desempenho do estagiário, conforme instrumento que lhe compete;
- IV** – Manter contato permanente com empresas/instituições concedentes, sempre que necessário, para acompanhamento e avaliação dos estagiários;

Art. 22. São atribuições do Professor do Componente de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Agronomia:

- I** - Ter conhecimento do regulamento do Estágio Curricular Supervisionado.
- II** - Esclarecer dúvidas referentes à interpretação do Manual de Normalização da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.
- III** - Elaborar o plano de ensino da disciplina;
- IV** - Proceder à entrega do Termo de Compromisso, recolhendo o mesmo com as devidas assinaturas antes do início do estágio.
- V** - Executar as tarefas inerentes à disciplina.
- VI** - Responsabilizar-se pelo diário de classe da disciplina.
- VII** – Assegurar a articulação entre as propostas de estágio e o perfil do egresso proposto no projeto pedagógico do Curso de Agronomia da Unicruz.
- VIII** – Promover a socialização de experiências, no âmbito acadêmico.
- IX** – Encaminhar a versão final (digital) para o Repositório Institucional da Universidade.

Art. 23. São atribuições do Supervisor de Estágio da Unidade Concedente:

- I** – Receber o estagiário e informá-lo sobre a organização e o funcionamento da instituição/empresa;
- II** – Acompanhar e supervisionar as atividades do estagiário, preenchendo os documentos de sua atribuição;
- III** – Responsabilizar-se pelo envio do relatório de atividades do estagiário a Universidade de Cruz Alta.

Art. 24. São atribuições do Estagiário:

- I** – Manter assiduidade nos encontros de orientação e realização do estágio;
- II** – Vivenciar conduta ética, observando as normas internas da unidade concedente e da Universidade de Cruz Alta;
- III** – Demonstrar dedicação, responsabilidade e organização na realização das atividades;
- IV** – Entregar o Termo de Compromisso do Estágio Curricular Supervisionado com as devidas assinaturas;
- V** – Elaborar e cumprir o plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com as orientações do supervisor e do professor orientador de estágio, atendendo a todos os ditames deste regulamento;
- VI** – Cumprir regulamento do Curso de Agronomia.

Capítulo VIII – Da Avaliação

Art. 25. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado no curso de Agronomia será realizada pelo professor orientador, em conjunto com o supervisor, e o professor do componente curricular de estágio, professor orientador e o supervisor, cada um atribuindo nota de zero (0) a dez (10) , fazendo-se a média aritmética das notas atribuídas : pelo professor orientador, pelo supervisor e pelos membros da banca.

Art. 26. Os critérios de avaliação adotados pelo professor do componente curricular de estágio e do professor orientador são os seguintes:

- I** - responsabilidade;
- II** - iniciativa;
- III** - senso crítico;
- IV** - conhecimento técnico;
- V** - habilidade em identificar problemas e propor soluções;
- VI** - qualidade dos relatórios parcial e final conforme planilha de avaliação em anexo.

Art. 27. Os critérios de avaliação adotados pelo profissional Supervisor são os seguintes:

- I** – assiduidade;
- II** – responsabilidade;
- III** – iniciativa;
- IV** - senso crítico;
- V** – relacionamento interpessoal;
- VI** - conhecimento técnico;
- VII** - habilidade em identificar problemas e propor soluções.

Art. 28. Será considerado aprovado no Estágio Curricular Supervisionado do curso de Agronomia o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0), após ter apresentado e entregue o Relatório de Estágio devidamente avaliado pelo professor do componente curricular de estágio, orientador e pelo supervisor.

Parágrafo Único: O aluno que não alcançar a média sete (7) deverá realizar exame, de acordo com as normas institucionais.

Art. 29. Será considerado reprovado no Estágio Curricular Supervisionado do curso de Agronomia o acadêmico que obtiver nota menor que cinco (5,0), devendo o acadêmico realizar matrícula novamente no componente de Estágio e realizar a sua prática em outra instituição/empresa.

Art. 30 O relatório, em sua versão final, deverá ser entregue ao professor do componente de estágio do curso de Agronomia somente via e-mail, em formato PDF e mediante liberação do professor orientador.

Capítulo IX – Das Disposições Finais

Art. 31. A atualização do presente Regulamento ocorrerá em função de alterações na legislação vigente e de adequações dos conteúdos e áreas de abrangência do estágio, decorrente da atualização curricular do Curso de Agronomia.

Art. 32. Os casos omissos neste regulamento deverão ser dirimidos pelo(a) Pró-Reitor de Graduação e, em grau de recurso, pelo Conselho Universitário.

Art. 33. Este regulamento entrará em vigor após aprovação na Câmara de Graduação.

José Luiz Tragnago
Coordenador do Curso

Cruz Alta, 20 de junho de 2018
Solange Beatriz Billig Garces
Pró-Reitora de Graduação

ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

- () Estágio Curricular Supervisionado
 () Estágio Supervisionado Não – Obrigatório

O(A) -----, pessoa jurídica de direito privado, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º -----, com sede na -----, n.º -----, -----, RS, neste ato representado(a) pelo seu(sua) -----, -----, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº -----, doravante denominado(a) simplesmente UNIDADE CONCEDENTE e o(a) acadêmico(a) -----, residente na -----, nº -----, -----, RS, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº -----, Documento de Identidade RG(SSP-RS) nº -----, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no Curso de _____, doravante denominado(a) simplesmente ESTAGIÁRIO(A), nos termos da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, com interveniência da UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA, doravante denominada simplesmente INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com fulcro no Convênio de Estágio celebrado em -----, têm entre si, justo e contratado o presente TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. É objeto do presente instrumento contratual autorizar e regular a realização de estágio profissionalizante no âmbito da UNIDADE CONCEDENTE, com finalidade precípua de possibilitar ao(à) ESTAGIÁRIO(A), a complementação e aperfeiçoamento prático do seu curso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADMISSÃO, DA VIGÊNCIA, DO HORÁRIO E DAS ATIVIDADES. Fica comprometido entre as partes as seguintes condições básicas de realização do estágio:

I. o presente Termo de Compromisso de Estágio terá carga horária de até ____ (____) horas diárias, pelo período _____, no total de ----- (-----) horas, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo até o máximo de 02 (dois) anos, quando se tratar de Estágio Não-Obrigatório, condicionando-se, porém, cada prorrogação à comprovação, por parte do(a) ESTAGIÁRIO(A), de sua aprovação na UNICRUZ no período anterior e do parecer favorável de estágio, bem como à autorização do(a) representante legal da UNIDADE CONCEDENTE.

II. o(a) ESTAGIÁRIO(A) deverá elaborar e entregar à UNICRUZ relatórios, análises, projetos e programas de ação sobre seu estágio, conforme regulamentação do mesmo.

III. as atividades principais a serem desenvolvidas pelo(a) ESTAGIÁRIO(A) devem ser compatíveis com o contexto básico da profissão da qual o curso se refere.

IV. As atividades poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas, de acordo com a progressividade do estágio e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UNIDADE CONCEDENTE. Além de outras previstas no Convênio e no presente Termo de Compromisso de Estágio, são obrigações da UNIDADE CONCEDENTE:

I. assegurar ao(à) ESTAGIÁRIO(A) condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, nomeando um supervisor para acompanhar e elaborar um parecer sobre o aproveitamento do estágio realizado, que será enviado a UNICRUZ.

II. verificar e acompanhar a assiduidade do(a) ESTAGIÁRIO(A).

III. indicar funcionário com formação na área de conhecimento para orientação e supervisão do estágio.

IV. contratar, no caso de Estágio Não-Obrigatório, seguro de acidentes pessoais, para cobertura de riscos de acidentes com o(a) ESTAGIÁRIO(A) nos locais e horários do estágio, durante o período de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO(A) ESTAGIÁRIO(A). Além de outras previstas no presente Termo de Compromisso de Estágio, são obrigações do(a) ESTAGIÁRIO(A):

I. cumprir fielmente a programação do estágio, comunicando à UNIDADE CONCEDENTE qualquer evento que impossibilite a continuação das suas atividades.

II. atender às normas internas da UNIDADE CONCEDENTE, principalmente as relativas ao estágio, que declara, expressamente conhecer, exercendo suas atividades com zelo, organização, pontualidade e assiduidade, concordando, neste ato, com os critérios estabelecidos para o acompanhamento e avaliação do seu estágio.

III. responsabilizar-se pelas perdas e danos que comprovadamente vier a causar a bens da UNIDADE CONCEDENTE, em decorrência da inobservância das normas internas ou de dispositivos deste instrumento.

IV. responsabilizar-se em obedecer às normas estabelecidas no Regulamento de Estágio do Curso.

CLÁUSULA QUINTA – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UNICRUZ.

Além de outras previstas no Convênio e no presente Termo de Compromisso de Estágio, são obrigações da UNICRUZ:

I. dar suporte técnico e teórico ao(à) ESTAGIÁRIO(A), possibilitando condições adequadas para a realização do estágio.

II. estabelecer, executar e fazer cumprir, juntamente com a UNIDADE CONCEDENTE, as normas e rotinas de operacionalização do estágio.

III. assinar, como Instituição de Ensino, o Termo de Compromisso de Estágio entre o(a) ESTAGIÁRIO(A) e a UNIDADE CONCEDENTE.

IV. contratar, no caso de estágio curricular supervisionado, seguro de acidentes pessoais para cobertura de riscos de acidentes com o(a) ESTAGIÁRIO(A), nos locais e horários do estágio, durante o período de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO VÍNCULO DO(A) ESTAGIÁRIO(A). As condições e obrigações do presente Termo de Compromisso de Estágio, não geram, para quaisquer efeitos, vínculo de natureza empregatícia entre as partes signatárias, de conformidade com o que estabelece o art. 3º da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO. O presente Termo de Compromisso de Estágio poderá ser rescindido, sem que reste às partes qualquer indenização, nos seguintes casos: pela Colação de Grau do(a) ESTAGIÁRIO(A), evasão do curso e/ou trancamento da matrícula.

pelo pedido de substituição de qualquer Cláusula do presente instrumento, bem como do Convênio, do qual decorre.

pelo pedido de substituição do(a) ESTAGIÁRIO(A) por parte da UNIDADE CONCEDENTE, pela manifestação, por escrito e no prazo antecedente de 30 (trinta) dias, de qualquer das partes signatárias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO. As partes elegem o Foro do domicílio da UNIDADE CONCEDENTE, com renúncia expressa de outro, por mais privilegiado que possa parecer, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões emergentes do presente instrumento.

E, por estarem justos e compromissados, lavrou-se o presente Termo de Compromisso de Estágio em 03 (três) vias de igual teor e forma, todas assinadas pelas partes e testemunhas, depois de lido, conferido e achado conforme em todos os seus termos.

(LOCAL E DATA)

(Cargo/função)
Unidade Concedente

CPF:
Estagiário:

Universidade de Cruz Alta
Instituição de Ensino

Testemunhas:

Nome:
CPF:
Supervisor(a) de Estágio:

Nome:
CPF:
Orientador(a) de Estágio

ANEXO B - PLANILHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO – SUPERVISOR

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Acadêmico (a):

Orientador (a):

Empresa e local do Estágio:

Questões ao Orientador (a):

	Nota									
	1,0	2,0	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0	8,0	9,0	10,0
Assiduidade										
Responsabilidade										
Iniciativa										
Senso Crítico										
Relacionamento Interpessoal										
Conhecimento Técnico										
Habilidade em identificar problemas e propor soluções										

2 COMENTÁRIOS:

3 NOTA FINAL:

Assinatura

ANEXO C - PLANILHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO – ORIENTADOR

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Acadêmico (a):

Orientador (a):

Empresa e local do Estágio:

Questões ao Orientador (a):

	Nota									
	1,0	2,0	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0	8,0	9,0	10,0
Responsabilidade										
Iniciativa										
Senso Crítico										
Conhecimento Técnico										
Habilidade em identificar problemas e propor soluções										
Relatório parcial										
Relatório Final										

2 COMENTÁRIOS:

3 NOTA FINAL:

Assinatura

ANEXO D - TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

() Tese () Dissertação () Monografia () TCC
 () Relatório de Estágio () Artigo

Eu, _____, nacionalidade

CPF nº _____ RG nº _____

() Professor () Aluno de pós-graduação
 () Aluno de graduação () outros: _____
 Do _____ Curso

_____, da

Universidade de Cruz Alta – Unicruz, na qualidade de titular dos direitos autorais da obra já concluída e entregue e cujo título em português é:

“

 _____”

e em inglês (obrigatório somente para teses de doutorado e dissertações de mestrado)

“

 _____”

Que se encontra no seguinte formato:

() Tese de doutorado, defendida na data (DD/MM/AAAA) _____

() Dissertação de mestrado, defendida na data (DD/MM/AAAA) _____

() Monografia de especialização, defendida na data (DD/MM/AAAA) _____

() Trabalho de Conclusão de curso, defendido na data (DD/MM/AAAA) _____

() Relatório de estágio, defendido na data (DD/MM/AAAA) _____

() Artigo, defendido na data (DD/MM/AAAA) _____

() Outros (especificar): _____

Com base na Lei Federal nº 9.160, de 19 de fevereiro de 1998, a Lei de Direitos Autorais: Autorizo a Unicruz – Universidade de Cruz Alta, através da Biblioteca, a disponibilizar, por tempo indeterminado, gratuitamente, em seu banco de dados, sem ressarcimento dos direitos autorais, o:

() Texto Integral do trabalho de minha autoria, em formato digital, para fins da leitura e/ou impressão pela internet, a partir desta data. Ou;

() Somente as seguintes partes: () Resumo () Sumário () Bibliografia () outros (especificar): _____, do trabalho de

minha autoria, em formato digital, para fins de leitura e/ou impressão pela internet a partir desta data. Ou;

() Não autorizo a Unicruz, através da Biblioteca, a disponibilizar, gratuitamente, em seu banco de dados, o trabalho de minha autoria, em formato digital.

Cruz Alta, _____.

Nome Acadêmico: _____ Ass.: _____

Nome Orientador: _____ Ass.: _____

Nome Coorientador: _____ Ass.: _____

ANEXO IV – REGULAMENTO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

REGULAMENTO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE AGRONOMIA

Capítulo I – Do Conceito, da Finalidade e dos Requisitos

Seção I – Do Conceito

Art.1º. O Estágio Não-Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional e que complementa atividades que podem proporcionar ao aluno da graduação uma experiência acadêmica–profissional em uma perspectiva indissociável entre a teoria e a prática e um acréscimo no desenvolvimento de práticas compatíveis com o contexto do Bacharel em Agronomia.

Seção II – Da Finalidade

Art.2º. O presente Regulamento tem a finalidade de normatizar os procedimentos para o Estágio Não-Obrigatório do curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta, previsto na Lei 11.788/2008.

Art.3º. O acadêmico que optar pela realização do Estágio Não-Obrigatório poderá computar as horas realizadas como Atividades Complementares de acordo com a regulamentação Institucional e específica do curso de Agronomia.

Seção III – Dos Requisitos

Art.4º. O Estágio Não-Obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer tipo, e o aluno deve possuir os seguintes requisitos:

I – Ter matrícula e frequência regular no Curso de Agronomia da Universidade de Cruz Alta.

II – Celebração do Termo de Compromisso entre o estagiário e a parte concedente do Estágio Não-Obrigatório.

III – Compatibilidade das atividades desenvolvidas no Estágio Não-Obrigatório e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

IV – Ter acompanhamento do professor orientador e contar com a supervisão por profissional encarregado de acompanhar as práticas no campo do Estágio Não-Obrigatório.

V – Não ultrapassar a carga horária de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

VI – Apresentação periódica de relatório de atividades ao professor orientador de Estágio Supervisionado Não-Obrigatório.

VII – Apresentação de plano de ação das atividades do Estágio Não-Obrigatório a ser realizado ao orientador de Estágio Supervisionado Não-Obrigatório.

VIII – Observar as normas institucionais dos espaços aptos para realização do Estágio Não-Obrigatório quando desenvolvido no âmbito interno da Universidade de Cruz Alta, bem como observar os convênios com instituições, empresas e unidades concedentes de Estágio Não-Obrigatório quando desenvolvidos no âmbito externo.

IX – Observar os procedimentos para Estágio Não-Obrigatório conforme orientações do coordenador de Estágio, professor orientador da Universidade e do supervisor da unidade

concedente.

X – Estar em consonância com as legislações específicas de sua área profissional.

Parágrafo Único. A duração do Estágio Não-Obrigatório na mesma parte concedente não poderá exceder a 06 (seis) meses – equivalente a 01 (um) semestre, podendo ao seu término ser prorrogado por mais seis meses, mediante assinatura de novo Termo de Compromisso.

Capítulo II – Dos Campos de Estágio Não-Obrigatório

Art. 5º. Os Estágios Não-Obrigatórios poderão ser realizados no âmbito interno da Universidade de Cruz Alta, nos seguintes espaços:

I – Fazenda Escola.

II – Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia - START.

III – Polo de Inovação Tecnológica.

IV – Núcleo de Estatística Aplicada – NEA.

V – Núcleo Institucional do Projeto Rondon.

VI – Outros espaços que se configurem como cenário de práticas profissionais com opção para abertura de campo de Estágio Não-Obrigatório.

VII – Laboratórios vinculados ao Curso de Agronomia.

Parágrafo Único. Fica vedado ao acadêmico realizar Estágio Não-Obrigatório pelo período de 06 (seis) meses imediatamente após ter realizado o estágio curricular supervisionado obrigatório, quando realizado internamente na UNICRUZ.

Art. 6º. O Estágio Não-Obrigatório também poderá ser realizado em espaços externos que atendam as disposições previstas na legislação, bem como os requisitos previstos no artigo 4º do presente Regulamento.

Capítulo III – Da Coordenação, Orientação e da Supervisão do Estágio Não-Obrigatório

Art. 7º. A carga horária destinada ao pagamento do professor coordenador de estágio, quando houver oferta de Estágio Não-Obrigatório, será equiparada ao que consta no artigo 21 da Resolução nº 25/2017 do Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 8º. O Estágio Não-Obrigatório contará com um professor orientador por área conforme previsto em edital, que será responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento das atividades do acadêmico, por meio de plano de ação, relatórios de atividades, reuniões e visitas ocasionais ao campo de estágio, bem como o contato direto com o supervisor responsável.

Art. 9º. A supervisão do Estágio Não-Obrigatório será realizada pelo profissional indicado pela unidade concedente.

Capítulo IV – Da Avaliação do Estágio Não-Obrigatório

Art. 10. A carga horária, destinada aos professores orientadores, no âmbito interno da

Instituição, devem estar distribuídas dentro de suas atividades em Tempo Integral e Tempo Parcial.

Art. 11. A avaliação dos acadêmicos que realizam o Estágio Não-Obrigatório será feita pelo supervisor em conjunto com o professor orientador.

Art. 12. O acadêmico que realiza o Estágio Não-Obrigatório deverá apresentar relatório das atividades realizadas ao professor orientador de acordo com o seu plano de ação aprovado pelo supervisor de campo ao final do respectivo estágio.

Art. 13. A aprovação dos relatórios pelo supervisor e pelo professor orientador será condição obrigatória para renovação do respectivo Estágio Não-Obrigatório.

Capítulo V – Das Vagas do Estágio Não-Obrigatório

Art. 14. No âmbito interno da Universidade de Cruz Alta, os espaços destinados à realização do Estágio Não-Obrigatório deverão abrir vagas por demanda via edital específico vinculado ao Núcleo Institucional de Estágios junto à Pró-Reitoria de Graduação.

Capítulo VI – Da Validação do Estágio Não-Obrigatório

Art. 15. Para efeito de validação do Estágio Não-Obrigatório como atividade formativa, o acadêmico deverá cumprir 75% de carga horária mínima do período de estágio programado.

Art. 16. Ao término do período da realização do Estágio Não-Obrigatório, após a entrega do relatório de atividades e avaliação do supervisor e professor orientador o acadêmico fará jus a certificação *online* com carga horária específica, para os estágios internos, emitida pelo Núcleo Institucional de Estágio.

Art. 17. O Estágio Não-Obrigatório será considerado cancelado:

I – Pelo trancamento da matrícula do acadêmico.

II – Quando não observada frequência de 75% nas atividades.

III – Pela não entrega do relatório final das atividades;

IV – Pelo não cumprimento das normas institucionais dos espaços de realização do Estágio Não-Obrigatório seja no âmbito interno ou externo a Universidade de Cruz Alta.

Capítulo VII – Das Disposições Finais

Art. 18. O presente Regulamento rege-se, para fins de aplicabilidade, pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, D.O.U. de 26 de setembro de 2008 e a Orientação Normativa nº 02 de 24 de junho de 2016.

Art. 19. Os casos omissos neste regulamento deverão ser dirimidos pelo(a) Pró-Reitor(a) de Graduação e, em grau de recurso, pelo Conselho Universitário.

Art. 20. O presente Regulamento poderá ser alterado por proposição do coordenador do Núcleo Institucional de Estágios, do(a) Reitor(a), do(a) Pró-Reitor a) de Graduação ou, ainda, pelo plenário do Conselho Universitário e pelo Colegiado de Curso.

Art. 21. O presente Regulamento entrará em vigor, na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário, revogando-se a Resolução do Conselho Universitário Nº 44/2016, de 28/09/2016, e demais disposições em contrário.

Cruz Alta, 11 de abril de 2018.

ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

- () Estágio Curricular Supervisionado
 () Estágio Não-Obrigatório

O(A) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na _____, n.º _____, _____, _____, RS, neste ato representado(a) pelo seu(sua) _____, _____, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominado(a) simplesmente **UNIDADE CONCEDENTE** e o(a) acadêmico(a) _____, residente na _____, n.º _____, _____, RS, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, Documento de Identidade RG(SSP-RS) n.º _____, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no Curso de _____, doravante denominado(a) simplesmente **ESTAGIÁRIO(A)**, nos termos da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, com interveniência da **UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA**, doravante denominada simplesmente **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, com fulcro no Convênio de Estágio celebrado em _____, têm entre si, justo e contratado o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. É objeto do presente instrumento contratual autorizar e regular a realização de estágio profissionalizante no âmbito da **UNIDADE CONCEDENTE**, com finalidade precípua de possibilitar ao(à) **ESTAGIÁRIO(A)**, a complementação e aperfeiçoamento prático do seu curso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADMISSÃO, DA VIGÊNCIA, DO HORÁRIO E DAS ATIVIDADES. Fica comprometido entre as partes as seguintes condições básicas de realização do estágio:

I. o presente **Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório** terá carga horária de até ____ (____) horas diárias, pelo período _____, no total de ----- (-) horas, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo até o máximo de 02 (dois) anos, quando se tratar de Estágio Não-Obrigatório, condicionando-se, porém, cada prorrogação à

comprovação, por parte do(a) **ESTAGIÁRIO(A)**, de sua aprovação na **UNICRUZ** no período anterior e do parecer favorável de estágio, bem como à autorização do(a) representante legal da **UNIDADE CONCEDENTE**.

II. o(a) **ESTAGIÁRIO(A)** deverá elaborar e entregar à **UNICRUZ** relatórios, análises, projetos e programas de ação sobre seu estágio, conforme regulamentação do mesmo.

III. as atividades principais a serem desenvolvidas pelo(a) **ESTAGIÁRIO(A)** devem ser compatíveis com o contexto básico da profissão da qual o curso se refere.

IV. As atividades poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas, de acordo com a progressividade do estágio e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UNIDADE CONCEDENTE. Além de outras previstas no Convênio e no presente **Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório**, são obrigações da **UNIDADE CONCEDENTE**:

I. assegurar ao(à) **ESTAGIÁRIO(A)** condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, nomeando um supervisor para acompanhar e elaborar um parecer sobre o aproveitamento do estágio realizado, que será enviado a **UNICRUZ**.

II. verificar e acompanhar a assiduidade do(a) **ESTAGIÁRIO(A)**.

III. indicar funcionário com formação na área de conhecimento para orientação e supervisão do estágio.

IV. contratar, no caso de Estágio Não-Obrigatório, seguro de acidentes pessoais, para cobertura de riscos de acidentes com o(a) **ESTAGIÁRIO(A)** nos locais e horários do estágio, durante o período de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO(A) ESTAGIÁRIO(A). Além de outras previstas no presente **Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório**, são obrigações do(a) **ESTAGIÁRIO(A)**:

I. cumprir fielmente a programação do estágio, comunicando à **UNIDADE CONCEDENTE** qualquer evento que impossibilite a continuação das suas atividades.

II. atender às normas internas da **UNIDADE CONCEDENTE**, principalmente as relativas ao estágio, que declara, expressamente conhecer, exercendo suas atividades com zelo, organização, pontualidade e assiduidade, concordando, neste ato, com os critérios estabelecidos para o acompanhamento e avaliação do seu estágio.

III. responsabilizar-se pelas perdas e danos que comprovadamente vier a causar a bens da **UNIDADE CONCEDENTE**, em decorrência da inobservância das normas internas ou de dispositivos deste instrumento.

IV. responsabilizar-se em obedecer às normas estabelecidas no Regulamento de Estágio do Curso.

CLÁUSULA QUINTA – ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UNICRUZ. Além de outras previstas no Convênio e no presente **Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório**, são obrigações da **UNICRUZ**:

I. dar suporte técnico e teórico ao(à) **ESTAGIÁRIO(A)**, possibilitando condições adequadas para a realização do estágio.

II. estabelecer, executar e fazer cumprir, juntamente com a **UNIDADE CONCEDENTE**, as normas e rotinas de operacionalização do estágio.

III. assinar, como Instituição de Ensino, o Termo de Compromisso de Estágio entre o(a) **ESTAGIÁRIO(A)** e a **UNIDADE CONCEDENTE**.

IV. contratar, no caso de estágio curricular obrigatório, seguro de acidentes pessoais para cobertura de riscos de acidentes com o(a) **ESTAGIÁRIO(A)**, nos locais e horários do estágio, durante o período de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO VÍNCULO DO(A) ESTAGIÁRIO(A). As condições e obrigações do presente **Termo de Compromisso de Estágio**, não geram, para quaisquer efeitos, vínculo de natureza empregatícia entre as partes signatárias, de conformidade com o que estabelece o art. 3º da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO. O presente **Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório** poderá ser rescindido, sem que reste às partes qualquer indenização, nos seguintes casos:

- pela Colação de Grau do(a) **ESTAGIÁRIO(A)**, evasão do curso e/ou trancamento da matrícula.

- pelo pedido de substituição de qualquer Cláusula do presente instrumento, bem como do Convênio, do qual decorre.

- pelo pedido de substituição do(a) **ESTAGIÁRIO(A)** por parte da **UNIDADE CONCEDENTE**.
- pela manifestação, por escrito e no prazo antecedente de 30 (trinta) dias, de qualquer das partes signatárias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO. As partes elegem o Foro do domicílio da **UNIDADE CONCEDENTE**, com renúncia expressa de outro, por mais privilegiado que possa parecer, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões emergentes do presente instrumento.

E, por estarem justos e compromissados, lavrou-se o presente **Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório** em 03 (três) vias de igual teor e forma, todas assinadas pelas partes e testemunhas, depois de lido, conferido e achado conforme em todos os seus termos.

(LOCAL E DATA)

(Cargo/função)
Unidade Concedente

CPF:
Estagiário:

Universidade de Cruz Alta
Instituição de Ensino

Testemunhas:

Nome:
CPF:
Supervisor(a) de Estágio:

Nome:
CPF:
Orientador(a) de Estágio

ANEXO V – REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC DO CURSO DE AGRONOMIA

Art. 1º. O presente Regulamento tem por objetivo estabelecer as normas relativas à elaboração, acompanhamento, orientação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Agronomia, da Universidade de Cruz Alta, tomando por base a Resolução 45/2016 do CONSUN.

Capítulo I – Da Definição e Finalidades

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, atividade curricular obrigatória, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais e contemplada no Projeto Pedagógico de Curso – PPC, é uma produção científica, que pode ser realizada em forma de relatório de pesquisa ou artigo científico, que aborda temas relacionados à formação profissional e tem como princípios:

I – A investigação como método de conhecimento e de aprendizagem.

II – A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica do educando.

III – A integração entre teoria e prática na produção do conhecimento.

IV – A produção do conhecimento como prática social historicamente situada.

Parágrafo Único: No caso de trabalho científico, este poderá ter seu início antecipado para semestre (s) anterior (es), de acordo com as características da pesquisa e da cultura agrícola em questão. O trabalho será orientado por um docente do Curso de Agronomia e deverá contemplar as linhas de pesquisa definidas pelos Grupos de Pesquisa do Curso, devendo os resultados serem publicados em anais de eventos internos ou Revista Científica da área.

Capítulo II – Da Carga Horária

Art. 3º. Os TCCs I e II do curso de Agronomia terão carga horária de 30 h (02 créditos) cada um.

Parágrafo Único: O professor orientador deverá pertencer ao Colegiado do Curso de Agronomia e possuir experiência em pesquisa na área em que o TCC será realizado. Excepcionalmente em função da área escolhida e da disponibilidade de professor orientador o professor não pertencente ao colegiado do curso de agronomia poderá ser orientador desde que possua formação específica na área.

Art. 4º. Cada professor orientador receberá o equivalente a 0,5 h/aula por orientando, até o total de 06 (seis) orientandos e /ou conforme Ato Normativo da Instituição.

Capítulo III – Da Organização

Art. 5°. No componente curricular TCC I, o acadêmico desenvolverá um projeto, o qual deverá ser executado no componente curricular TCC II e apresentado nas seguintes formas: monografia e/ou artigo científico.

Art. 6°. O TCC II deverá ser entregue na forma de monografia ou artigo científico, conforme a metodologia de normalização de trabalhos acadêmicos da UNICRUZ/ABNT. No caso de artigo científico, este deverá ser entregue obedecendo a normalização da UNICRUZ ou da revista em que o acadêmico deseja publicar.

Art. 7°. O projeto do TCC I deverá ser entregue ao Professor da Disciplina de TCC na data aprazada e obedecendo ao manual de normalização da UNICRUZ.

Art. 8°. Quando do projeto do TCC I, entregar 03 (três) cópias do projeto encadernadas, com ciência assinada pelo professor orientador, para apreciação de cada membro da banca de qualificação do projeto.

Art. 9°. Quando da defesa do TCC II, entregar 03 (três) cópias do trabalho final, com ciência assinada pelo professor orientador, para apreciação de cada membro da Banca Examinadora, conforme estabelecido no regulamento específico do Curso.

Capítulo IV – Das atribuições

Art. 10. São atribuições da Coordenação do Curso de Agronomia:

I – Identificar os alunos matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

II – Manter-se sempre informado quanto às atividades desenvolvidas durante o semestre, irregularidades, dificuldades e necessidades dos professores e acadêmicos envolvidos com o TCC.

III – Manter os registros, atas, e arquivos referentes ao TCC I e II.

IV – Encaminhar a lista dos alunos que tiveram seus trabalhos finais para a Secretaria Acadêmica.

V – Tomar, no âmbito de sua competência, todas as medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.

Art. 11. São atribuições do Professor das Disciplinas de TCC I e II:

I – Elaborar, apresentar e discutir o plano de ensino da disciplina, bem como os critérios de avaliação, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso e da grade curricular.

II – Acompanhar a elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão, bem como a escolha dos temas e dos respectivos orientadores.

III – Encaminhar aos alunos, o Termo de Compromisso de Orientação (anexo 01) a ser entregue ao Orientador para coleta de sua assinatura.

IV – Organizar o cronograma de trabalho com respectivas datas de entrega de produtos relativos ao TCC e encaminhar cópia aos professores orientadores e aos acadêmicos matriculados no TCC I e/ou II.

V – Fornecer as orientações gerais de TCC e do regulamento de TCC do seu curso aos professores orientadores, durante os semestres vinculados às etapas de sua elaboração.

VI – Encaminhar aos professores e orientadores as fichas de controle de frequência das orientações individuais (anexo 02), formulário de desistência de orientação, se necessário (anexo 03) e fichas de avaliação da defesa (anexos 05 e 06).

VII – Planejar e organizar as bancas dos Trabalhos de Conclusão de Curso da qualificação do projeto e da defesa juntamente com o professor orientador.

VIII – Divulgar o resultado da avaliação do TCC pela Banca Examinadora (da qualificação do projeto e da defesa do TCC) nos prazos estipulados pelo calendário acadêmico.

IX – Manter-se sempre informado quanto às atividades desenvolvidas durante o semestre, irregularidades, dificuldades e necessidades dos professores orientadores e acadêmicos envolvidos com o TCC I e II.

X – Receber dos alunos os arquivos digitais de TCC II em sua versão final.

XI – Encaminhar a Biblioteca os arquivos digitais do TCC II (em formato PDF) para serem publicados no Repositório Institucional da Universidade de Cruz Alta.

XII – Encaminhar à Coordenação do Curso a relação dos alunos após a entrega da versão final (arquivo digital do TCC).

XIII – Elaborar Certificado de orientação e participação dos professores nas bancas de avaliação.

Art. 12. São atribuições do Professor Orientador do TCC:

I – Firmar compromisso de orientação mediante assinatura do Termo de Compromisso de Orientação (Anexo 01).

II – Orientar e acompanhar o desenvolvimento da pesquisa em todas as suas etapas.

III – Registrar os encontros para orientação em documento próprio elaborado pelo professor da Disciplina de TCC (Anexo 02), com assinatura de ambos, docente e acadêmico.

IV – Comunicar o desligamento do orientado, se este não comparecer no mínimo a três (03) encontros de orientação estabelecidos.

V - Definir datas e horários dos encontros com o orientando e atendê-lo nos horários pré-estabelecidos.

VI – Preencher e assinar, com os membros da Banca Examinadora, a ata final da sessão de apresentação do TCC.

VII - Revisar os arquivos finais do TCC.

Art. 13. São atribuições do Orientando:

I – Estar matriculado nas disciplinas de TCC, observando os prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico.

II – Identificar-se junto ao Orientador, mediante Carta de Apresentação.

III – Entregar ao professor da disciplina o Termo de Compromisso assinado pelo professor orientador.

IV – Cumprir as exigências do TCC, observando as normas e prazos estabelecidos neste regulamento.

V – Cumprir as datas estabelecidas, no cronograma de trabalho, para a entrega dos trabalhos relativos ao TCC definidos pelo professor da disciplina de TCC e/ou orientador.

VI – Participar das atividades de orientação com o professor orientador, bem como das aulas de TCC.

VII – Apresentar ao Orientador e à banca material de sua autoria, sob pena de reprovação.

VIII – Comunicar e justificar, com antecedência, ao Professor Orientador, quaisquer alterações das atividades previstas, inclusive da desistência da apresentação do trabalho perante a Banca Examinadora.

IX – Apresentar os resultados do trabalho do TCC II para a Banca Examinadora e ao público interessado, em data e horário definidos previamente.

X – Entregar, ao Coordenador de Curso, nas datas estipuladas, o TCCII em formato digital (em PDF), conforme o regulamento específico do curso.

Capítulo V – Das Bancas

Art. 14. A banca de avaliação do TCC I e II será composta por, no mínimo 03 (três) professores, havendo possibilidade da participação de convidados para a banca – professor ou profissional da área, desde que não gere ônus para a Instituição.

I - Poderão participar da banca docentes do Curso de Agronomia e profissionais de nível superior, desde que ligados ao tema do TCC..

II - O tempo máximo de apresentação, tanto do TCC I como do TCC II será de 20 (vinte) minutos, sendo atribuído a cada membro da banca 10 (dez) minutos para arguições.

Art. 15. O resultado final será registrado em ata, assinada por todos os membros da Banca Examinadora, e arquivado na Coordenação do Curso.

Art. 16. O aluno que não comparecer no dia, local e horário estipulado para apresentação e defesa do projeto de TCC I e do TCC II deverá apresentar justificativa escrita no prazo de 24 horas, considerando os dias úteis, o qual ficará sujeita à aceitação ou não pela banca examinadora e pela Coordenação do respectivo curso de Agronomia.

Capítulo VI – Da Avaliação

Art. 17. A avaliação das disciplinas de TCC I e II será realizada em duas etapas: o primeiro bimestre será avaliado somente pelo professor da disciplina, onde o acadêmico deverá participar das aulas seguindo o cronograma de atividades do plano de ensino; o segundo bimestre será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelo professor da disciplina, pelo orientador e pela banca, após a qualificação (TCC I) ou apresentação (TCC II).

Art. 18. Para aprovação, o acadêmico deve obter nota igual ou superior a 7,0 (sete). Caso não obtenha média 7,0 (sete), o aluno reapresentará o TCC I e II, com prazo estabelecido pelo orientador e coordenação do curso, e que corresponderá ao exame.

Art. 19. A não apresentação do TCC I e II no prazo previsto sem justificativa e autorização implica em reprovação do acadêmico e conseqüentemente em nova matrícula.

Capítulo VII – Das Disposições Finais

Art. 20. Os casos omissos, neste regulamento, deverão ser dirimidos pela Coordenação de Curso e Diretor de Centro juntamente com a Pró-reitoria de Graduação e, em grau de recurso, pelo Conselho Universitário.

Art. 21. Este regulamento entrará em vigor após aprovação na Câmara de Graduação.

Cruz Alta, 20 de junho de 2018

José Luiz Tragnago
Coordenador do Curso

Solange Beatriz Billig Garces
Pró-Reitora de Graduação

ANEXO 01**TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DE TCC I**

Eu, professor _____
aceito orientar o trabalho de conclusão de curso do acadêmico:

Intitulado provisoria ou definitivamente:

bem como respeitar as datas do cronograma do plano de ensino do TCC.

ACADÊMICO

ORIENTADOR

Cruz Alta, _____ de _____ de 20 _____

ANEXO 02**FICHA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA**

Nome do acadêmico: _____

Nome do professor: _____

Semestre letivo _____/_____

Data	Atividade realizada	Ass. Aluno	Ass. Professor

Espaço reservado para observações do professor:

--

ANEXO 03**FORMULÁRIO DE DESISTÊNCIA**

Venho por meio deste, requerer a desistência da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Agronomia do acadêmico(a)

_____ pelos motivos fundamentados abaixo:

Declaro que as duas partes estão de acordo.

Cruz Alta, de de 20 .

Orientador

ANEXO 04

FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE TCC I

Título: _____

Acadêmico: _____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NOTA
Frequência as aulas (1,0)	
Realização das tarefas estabelecidas nas aulas (1,0)	
Comprometimento com a qualidade do trabalho (1,5)	
Busca de fontes bibliográficas atualizadas para a elaboração do trabalho (1,5)	
Autonomia para o desenvolvimento da metodologia do trabalho (1,5)	
Capacidade de analisar e discutir os resultados obtidos (2,0)	
Conclusão pertinente aos objetivos propostos e resultados obtidos (1,5)	
TOTAL (10,0)	

Cruz Alta, de de 20 .

 Assinatura do professor da disciplina de TCC

ANEXO 05

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TCC I

PROFESSOR ORIENTADOR

Título: _____

Acadêmico: _____

Orientador: _____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NOTA
Frequência as orientações (2,5)	
Realização das tarefas estabelecidas nas orientações (2,5)	
Comprometimento com a qualidade do trabalho (2,5)	
Fontes bibliográficas adequadas para a realização do trabalho (2,5)	
TOTAL (10,0)	

Espaço reservado para observações do professor:

Cruz Alta, de de 20 .

 Assinatura do orientador

ANEXO 06

FICHA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TCC I

PROFESSOR DA BANCA EXAMINADORA

Título: _____

Acadêmico: _____

Professores: _____

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NOTA
Construção textual (linguagem, clareza, gramática e fluência das ideias) (2,5)	
Utilização de fontes bibliográficas atualizadas qualitativamente e quantitativamente para a elaboração do trabalho (2,5)	
Exploração temática, tendo em vista a relevância do tema e objetivos propostos (1,0)	
Adequação da metodologia para viabilização do projeto (1,0)	
Organização e cumprimento do horário da apresentação (1,0)	
Domínio do tema do trabalho (1,0)	
Postura e dicção na apresentação (1,0)	
TOTAL (10,0)	

Cruz Alta, de de 20 .

Assinatura do professor_____
Assinatura do professor

ANEXO VI - PLANO DE AÇÃO COORDENADOR

PLANO DE AÇÃO DE COORDENADOR

1. Atender as demandas do Instrumento de Avaliação do SINAES para atingir o conceito de Curso 05

1.1 Ações

- Incentivo constante para qualificação pedagógica e específica do corpo docente;
- Incentivo ao professor para utilização de metodologias ativas e inventivas no ambiente de ensino.
- Avaliação constante dos espaços físicos da IES e proposição de melhorias visando qualidade, bem como ambientes de ensino acolhedores.
- Busca da excelência do Curso através do contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso em consonância com o PDI.

1.2 Responsável: Coordenador e NDE

1.3. Prazo: Semestral (contínuo)

1.4 Resultados Esperados

- Satisfação dos discentes e docentes no ambiente de ensino aprendizagem.
- Alcançar excelência no ensino, com base nas avaliações trienais do ENADE.

2- Incentivar a articulação do ensino, pesquisa e extensão, visando a inovação e tecnologia

2.1 Ações

- Incentivo constante aos docentes para elaboração de projetos de pesquisa e extensão vinculados ao ensino, visando a indissociabilidade.
- Desenvolvimento de metodologias de ensino que busquem a inovação na utilização das tecnologias durante o período de aprendizagem e permitam sua utilização no mercado de trabalho.

2.2 Responsável: Coordenador e docentes

2.3. Prazo: Semestral (contínuo)

2.4 Resultados Esperados

- Formar egressos capacitados para a resolução de problemas, empreendedores e preparados para o desenvolvimento e uso de novas tecnologias, em atendimento ao perfil do egresso constante do PPC.

3 – Acompanhar o desenvolvimento das atividades acadêmicas do Curso, de modo a garantir a integralização curricular.

3.1 Ações

- Garantia da oferta das disciplinas da grade Curricular de cada semestre.
- Acompanhamento do cumprimento das exigências necessárias à integralização curricular do Curso, ao aproveitamento de estudos e à adaptação de componentes curriculares.
- Viabilização da oferta de disciplinas de nivelamento, quando houver necessidade.
- Encaminhamento da oferta de disciplinas específicas

3.2 Responsável: Coordenador, NDE e docentes

3.3. Prazo: Semestral (contínuo)

3.4 Resultados Esperados

- Melhorar o processo de ensino-aprendizagem.
- Facilitar a cumprimento da grade curricular a acadêmicos com problemas de reprovação ou que cursam poucas disciplinas/semestre
- Diminuir a evasão do ensino.

4 – Atualização do acervo bibliográfico

4.1 Ações

- Acompanhamento ao corpo docente na atualização das ementas das disciplinas e por consequência das bibliografias básica e complementar.
- Identificação da necessidade de disponibilização de periódicos.
- Realização do levantamento e otimização da utilização das bibliografias disponíveis no acervo da Biblioteca Visconde de Mauá.
- Elaboração do Plano de Atualização das bibliografias básica e complementar juntamente com a validação do NDE.
- Inserção do curso em bibliotecas virtuais

4.2 Responsável: Coordenador, NDE e docentes

4.3. Prazo: Semestral (contínuo)

4.4 Resultados Esperados

- Utilização desses materiais pelos discentes e docentes.
- Melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

5 - Acompanhar o desempenho dos acadêmicos no processo de ensino e aprendizagem, especialmente daqueles que apresentam dificuldades

5.1 Ações

- Oferta de oportunidade de acompanhamento paralelo aos acadêmicos com maior dificuldade.
- Encaminhamento de casos de alunos e ou docentes com necessidades de acompanhamento específico aos setores de apoio do Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor (NAEP).
- Oferta aos acadêmicos com necessidades especiais de acompanhamento por meio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UNICRUZ – NAIU

5.2 Responsável: Coordenador, NDE e docentes

5.3. Prazo: Semestral (contínuo)

5.4 Resultados Esperados

- Melhorar e nivelar o processo de ensino-aprendizagem, de acordo com suas necessidades.
- Diminuir a evasão do ensino.

6 – Criar um Programa de Extensão do Curso de Agronomia

6.1 Ações

- Criação e implantação do Programa de Extensão Interdisciplinar Acadêmico para ampliar a Inserção da Agronomia junto à sociedade, envolvendo hortas domésticas, tecnologia de alimentos, cultivo de plantas medicinais, entre outros.
- Envolvimento de

6.2 Responsável: Coordenador, NDE e docentes

6.3. Prazo: Semestral (contínuo)

6.4 Resultados Esperados

- Atendimento a curricularização da extensão.

7 – Estabelecer um cronograma de oferta de cursos/seminários de especialização em temas específicos, com o objetivo de manter os egressos e demais profissionais atualizados com as práticas do setor primário.

7.1 Ações

- Implantação de cursos/seminários focados nas demandas regionais, visando a atualização dos profissionais nas novas tecnologias.

- Envolvimento de docentes e discentes na organização, desde a definição dos temas até a realização dos cursos ou seminários.

7.2 Responsável: Coordenador, NDE e docentes

7.3. Prazo: Semestral (contínuo)

7.4 Resultados Esperados

- atendimento ao quesito de ensino continuado.

ANEXO VII – REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA CONSELHO UNIVERSITÁRIO RESOLUÇÃO Nº 04/2011

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Universidade de Cruz Alta institui o presente regulamento que disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE dos cursos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica e sequenciais, a partir da Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 e respectivo Parecer nº 4 de 17 de junho de 2010.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE, de que trata o presente Regulamento, é órgão consultivo dos cursos da Universidade de Cruz Alta e funciona com base no Estatuto e Regimento Geral da Universidade de Cruz Alta e neste Regulamento.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE é formado por membros do corpo docente dos cursos, que exerçam liderança acadêmica no âmbito dos mesmos, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem para o desenvolvimento dos cursos da Universidade de Cruz Alta.

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE está constituído atendendo os seguintes critérios, conforme determina o Of. Circ. MEC/INEP/DAES/ CONAES 000074:

I – Ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente dos cursos.

II – Ter, pelo menos, 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

III - Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% (vinte por cento) em tempo integral.

IV - Assegurar a renovação de 1/3 (um terço) dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE a cada dois (02) anos, de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento dos cursos.

Art. 5º. O Núcleo Docente Estruturante - NDE será presidido pelo respectivo coordenador de cada curso.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6º. O Núcleo Docente Estruturante - NDE, constituído conforme o Art. 4º deste regulamento, tem as seguintes atribuições:

I - Acompanhar o processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do projeto pedagógico dos cursos, articulados ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Político- Pedagógico Institucional (PPPI).

II - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino previstas nos currículos dos cursos.

III - Contribuir com o processo de consolidação do perfil profissional dos egressos dos cursos.

IV - Incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, advindas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho em consonância com as políticas institucionais e as políticas públicas relativas à área de conhecimento dos cursos.

V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de bacharelado, licenciatura, graduação tecnológica e sequenciais no âmbito institucional.

VI - Zelar pelo compromisso com os processos avaliativos em suas instâncias interna e externa (CPA, ENADE, SINAES) articulando ações que garantam a qualidade da formação proposta pelos cursos.

Seção I

Das Atribuições do Presidente do Núcleo Docente Estruturante

Art. 7º Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I - Convocar e presidir as reuniões do NDE.

II - Representar o NDE junto aos órgãos da Instituição.

III - Encaminhar as deliberações do Núcleo.

IV - Designar 01 (um) relator ou 01 (uma) comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e 01 (um) representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 8º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE reunir-se-á, ordinariamente,

bimestralmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 9º. As decisões do Núcleo Docente Estruturante - NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Seção I

Das Convocações

Art. 10. As Convocações para as sessões ordinárias do Núcleo Docente Estruturante – NDE serão feitas por escrito ou meio eletrônico, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, com expressa indicação do local, dia, hora e Ordem do Dia.

Parágrafo único. Não havendo sessão, por falta de *quorum*, será convocada, pelo mesmo processo, nova reunião, obedecido um intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

Seção II

Da Frequência

Art. 11. O comparecimento às reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é obrigatório.

§1º. As reuniões devem ser programadas de forma a interferir, o mínimo possível, no desenvolvimento normal das demais atividades universitárias.

§2º. As reuniões devem ser programadas sempre em horários compatíveis com o funcionamento da Instituição.

Art. 12. O conselheiro que faltar deverá apresentar justificativa formal ao Presidente ou por intermédio de um membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE, na mesma reunião a que deixar de comparecer.

Parágrafo único. Nas faltas decorrentes de imprevistos, em que haja impossibilidade de comunicação em tempo hábil, o conselheiro deverá fazê-la em um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a reunião.

Art. 13. Constituem motivos para se apresentar justificativa:

I - Doença própria ou na família (cônjuge ou filho) devidamente comprovada por atestado médico.

II - Reunião em colegiado superior, nos termos do parágrafo 2º deste Regulamento.

III - Viagem representando a Instituição, devidamente comprovada.

- IV** - Participação em eventos científicos, devidamente comprovados.
V - Casos abonatórios, conforme previsão legal.

Parágrafo único. O não comparecimento de qualquer dos membros em 02 (duas) reuniões sem justificativa implicará em desligamento do mesmo e nomeação de substituto pelo Presidente do NDE.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE ou, em grau de recurso, por órgão superior, de acordo com a sua competência.

Art. 15. O presente Regulamento poderá ser modificado mediante proposição do Presidente do Núcleo Docente Estruturante – NDE, após aprovação do Conselho Universitário.

Art. 16. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelo Conselho Universitário.

Cruz Alta, 17 de janeiro de 2011

Sirlei de Lourdes Lauxen
Vice-Reitora de Graduação
Universitário

Elizabeth Fontoura Dorneles
Presidente Conselho

Registre-se e Publique-se
Cruz Alta, 17 de janeiro de 2011

=====

Sadi Herrmann
Secretário-Geral

ANEXO VIII – CORPO DOCENTE

CORPO DOCENTE

DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	REG. TRAB.
Alex Telocken	Ciência da Computação	Mestre	H
Angela Vieira Brunelli	Nutricionista	Mestre	H
Carla Rosane Tavares Alves	Letras Português Inglês	Doutor	TI
Cláudia Maria P. de Mera	Ciências Econômicas	Doutor	TI
Cleia Rosani Baiotto	Bióloga	Doutor	H
Daniele F. Araldi	Zootecnista	Mestre	H
Diego Pascoal Golle	Biólogo	Doutor	TI
Diógenes Rubert Librelotto	Arquiteto	Mestre	H
Dirce Paz	Bióloga	Especialista	H
Fabiana Medeiros Silveira	Enga. Agra.	Doutor	H
Fernando Martins Ferreira	Bacharel Direito	Mestre	H
Gabriel Schaich	Eng. Agr.	Mestre	H
Graciela Fiuza	Bacharel em Física	Mestre	H
Graciela Sonego Preto	Enga. Agra.	Mestre	H
Ieda Marcia D. Linck	Letras Português Inglês	Doutor	TI
Jackson Ernani Fiorin	Eng. Agr.	Doutor	TP
Jana Koefender	Enga. Agra.	Doutor	TI
João Fernando Zamberlan	Eng. Agr.	Doutor	TI
José Luiz Tragnago	Eng. Agr.	Mestre	TI
Juliana Medianeira Machado	Zootecnista	Doutor	H

Juliane Nicolodi Camera*	Enga. Agra.	Doutor	TI
Kelen Muller Souto*	Enga. Agra.	Doutor	TI
Kurt Arns	Eng. Agr.	Mestre	H
Ludmila Noskoski*	Med. Veterinária	Doutor	H
Luiz Pedro Bonetti	Eng. Agr.	Mestre	TI
Luiza C. Pieniz	Ciências Econômicas	Mestre	TI
Marcelo Zanetti	Med. Vet.	Mestre	H
Marco Ivan R. Sampaio	Eng. Agr.	Especialista	H
Maria Christina Moraes	Lic. em Matemática	Mestre	TI
Maria Theresa S. Oliveira	Lic. em Matemática	Mestre	H
Maurício Paulo Batistela	Eng. Agr.	Doutor	TI
Nelson Neto	Eng. Agr.	Mestre	TI
Patrícia Bersch	Lic. em Química	Mestre	H
Paula Montagner	Médica Veterinária	Doutor	H
Paulo Arthur Konrad	Médico Veterinário	Mestre	H
Rafael Pivotto Bortolotto	Eng. Agr.	Doutor	TP
Raquel Camera	Enga. San. Ambiental	Mestre	H
Régis Augusto Deuschle	Farm, Bioquímico	Mestre	TP
Regis Rodolfo Schuch	Ciência da Computação	Mestre	H
Rosane Félix	Pedagogia	Mestre	TI
Tamara D. Minuzzi	Ciências Econômicas	Doutor	TP
Theodoro Schneider	Eng. Agr.	Doutor	H
Vanessa S. Fontana	Enga. Agra.	Doutor	H
Vania Maria A. Oliveira	Bacharel em História	Doutor	TP
Vinícius Camargo	Ciências Econômicas	Mestre	TI

TOTAL DOCENTES	45
-----------------------	-----------

* em licença maternidade em 2019/1

Doutor (20) = 44,4 %

Mestre (23) = 52,2 %

Dr. + Mestre = 96,6 %

Especialistas (02) = 0,4 %

TI (16) = 35,6 %

TP (05) = 11,1 %

TI + TP = 46,7 %

H (24) = 53,3

ANEXO IX – PLANO DE CARREIRA

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINPRO/RS, entidade sindical com sede estadual na Avenida João Pessoa nº 919, bairro Farroupilha, CEP 90040-000, em Porto Alegre, RS, CNPJ nº 92.948.389/0001-10, Registro Sindical nº MTPS 200.075/63, livro 9, fls. 21, ano 1941, Código Sindical nº 01021905891-9, neste ato representado por seu Diretor, Amarildo Pedro Cenci, CPF nº 360.311.430-20, e doravante denominado **SINPRO/RS**,

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA, mantenedora da **UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ**, representada pela Professora Ma. Enedina Maria Teixeira da Silva, Presidente da Fundação Universidade de Cruz Alta, com sede na Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6, Distrito Parada Benito, Cruz Alta, RS, CNPJ nº 92.928.845-0001-60; estabelecem entre si o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT)**, conforme arts. 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Da Vigência e da Data-Base

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2019 e a data-base da categoria em 1º de março.

Cláusula Segunda – Da Abrangência

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) Professores, com abrangência territorial em Cruz Alta/RS.

Cláusula Terceira – Do Objeto

Este ACT tem como objeto atender o disposto no art. 53, parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), bem como ao previsto no parágrafo 2º, do art. 461, do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) disciplinando o ingresso e progressão dos Docentes, como empregados, na Universidade de Cruz Alta.

§1º. As regras contidas neste instrumento são fruto de amplo processo negocial, no curso do qual as partes, embora tenham feito recíprocas concessões, sempre privilegiaram o atendimento dos anseios dos Professores, representados pelo SINPRO-RS.

§2º. As disposições contidas nas duas normas legais, supracitadas, foram adaptadas e modernizadas as realidades acadêmica e trabalhista, como garantido e facultado pelo disposto no art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, com respeito às disposições de ordem públicas ou indisponíveis, de modo a atender ao real interesse das partes.

§3º. Este ACT, consideradas as vantagens concedidas aos Docentes na estruturação do Plano de Carreira Docente tem as seguintes prescrições básicas, cuja observância é condição para enfrentamento e/ou compensação das referidas vantagens:

I – O afastamento da aplicabilidade do disposto no art. 461, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a garantia, em contrapartida, do direito a enquadramento e progressão no PCPD.

II – A cessação, a partir da legalização deste Acordo Coletivo de Trabalho, de qualquer possibilidade de equiparação salarial ou observância de qualquer sistema ou plano de classificação de cargos anteriores, a não ser o enquadramento no PCPD ora implantado, observada em qualquer circunstância, a data de início de vigência deste ACT.

§4º. Os Anexos a seguir enumerados são declarados como partes integrantes e indissolúveis deste ACT:

I – Anexo I: Estrutura do Plano de Carreira do Pessoal Docente da Unicruz e Requisitos para Enquadramento Docente por Admissão e Progressão.

II – Anexo II: Critérios de Pontuação por Desempenho e Produção Acadêmica.

Cláusula Quarta – Da Definição dos Regimes de Trabalho

O pessoal docente da UNICRUZ exerce suas funções nos seguintes regimes de trabalho:

I – Tempo integral – compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) em sala de aula e 50% (cinquenta por cento) para as demais atividades acadêmicas, conforme disposto no Ato Normativo Conjunto Nº 01/2015, de 13/07/2015.

II – Tempo parcial – docentes contratados com 12 (doze) ou mais horas semanais de trabalho, na instituição, nelas, reservados, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) em sala de aula e 25% (vinte e cinco por cento) para as demais atividades acadêmicas, conforme disposto no Ato Normativo Conjunto Nº 01/2015, de 13/07/2015; ou,

III – Horista – docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada.

§1º. O enquadramento de docente em regime de tempo integral ou parcial depende de solicitação do Centro, encaminhada à Pró-Reitoria competente, informando a carga horária e justificando a necessidade desse enquadramento, ou por ato direto da Reitoria.

§2º. O enquadramento do docente é realizado pela Reitoria segundo as normas estabelecidas por este Plano.

§3º. O docente, após enquadrado em regime de trabalho de tempo integral ou parcial, pode perder o direito a este regime:

a) por solicitação do docente;

b) se for constatada a improdutividade do docente;

c) por solicitação do Centro, ou Reitoria, quando o docente não obtiver aprovação através dos Relatórios Administrativos; ou

d) após encerrar cargo de gestão acadêmica ou administrativa, para cujo exercício o docente foi enquadrado nesse regime.

§4º. Somente poderão exercer atividades de pesquisa, extensão ou administrativas, os professores que aderirem a este plano e ao Ato Normativo Conjunto Nº 01/2016, de 05/04/2016, que trata das Horas-Tarefa da Universidade de Cruz Alta.

Cláusula Quinta – Dos Relatórios Administrativos

O docente com regime de trabalho de tempo integral ou parcial deve cumprir a sua carga horária na Universidade, conforme Ato Normativo proposto pela Reitoria.

§1º. Alterações no horário de permanência do docente na UNICRUZ, bem como sua dispensa eventual para o cumprimento de atividades externas, devem ter o consentimento da Reitoria.

§2º. Mediante consentimento do docente, a Reitoria pode atribuir e/ou substituir atividades administrativas, as quais substituem, proporcionalmente, horas-atividade em ensino, pesquisa e/ou extensão, ou vice-versa.

§3º. Os responsáveis pelo acompanhamento e aprovação das atividades do docente descritas no Relatório Administrativo são as Pró-Reitorias competentes.

Cláusula Sexta – Da Carga Horária

A distribuição da carga horária docente deverá atender aos interesses institucionais, respeitando a seguinte ordem:

- I – O regime de trabalho, segundo a ordem dos incisos do art. 9º deste PCPD.
- II – A titulação do docente.
- III – O enquadramento segundo as classes deste PCPD.
- IV – A distribuição das disciplinas do semestre/ano anterior ou período anterior ao seu afastamento para qualificação, atividades administrativas ou gestão.

Cláusula Sétima – Do Programa de Fixação de Doutores

Fica extinta a política institucional denominada Programa de Fixação de Doutores, devendo como contrapartida os professores beneficiados, **após a aprovação de progressão, conforme Edital 62/2016 de 26/10/2016**, serem enquadrados na classe de titular, no mesmo nível que ocupam na categoria de adjunto, conforme disposto no item 12 do Edital supracitado.

Parágrafo Único: Após este enquadramento serão suprimidas as vantagens salariais acessórias decorrentes do referido programa.

Cláusula Oitava – Das Declarações

O SINPRO/RS declara haver observado todas as prescrições legais e as contidas em seus respectivos estatutos, pertinente à celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, e a UNICRUZ declara, também, haver observado as regras internas necessárias à celebração deste Acordo Coletivo.

Cláusula Nona – Do Depósito para fins de Registro e Arquivamento

Os acordantes comprometem-se a promover o depósito de uma via do presente ACT, para fins de registro e arquivamento, na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, consoante dispõe o art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cláusula Décima – Dos Direitos e dos Deveres

As partes acordantes, bem como os empregados beneficiados, deverão zelar pela boa aplicação e observância do disposto neste Acordo.

Cláusula Décima Primeira – Da Revisão

Ressalvado o disposto na cláusula seguinte, as demais disposições do presente acordo, findo o prazo de sua vigência, poderão ser prorrogadas ou revistas total ou

parcialmente, mediante termo aditivo firmado pelos acordantes, ou, novo Acordo Coletivo de Trabalho.

E, por estarem justos e acertados, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, os convenientes assinam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, em 04 (quatro) vias.

Cruz Alta, 07 de outubro de
2016.

Amarildo Pedro Cenci
CPF 360.311.430-20
P/Direção Colegiada – Sinpro/RS

Enedina Maria Teixeira da Silva
CPF 494.724.610-34
P/Presidente
Fundação Universidade de Cruz Alta

PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE – PCPD

ANEXO I

ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE E REQUISITOS PARA ENQUADRAMENTO DOCENTE POR ADMISSÃO E PROGRESSÃO

O **SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINPRO/RS**, com sede estadual na avenida João Pessoa, nº 919, bairro Farroupilha, CEP 90.040, Porto Alegre, RS, CNPJ nº 9294389/0001, Registro Sindical nº MTPS 200.075/63, representado por seu diretor Amarildo Pedro Cenci autorizado pela Assembléia geral, e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA**, mantenedora da **UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ**, representada pela Professora Ma. Enedina Maria Teixeira da Silva, Presidente da Fundação Universidade de Cruz Alta, adiante denominada UNICRUZ, com sede na Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6, Distrito Parada Benito, Cruz Alta, RS, CNPJ nº 92.928.845-0001-60, por seus representantes signatários, firmam o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, em conformidade com as disposições do § 1.º do art. 611 da CLT, obrigando-se ao cumprimento das seguintes cláusulas e condições:

OBJETO, FORMA E EMBASAMENTO LEGAL

O presente Acordo Coletivo de Trabalho tem por objeto principal o estabelecimento de regras basilares e adjacentes, voltadas à constituição e implementação do Plano de Carreira do Pessoal Docente da Instituição de Ensino, sendo eleito pelas partes o instrumento jurídico mais adequado à regulamentação de todos os aspectos definidores da evolução na carreira docente e a seus necessários e periódicos aperfeiçoamentos.

A dinâmica que levou a Universidade, por seu Conselho Universitário a conceber e promulgar os Planos de Carreira Docentes atendeu, até o presente, apenas às exigências formais da legislação educacional prevista na LDB nº 9394/96, sem assumir, porém, a formatação adequada e exigida pela legislação trabalhista. Este Acordo Coletivo de Trabalho constitui-se, portanto, no instrumento legal capaz de assegurar eficácia jurídica ao Plano de Carreira Docente adiante normatizado, posto que instituído em conformidade com a norma coletiva da isonomia salarial, assegurada em Convenção Coletiva de Trabalho. Como o presente Plano de Carreira Docente desenvolve-se a partir da preservação da isonomia salarial plena (cl. 21 da CCT/2009), assegurando a todos os docentes um valor único para a hora-aula básica desde a data da admissão, não há que se cogitar da hipótese de quebra da isonomia prevista no artigo 461, parágrafos 2º e 3º, da CLT e, por conseguinte, da exigência dos mecanismos de proteção do Estado condicionados pela Súmula 6 do TST.

PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE – PCPD

TÍTULO I – DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. O presente Plano de Carreira do Pessoal Docente – PCPD rege o enquadramento e as promoções do pessoal docente da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

TÍTULO II – DA IMPLANTAÇÃO, DA COORDENAÇÃO, DA SUPERVISÃO E DO CONTROLE

Art. 2º. A implantação, coordenação, supervisão e o controle do PCPD cabe à Reitoria da UNICRUZ.

TÍTULO III – DAS CLASSES E DOS NÍVEIS

Art. 3º. O corpo docente da UNICRUZ compreende as seguintes classes e níveis:

- I – Professor Auxiliar I, II e III.
- II – Professor Assistente I, II e III.
- III – professor Adjunto I, II e III.
- IV – Professor Titular I, II e III.

TÍTULO IV – DA ADMISSÃO E DA PROGRESSÃO

Art. 4º. Toda admissão de docente é feita pelo Setor de Recursos Humanos da UNICRUZ, mediante autorização da Reitoria, cabendo à Fundação Universidade de Cruz Alta homologação dos nomes propostos.

§1º. O ingresso no PCPD da UNICRUZ dar-se-á mediante habilitação em Processo Seletivo, previsto em Regulamento próprio.

§2º. O Centro ou a Reitoria, ao propor a vaga de docente, mediante Processo Seletivo, deve informar a carga horária e justificar a necessidade da nova admissão.

§3º. O processo de seleção para admissão de docentes será feito de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho e regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei Nº 5.452/43).

Art. 5º. O docente, ao iniciar suas atividades, será admitido conforme a titulação, nos seguintes termos:

§1º. O docente portador do título de especialista será admitido na classe de auxiliar nível I.

§2º. O docente portador do título de mestre será admitido na classe de assistente nível I.

§3º. O docente portador do título de doutor será admitido na classe de adjunto I.

Art. 6º. O docente contratado em regime emergencial é enquadrado nos termos do art. 5º do presente PCPD, vedada a alteração de regime de trabalho durante o seu contrato, de um semestre letivo.

§1º. A contratação de docente em regime emergencial não pode ultrapassar o período de 01 (um) semestre letivo, nos termos do Regulamento de Seleção para docentes da UNICRUZ, vedada a prorrogação ou renovação do contrato ou recontração, exceto no caso de abertura de processo seletivo em que não houver candidato inscrito ou aprovado, podendo a Universidade, nessa hipótese, prorrogar o contrato inicial por mais um semestre.

§2º. No término dos contratos por prazo determinado previsto neste artigo, quando não enquadrados nos limites previstos na Convenção Coletiva ou na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, são assegurados aos contratados os direitos decorrentes de contrato por prazo indeterminado.

§3º. Constituem categorias especiais os professores visitantes e colaboradores que atuam nos Programas de Pós-Graduação, regidos por regulamentação específica, não se enquadrando neste PCPD.

Art. 7º. A ascensão do docente às classes e níveis do PCPD da UNICRUZ dá-se nas seguintes condições:

- I – Progride à classe de professor auxiliar nível II, o professor auxiliar nível I, portador de título de especialista que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como auxiliar nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como auxiliar nível I.

II – Progride à classe de professor auxiliar nível III, o professor auxiliar nível II, portador de título de especialista que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como auxiliar nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como auxiliar nível II.

III – Progride à classe de professor assistente nível I, o professor auxiliar que obtiver o título de mestre, independente do tempo de contrato de trabalho com a UNICRUZ.

IV – Progride à classe de professor assistente nível II, o professor assistente nível I, portador de título de mestre que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como assistente nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como assistente nível I.

V – Progride à classe de professor assistente nível III, o professor assistente nível II, portador de título de mestre que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como assistente nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como assistente nível II.

VI – Progride à classe de professor adjunto nível I, o professor assistente ou auxiliar que obtiver o título de doutor; ou professor assistente nível III, portador de título de mestre que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como assistente nível III, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como assistente nível III.

VII – Progride à classe de professor adjunto nível II, o professor adjunto nível I, portador de título de mestre ou doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como adjunto nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como adjunto nível I.

VIII – Progride à classe de professor adjunto nível III, o professor adjunto nível II, portador de título de mestre ou doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como adjunto nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II, ou pelo decurso de oito anos como adjunto nível II.

IX – Progride à classe de professor titular nível I, o professor adjunto nível III com regime de tempo integral ou parcial, com titulação de doutor e pertencente ao quadro de docentes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* já implementados na Instituição e aprovados pela CAPES, ou dos programas em formação já aprovados nos colegiados superiores da Instituição (Conselho Curador e Conselho Universitário), na forma do parágrafo primeiro deste artigo.

X – Progride à classe de professor titular nível II, o professor titular nível I, portador de título de doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como titular nível I, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II.

XI – Progride à classe de professor titular nível III, o professor titular nível II, portador de título de doutor que tenha cumprido um tempo mínimo de quatro anos de efetivo exercício da docência na UNICRUZ como titular nível II, mais pontuação por desempenho acadêmico de acordo com o Anexo II.

§1º. A ascensão de que trata o inciso IX se dará a partir de publicação de Edital específico, com abertura de vagas para esta classe.

§2º. Para efeito da ascensão prevista neste artigo, o Programa concluído pelo docente precisa ser reconhecido ou recomendado por órgão governamental competente, ou o título ser convalidado, se obtido no exterior.

§3º. Para os docentes que assumirem cargos de Reitor(a), Pró-Reitor(a) e Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Cruz Alta, a contagem do tempo de atividade equivalerá à docência.

TÍTULO V – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 8º. O pessoal docente da UNICRUZ exerce suas funções nos seguintes regimes de trabalho:

- I – Tempo Integral.
- II – Tempo Parcial.
- III – Horista.

Art. 9º. O docente que for aprovado para cursar doutorado ou pós-doutorado reconhecidos pela CAPES, poderá, nos termos do Plano Institucional de Capacitação Docente – PICD, solicitar bolsa de afastamento.

TÍTULO VI – DA REMUNERAÇÃO

Art. 10. Os valores das horas-aula praticados na Instituição, nas diferentes categorias e níveis, são os seguintes:

	I	II	III
Auxiliar	32,60 E	33,41 E	34,26 E
Assistente	35,87 M	36,79 M	37,69 M
Adjunto	39,46 M/D	40,43 D	41,44 D
Titular	45,38 D	46,49 D	47,66 D

§1º. A atualização da tabela referente aos valores das horas-aulas será atualizada mediante acordo/dissídio coletivo, fazendo parte integrante do presente PCPD.

§2º. O docente em cargos de administração superior, Reitor(a) e Pró-reitores(as), tem sua remuneração fixada de acordo com sua categoria de enquadramento, mais a “verba de representação” fixada pela Fundação.

§3º. Aplica-se o percentual de aprimoramento acadêmico de 11% (onze por cento) para mestres e 15% (quinze por cento) para doutores, sobre o salário base.

§4º. Os valores serão reajustados conforme Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa.

Art. 11. As atividades e a distribuição de horas dos docentes lotados em cada Centro de Ensino devem ser informadas pela Pró-Reitoria de Graduação ao Departamento Pessoal, até o décimo quinto dia do mês subsequente do início do semestre letivo.

TÍTULO VII - DAS FÉRIAS E DOS BENEFÍCIOS

Art. 12. Ao docente enquadrado no presente PCPD são concedidos 30 (trinta) dias de férias que podem ser gozadas em 01 (um) ou 02 (dois) períodos, tendo o docente, ainda, direito a 15 (quinze) dias anuais de licença remunerada, devendo esta coincidir com o período do recesso escolar.

Parágrafo único. A elaboração e comunicação da escala anual de férias e de licença remunerada de cada docente ao Departamento Pessoal cabe à Pró-Reitoria competente, devendo fazê-lo de forma a não prejudicar o funcionamento da UNICRUZ, salvo a definição de férias coletivas pela Instituição.

TÍTULO VIII – DA QUALIFICAÇÃO

Art. 13. A qualificação docente está regulamentada no Plano Institucional de Capacitação Docente – PICD, aprovado pelas Resoluções CONSUN Nº 05/2015, de 25/03/2015; e Nº 44/2015, de 30/09/2015.

Art. 14. É obrigatória a participação do docente no Programa Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional Docente, realizadas de acordo com a programação anual

definida pela Pró-Reitoria de Graduação.

TÍTULO IX – DA AVALIAÇÃO

Art. 15. Para progressão no plano de carreira, o docente tem seu desempenho avaliado conforme diretrizes e instrumentos aprovados pelo PCPD, considerando produção acadêmica, desempenho satisfatório na docência e participação no Programa de Formação para Docência no Ensino Superior, ou outro que vier a substituí-lo.

§1º. O docente deverá comprovar, para progressão no plano de carreira, a participação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) no Programa de Formação para Docência no Ensino Superior no período e exercício efetivo ou por decurso de prazo, de acordo com as condições estabelecidas no artigo 7º deste plano de carreira, mais a pontuação por atividades relativas à participação no referido Programa, de acordo com a Tabela 5 do Anexo II.

§2º. A comprovação de participação dar-se-á mediante expedição de Atestado pela Pró-Reitoria de Graduação.

TÍTULO X – DA LICENÇA E DO AFASTAMENTO

Art. 16. O docente que ocupar cargo administrativo - eletivo ou de confiança -, e que absorver tempo integral ou parcial, deverá, ao final de sua gestão, ser automaticamente reintegrado às suas atividades regulares na UNICRUZ, com manutenção de seus vencimentos pelo prazo de 06 (seis) meses, deixando, porém, de perceber a diferença salarial correspondente à função que deixou de exercer.

Parágrafo único. No caso de o docente ter alterado seu regime de trabalho em virtude de assunção de cargo administrativo, a seu término ele é reintegrado no regime anterior, com vencimentos correspondentes a esse regime.

Art. 17. Pode ocorrer o afastamento do docente da UNICRUZ para outros centros nacionais ou estrangeiros, com objetivos, entre outros previstos em lei, de:

I – Realizar curso de pós-graduação *stricto sensu*.

II – Realizar curso ou estágio de aperfeiçoamento ou especialização.

III – Participar de congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica, apresentando relatório escrito da sua participação.

§1º. Nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, o docente, ao afastar-se, assina um termo de compromisso conforme prevê o regulamento do PICD.

§2º. Nos casos do inciso III, a autorização é concedida pela Pró-Reitoria competente.

Art. 18. Na hipótese do docente pretender cursar pós-graduação *stricto sensu* pode ser concedida licença não remunerada, independente do tempo de serviço, se for de interesse da UNICRUZ.

TÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Os processos de progressão serão abertos por meio de edital, uma vez ao ano, sempre no mês de outubro, devendo os efeitos econômicos das progressões iniciarem-se no mês de março do ano subsequente.

§1º. Os docentes que na vigência deste PCPD obtiveram as condições exigidas para progressão elencadas nos artigos 7º, 14 e 15, poderão solicitar seu reenquadramento, observados os prazos estabelecidos no *caput* deste artigo.

§2º. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o docente deverá solicitar seu reenquadramento, de ofício, à Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 20. Os docentes terão preservado o adicional por tempo de serviço limitados ao percentual de 20% (vinte por cento).

Art. 21. O tempo de serviço e a produção acadêmica considerada para progressão, independentemente da classe e nível de enquadramento, serão de, no máximo de 08 (oito) anos, desde que aproveitados uma única vez.

Art. 22. Será composta uma comissão de acompanhamento do plano de carreira, publicação de editais e avaliação dos pedidos de progressão encaminhados pelos docentes.

Art. 23. A comissão de acompanhamento será composta por:

I – Um membro do Setor de Recursos Humanos.

II – Um representante da Reitoria, indicado(a) pelo(a) Reitor(a).

III – Um representante da Fundação Universidade de Cruz Alta, indicado(a) pelo(a) Presidente.

IV – Um representante dos coordenadores de curso.

V – Um representante do corpo docente.

§1º. Os representantes dos coordenadores de curso e do corpo docente serão escolhidos dentre os membros do Conselho Universitário.

§2º. O mandato dos membros da comissão de acompanhamento será equivalente ao da vigência do Plano de Carreira, permitida a recondução.

§3º. Os casos de vacância serão preenchidos na forma deste Artigo.

Art. 24. As decisões sobre os casos omissos neste PCPD ficam a critério do CONSUN.

Art. 25. Modificações no presente PCPD só podem ocorrer mediante ACORDO COLETIVO DE TRABALHO aprovado pelos professores em Assembleia Geral do SINPRO/RS, convocada especialmente para este fim, e pelo CONSUN.

Art. 26. As normas do presente Plano de Carreira, tão logo esgotada a vigência do respectivo acordo, restarão provisoriamente incorporadas aos contratos individuais de trabalho até que sejam renovadas e/ou alteradas por novo acordo coletivo de trabalho.

Art. 27. As partes obrigam-se ao estrito cumprimento das normas elencadas neste Plano, que são transcritas em quatro vias de igual conteúdo e forma, para fins de depósito, registro e arquivamento na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, para que surtam os esperados efeitos jurídicos e legais.

Cruz Alta, 01 de julho de 2015.

Amarildo Pedro Cenci
CPF 360.311.430-20
P/Direção Colegiada – Sinpro/RS

Enedina Maria Teixeira da Silva
CPF 494.724.610-34
P/Presidente
Fundação Universidade de Cruz Alta

PLANO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE – PCPD

ANEXO II

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO POR DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 1º. Para obter o direito de progressão, o docente deverá atingir um total de 500 (quinhentos) pontos, observados os demais requisitos constantes nos art. 7º e 15 do Plano de Carreira Docente.

Parágrafo único. Os critérios para a atribuição dos pontos estão regulamentados discriminadamente nas seguintes tabelas:

Tabela 1 – Pontuação relativa à atividade: Produção Bibliográfica, Artística e Cultural

Atividades	Detalhamento	Pontuação
Produção Bibliográfica, Intelectual, Artística e Cultural⁶	Publicação de resumo simples em evento científico nacional	1,0
	Publicação de resumo simples em evento científico internacional	1,5
	Publicação de resumo estendido em evento científico nacional	2,0
	Publicação de resumo estendido em evento científico internacional	2,5
	Trabalho completo (> 3 páginas) em evento científico nacional	5,0
	Trabalho completo (> 3 páginas) em evento científico internacional	6,0
	Artigo em periódico indexado	Até 40,0 ¹
	Autoria de Livro	Até 35,0 ²
	Autoria de Capítulo de Livro	Até 17,5 ³
	Editoração/Organização de Livro	Até 11,66 ⁴
	Propriedade intelectual (produto, processo, software) com registro ou patente no INPI ou no exterior)	50,0
	Artigo publicado em jornal ou revista (Magazine)	Até 10/ano ⁵
	Elaboração de prova em Concurso	3,0

¹ As publicações em periódicos serão pontuadas com base no QUALIS/CAPES, adotando-se o melhor posicionamento do periódico na referida base de dados, considerando a seguinte pontuação:

A1= 40,0 pontos

A2 =35,0 pontos

B1= 30,0 pontos

B2 = 25,0 pontos

B3= 20,0 pontos

B4= 15,0 pontos

B5= 10,0 pontos

C = 5,0 ponto

Caso o periódico não conste no QUALIS/CAPES, será adotada a base de índice de impacto do JCR - *Journal of Citation Reports* (ou outro que vier a ser adotado pela CAPES), considerando a seguinte pontuação:

- Fator de impacto $\geq 0,30$: 25 pontos Fator de impacto $< 0,30$: 15,0 pontos.
- As publicações em periódicos não constantes no *JCR* receberão 2,0 pontos.

² A pontuação relativa à autoria de livros será atribuída em função da editora onde o livro foi publicado, obedecendo à seguinte classificação:

Categoria A: até 35 pontos: Editoras Comerciais com Corpo de Avaliadores

Categoria B: até 20 pontos: Editoras Universitárias

Categoria C: até 10 pontos: Editoras Comerciais sem Corpo de Avaliadores

A pontuação dentro de cada categoria será atribuída de acordo com a abrangência da editora e tiragem do exemplar.

³ A pontuação em capítulos de livros será a metade daquela da autoria de livros, de acordo com as categorias do item anterior.

⁴ Item Editoração/Organização de Livro obedecerá às mesmas normas do item que trata da Autoria de Livro, porém a pontuação será 1/3 da pontuação relativa à Autoria de Livro.

⁵ A pontuação máxima neste item será de até 10,0 pontos por ano, distribuídos de acordo com o critério abaixo:

- Circulação local (local e regional): 0,4 pontos por texto.
- Circulação regional (região sul): 2,0 pontos por texto.
- Circulação nacional: 4,0 pontos por texto.
- Circulação Internacional: 6,0 pontos por texto.

⁶ Não haverá divisão na pontuação em trabalhos com até cinco autores pertencentes ao quadro docente da UNICRUZ. Acima deste contingente, a pontuação máxima (cinco vezes a pontuação discriminada para a atividade específica) será dividida pelo número de autores. Somente serão analisados os trabalhos efetivamente já publicados, com cópia fornecida.

Tabela 2 - Pontuação relativa à atividade: Orientação Acadêmica

Atividade	Detalhamento	Pontuação
Orientação o Concluída 1	Estágio de Graduação (EG)	1,5
	Ações/Projeto de Extensão	6,0
	Trabalho de Graduação (TFG/TCC)	3,0
	Iniciação Científica (IC)	6,0
	Fomento Tecnológico DTI (RHAE)	8,0/ano ³
	Monografia de Especialização Lato Sensu	20,0
	Dissertação de Mestrado	20,0
	Tese de Doutorado	40,0

¹ Orientação de Trabalhos durante a Graduação (EG; TFG;TCC; IC): Apenas o docente responsável pelo trabalho terá computado os pontos. Caso haja substituição de orientador, a pontuação será proporcional ao tempo de orientação.

Orientação em nível *Lato Sensu*: Na eventualidade de existirem dois ou mais orientadores, a pontuação será dividida entre o número de orientadores.

Orientação em nível *Stricto Sensu*: na eventualidade de existirem trabalhos com mais de dois orientadores, a pontuação máxima de cada atividade (duas vezes a pontuação atribuída individualmente a cada atividade) será dividida entre o número de orientadores. Co-Orientação corresponde a metade do valor da orientação.

² A pontuação será proporcional ao número de horas orientadas/1.040 horas. Na eventualidade de existirem dois ou mais orientadores, a pontuação será dividida entre o número de orientadores (As 1.040 horas referem-se a base de 20 horas semanais de orientação em 52 semanas existentes no ano. Logo: $20 \times 52 = 1.040$. Portanto, uma orientação de 20 horas semanais resultaria em 6 pontos para o docente; de 10 horas semanais em 3 pontos e assim sucessivamente).

³ A pontuação será proporcional ao tempo de orientação. Na eventualidade de existirem dois ou mais orientadores, a pontuação será dividida entre o número de orientadores.

Tabela 3 - Pontuação relativa à atividade: Participação em Bancas

Atividades	Detalhamento	Pontuação
Bancas	Estágio de Graduação (EG)	0,2
	Trabalho de Graduação (TFG/TCC)	0,2
	Monografia de Especialização	1,0
	Qualificação de Mestrado	3,0
	Qualificação de Doutorado	10,0
	Dissertação de Mestrado	10,0
	Tese de Doutorado	20,0

Tabela 4 - Pontuação relativa à atividade: Ensino

Atividades	Detalhamento	Pontuação
Ensino	Disciplina ministrada na Graduação por crédito	4,0
	Disciplina ministrada em Programa Lato Sensu por crédito	5,0
	Disciplina ministrada em Programa Stricto Sensu por crédito	10,0

Tabela 5 - Pontuação relativa à atividade: Função Administrativa*

Atividade	Detalhamento	Pontuação/ano
Função Administrativa*	Reitoria	100,0
	Pró-Reitoria	100,0
	Titulares do Conselho Diretor da Fundação	100,0
	Coordenação de Pesquisa	60,0
	Coordenação de Extensão	60,0
	Coordenador da Pós-Graduação	60,0
	Coordenação da Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia – START	50,0
	Coordenação dos Núcleos que compõem a START	25,0
	Coordenação de Área da Fazenda Escola	25,0
	Coordenador(a) Pedagógico(a) Institucional	60,0
	Direção de Centro	60,0
	Coordenação de Programa Stricto Sensu	40,0
	Coordenação de Curso de Graduação	30,0
	Coordenação de Comissão Institucional	15,0
	Coordenador Adjunto de Programa Stricto Sensu	20,0
	Coordenação de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu	15,0
	Participação no Conselho Universitário – Consun	5,0
	Participação nas Câmaras do Consun	5,0
	Participação nos Conselhos de Centro	5,0
	Participação nos Colegiados de Curso e Núcleo Docente Estruturante	5,0
	Editoração de Revistas Científicas	5,0
	Coordenação/responsabilidade por laboratório	5,0
	Participação no Conselho Curador da Fundação	5,0
	Membro de Comissão Institucional (CPA, CEP)	5,0
	Representante Institucional em Conselhos Externos	5,0
	Membro de Comissão de Sindicância do Consun e do Conselho Curador	1,0
Membro de Comissão Eleitoral do Consun e do Conselho Curador da Fundação	1,0	

*Atividades cujo período de vigência não coincida com aquele da Avaliação serão pontuadas proporcionalmente.

Tabela 6 - Pontuação relativa à atividade: Pesquisa e Extensão

Atividade	Detalhamento	Pontuação
Pesquisa e Extensão	Coordenação Local ou Geral de Projeto de Pesquisa ou Extensão com fonte de Financiamento Externo à	__ ¹

Instituição (Agência ou Órgão de Fomento Nacional ou Internacional, Órgão Público, Iniciativa Privada)	
Participação em Equipe de Projeto de Pesquisa ou Extensão com fonte de Financiamento Externa à Instituição (Órgão de Fomento Nacional ou Internacional, Órgão Público, Iniciativa Privada)	___ ²
Coordenação em Projeto de Pesquisa ou Extensão aprovados nos editais internos com ou sem fonte de financiamento externa	10,0
Participação em Equipe de Projeto de Pesquisa ou Extensão aprovados nos editais internos com ou sem fonte de financiamento externa	5,0
Coordenação de Projeto de Intercâmbio/Cooperação Nacional ou Internacional Aprovado por Agência Oficial de Fomento, com aporte de Recurso Externo à Instituição	10,0
Participação em Projeto de Intercâmbio/Cooperação Nacional ou Internacional Aprovado por Agência Oficial de Fomento, com aporte de Recurso Externo à Instituição	5,0
Participação em Atividades de Ação Social (Divulgação de Curso ou Institucional, Feiras, Atividades Comunitárias) (03 por atividade)	12,0/ano
Curso de extensão, palestra, seminário ou conferência ministrado	3,0
Participação em Curso de Extensão, Palestra, Seminário ou Conferência	1,0
Coordenação/Presidência de Evento (Congresso, Mostra, Semana Acadêmica, Ciclo de Palestras e eventos similares)	5,0
Membro de Comissão de Evento (Congresso, Mostra, Semana Acadêmica, Ciclo de Palestras e atividades/eventos similares)	2,0
Atuação em Agência Oficial de Fomento (Representante/Coordenação de Área)	10,0
Atuação em Órgão de Classe e em Comissão/Conselho de Órgão Público (Devidamente registrado e referendado pela Instituição)	3,0
Membro de Banca/Comissão Examinadora de Ingresso à Carreira Docente – Externo e Interno à Instituição	10,0
Atuação como Revisor “ad-hoc” em Evento Científico Interno e Externo à Instituição (por evento)	3,0
Atuação como Revisor “ad-hoc” em Periódico Nacional ou Estrangeiro Indexado (por periódico)	3,0 ³
Atuação como Assessor “ad-hoc” junto a Órgão de Fomento	8/ano
Atuação em Comitê Editorial de Periódico Indexado	Até 10 ⁴

¹ Faixa I (até R\$ 50.000,00): 30 pontos

Faixa II (de R\$ 50.001,00 a R\$ 150.000,00): 50 pontos
 Faixa III (de R\$ R\$ 150.001,00 a R\$ 500.000,00): 70 pontos
 Faixa IV (acima de R\$ 500.001,00): 100 pontos

Os valores dos projetos apresentados acima dizem respeito unicamente ao aporte externo de recursos.

² A pontuação relativa à participação em projetos será a metade daquela atribuída ao coordenador, obedecendo ao seguinte critério de número máximo de participantes.

- Faixa I: 2 participantes (pontuação máxima: 20 pontos);
- Faixa II: 3 participantes (pontuação máxima: 30 pontos);
- Faixa III: 4 participantes (pontuação máxima: 60 pontos);
- Faixa IV: 5 participantes (pontuação máxima: 125 pontos);

Quando o número de participantes exceder o discriminado acima, a pontuação máxima será dividida entre o número de participantes.

³ Somente serão computados os períodos em que o docente revisar trabalhos. A pontuação será atribuída, anualmente, por periódico (e não por trabalho/artigo revisado) que o docente atuar como Revisor.

⁴ A pontuação será atribuída, anualmente e enquanto o docente atuar no Comitê Editorial, de acordo com a classificação dos periódicos apresentada no item Produção Bibliográfica, Artística e Cultural; sendo atribuído o dobro da pontuação relativa à publicação de trabalho no periódico em questão.

Tabela 7 - Pontuação relativa à atividade: Programa de Formação para Docência no Ensino Superior da Unicruz

Atividade	Detalhamento	Pontuação
Permanente	Curso de Especialização	30,0
	Curso de Aperfeiçoamento	15,0
	Semana de Formação Docente (por participação)	5,0
	Formação Pedagógica	10,0
Eventuais	Curso de Formação (por cada curso)	5,0
	Palestras (por cada palestra)	2,0
	Encontros (por cada encontro)	2,0
	Oficinas (por cada oficina)	2,0
	Mesas Redondas (por cada encontro)	2,0
	Acolhida Professores Novos	1,0
	Diálogos Universitários (por cada)	2,0
Ações para gestores	Curso de formação em gestão para coordenadores de curso	10,0
	MBA em gestão universitária	15,0
	Curso de Aperfeiçoamento em Gestão de IES	10,0
	Outro curso de gestão ofertado pela IES	10,0

Cruz Alta, 01 de julho de 2015.